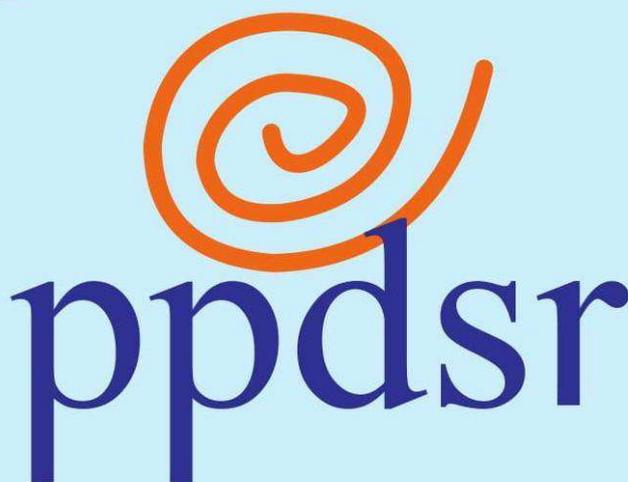


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SÓCIO ESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

PATRÍCIA RACHEL PINTO SILVA

**FORMA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL E DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA EM SÃO LUÍS – MARANHÃO:**

análise das áreas verdes públicas e da urbanidade do Centro Histórico (Praça João Lisboa) e
em uma nova centralidade (Praça do Viva do Conj. Hab. da Cidade Operária).

São Luís

PATRICIA RACHEL PINTO SILVA

**FORMA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL E DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA EM SÃO LUÍS – MARANHÃO:**

Análise das áreas verdes públicas e da urbanidade do Centro Histórico (Praça João Lisboa) e em uma nova centralidade (Praça do Viva do Conj. Hab. da Cidade Operária).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

Orientadora: Profa. Dr. Grete Pflueger.

SÃO LUÍS

2018

PATRICIA RACHEL PINTO SILVA

**FORMA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL E DA CIDADE
CONTEMPORÂNEA EM SÃO LUÍS – MARANHÃO:**

Análise das áreas verdes públicas e da urbanidade do Centro Histórico (Praça João Lisboa) e em uma nova centralidade (Praça do Viva do Conj. Hab. da Cidade Operária).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Desenvolvimento e Diversidade Regional.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Território e Planejamento.

Orientadora: Profa. Dr. Grete Pflueger.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa.Dra. Grete Soares Pflueger
Universidade Estadual do Maranhão
(Presidente da Banca)

Prof.Dr.Gustavo Martins Marques
Universidade Estadual do Maranhão
(Examinador Externo ao Programa)

Prof.Dr.Antonio José de Araújo Ferreira
Universidade Estadual do Maranhão
(Examinador Interno)

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor e consumidor da fé.

Aos meus pais, pela entrega e pelo amor em cada ação. Aos meus três amados irmãos, que sonham meus sonhos comigo a cada dia, enfrentando as contrariedades e sempre mantendo a integridade.

Aos meus amigos do CEFET-MA, aos amigos do curso de Desenho Industrial da UFMA e aos amigos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA por tudo que compartilhamos.

Agradeço a todos os meus mestres pelos ensinamentos, conselhos e repreensões que me fizeram saber seguir na minha trajetória pacientemente, de vitória em vitória. À professora Jussara Martins Nogueira, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, em quem vi apoio e suporte, e que me incentiva sempre diante dos obstáculos, e por quem tenho um imenso carinho para a vida toda. E aos demais professores da FAU: à professora Grete Soares Pflueger, que também é minha orientadora no mestrado, à professora Bárbara Prado, a professora Margareth Figueiredo e ao professor Gustavo Marques pela firmeza no ensino e pelo desprendimento de me ensinarem parte de suas vivências tão ricas.

À toda equipe do PPDSR e aos Professores do Mestrado: Professora Zulene, Professora Marivânia, Professor Sampaio, Professora Franci, Professor Frederico Burnett e um agradecimento especial ao Professor Antônio José pela humanidade com acolheu meus questionamentos e à Elizete Silva, sempre acompanhando o andamento do processo.

À CAPES por incentivar meu aperfeiçoamento profissional e pessoal.

A todos que direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta dissertação de mestrado.

RESUMO

O urbanismo moderno trouxe uma clara ruptura com o urbanismo tradicional em termos formais, em termos de escala e ideológicos. Os diversos tipos de urbanidade e apropriação dos espaços públicos estão relacionados também com as formas urbanas, ou seja, pela maneira como as cidades são desenhadas. Em linhas gerais, os espaços públicos, principalmente as áreas verdes públicas teriam uma função integradora e estética na cidade, pois são espaços que ajudam a cidade a cumprir sua função social, com espaços de lazer e de expressão democrática, além de ser um elemento morfológico que propicia o bem estar e está associado à qualidade de vida. As áreas verdes públicas são locais que expressam a identidade das comunidades, e o local onde o direito à cidade pode ser exercido, sendo possível fazer uma leitura social através destes espaços. Na cidade moderna e na cidade contemporânea veem-se as práticas do urbanismo subjugadas ao poder do capital, demonstrando como a paisagem urbana está sendo produzida e reproduzida tendo suas áreas verdes públicas sendo preteridas em função do máximo aproveitamento do solo. O principal debate desta dissertação é de que maneira o urbanismo moderno impactou na forma urbana da cidade de São Luís e quais as mudanças na configuração das áreas verdes públicas. Parte-se da hipótese de que a produção do espaço urbano de São Luís, inspirado nas ideias modernistas, foi um instrumento de ordenação social e configura o território conforme os interesses do capital. E para retomar a urbanidade nos bairros analisados a proposição é a utilização dos princípios de conservação integrada (CI) adotado na Europa para recuperar áreas degradadas desde a década de 1970.

Palavras-chave: forma urbana, áreas verdes públicas, urbanidade, novas centralidades, produção do espaço urbano.

ABSTRACT

Modern urbanism has brought a clear break with traditional urbanism in formal terms, in terms of scale and ideology. The various types of urbanity and appropriation of public spaces are also related to urban forms, that is, to the way the cities are drawn. In general terms, public spaces, especially public green areas, would have an integrative and aesthetic function in the city, since they are spaces that help the city to fulfill its social function, with spaces of leisure and democratic expression, besides being a morphological element which promotes well-being and is associated with quality of life. The public green areas are places that express the identity of the communities, and the place where the right to the city can be exercised, being possible to make a social reading through these spaces. In the modern city and in the contemporary city are seen the practices of urbanism subjugated to the power of the capital, demonstrating how the urban landscape is being produced and reproduced having its public green areas being depredated in function of the maximum use of the ground. The main debate of this dissertation is how modern urbanism impacted on the urban form of the city of São Luís and what changes in the configuration of the public green areas. It starts from the hypothesis that the production of the urban space of São Luís, inspired by the modernist ideas, was an instrument of social ordering and configures the territory according to the interests of capital. And to retake urbanity in the analyzed neighborhoods the proposition is the use of the principles of integrated conservation (CI) adopted in Europe to recover degraded areas since the 1970s.

Keywords: urban form, public green spaces, urbanity, new centralities, production of urban space.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A CIDADE DE ROMA – FÓRUM ROMANO	29
FIGURA 2 – FÓRUM ROMANO.....	29
FIGURA 3 – POMPEIA, COLÔNIA DE ROMA– PLANTA DE UM SETOR COM AS QUADRAS OU QUARTEIRÕES E O PARCELAMENTO	30
FIGURA 4 - RECONSTITUIÇÃO DA ACRÓPOLE DE ATENAS (LADO NOROESTE) E VISTAS SEQUENCIAIS DO ACESSO À ACRÓPOLE, À ESQUERDA (2000, P.141). À DIREITA, PLANO DE MILETO - ÁSIA MENOR E, 479 A.C. (2000, P.142).....	31
FIGURA 5 – BRAGA MEDIEVAL, 1594, EM PORTUGAL.....	32
FIGURA 6 - SIENA, NA ITÁLIA. PLANTA DA CIDADE NO SÉCULO XVI E PLANTA DA PRAÇA DO CAMPO E VISTA AÉREA.....	33
FIGURA 7 – PRAÇA DO CAMPO SIENA	33
FIGURA 8 - VIENA, NA ÁUSTRIA.....	34
FIGURA 9 - CIDADE DE PALMA NUOVA, FUNDADA EM 1593 NA ITÁLIA.....	35
FIGURA 10 – PRAÇA EM PALMA NUOVA, ITÁLIA.....	35
FIGURA 11 - ROMA BARROCA. O PLANO DOS ARRUAMENTOS DE 1748, E GRAVURA DO SÉC. XCVII MOSTRANDO O TRAÇADO QUE CONDUZ À PRAÇA DE SÃO PEDRO (DESENHO DA PRAÇA DE S. PEDRO, SEGUNDO CAMILLO SITTE NO STADTEBAU).	36
FIGURA 12 - CIDADES COLONIAIS PORTUGUESAS. 1 – PLANTA DO RECIFE, SEGUNDO CARTA DO SÉCULO XVII. 2. PROJETOS DE FORTIFICAÇÃO DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ EXECUTADOS NO FINAL DO SÉC. XVII.....	37
FIGURA 13 - UMA RUA DE UM BAIRRO EM LONDRES (DUDLEY STREET), GRAVURA DE GUSTAVE DORÉ DE 1872.....	39
FIGURA 14 – PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, NO BRASIL	40
FIGURA 15 – O PERÍMETRO URBANO DE SÃO LUÍS (À ESQUERDA, E EM VERMELHO) NA ILHA DO MARANHÃO	42
FIGURA 16 – MAPA DO NÚCLEO FUNDACIONAL DE SÃO LUÍS, 1647.....	44
FIGURA 17 – MAPA DE SÃO LUÍS (1660).....	44
FIGURA 18 - PLANTA DE SÃO LUÍS (1912) COM OS ESPAÇOS PÚBLICOS DEMARCADOS NA COR VERDE.....	46
FIGURA 19 – CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA URBANIZAÇÃO TRADICIONAL DE SÃO LUÍS	47

FIGURA 20 – INTERVENÇÕES PROPOSTAS NO ANTEPROJETO DE REMODELAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS, DE 1936, DO ENG.º JOSÉ OTACÍLIO DE SABOYA RIBEIRO	49
FIGURA 21 – CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS DE SÃO LUÍS DE ACORDO COM O DECRETO N.º 217 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1936.....	51
FIGURA 22 - INTERVENÇÕES VIÁRIAS NA CIDADE DE SÃO LUÍS	52
FIGURA 23 – ZONEAMENTO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DE 1938.	53
FIGURA 24 - A FÁBRICA SANTA ISABEL, OS OPERÁRIOS E O PATRÃO.....	54
FIGURA 25 - PLANO DE EXPANSÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS DE 1958 (À ESQUERDA). RODOVIAS E AVENIDAS HOJE (À DIREITA).....	55
FIGURA 26 – PLANO DE EXPANSÃO DE RUY MESQUITA, ZONA RESIDENCIAL DE LUXO; 2- RESIDENCIAL DE 1ª CLASSE; 3 – RESIDENCIAL DE 2ª CLASSE; 4 - RESIDENCIAL DE 3ª CLASSE; 5 – CENTRO SÓCIO E ADMINISTRATIVO; 6 – COMERCIAL/RESIDENCIAL; 7 - PRAÇAS	56
FIGURA 27 – CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DA MODERNIZAÇÃO MODERNISTA DE SÃO LUÍS	58
FIGURA 28 – O CENTRO ANTIGO DA CIDADE (DEMARcado EM LARANJA).....	62
FIGURA 29 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE SÃO LUÍS.....	63
FIGURA 30 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO MARANHÃO E DE SÃO LUÍS, URBANA E RURAL.....	64
FIGURA 31 – À ESQUERDA, EXEMPLO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DO BNH.....	65
FIGURA 32 - LINHA DO TEMPO COM A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO URBANISMO EM SÃO LUÍS E DAS FORMAS URBANAS ANALISADAS.....	66
FIGURA 33 – PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: SÃO LUÍS- MA EM 1984 (À ESQUERDA) E SÃO LUÍS EM 2014 (À DIREITA). NOS CÍRCULOS AMARELO E VERMELHO, OS GRANDES CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELO BNH.....	67
FIGURA 34 - FLUXOGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DO VERDE URBANO	70
FIGURA 35 - SUGESTÃO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS PARA ESPAÇOS LIVRES.....	71
FIGURA 36 - TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS PÚBLICOS	73
FIGURA 37 - ESQUEMA SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS	75
FIGURA 38 – ILUSTRAÇÃO ESQUEMÁTICA: BAIRROS DE SÃO LUÍS QUANTO À PRESENÇA DE ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE, ÁREAS VERDES PÚBLICAS	86
FIGURA 39 – ILHA DO MARANHÃO, À ESQUERDA. BAIRROS ANALISADOS À DIREITA	88
FIGURA 40 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO	89

FIGURA 41 - MAPA DA ÁREA DE TOMBAMENTO FEDERAL E LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO DO CARMO EM DESTAQUE	91
FIGURA 42 – À ESQUERDA, O MAPA DA CIDADE DE SÃO LUÍS, NO SÉCULO XVII, EM 1641. O LOCAL DO LARGO DO CARMO, EM VERMELHO	92
FIGURA 43 - O TRAÇADO DE SÃO LUÍS DO SÉCULO XVII SOBRE A PLANTA ATUAL	92
FIGURA 44 - PRAÇA JOÃO LISBOA, 1904.	93
FIGURA 45 - PRAÇA JOÃO LISBOA, 1950.	93
FIGURA 46 – PRAÇA JOÃO LISBOA, 1923.	93
FIGURA 47 - PRAÇA JOÃO LISBOA NA DÉCADA DE 1950.....	93
FIGURA 48 – CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS TOMBADOS EM 1955 PELO GOVERNO FEDERAL. À ESQUERDA, PRAÇA BENEDITO LEITE, 1957;	94
FIGURA 49 - À DIREITA, ACERVO ARQUITETÔNICO E PAISAGÍSTICO DA PRAÇA GONÇALVES DIAS	94
FIGURA 50 - MAPAS DOS ESPAÇOS LIVRES DO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS. LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA JOÃO LISBOA	95
FIGURA 51 - PRAÇAS SITUADAS DENTRO DA ÁREA DE TOMBAMENTO ESTADUAL - CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS - MA	98
FIGURA 52 - TECIDO URBANO (À ESQUERDA) E TRAÇADO URBANO (À DIREITA). LOCALIZAÇÃO DA PRAÇA EM DESTAQUE	99
FIGURA 53 – MAPA DE USOS POR CATEGORIAS: RESIDENCIAL E COMÉRCIO.....	100
FIGURA 54 - MAPA DE USOS POR CATEGORIAS: SERVIÇO PRIVADO E PÚBLICO	100
FIGURA 55 – MAPA GERAL DE USOS DO CENTRO HISTÓRICO EM 2013, DO CENTRO HISTÓRICO (ÁREA DE TOMBAMENTO FEDERAL E ESTADUAL).....	101
FIGURA 56 - CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO DA PRAÇA.....	101
FIGURA 57 – MAPA DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO CENTRO HISTÓRICO (ÁREA DE TOMBAMENTO FEDERAL E ESTADUAL).....	102
FIGURA 58 – MALHA VIÁRIA DO ENTORNO DA PRAÇA JOÃO LISBOA VER ANEXO 4.	103
FIGURA 59 – TEATRO ARTUR AZEVEDO – E SUA FACHADA DE ARQUITETURA NEOCLÁSSICA	104
FIGURA 60 - PRAÇA JOÃO LISBOA EM UM SÁBADO À TARDE.....	104
FIGURA 61 - PRAÇA JOÃO LISBOA EM UM SÁBADO À TARDE.....	105
FIGURA 62 - PRAÇA JOÃO LISBOA EM UM SÁBADO À TARDE (DATA DE REGISTRO: 06/05/2017)	105

FIGURA 63 - TIPOLOGIAS DE CASAS E SOBRADOS DE ARQUITETURA COLONIAL	105
FIGURA 64 - TIPOLOGIAS DE CASAS E SOBRADOS DE ARQUITETURA COLONIAL	106
FIGURA 65 – TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICOS DO ENTORNO DA PRAÇA JOÃO LISBOA.....	107
FIGURA 66 – TIPOLOGIAS DOS PARTIDOS ARQUITETÔNICOS.....	107
FIGURA 67 – CROQUI DA CONFIGURAÇÃO DA PRAÇA JOÃO LISBOA.....	108
FIGURA 68 – DETALHAMENTO DA PRAÇA JOÃO LISBOA - CORTES.....	109
FIGURA 69 – VEGETAÇÃO DA PRAÇA	110
FIGURA 70 – ESTÁTUA DE JOÃO LISBOA	110
. FIGURA 71 – RELÓGIO DANIFICADO NO CANTEIRO DA IGREJA DO CARMO	111
FIGURA 72 – FONTE, HOJE UTILIZADA COMO REPOSÁRIO DE VELAS	111
FIGURA 73 – CALÇADAS, ÁRVORES, CANTEIROS	111
FIGURA 74 - O DESENVOLVIMENTO URBANO DE SÃO LUÍS. 1 – CENTRO HISTÓRICO; 2 – ITAQUI-BACANGA; 3 – PONTA D’AREIA; 4 – LOCAL ONDE SERÁ IMPLANTADA A CIDADE OPERÁRIA NOS ANOS 1970.	113
FIGURA 75 - BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA.....	114
FIGURA 76 – QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS EXECUTADAS PELA COHAB -MA...	114
FIGURA 77 - ÁREAS DA 1ª ETAPA DO CONJUNTO DA CIDADE OPERÁRIA E DA 2ª ETAPA QUE HOJE CORRESPONDE AOS BAIROS ADJACENTES.....	115
FIGURA 78 – ÍNDICE DE DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL DE SÃO LUÍS - MA	117
FIGURA 79 – TECIDO URBANO (À ESQUERDA) E TRAÇADO (À DIREITA).....	118
FIGURA 80 - RESERVAS URBANAS DO BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA	119
FIGURA 81 – ÁREAS INSTITUCIONAIS COM EQUIPAMENTOS URBANOS E ÁREAS NÃO EDIFICADAS AINDA	120
FIGURA 82 – LOCALIZAÇÃO DAS PRAÇAS DA CIDADE OPERÁRIA DE ACORDO COM O INCID.....	121
FIGURA 83- ESPAÇOS LIVRES NO BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA	124
FIGURA 84 – PEQUENAS ÁREAS VERDES ENTRE AS QUADRAS COM ÁREA ENTRE 280 – 360M ²	124
FIGURA 85 – ÁREA DA PRAÇA ANALISADA – A PRAÇA DO VIVA	125
FIGURA 86 – CROQUI DOS ASPECTOS FIGURATIVOS DA PRAÇA DO VIVA LEVANTADOS EM VISITA DE CAMPO.....	126
FIGURA 87 – CORTE 1 DA PRAÇA DO VIVA.....	126
FIGURA 88 - QUADRO GERAL COM AS MANCHAS DOS USOS PREDOMINANTES.....	127

FIGURA 89 – FLUXO NAS VIAS DO BAIRRO.....	128
FIGURA 90 – À ESQUERDA, IMAGEM DE JORNAL DA ÉPOCA DA INAUGURAÇÃO DO CONJUNTO. À DIREITA, TIPOLOGIAS REMANESCENTES DA ÉPOCA DA INAUGURAÇÃO DO CONJUNTO.....	129
FIGURA 91 – CROQUI DO RITMO DOS VÃOS NAS FACHADAS DAS EDIFICAÇÕES DO ENTORNO DA PRAÇA DO VIVA.....	129
FIGURA 92 - TIPOLOGIAS DAS HABITAÇÕES TÉRREAS.....	130
FIGURA 93 - TIPOLOGIA COM TÉRREO MAIS UM PAVIMENTO.....	131
FIGURA 94 - TIPOLOGIA COM TÉRREO MAIS UM PAVIMENTO.....	131
FIGURA 95 – ANÁLISE DA ÁREA DO ENTORNO IMEDIATO DA PRAÇA DO VIVA.....	132
FIGURA 96 – USOS DOS ESPAÇOS LIVRES DO ENTORNO DA PRAÇA: INSTRUTORES DE AUTOESCOLAS E ALUNOS FAZENDO BALIZA; E UM PARQUE DE DIVERSÕES.....	132
FIGURA 97 – A PRAÇA COMO LOCAL PARA REALIZAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E INSTITUCIONAIS.....	133
FIGURA 98 – CAMINHÕES QUE FAZEM FRETE UTILIZANDO A ÁREA DA PRAÇA DO VIVA.....	133
FIGURA 99 – PROJETO “LENDO NA PRAÇA” COM ESCOLAS MUNICIPAIS DA ÁREA.....	133
FIGURA 100 – ATIVIDADES FÍSICAS REALIZADAS NO AMANHECER, NO ENTARDECER E À NOITE.....	133
FIGURA 101 – FREQUENTADORES DE TODAS AS FAIXAS ETÁRIAS.....	134
FIGURA 102 – LIMPEZA DOS CANTEIROS FEITO PELA COMUNIDADE E A SOMBRA DA VEGETAÇÃO.....	134
FIGURA 103 – QUADRA POLIESPORTIVA.....	135
FIGURA 104 – ÁRVORE TOMBADA POR VENTANIA.....	135
FIGURA 105 – CAMPO DE FUTEBOL.....	135
FIGURA 106 - TRAÇADO DO CENTRO.....	138
FIGURA 107 - TRAÇADO DA CIDADE OPERÁRIA.....	138
FIGURA 108 – TECIDO URBANO DO CENTRO.....	139
FIGURA 109 - TECIDO URBANO DA CIDADE OPERÁRIA.....	139

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ILUSTRAÇÃO ESQUEMÁTICA SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO DIALÉTICO	24
QUADRO 2 - CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	25
QUADRO 3 - CONCEITOS E CATEGORIAS DA MORFOLOGIA URBANA	26
QUADRO 4- UNIDADES HABITACIONAIS CRIADAS PELOS IAPs E PELO FCP	60
QUADRO 5 - CONDICIONANTES DA URBANIDADE PELOS TEÓRICOS.....	77
QUADRO 6 - DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS, POR ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO IBGE 2010.	84
QUADRO 7: FÓRMULAS PARA QUANTIFICAÇÃO DE ÁREAS VERDES POR HABITANTES.....	88
QUADRO 8 - DADOS DO CENTRO HISTÓRICO – ÁREA DENTRO DO LIMITE DE TOMBAMENTO FEDERAL E ESTADUAL (INCLUEM DENTRO DESTES LIMITES OS BAIROS DO DESTERRO E DA MADRE DEUS)	90
QUADRO 9 - ÁREAS VERDES DENTRO DA ÁREA DE TOMBAMENTO ESTADUAL (EM LARANJA AS ÁREAS QUE PRECISAM DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E EM VERMELHO, ÁREAS SEM CONDIÇÕES DE USO)	96
QUADRO 10 - CATEGORIAS E SUGESTÕES DE ÍNDICES URBANÍSTICOS.....	97
QUADRO 11 - DADOS DO BAIRRO DA CIDADE OPERÁRIA	117
QUADRO 12 - ÁREAS LIVRE E ÁREAS VERDES MAPEADAS NO BAIRRO.....	122
QUADRO 13 – QUADRO COMPARATIVO	136
QUADRO 14 – QUADRO COMPARATIVO ENTRE AS PRAÇAS COM BASE NA VISITA DE CAMPO	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: FORMA URBANA, URBANIDADE E ESPAÇOS PÚBLICOS.....	23
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	23
1.1. FORMAS URBANAS: AS CAMADAS DA HISTÓRIA SEDIMENTADAS NO TERRITÓRIO	27
1.1.1 O espaço urbano de São Luís: as camadas do tempo sobre o território 42	
1.1.1.1 Urbanização na cidade tradicional	43
1.1.1.2 Urbanismo moderno.....	48
1.2 ESPAÇOS LIVRES E AS ÁREAS VERDES PÚBLICAS URBANAS	69
1.3 A URBANIDADE E A VITALIDADE NOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	73
2 FORMA URBANA, ÁREAS VERDES PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A PARTILHA DO ESPAÇO URBANO.....	80
2.1 FORMA URBANA E ÁREAS VERDES PÚBLICAS NA PERSPECTIVA DO SOLO COMO MERCADORIA DE ALTA RENTABILIDADE.....	80
2.2 A FORMA URBANA DOS BAIROS DE SÃO LUÍS.....	83
3 A ANÁLISE MORFOLÓGICA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA FORMA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL (PRAÇA JOÃO LISBOA) E DA CIDADE CONTEMPORÂNEA (PRAÇA DO VIVA DA CIDADE OPERÁRIA).	87
3.1. MORFOLOGIA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL: AS ÁREAS LIVRES VERDES NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS – MA.....	89
3.1.1 Caracterização socioespacial do Centro Histórico.....	90
3.1.2 As áreas verdes públicas na Cidade Tradicional	95
3.1.3 A morfologia da praça da cidade tradicional de São Luís - a Praça João Lisboa: uma análise quantitativa, funcional e figurativa	99
3.1.3.1 Quanto à vegetação, ao mobiliário e o monumento	108
3.2 MORFOLOGIA URBANA DA CIDADE CONTEMPORÂNEA E AS ÁREAS LIVRES VERDES NO BAIRO DA CIDADE OPERÁRIA: A URBANIDADE EM UMA DAS NOVAS CENTRALIDADES DE SÃO LUÍS.....	112

3.2.1 Caracterização socioespacial	113
3.2.2 As áreas verdes públicas do bairro da Cidade Operária.....	118
3.2.3 A morfologia da Praça do Viva Cidade Operária: uma análise quantitativa, funcional e figurativa.....	125
3.3 COMPARAÇÕES, DISCUSSÕES: A URBANIDADE DAS PRAÇAS E A PERCEPÇÃO DOS USURÁRIOS.....	135
3.3.1 Percepção dos usuários	140
3.4 PROPOSIÇÕES PARA AS ÁREAS VERDES PÚBLICAS	144
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
TESES, DISSERTAÇÕES, ARTIGOS – MÍDIAS DIGITAIS	161
ANEXOS	165

INTRODUÇÃO

O crescimento exponencial e desordenado dos centros urbanos tem trazido perdas constantes e irreparáveis, tanto paisagísticas, ambientais, quanto socioculturais. Desta forma, a cidade acaba por sintetizar diversos valores sociais, econômicos, políticos e culturais de uma sociedade onde a forma de produção do espaço urbano reflete no modo de vida das pessoas. O modo de reprodução da cidade capitalista tem priorizado o individualismo e a exacerbação da estratificação social, onde compensações das tensões inerentes ao caos gerado por um planejamento induzido pelo, e para o capital imobiliário, só aumentam a desintegração da experiência de mundo de cada cidadão. Os espaços públicos, principalmente os espaços verdes públicos teriam essa função integradora dentro dos bairros, quando bem idealizados. Como diz Lamas (2000:61) *“o objetivo do desenho urbano e, por extensão, do urbanismo não será apenas organizar o território para acolher atividades, mas também atuar na forma para que exista comunicação estética e significado”*.

Sabe-se que desde as civilizações mais antigas a sociedade é regida pelas relações de poder, onde estas se organizam de forma a estratificar seus indivíduos. E essa forma de ordenamento se materializava no território, e isso foi reproduzido em todos os tipos de cidade no decorrer da história. Sejam as cidades da sociedade ocidental (cidade romana, cidade medieval, cidade renascentista, cidade barroca, cidade industrial, cidade modernista e a cidade contemporânea) quanto cidades orientais. O território está impregnado de manifestações de poder que são resquícios de como as sociedades antigas se estruturavam para manutenção do poder de um grupo.

Na cidade moderna a ruptura com os modos de viver da cidade tradicional, novas tipologias, novas formas urbanas são criadas a partir da racionalidade e funcionalidade proposta pelo modernismo. Lamas (2000:53) afirma que a organização funcionalista das cidades anulou projetos que levassem em consideração aspectos morfológicos. Afirma ainda que as relações quantitativas e distributivas, o zoneamento e a atribuição de uma função exclusiva a cada parcela do território tornaram-se métodos universais do urbanismo, produzindo cidades monótonas e pouco estimulantes. *“eventualmente com tudo arrumado no seu lugar, mas sem lugar para a surpresa, a complexidade e a emoção”*.

O resultado de relegar considerações morfológicas tem sido nítido nas cidades contemporâneas e sua paisagem. Por esta e outras razões, a contemporaneidade traz ao urbanista o grande desafio de trazer as pessoas do ambiente privado e de suas rotinas frenéticas e ao mesmo tempo frívolas, para o convívio da cidade. Além do desafio de desenhar a cidade sem se deixar subjugar pelos apelos do capital, o urbanista duela também com as tecnologias das redes sociais que transformam o espaço virtual em espaços de sociabilidade e de permanência, esvaziando a cidade e seu cotidiano. Traz o desafio de corresponder às especificidades das demandas de cada município, de cada bairro. Como afirma Alex (2011, p. 11) a nova urbanidade está sendo exercida pela população nos shopping centers.

As praças e demais espaços públicos estão perdendo espaço, vítimas da obsolescência pelas práticas contraditórias do planejamento urbano. Nos *shopping centers* é que está sendo o local do encontro, o local do comércio, o local da troca, provocando o movimento dialético de desinteresse da população pelos “não convidativos” e esvaziamento e esquecimento dos espaços públicos das cidades.

Durante a graduação em Arquitetura e Urbanismo os estudos sobre história da arquitetura e desenho urbano foram levantando questionamentos gradativos sobre a produção do espaço urbano. Entretanto, somente no Mestrado de Desenvolvimento Sócio espacial e Regional que houve a combinação fundamental entre as práticas da arquitetura, na graduação, e todo o embasamento teórico do mestrado, para que os questionamentos começassem a ser entendidos com maior profundidade. Percebendo a dinâmica econômica e social na microescala dos conjuntos habitacionais construídos nas primeiras políticas habitacionais na Ilha do Maranhão e a forma de produção espacial dessas localidades, optou-se por analisar as formas de interação intra-bairro e a relação com o seu entorno. E também, como moradora de um dos conjuntos habitacionais da cidade, o bairro da Cidade Operária (entre 1988 – 2005), percebi a necessidade de fazer esse registro sobre bairros construídos na mesma época, sob a perspectiva da arquitetura e do urbanismo. A percepção da forma agradável da cidade histórica em contraponto com a cidade moderna e contemporânea traz à reflexão a questão da cidade que nós temos e direcionarmos esforços para desenhar a cidade queremos.

O desenho da cidade antiga, do Centro Histórico de São Luís, com sua urbanização tradicional, com influências renascentistas e barrocas, possui inúmeras

amenidades urbanas que a tornam singular e agradável. E como afirma José Lamas (2004:116) as transformações da forma (*urbana*, grifo nosso) sobrevêm quando esta se revela inadaptada ao contexto. As modificações da forma urbana são consequência da vitalidade social e econômica das sociedades. Assim, com as mudanças políticas e com as transições econômicas a forma da cidade colonial já não comportava um novo jeito de viver e pensar da sociedade.

Na segunda metade do século XX, uma conjunção de fatores socioespaciais dentro do espaço urbano de São Luís do Maranhão, culminou na transformação e organização territorial. Na arquitetura e no urbanismo essas transformações são objetos de estudo da morfologia urbana, que estuda os elementos constitutivos do espaço urbano. Essa nova organização territorial teve reflexos na dinâmica do espaço intra-urbano, local onde as vivências mais primárias e elementares da sociedade acontecem. O Plano de Expansão (1958) de Ruy Mesquita e o Plano Diretor (1974) de Haroldo Tavares conduziram uma nova dinâmica da cidade de São Luís e desencadearam o rompimento da forma de ver e viver a cidade (hábitos de cultura e consumo transformados), que tinha o modelo urbano colonial, no esfacelamento das práticas urbanas, na depreciação econômica e social de áreas por onde o interesse imobiliário já passou e que não correspondem mais aos interesses do capital, deixando um rastro de formas urbanas obsoletas no curso da história. As novas áreas da cidade foram alternando importância de forma simbólica e principalmente, importância econômica à medida que o processo de expansão urbana acontece na cidade, gerando novas rotas, novos fluxos, novos núcleos e dinâmicas econômicas e sociais.

Segundo Fonseca (2002, p.35) a migração intra-urbana, causada pelo processo de ascensão social e a busca de símbolos como status, poder e prestígio, alimentados pela especulação imobiliária, significou a desvalorização do centro de São Luís, de maneira mais ampla e incluindo as áreas adjacentes, gerando novas centralidades, podendo-se citar os bairros do São Francisco, Renascença e Calhau. O autor intitula essas novas áreas de “periferias dos ricos”, ou seja, áreas residenciais de alto luxo, localizadas nas margens urbanas, próximas a eixos rodoviários, conectados com a área central da cidade.

(...) o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço,

isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade legal”. (MAUTNER, 2010, p. 253).

Com a inauguração da Ponte José Sarney em 1970, o fluxo imobiliário foi dirigido para a chamada cidade nova, o bairro do São Francisco que surgiu e tornou-se uma nova centralidade residencial, comercial e de prestação de serviços. Um fator adicional para a transformação da paisagem urbana de São Luís foi o Plano diretor de 1992, quando a cidade ganha novas feições com a permissão de uma maior verticalização em certas áreas, como, por exemplo, o bairro Renascença II, que se viu rapidamente ocupado por edifícios multifamiliares e de serviços, sendo adensado em quatro anos e ocasionando diversos problemas no trânsito local e de bairros adjacentes. Conforme Fonseca (ibid. p.55), “esse bairro funciona como um dos novos sub centros de São Luís, mais bem equipado e com maior oferta de serviços que o São Francisco”.

O aumento do perímetro urbano de São Luís foi delineado pelos Planos de Expansão de 1958 e o Plano Diretor de 1977. No PD de 1977 aconteceram as maiores ocupações de São Luís, logo após a instalação de grandes conjuntos habitacionais situados estrategicamente nos limites territoriais municipais e do lado diametralmente oposto às áreas territoriais mais valorizadas, que por acaso, correspondem à extensão litorânea. Diante de permissões adicionais no P.D de 1992, a referida cidade tem novamente a indução do fluxo imobiliário para ocupação da faixa litorânea pela classe dominante. Na década de 1990, existia grande deficiência dos transportes coletivos para a região Norte da cidade, e a possibilidade de frequentar os novos bairros da cidade nova era para os que possuíam automóvel.

A inclinação para esta temática de pesquisa surgiu da observação sobre as diferentes formas de urbanidade presente nos espaço urbano de São Luís. A modernidade trouxe uma nítida ruptura nos modos de viver. Essa mudança comportamental no meio urbano me reportou a um livro que li - “O choque do futuro” de 1972 de Alvin Toffler - onde o autor comenta que a “*sociedade moderna está construindo relacionamentos de vinculações limitadas, cujos vínculos são apenas funcionais e superficiais*”. Toffler (1972, p. 77) menciona a fala de Max Weber, onde este assinala a obviedade de que nas cidades as pessoas não podem conhecer cada um dos seus vizinhos tão intimamente quanto nas pequenas comunidades. George Simmel, também citado por Toffler, afirma que “se o indivíduo urbano reagisse emocionalmente

a cada um e a todos que viesse a entrar em contato, ou sobrecarregasse sua cabeça de informativos acerca dessas pessoas, seria ele completamente atomizado internamente e resvalaria para uma condição mental inimaginável”.

As minhas vivências como moradora de conjuntos habitacionais da época do BNH, como estudantes de arquitetura e urbanismo na UEMA (com toda a bagagem teórica transmitida pelo corpo docente), os estágios curriculares e extracurriculares na área de urbanismo, um intercâmbio internacional na Universidade de Aveiro, em Portugal (que possibilitou que eu visse a arquitetura e o urbanismo, como também, as problemáticas de cidades europeias), e por último, as pesquisas feitas nos 13 municípios da Região Metropolitana da Grande São Luís foram “fermentando” diversos questionamentos sobre os desafios do urbanismo contemporâneo. Perceber mediante os processos de evolução urbana, os impasses que os arquitetos e urbanistas têm de projetar a cidade para o progresso sem esquecer a escala humana e o caráter integrador, inerente ao conceito de cidade.

Os diversos tipos de urbanidade e apropriação dos espaços públicos estão relacionados também com as formas urbanas, pela forma como a cidade é desenhada. A comparação entre o desenho urbano, do traçado e toda a composição da cidade tradicional em contraponto com a cidade moderna, demonstra também a monotonia da paisagem urbana que está sendo produzida e reproduzida, sem nenhum questionamento. Arquitetos e urbanistas de São Luís presenciam gestão após gestão, a inoperância e/ou conivência do Estado em subjugar o urbanismo ao poder do capital, neste caso representado por agentes como o mercado imobiliário e o setor da construção civil (com obras de grande e médio porte que impactam na paisagem urbana).

O cerne da pesquisa é o projeto dos espaços públicos e a reflexão sobre a importância dada a este no decorrer do tempo na cidade. A problemática está na escassez de espaços de sociabilidade na cidade moderna e contemporânea. O principal debate desta dissertação é de que forma o ordenamento territorial inspirado no urbanismo moderno impactou na forma urbana de São Luís e quais as mudanças na configuração dos espaços verdes públicos e da urbanidade.

Parte-se da hipótese de que a produção do espaço urbano de São Luís, inspirado nas ideias modernistas, foi, e é, um instrumento de ordenação social e configura o território conforme os interesses do capital, ordenando a cidade da forma mais conveniente para os interesses das classes que tentam manter e perpetuar suas

condições de poder e riqueza. O suporte da morfologia urbana como método na análise do ambiente urbano se dá em função do que Lamas (2000) chama de “organização funcionalista das cidades”, que são heranças do urbanismo moderno, e que segundo o autor acabam “produzindo cidades monótonas e pouco estimulantes.

Objetivou-se nesta pesquisa comparar, através da morfologia urbana, da cidade tradicional e cidade contemporânea em São Luís – MA, analisando os elementos constituintes do espaço urbano com ênfase nas áreas verdes. A primeira representada pelo Centro Histórico com recorte físico da Praça João Lisboa e as influências renascentista e barroca em seu traçado e arquitetura; e a segunda representada pelo conjunto habitacional da Cidade Operária com recorte físico da Praça do Viva, que teve influência do urbanismo moderno e suas novas tipologias.

Já entre os objetivos secundários estão:

- Debater e compreender os conceitos das categorias de análise: forma urbana, espaços verdes públicos, urbanidade e produção do espaço urbano.
- Investigar como ocorreram as configurações das formas urbanas em São Luís e como o bairro da Cidade Operária se situa como uma nova centralidade em São Luís;
- Fazer a caracterização Socioespacial das formas urbanas estudadas; quantificar os espaços livres e as áreas verdes públicas e fazer a análise morfológica, em uma área livre verde utilizável (Praça João Lisboa e Praça do Viva);
- Analisar a relação entre forma urbana, urbanidade, espaços verdes públicos, com a produção do espaço urbano dentro do contexto de São Luís do Maranhão.

O estudo sobre urbanidade buscará analisar a forma urbana das novas centralidades e quantificar os espaços públicos verdes nas novas centralidades de São Luís do Maranhão. Pretende mostrar brevemente a história dos bairros citados, em contraponto às suas condições atuais. Também se encontrará na base da investigação deste trabalho numa ótica do método do materialismo histórico dialético, a utilização de teóricos que tratam a questão do espaço urbano por esse viés, como Castells (1972),

Lefebvre (1970), Harvey (2006), Brandão (2007) e Villaça (2001) que contribuíram grandemente para o entendimento das complexas relações entre a lógica e a dinâmica do modo de produção capitalista e a organização espacial de um território.

Para o entendimento das categorias de análises as considerações sobre urbanismo e forma urbana serão abordadas por Lamas (2000), Camilo Sitte, Kevin Lynch. Já as conceituações de urbanidade e espaços públicos serão feitas com base nos teóricos: Jane Jacobs (2000), Jan Gehl (2013), François Ascher (2010) e Henri Lefebvre (2001). Para realização desta pesquisa foi feito o levantamento de fontes bibliográficas associadas a artigos, monografias e livros, disponibilizados na Biblioteca Central e Núcleo de Documentação, Pesquisa e Extensão Geográfica (NDPEG) localizados na Universidade Federal do Maranhão (UFMA); pesquisas em órgão como a Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos S.A (EMARPH), a Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação de São Luís (SEMURH), o IMESC, o IBGE, e a Biblioteca central da UEMA e a setorial de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão;

A investigação empírica diz respeito ao “modo de fazer pesquisa por meio de um objeto localizado dentro de um recorte do espaço social” (MEKSENAS, 2007, p. 1). Segundo o autor, a pesquisa empírica é uma modalidade de pesquisa que se realiza no campo social, em interações face a face e demanda a presença do pesquisador no espaço em que se dão as relações sociais. Na perspectiva da pesquisa envolvida com recolha direta de dados de um grupo de informantes, localizado em dada realidade social concreta, métodos quantitativos e qualitativos podem ser utilizados desde que os objetivos e a coerência da pesquisa empírica sejam mantidos. (FIGARO, 2014, p. 126)

No campo, a partir da observação, que identificou os elementos constitutivos do espaço urbano. Complementando a avaliação morfológica do espaço, a avaliação quantitativa do campo empírico foi feita utilizando como parâmetro de análise entre a cidade tradicional e a cidade moderna. A escolha dos bairros para o estudo levou em consideração o Centro Histórico como referência da urbanização tradicional e um dos bairros que surgiu a partir da idealização da cidade moderna, que surgiram após o Plano de Expansão de 1958, com as pontes e estradas que possibilitaram adentrar no território da Ilha do Maranhão - o bairro da Cidade Operária. Como a ênfase dos elementos morfológicos do espaço urbano a praça e na vegetação (espaços verdes públicos), foi feita a quantificação das áreas verdes nos bairros analisados.

Existem estudos feitos em diversas cidades com respeito aos índices de áreas verdes por bairro ou por habitantes. Por exemplo, órgãos mundiais como a ONU e a OMS sugerem que o mínimo 12m² de área verde por habitante. Entretanto, o índice de referência será o proposto pela Sociedade Brasileira de Arborização (SBAU) que propõe o índice mínimo de 15m² de áreas verdes destinadas ao lazer e à recreação por habitante. Os estudos sobre quantificação de áreas verdes que foram pesquisados se baseavam na metodologia de Nucci e Cavalheiro (1998) para os cálculos dos índices.

De posse dos mapeamentos dos espaços livres e áreas verdes do Centro Histórico (Praça João Lisboa) e Cidade Operária (Praça do Viva) , será feito um cálculo da quantidade de áreas verdes por habitante, como forma de definir parâmetros de análise do índice de áreas verdes com base na metodologia de Nucci e Cavalheiro (1998) que propõe a relação entre a área verde e a quantidade de habitantes. Onde os índices são definidos pelas seguintes fórmulas:

O Índice de Áreas Livres Totais (IALT)¹

$$IAVLVT = \frac{\Sigma \text{ das áreas livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

O Índice de Áreas Livres Verdes Totais (IALT)²

$$IAVLVT = \frac{\Sigma \text{ das áreas livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU)

$$IAVU = \frac{\Sigma \text{ das áreas (m}^2\text{) das praças totalmente utilizáveis}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

Esse procedimento será adotado por sintetizar os pensamentos de vários teóricos que discorrem sobre os espaços públicos como, por exemplo, Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Jan Gehl. E por fim, a compilação das informações, elaboração do relatório final e considerações finais com base nas pesquisas bibliográficas, na elaboração mapas figura-fundo, nas visitas exploratórias e nas visitas de campo.

A dissertação está dividida em quatro partes: O **Capítulo I** trata das questões teórico-metodológicas e os conceitos das categorias analíticas, que são: forma urbana,

¹ Incluindo a área de espaço livre do aterro como está no mapa do IPLAM.

² Somando as áreas utilizadas e as degradadas.

os espaços verdes públicos e a produção do espaço urbano. Explicando os conceitos, as divergências entre as terminologias, os autores com entendimento em comum. Irá investigar como ocorreram as configurações das formas urbanas em São Luís. Contextualizar brevemente a produção do espaço urbano de São Luís. Discorrerá ainda, sobre a urbanidade ligada à vitalidade urbana, à apropriação da população, ao fluxo intermitente de pessoas, ao ambiente da diversidade e da troca, mas, sobretudo à qualidade do espaço urbano. Trazendo a reflexão e a conexão entre as demais categorias de análise desta dissertação.

O **Capítulo 2** comentará sobre a relação entre forma urbana e o direito à cidade, sobre a função social da cidade e como os espaços públicos – no caso as áreas verdes - são tratados pelo arcabouço legal municipal, sobre o parcelamento do solo urbano, comentando sobre a legislação Federal e Municipal, considerando este último ponto como determinante para a permanência, mudanças ou criação de novas formas urbanas.

O **Capítulo 3** será o capítulo empírico, que analisará os elementos constituintes do espaço urbano nos bairros em estudo: o Centro Histórico e a Praça João Lisboa, e a Cidade Operária e a Praça do Viva. Utilizando a Metodologia da morfologia urbana de José Lamas (2000) com ênfase nas áreas verdes públicas; a metodologia de Nucci e Cavalheiro (1998) para aspectos quantitativos desses espaços. Será feita a caracterização Socioespacial dos bairros em questão, a análise morfológica, as comparações e discussões existentes entre a forma urbana da primeira centralidade e da nova centralidade na periferia. A percepção dos usuários é um ponto relevante, e também algumas proposições urbanísticas e arquitetônicas para melhorias dos bairros.

E por fim, as considerações finais com a análise da relação entre as formas urbanas analisadas, espaços verdes públicos e produção do espaço urbano dentro do contexto urbano de São Luís do Maranhão.

1. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA: FORMA URBANA, URBANIDADE E ESPAÇOS PÚBLICOS.

Este capítulo se propõe a explicar as questões teórico-metodológicas do presente trabalho. Tratará de abordagens conceituais das palavras-chaves da pesquisa, a fim de compreender de que forma o ordenamento territorial inspirado no urbanismo moderno, e impactou na forma urbana de São Luís e quais as mudanças na configuração dos espaços verdes públicos. Serão abordados os conceitos das categorias de análise como forma urbana, espaços verdes públicos e novas centralidades. A princípio, convém esclarecer adjetivações dos termos já que diversos campos disciplinares dialogarão nesta pesquisa. Em seguida serão apresentados os procedimentos metodológicos desta pesquisa, para que então, seja feita a reflexão sobre a relação das novas formas urbanas criadas com os espaços verdes públicos de São Luís.

1.1 Procedimentos Metodológicos

O método nada mais é do que as estratégias de pesquisa, os caminhos percorridos para se atingir os objetivos determinados pelo pesquisador. Marconi; Lakatos (2010, p. 65) definem método como *“um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”*.

Segundo Diniz (2008:4) as coisas e os fenômenos estão em contínuo movimento e não podem ser analisadas na condição de objetos fixos, ou serem analisados de forma separada e independente; a autora considera o mundo como um conjunto de processos. Afirma ainda, que *“o método dialético penetra no mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”*.

O método dialético reconhece a dificuldade de se apreender o real, em sua determinação objetiva, por isso a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição. A noção de totalidade refere-se ao entendimento de que a realidade está totalmente interdependente, inter-relacionada entre os fatos e fenômenos que a constitui. Já a noção de mudança compreende que a natureza

e a sociedade estão em constante mudança e que elas tanto são quantitativas quanto qualitativas. Enquanto isso a noção de contradição torna-se o motor da mudança. As contradições são constantes e intrínsecas à realidade. As relações entre os fenômenos ocorrem num processo de conflitos que geram novas situações na sociedade (DINIZ, 2008, p.06). Logo, para investigação das questões urbanas contidas nesta pesquisa, será utilizado o método dialético.

Para o desenvolvimento da pesquisa o trabalho terá como base uma análise metodológica através do estudo da forma urbana e, também, a compreensão de quatro conceitos: forma urbana, espaços públicos, urbanidade e novas centralidades. Refletir sobre a conexão entre a produção do espaço, forma urbana e urbanidade em São Luís do Maranhão. O caminho desta reflexão utilizará dois métodos:

a) o método do materialismo histórico dialético (Quadro 1), para orientar a abordagem teórico-metodológica e o entendimento da produção do espaço urbano e a reprodução da cidade capitalista;

Quadro 1 – Ilustração Esquemática sobre o Materialismo histórico dialético



Fonte: Autora (2017) a partir de LOWY (1991:13-18)³

³ LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 7. Ed. São Paulo, 1991.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

b) o método morfológico de Lamas (Quadro 3), ou seja, o estudo da forma da urbana (Tabela 4) e seus elementos constituintes, no capítulo que trata do objeto empírico do estudo a que esta pesquisa se propõe.

Os caminhos teórico-metodológicos (Quadro 2) utilizados para iluminar a pesquisa científica do tipo exploratório-descritiva são a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com o registro fotográfico de algumas áreas dos bairros estudados para um estudo comparativo (entre o centro histórico, o bairro moderno e o bairro contemporâneo), entrevistas semiestruturadas com os agentes sociais. Em paralelo, é feita a varredura do perímetro urbano através de imagens satélites obtidas através do Google Earth, e da utilização do Google maps para espacialização das informações obtidas (como as áreas das poligonais que representam as áreas verdes e os espaços públicos dos bairros).

Quadro 2 - Caminhos Teórico-metodológicos da pesquisa

CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS			
Qual o principal debate	De que forma o ordenamento territorial inspirado no urbanismo moderno impactou na forma urbana da cidade de São Luís e quais as mudanças na configuração dos espaços verdes públicos.		
Revisão de literatura	Pesquisa bibliográfica das categorias de análise e documental/Levantamento histórico-cartográfico		Forma urbana
			Espaços livres/espaços verdes públicos
			Urbanidade
			A produção capitalista do espaço urbano
Campo empírico / Coleta de dados primários e secundários	1º fase	Estudo das formas urbanas da cidade tradicional e a cidade modernista	Utilização do recurso da Análise morfológica do espaço urbano no campo empírico; Paralelamente à pesquisa quantitativa.
	2ª fase	Pesquisa de caráter Quantitativo e qualitativo	- Mapeamento das áreas verdes e espaços públicos urbanos na cidade de São Luís através do Google Earth - Cálculos da quantidade de m ² de área verde por habitante nos bairros de São Luís; - Questionários e entrevistas
Resultados e Discussões	Igualdades ou distinções entre os traçados e suas relações com os espaços públicos verdes e conseqüentemente com a urbanidade		- Análise dos resultados - análise da relação entre forma urbana, espaços verdes públicos e produção capitalista do espaço urbano.
Considerações Finais			

Fonte: AUTORA (2017)

Quadro 3 - Conceitos e Categorias da Morfologia Urbana

CONCEITOS E CATEGORIAS DA MORFOLOGIA URBANA						
MORFOLOGIA URBANA	Forma Urbana	Malha urbana	Densa e tecido construído contínuo	<ul style="list-style-type: none"> - Aproveitamento máximo do solo como recurso - reduzida preocupação com a sustentabilidade desse modelo de aproveitamento do solo - Associado à cidade compacta e a valores como urbanidade 		
			Densa e tecido construído descontínuo	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial de ocupação próximo de grandes infraestruturas - desrespeito por regras e modelos de ocupação, gerando ocupações ilegais; - valoriza o fato de o terreno barato vir a se tornar caro (especulação imobiliária). - desenvolvimento territorial; 		
			Pouco densa e tecido construído contínuo	<ul style="list-style-type: none"> Surge entre pontos de elevada acessibilidade e centralidades; - surge também entre centralidades; - registra elevados fluxos de pessoas e bens geradores de procuras específicas; - é incapaz de gerar malha em seu redor 		
			Pouco densa e tecido construído descontínuo	<ul style="list-style-type: none"> -distanciamento de vias e de construções; - espaços próximos de áreas com regimes de ocupação bastante restritos; - valorização do recurso do solo 		
		Traçado	Padrão não ortogonal	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade - Individualidade - escala humana 		
			Padrão ortogonal	<ul style="list-style-type: none"> -Clareza -Democracia -Regularidade expansão 		
		Elementos constituintes	Espaços públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Praças - Ruas - Monumento - Vegetação 	<ul style="list-style-type: none"> - de circulação - de permanência 	
			Espaços privados	- edifício	Diversas tipologias: colonial, barroca, neoclássica, art déco, art Nouveau, eclético	
				- lotes		
		- quadras				

Fonte: Adaptação da autora (2017) a partir de SILVA (2016)⁴

⁴ SILVA, Paulo Antônio dos Santos. **Formas Urbanas**. Seminário do Mestrado em Planejamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.

1.1. Formas urbanas: as camadas da história sedimentadas no território

“Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma. Aquilo que se oferece à análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo. A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo” (LEFEBVRE, 2001:91)

No entendimento de Lamas⁵ a forma (física) do espaço é produto de um conjunto de fatores, entre eles: as condições socioeconômicas, políticos e culturais de produção do espaço. Entretanto, o autor entende que a forma urbana é também, ou deverá ser o resultado da produção voluntária do espaço levando em consideração os objetivos do planejamento (econômico, social, administrativos), os organiza e resolve utilizando os conhecimentos culturais e arquitetônicos sobre esse mesmo espaço e materializando-os através da sua forma.

O suporte da morfologia urbana na análise desta pesquisa sobre o território se dá em função do que Lamas⁶ chama de “organização funcionalista das cidades”, que são heranças do urbanismo moderno, e que segundo o autor acabam produzindo cidades monótonas e pouco estimulantes. As formas urbanas podem ser pensadas para serem locais de convergência (centralidades) ou locais de dispersão (locais sem urbanidade). O desenho da cidade tem o poder de causar emoções positivas ou negativas, influenciar positivamente ou negativamente no cotidiano do bairro ou da cidade.

A Morfologia urbana (morfo, do grego *morphe*, significa forma; e “logia”, do grego *logos*, significa estudo) trata-se de um estudo da produção e transformação do meio urbano no tempo e de seus elementos morfológicos. Os elementos morfológicos do espaço urbano são: o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário urbano (LAMAS, 2000: 79-110).

As diversas tipologias de forma e traçado urbano são o produto de transformações de uma cidade que entra em um novo contexto (econômico, político, religioso) e precisa se readaptar. Nas palavras de Lamas (2000, p. 114), *“as transformações urbanas da forma sobrevivem quando esta se revela inadaptada ao contexto. A permanência das mesmas formas urbanas foi possível porque o contexto o qual essas formas foram produzidas não se modificou. As modificações da forma urbana são consequências da vitalidade social e econômica da sociedade”*. O autor pondera ainda, que há elementos morfológicos que estão em contínua modificação, e outros, que não se modificam, principalmente os monumentos, o

⁵ LAMAS, 2000, p.26

⁶ LAMAS, 2000, p.53

traçado ou vias e também, de certa forma, a estrutura fundiária. O autor afirma ainda que para que exista a forma tem que existir o desenho urbano.

Serra (1987, p.1) afirma que a forma urbana é uma criação coletiva, que ocorre permanentemente e por períodos muito maiores do que a duração da vida de cada um dos construtores, e que, segundo ele, por vezes aparece como um incontrolável processo natural. Segundo Lamas⁷ a cidade é um organismo vivo e encontra-se em contínua modificação e por isso, quando se trata de forma urbana, tem que está relacionada com um instante preciso, pois, segundo ele, o tempo é fundamental para compreender o território como objeto físico e para “*posicionar a intervenção do arquiteto*”.

“O espaço urbano não é, em decorrência, uma mera compartimentação do espaço humano, que se distinguiria pela densidade e pela dimensão das adaptações às aglomeradas. Na verdade, suas diversas partes têm funções especializadas, e entre elas estabelecem-se relações intensas e complexas. Isso permite falar em estrutura do espaço urbano, e, como sua construção, estabelecimento e operação dessas relações se dão no tempo, fala-se, também, em processo.” (SERRA, 1987, p.79)

Diante de algumas ideias de Lamas já mencionadas pode-se depreender que o desenho urbano e a forma urbana são mais do que uma avaliação estética do espaço produzido na cidade, mas também, e essencialmente, a leitura de toda gama de relações humanas “petrificadas” no território. Assim, observa-se no tempo que as características formais de uma cidade estão às estruturas ideológicas, políticas, econômicas como afirmam Lamas e Castells. E a partir do entendimento das motivações que geraram a forma dos espaços se dará continuidade à reflexão desta pesquisa.

Na cidade romana, por exemplo, o desenho urbano já se fazia presente para regulamentação do solo. O aparelho jurídico romano criou regras, códigos, posturas, interdições e obrigações para controlar as problemáticas da cidade como as necessidades de defesa, a falta de água, as grandes dimensões da cidade. As ruínas do Fórum Romano, na Figura 1, mostram um pouco da organização política e cultura da cidade. Localizado no centro de Roma, o fórum o local que concentrava os prédios públicos, as atividades religiosas, comerciais e culturais. A dimensão da escala e a disposição dos elementos morfológicos do espaço urbano são vistos na maquete e plano de localização dos conjuntos monumentais e edifícios públicos contidos na Figura 2.

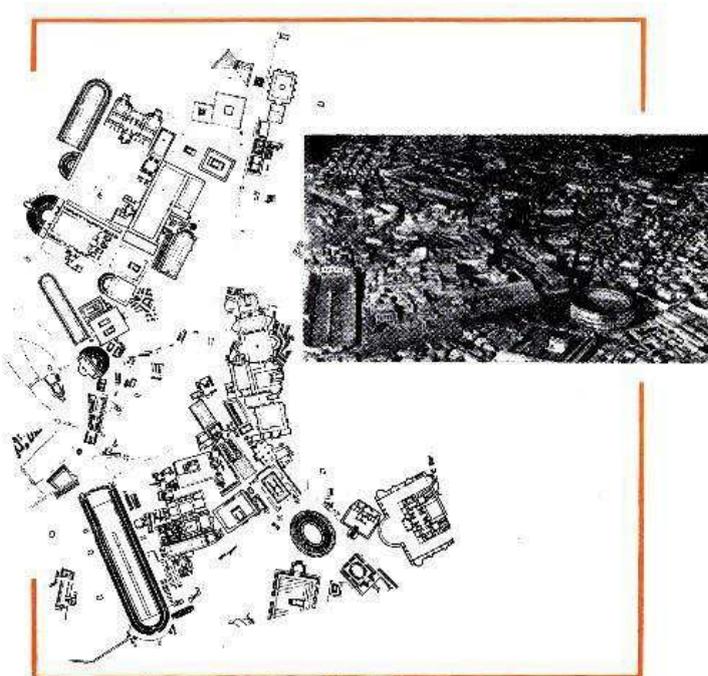
⁷LAMAS (2000, p. 111)

Figura 1 – A cidade de Roma – Fórum Romano



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%B3rum_Romano>

Figura 2 – Fórum Romano



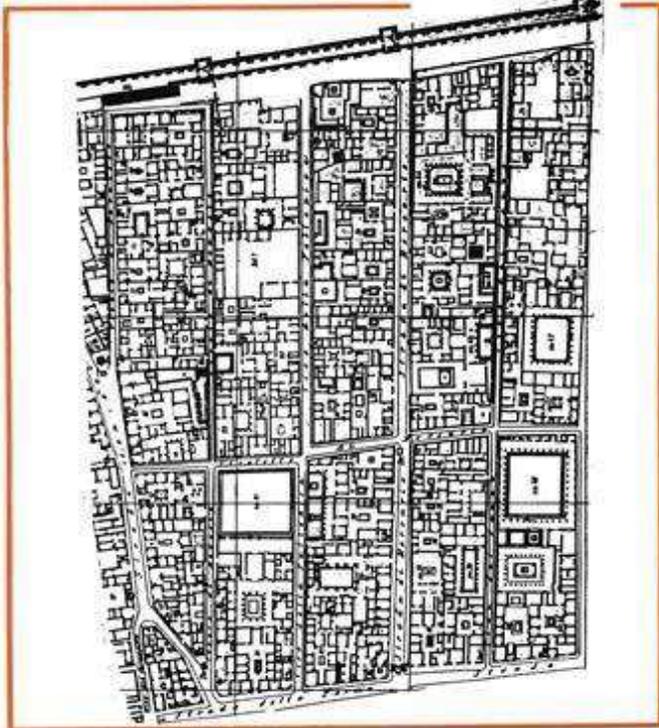
Fonte: Lamas (2000, p. 147)

Segundo Lamas (2000: 145-146) o zoneamento e a utilização da quadrícula eram usados na cidade, mas principalmente nas cidades colonizadas, seja para dividir as terras aos colonos, ou por oferecer um esquema predeterminado de fácil entendimento para a execução “e adaptação às necessidades de infraestruturas de sistema viário, de abastecimento de água, esgotos e drenagens pluviais”.

Roma já fazia regulamentação urbanística, e como afirma Lamas (2000: 146) “o zoneamento é já consequência de hierarquia social e de técnica de organização urbana”. A questão política (entre elas a defesa e a publicidade dos governantes) e a questão místico-religiosa são componentes marcantes na forma urbana da cidade romana.

Em Pompéia (Figura 4), uma das colônias do Império Romano, é possível ver a utilização da quadrícula, seja por questões fundiárias na divisão do terreno pelos colonos ou pela adaptação da infraestrutura de abastecimento de água e sistema viário.

Figura 3 – Pompeia, colônia de Roma– Planta de um setor com as quadras ou quarteirões e o parcelamento.

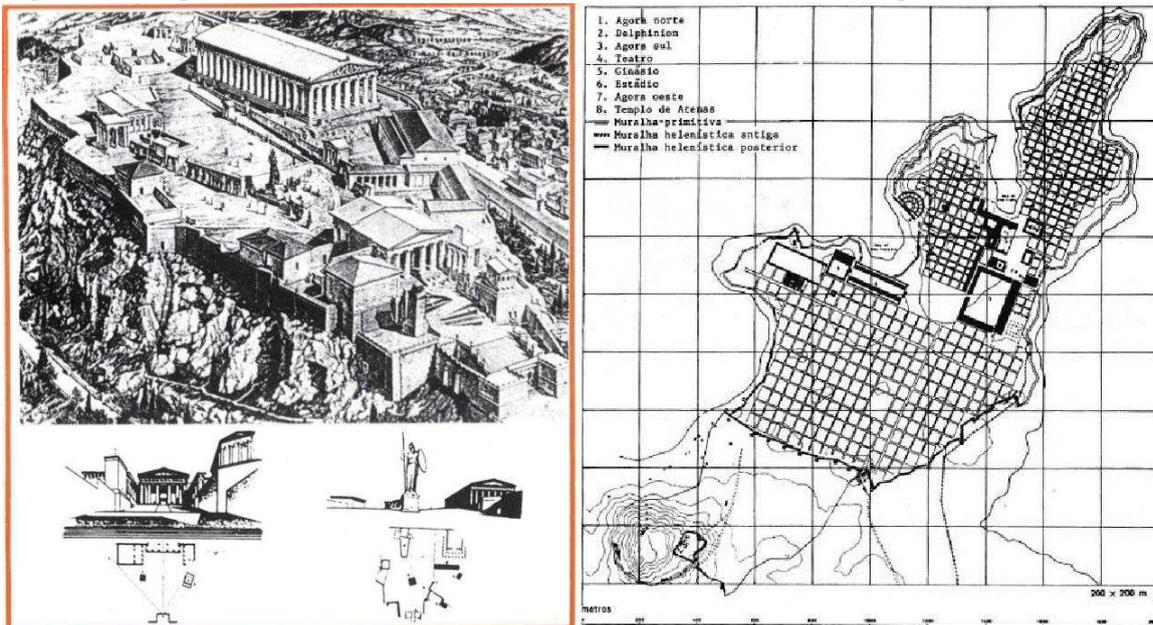


Fonte: Lamas (2000, p.149)

O espaço urbano da cidade grega (Figura 4) é representado pelo trato artístico e pelo cuidado com os lugares públicos, geralmente monumentais tidos como prioridades em decorrência do sistema social existente. A quadrícula regular é cortada bruscamente pelo relevo e muralhas. Os monumentos, edifícios e lugares públicos do centro ignoram a quadrícula regular, que se destina à habitação. A lógica da produção do espaço da cidade grega era fazer com que edifícios singulares - em geral, monumentos (sempre ligados à religião e ao poder) – com função comercial cívica, cultural e religiosa organizassem as estruturas urbanas. Enquanto que, de forma contrastante, as áreas habitacionais eram tratadas com grande modéstia, tem um tecido urbano uniforme, cuja ordenação era despretensiosa, materializada nos traçados de ruas regulares e monótonas ou com ruas irregulares e orgânicas. Lamas (2000: 140) afirma que:

“a forma urbana até o período helenista terá sido resultado da aplicação de princípios teóricos ao lugar, ao sítio, na óptica do urbanismo como arte prática. Só mais tarde, a partir do século V a.C. se desenvolve o interesse por modelar o espaço”.

Figura 4 - Reconstituição da Acrópole de Atenas (lado Noroeste) e vistas sequenciais do acesso à Acrópole, à esquerda (2000, p.141). À direita, Plano de Mileto - Ásia Menor e, 479 a.C. (2000, p.142)



Fonte: Lamas (2000, p.141)

A forma urbana da cidade medieval (Figura 5) foi configurada a partir de diversos acontecimentos. Basicamente, segundo Lamas⁸ a formação da cidade medieval se dará a partir da utilização de “*antigas estruturas romanas ou pela fundação de cidades novas organizadas segundo um plano regulador*”. O autor menciona que à estrutura original do traçado ortogonal da cidade romana é sobreposto ou adicionado ao traçado radiocêntrico medieval.

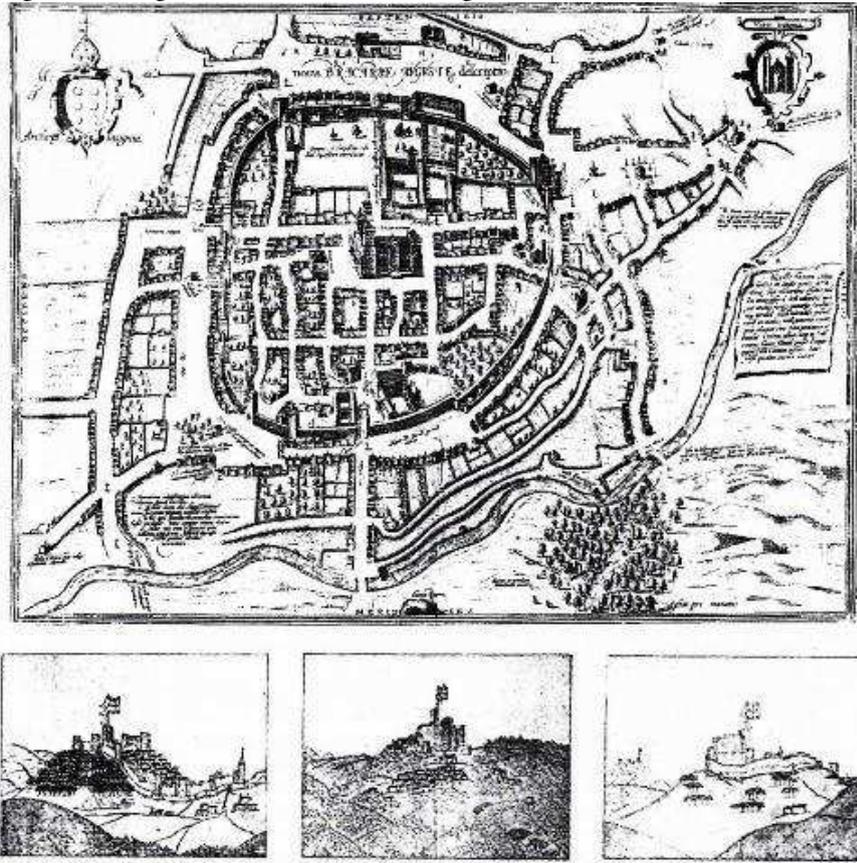
Nas palavras de Lamas⁹

“abandona-se a escala monumental das cidades romanas em favor de uma morfologia mais intimista, culminando na forma e na escala das pequenas cidades medievais, cujo desenvolvimento se apoia em classes sociais: artesãos e o comerciante, que se agrupam em sistemas de corporação e poupança, dando mais tarde início à banca”

⁸ Lamas, 2000: 151.

⁹ Lamas, 2000: 152.

Figura 5 – Braga medieval, 1594, em Portugal.

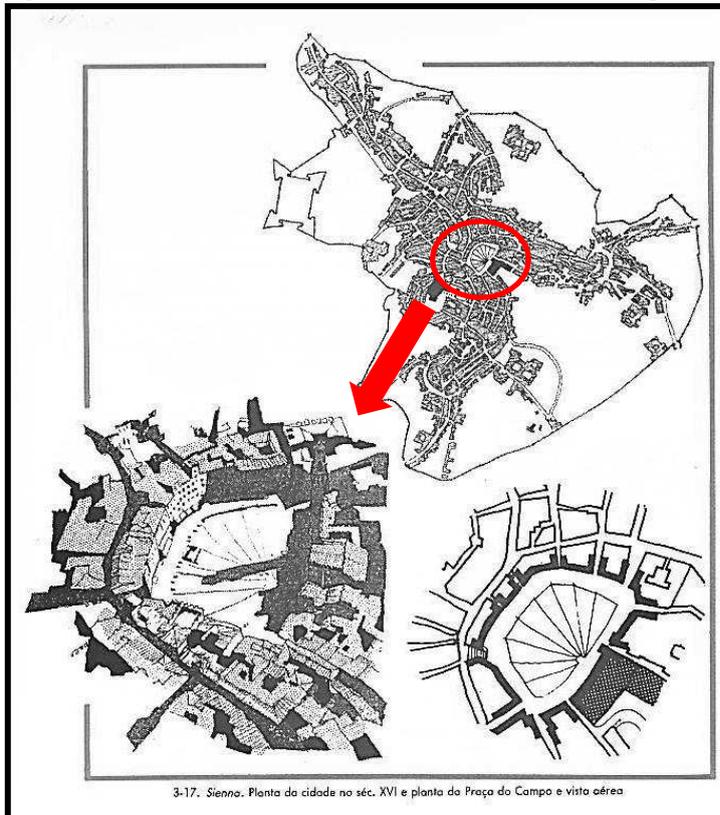


Fonte: Lamas (2000: 155)

As muralhas e suas funções de defesa (Figura 7 e 8), com suas torres e fossos, delimitam a cidade medieval, que crescia ou diminuía por conta de guerras e pestes. Na necessidade quando havia crescimento demográfico, novas muralhas eram adicionadas em forma de anéis e, novamente a cidade era circunscrita. As ruas eram desenhadas para serem percorridas a pé ou com animais de carga, era também a extensão dos mercados, lugar de negociação. As ruas eram locais de passagem e acesso aos edifícios, cujos pisos térreos tinham função comercial. Os edifícios habitacionais apresentam uniformidade e *“formam um pano de fundo da estrutura urbana”* como pode ser observado na Praça do Campo, Siena na Itália (Figuras 7 e 8). Os espaços públicos, a praça mais precisamente, eram resultantes de vazios no traçado urbano. A ideia da praça europeia tão em evidência no renascimento começa a ser pensada na idade média, já que suas praças eram, segundo Lamas¹⁰, *“um largo de geometria irregular, mas com funções importantes de comércio e reunião social”*.

¹⁰ Lamas, 2000: 154.

Figura 6 - Siena, na Itália. Planta da cidade no século XVI e planta da Praça do Campo e vista aérea



Fonte: LAMAS (2000, p.163)

Figura 7 – Praça do Campo Siena



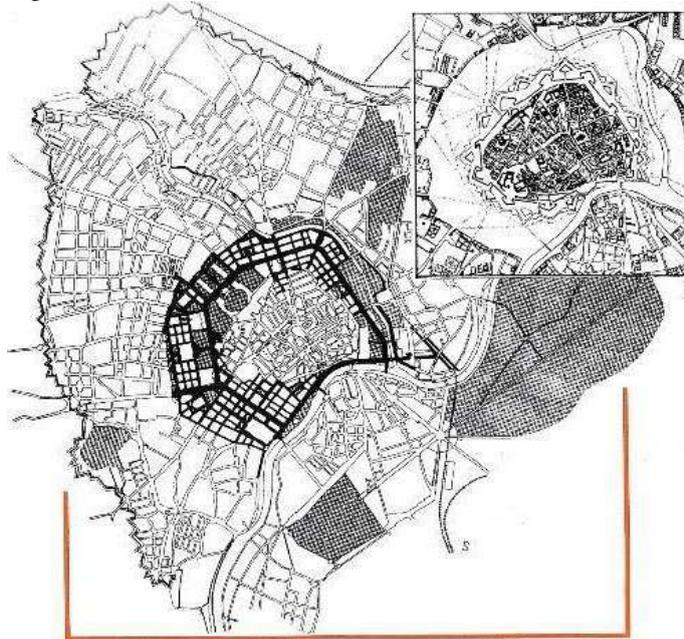
Fonte: <<https://www.discovertuscany.com/siena/piazza-del-campo.html>>

Outro exemplo de forma medieval é a cidade de Viena (Figura 9), fortificada nos séculos XVI e XVII, com muralhas contra as invasões turcas. Fortificações poligonais e em campo aberto de 600 metros separam-na das expansões periféricas. As muralhas destruídas

por Napoleão, em 1809, são origem, cinquenta anos mais tarde, ao desenvolvimento de um anel verde e equipamentos, o ring.

Camillo Sitte e José Lamas¹¹ entendem que apesar ser de difícil de recriar, “*por sua complexidade visual e formal construída por sedimentação e acumulação durante séculos*”, do modelo de composição do espaço da era medieval não deve ser esquecido na prática profissional do urbanista, pois simboliza a estrutura orgânica e intimista, com diversidade de efeitos, formas, volumetrias, imagens que fazem da cidade medieval uma grande cenário.

Figura 8 - Viena, na Áustria.



Fonte: LAMAS (2000:202)

Em oposição à forma orgânica da cidade medieval, a forma urbana da cidade renascentista (Figura 10 e 11) apresenta ruas retilíneas, cujo percurso traçado traz a valorização dos elementos urbanos. As classes mais abastadas irão encontrar na rua, segundo Lamas (2000: 172), “*o suporte do sistema social que se serve da arquitetura como meio de ostentação*”. A forma de exibir suas posses, evidenciar e confirmar seu poder e magnificência nas fachadas de seus edifícios.

A forma urbana renascentista é basicamente composta por três elementos: o traçado retilíneo, a praça e a quadrícula. A urbanística do renascimento considerava que estender a quadrícula geométrica por todo o espaço urbano seria arriscado pela monotonia da paisagem, de forma que complementavam o traçado retilíneo com traçados diagonais (Figura 09 e 10),

¹¹ Lamas, 2000: 160.

de onde surgiam as praças e os largos. Tendo como elemento de destaque na forma urbana, o monumento. A função do monumento por vezes era carregada de simbologia e significações religiosas, sociais, políticas e culturais; outras vezes, utilitária - como chafarizes e fontes (LAMAS, 2000:184).

Figura 9 - Cidade de Palma Nuova, fundada em 1593 na Itália.



Fonte: <https://misteriosdomundo.org/parece-uma-cidade-comum-ate-voce-ve-la-do-alto/>

Figura 10 – Praça em Palma Nuova, Itália



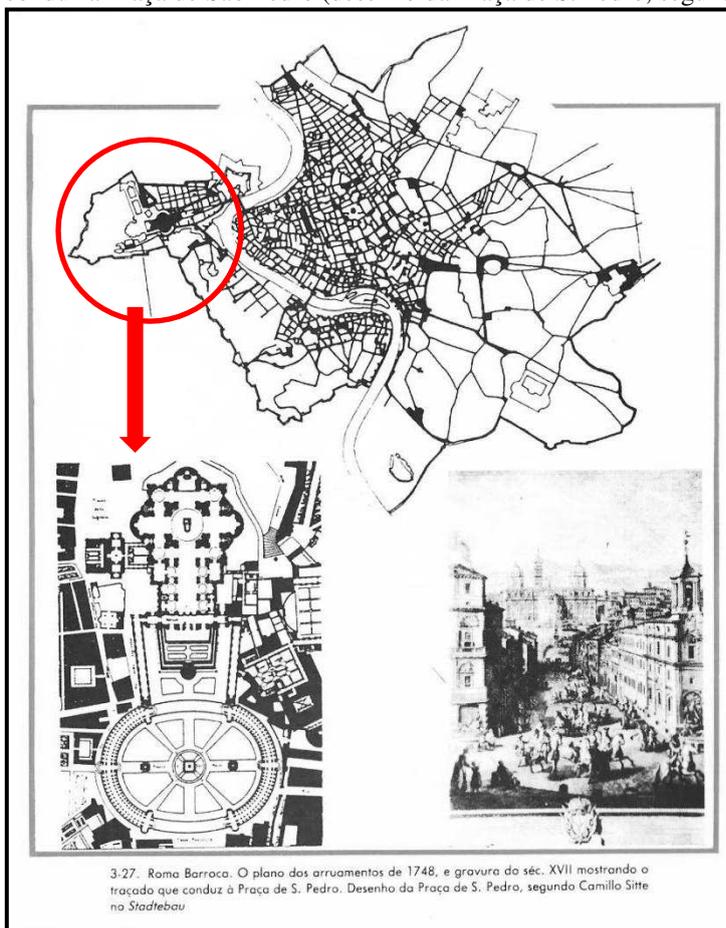
Fonte: <https://misteriosdomundo.org/parece-uma-cidade-comum-ate-voce-ve-la-do-alto/>

A partir de finais do século XVII, todas as realizações serão influenciadas pelo renascimento. A Europa entra em definitivo numa nova era cultural e estética cujos princípios

no campo urbanístico e arquitetônico só seriam definitivamente abandonados no século XX, com o Movimento Moderno. (LAMAS, 2000:168)

No caso do traçado barroco, Roma (Figura 11), apresenta vários locais de convergência (geralmente convergem para construções monumentais ligadas ao poder ou à religião, como o destaque da seta vermelha aponta para o traçado da Praça de São Pedro no Vaticano). O autor faz referência ao poder do barroco, atuando na sua arte tendo sempre como objetivo a emoção, a comoção e uma força impactante que subjuga a quem contempla essa arte.

Figura11 - Roma Barroca. O Plano dos arruamentos de 1748, e gravura do séc. XVII mostrando o traçado que conduz à Praça de São Pedro (desenho da Praça de S. Pedro, segundo Camillo Sitte no Stadtebau).



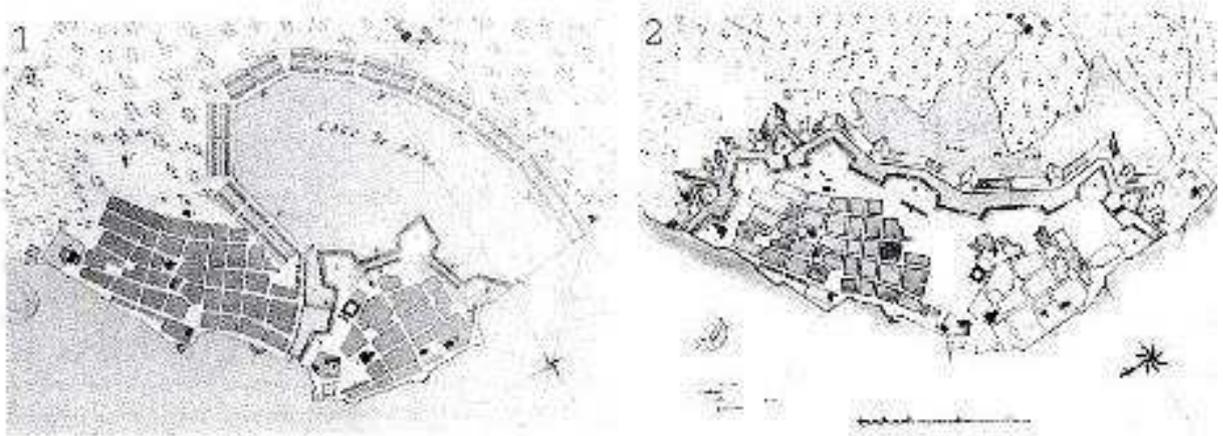
Fonte: LAMAS, 2000:181. (destaque em vermelho nosso).

“... Em contraste com a arte do Renascimento, que tende à permanência e imobilidade de todas as coisas, o Barroco manifesta, desde o início, um grande sentido de direção e movimento (...). A Arte do Renascimento é a arte da calma e da beleza... as suas criações são perfeitas; não revelam que nada foi forçado ou inibido, nem inquietações ou agitação. Não estamos equivocados se vemos nesta calma e satisfação celestiais a mais alta expressão do espírito artístico da época. O Barroco propõe operar de outro modo. Recorre ao poder da emoção para comover

e subjugar com a força do seu impacto; tende a dar uma impressão instantânea (...)" Wolfflin ¹².

O período do renascimento é um período onde a burguesia mercantil dos países europeus, rompia com as estruturas feudais, passava por um período de transição no modo de produção, e estava lentamente estruturando um modelo do que viria a ser o capitalismo. Nas cidades conquistadas (Figura 12) era implantada também a mesma racionalidade no traçado renascentista, com a presença do edifício singular como peça do sistema urbano e até mesmo ser ele gerador da forma urbana. As riquezas adquiridas com a expansão marítima e a exploração das colônias mudaram a dinâmica e o papel das cidades. Segundo Lamas¹³, a cidade Barroca e a cidade renascentista deixaram de ser somente o *“lugar de vida ou local de abrigo dos habitantes, mas também o campo de atuação político-social, o lugar de significações e da ostentação do poder”*.

Figura 12 - Cidades coloniais portuguesas. 1 – planta do Recife, segundo carta do século XVII. 2. Projetos de fortificação da cidade de Belém do Pará executados no final do séc. XVII.



Fonte: LAMAS, 2000:185.

No período clássico barroco os jardins, as alamedas, e os parques passaram a compor fortemente o desenho das cidades. Os novos modos de viver e todo o requinte e sofisticação das classes abastadas absorveram os espaços verdes como elementos de composição urbana. Os atributos culturais, formais e estéticos do urbanismo serão aplicados à natureza, com as intervenções nos parques, as florestas de caça, jardins de forma que a gênese da manipulação da paisagem se inicia nesse período. (LAMAS, 2000:194).

¹² Wolfflin, Heinrich. Renaissance und Barock na versão latina mais próxima do português, a tradução castelhana Renacimiento y Barroco. Edit. G. Gili. in Lamas, 2000:170

¹³ Lamas, 2000: 184.

A cidade do século XIX é a cidade que dá continuidade à cidade clássica e à cidade barroca, novas tipologias são surgindo e acrescentadas ao cenário existente. As cidades desse século passam por profundas transformações em virtude de grandes modificações sociais que demandaram a adaptação à necessidade de infraestruturas, equipamentos, habitação, e novas exigências espaciais. Segundo Lamas (2000:203) é o período onde a composição barroca e toda a sua monumentalidade é colocada a serviço do poder imperial e dos monarcas europeus.

Com as transformações econômicas, a forte industrialização e o crescimento demográfico, a cidade extrapola as delimitações físicas e se espalha pelo território. Nas palavras de Lamas (2000:203):

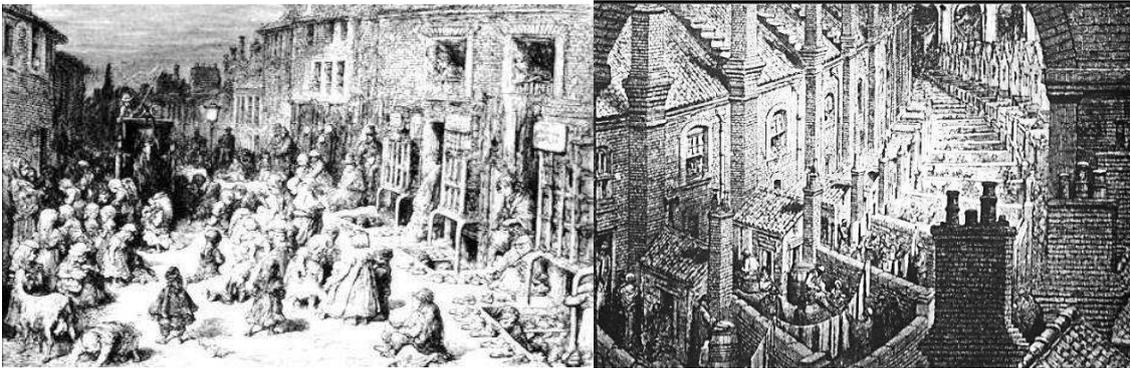
“a ruptura morfológica que se processa no século XIX é de dimensão escala e forma geral da cidade. No século XIX, a cidade deixa de ser uma entidade física delimitada para alastrar pelo território, dando início ao aparecimento de ocupações dispersas e à identificação dos perímetros urbanos”.

A Revolução industrial¹⁴ trouxe consigo não somente ânsia do capital pelo desenvolvimento das técnicas de produção para gerar mais capital e retroalimentar o processo, mas, também, o questionamento sobre como a cidade poderia absorver o contingente de pessoas que se deslocavam para as cidades, como também trouxe a necessidade de pensar nos centros urbanos e suas configurações territoriais. Polanyi (2000, p.51) dizia [...] *no coração da Revolução Industrial do século XVIII ocorreu um progresso miraculoso nos instrumentos de produção, o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns.* Essa mudança da qual o autor fala é a expulsão¹⁵ do homem do campo de suas terras, retirando a capacidade de produzir para sua subsistência, não lhe restando alternativa a não ser a migração para os locais das indústrias (Figura 13).

¹⁴ Momento da História em que houve uma transição nos modos de produção, iniciado no século XVIII na Inglaterra, cujo aumento de uso das técnicas industriais aumentou a produção e conseqüentemente o inchaço no espaço onde as fábricas se instalavam por conta da força de trabalho. Juntamente com fator da precarização da vida no campo e o rompimento do tecido social tradicional por conta da retirada das terras dos camponeses para criação de pastagens a Revolução industrial alterou a forma de pensar a cidade. A complexidade das demandas por conta do aumento populacional, as questões de insalubridade das habitações e da higiene urbana motivaram estudos urbanos.

¹⁵ Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando as defesas do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado empoeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2000, p.51)

Figura 13 - Uma rua de um bairro em Londres (Dudley Street), gravura de Gustave Doré de 1872.



Fonte: BENÉVOLO, 1999¹⁶

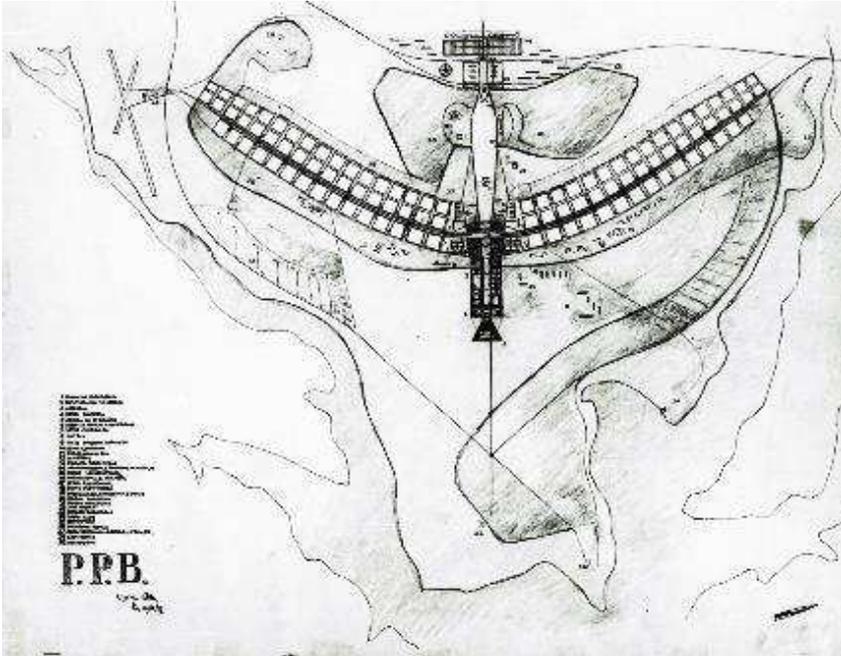
A cidade moderna e a urbanística moderna eram contra a morfologia da cidade tradicional. As quatro principais funções da cidade funcionalista citadas na Carta de Atenas, 1933 – habitar, trabalhar, recrear-se e circular – balizaram a forma urbana da cidade moderna. Segundo Lamas (2000:345) na cidade funcionalista cada função tinha a sua área de solo exclusiva, com a área residencial ocupando o lugar principal no urbanismo. Essa setorização proposta pelo urbanismo moderno era totalmente oposta ao modelo da cidade tradicional.

O urbanismo moderno teve como desafio um cenário drástico nas cidades do pós-guerra, onde atuaria na construção e reconstrução dos bairros destruídos. A necessidade de habitação para a população era emergencial, e segundo Lamas (2000:298) os arquitetos estavam convictos de que: “... tanto a urbanística existente, acadêmica e consagrada, como as estruturas urbanas tradicionais não forneciam respostas eficazes aos problemas do século XX”. Os blocos, as torres, e os conjuntos surgem como a solução para a imensa necessidade de alojamento. Essas novas tipologias construtivas do pós-guerra (1940-1960) eram diametralmente distintas das tipologias tradicionais tanto com respeito à habitação quanto aos outros elementos constituintes do espaço urbano. E isso implicou em um processo de degradação dessas áreas urbanas, juntamente com outros fatores de ordem socioeconômica. Até que na década de 1970 surgiram movimentos de requalificação e reabilitação nas áreas degradadas centrais e em conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1950 e 1960, se tratava da Conservação Urbana Integrada. Segundo Lamas (2000:298) nesse período do fim da Segunda Guerra as necessidades de habitação causadas pela guerra e demais fenômenos sociais, a avalanche de soluções ficou mais a cargo das administrações burocráticas das cidades e da engenharia pela aparente facilidade que apresentavam. Entretanto, estas soluções perdiam em termos de integração entre os elementos constituintes do espaço urbano. No Brasil, Brasília (Figura 14) foi a cidade idealizada nos moldes do urbanismo moderno.

¹⁶ BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. 4.ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 2005.

Aplicando o planejamento urbano de caráter funcionalista e racionalista. Foi projetada por Lúcio Costa em um concurso em 1957. A área urbana de Brasília é Patrimônio Mundial da UNESCO.

Figura 14 – Plano Piloto de Brasília, no Brasil.



Fonte: < <https://www.archdaily.com.br/br/867716/ultima-semana-para-visitar-a-exposicao-que-celebra-os-60-anos-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia>>

Nas décadas de 1960 um fato curioso estava reverberando em todas as cidades do mundo, seria o repúdio à cidade moderna e a reavaliação do desenho urbano da cidade tradicional em termos de referência para a qualidade de vida e formas espaciais. Segundo Lamas (2000, p.385-386) as primeiras reações contra a urbanística moderna surgiram nas décadas de 1960. Lamas¹⁷ relata inúmeros descontentamentos da população e de profissionais ao “*urbanismo operacional, sempre pouco criativo, e descobriram o desperdício do território e da paisagem e do seu potencial para fazer cidade*”. Segundo este autor, profissionais como arquitetos, sociólogos, e a população em geral criticaram a pobreza espacial, funcional e qualitativa das periferias organizadas pelo urbanismo operacional, que segundo ele é sempre pouco criativo. Afirma ainda, sobre o urbanismo operacional “[...] e descobriram o desperdício do território e da paisagem e do seu potencial para fazer a cidade.”¹⁸.

As críticas ao urbanismo moderno surgiram por este produzir uma cidade sem espaços identificáveis e sem significado. O planejamento urbano compartimenta a cidade de

¹⁷ LAMAS (2000, p.385-386)

¹⁸ Idem.

forma a reduzir drasticamente a interação dos socialmente diferentes. Freeman (1978¹⁹ apud Netto, 2013.p 242), conceitua segregação como a “restrição de interações”.

Sistemas modernos! Pois sim! Abordar tudo de maneira rígida e sistemática, não altera em um milímetro os padrões já estabelecidos, até que o espírito genial seja torturado à morte e toda sensação prazerosa seja abafada – é essa a marca de nosso tempo. A regularização do traçado das ruas é a meta de todos eles, um objetivo puramente técnico. “Um traçado de ruas serve apenas à comunicação, jamais à arte, já que nunca pode ser apreendido pelos sentidos ou visto em sua totalidade, a não ser em sua planta”. (SITTE, 1992, p.100)

Para Carlos Nelson dos Santos²⁰ (1988, p. 24-25), o grande equívoco do urbanismo moderno foi a negação da forma e do estilo, onde os arquitetos e urbanistas caíram nas alienações do *international style* e da prática urbanística racional. O autor fala sobre a retomada e a reação ao urbanismo modernista que fracassou:

[...] o que deve substituir o racionalismo-pós-modernismo ou a busca de uma nova racionalidade? Uma racionalidade menos retórica e mais comprometida com o que podem ser as noções de liberdade e dignidade para as pessoas de carne-e-osso.”

Marshall Berman, autor do livro “Tudo que é sólido desmancha no ar” conceitua o moderno da seguinte forma:

[...] ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém é uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia.

A partir de 1960 estudiosos do espaço urbano começaram a sistematizar suas críticas a respeito do urbanismo moderno. Experiências em diversos bairros e cidades do mundo onde a reprodução em escala de habitações para suprir as demandas das cidades que cresciam, tinham formas urbanas frias e rígidas que impactaram o comportamento dos habitantes.

¹⁹ FREEMAN, L. Segregation in social networks. *Sociological Methods & Research*. (6)4, 411-429. Disponível em:<<http://moreno.ss.uci.edu/25.pdf>>

²⁰ SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto editores, 1988.

1.1.1 O espaço urbano de São Luís: as camadas do tempo sobre o território

Aldo Rossi²¹ e José Lamas²² afirmam que a forma de uma cidade é o produto resultante de fatores políticos, socioeconômicos e culturais. Neste capítulo, pretende-se analisar (pesquisar, compreender...) o processo de produção do espaço urbano de São Luís e as suas formas da cidade tradicional e da cidade moderna, no intuito de compreender a dinâmica da evolução e a importância dada aos espaços públicos em cada uma dessas formas urbanas.

A cidade de São Luís, capital do Maranhão (Figura 16), fica localizada no Norte do estado na Ilha do Maranhão. Na segunda metade do século XX, a cidade de São Luís, com o Plano de Expansão (1958) de Ruy Mesquita e o Plano Diretor (1974) de Haroldo Tavares traçam novos eixos de seu crescimento. A construção da ponte do Caratatiua (1967), da barragem do Rio Bacanga (1968) e da ponte José Sarney (1970) e da ponte Bandeira Tribuzzi (1980), sendo que a ponte José Sarney a principal condutora para as terras ociosas do Norte cujo eixo de crescimento que interessou à classe média alta por sua localização próxima às áreas litorâneas. Os eixos de crescimento que iam em direção ao mar foram tomados pela classe dominante e os eixos de crescimento Centro-Leste na direção do interior da Ilha do Maranhão foi o local onde o Estado instalou a classe operária.

Figura 15 – O perímetro urbano de São Luís (à esquerda, e em vermelho) na Ilha do Maranhão.



Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município – IPLAM

²¹ ROSSI, Aldo. Arquitetura da cidade. São Paulo, Martins Fontes: 1995.

²² LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. Morfologia urbana e desenho da cidade. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

Para compreender a forma da cidade tradicional ou da cidade moderna, é necessário o retrospecto sobre a origem do traçado. Pois, como afirma Lamas²³, a forma (física) do espaço é produto de um conjunto de fatores, entre eles: as condições socioeconômicas, políticos e culturais de produção do espaço. Entretanto, o autor entende que a forma urbana é também, ou deverá ser o resultado da produção voluntária do espaço levando em consideração os objetivos do planejamento (econômico, social, administrativos), os organiza e resolve utilizando os conhecimentos culturais e arquitetônicos sobre esse mesmo espaço e materializando-os através da sua forma.

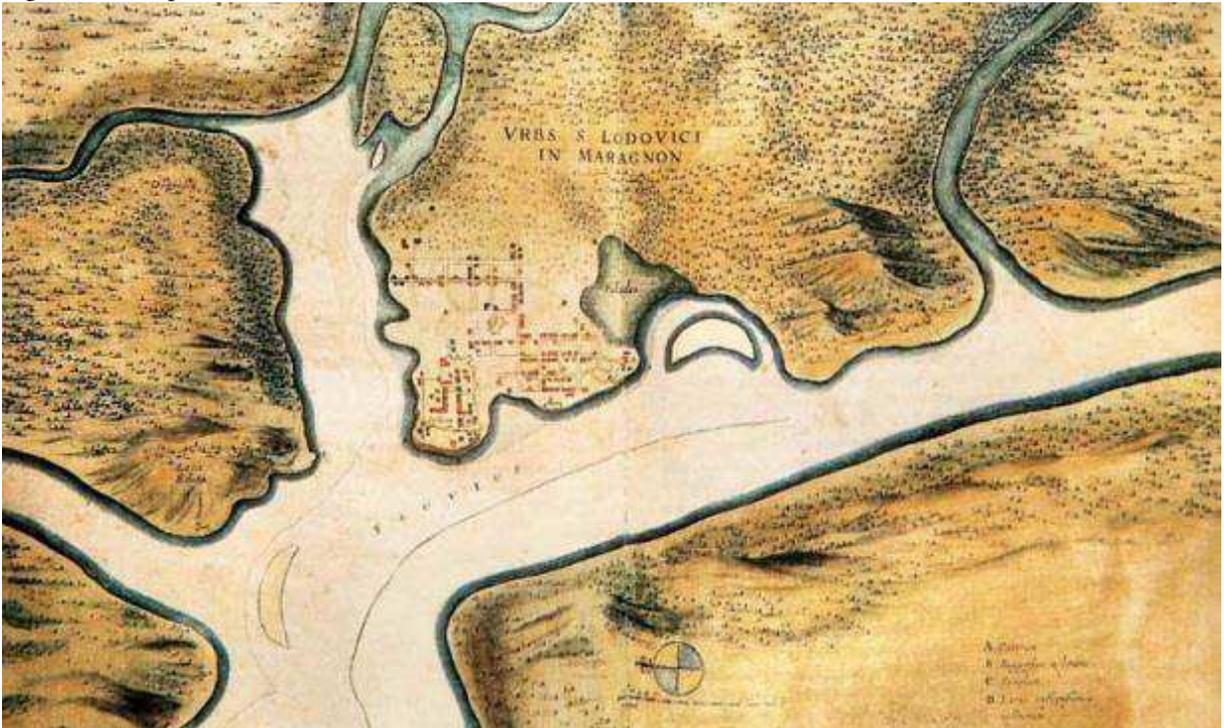
1.1.1.1 Urbanização na cidade tradicional

São Luís é uma cidade insular, visitada por espanhóis e portugueses desde o século XVI em expedições de exploração e colonização. Em 1612, quinhentos homens e três navios desembarcaram na ilha do Maranhão sob o comando dos militares Daniel de la Touche e La Ravardière, erigindo o Forte de Saint Louis (por causa do Rei-menino Luís XIII, e que hoje é denominada D. Pedro II), a principal construção francesa deste período, concluída em 8 de setembro de 1612. Dois anos depois, em 1614, o Governador Geral do Brasil, enviou Jerônimo de Albuquerque e sua expedição militar, com a atribuição de expulsar os franceses do Forte, na Batalha de Guaxenduba, na qual os portugueses lograram êxito em 1615, retomando o domínio das Coroas Ibéricas, inclusive, rebatizando o Forte de Saint Louis como Forte de São Felipe em homenagem ao Rei Felipe IV, rei da Espanha e Portugal. Para Legitimar essa dominação da Coroa Ibérica, designando ao Engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita para desenvolver e executar um plano de arruamento (Figura 16 e 17) que orientaria o crescimento e deixado para a colônia como norma de ordenamento (LOPES, 2008, p. 12-16).

A antiga São Luís, situada dentro de um anel viário composto pelas avenidas Beiramar e Avenida Vitorino Freire, mantém um traçado urbano que ainda agrada o pedestre. Este primeiro ciclo ocorre nos moldes da urbanização tradicional, herança da colonização portuguesa no século XVIII. E por conta da área e do grau de conservação de seu conjunto arquitetônico a UNESCO considera São Luís o maior conjunto colonial de arquitetura portuguesa da América Latina.

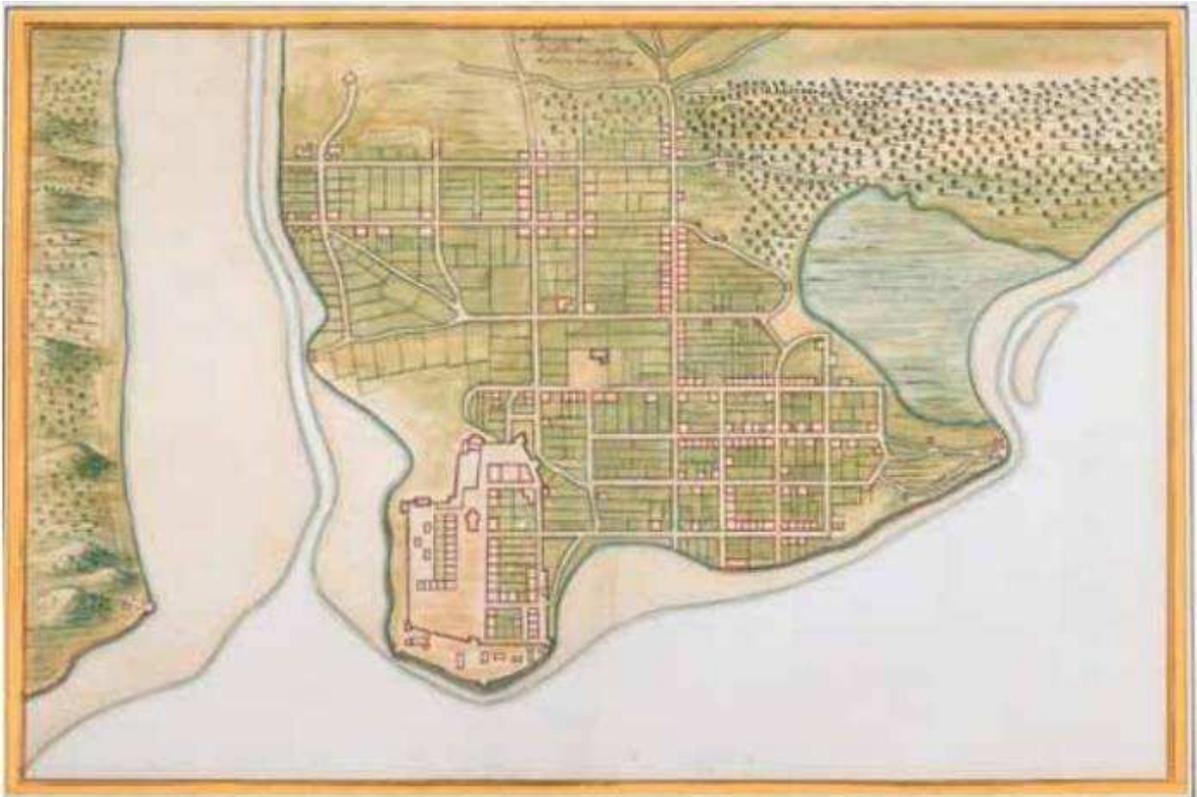
²³ Idem, p. 26

Figura 16 – Mapa do núcleo fundacional de São Luís, 1647.



Fonte: Livro de Gaspar Barleus. Estampa 52, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro in Lopes 2008, p.15.

Figura 17 – Mapa de São Luís (1660)



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial (Cd-Rom) São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2000.

Esse tipo de urbanização pode ser caracterizado pela forma urbana, pelo tamanho das quadras, pelas tipologias das casas, pelo desenho urbano dos espaços públicos refletindo assim, um modo de viver, um grau de urbanidade distinto daquele que se apresentaria no porvir. O tamanho da cidade, o núcleo central, a cidade caminhável, a urbanidade e a vivência da cidade, apesar da existência de segregação social (inerente a todas as épocas). As tipologias das casas, das praças, das quadras, dos lotes, etc.

Lopes (2008, p. 14) fala do urbanismo ibérico que traçou o desenho da cidade, de forma que este refletia as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas com a descoberta do desenho em perspectiva. O autor narra ainda:

O desenvolvimento da cidade manteve este modelo urbano nos séculos XVIII e XIX, à medida que se expandiu em direção ao interior da ilha. O caminho Grande, via de ligação deste núcleo urbano com os aldeamentos e vilas do interior, foi consolidado em 1665. Para além da “traça” original de Frias²⁴, a ocupação do território também foi orientada pelas condições geográficas, morfológicas, do sítio. (LOPES, 2008, p.14)

O traçado urbano do núcleo central de São Luís foi feito pela determinação do primeiro governador do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, que adotou diversas medidas para legitimar o domínio português em São Luís (LOPES, 2004, p.23). Sob a execução de Francisco Frias de Mesquita, o traçado urbano de São Luís foi desenhado a partir de ordenações contidas nas *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias*, de 1573 e vulgarmente conhecida como Lei das Índias, que apresenta - em suas 149 leis - as principais características do urbanismo renascentista, que são: simetria, geometrização, regularidade e uniformidade.

Como afirma Zenkner (2002, p.31), está clara na Lei das Índias (ANEXO 1 e 2) a preocupação em reorganizar o ambiente construído em conformidade com os novos princípios de simetria e regularidade geométrica, estabelecendo os tamanhos e posição da “*Plaza Mayor*”, atribuindo os lotes contribuíveis, o desenho em tabuleiro que é previsto no sentido do crescimento da cidade, a qual poderia crescer em todos os sentidos, acrescentando novos quarteirões e, nas ruas, determinadas suas posições e tamanhos, como mostra a transcrição de Leonardo Benévolo, no livro “História da cidade”:

²⁴ Francisco Frias de Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil, executor do plano de arruamento de São Luís, que orientou o crescimento da cidade. Na execução do traçado urbano, foi preservado o núcleo primitivo da cidade feito pela colônia francesa e mantiveram alguns edifícios religiosos construídos pelos gauleses: a capela de São Francisco e a casa dos padres aonde os jesuítas vieram a construir a Igreja e o seminário de Santo Antônio. (Lopes, 2008, p.13)

“Chegando na localidade onde o novo estabelecimento deve ser fundado (segundo nossa vontade deve ser uma localidade livre e ocupável sem causar aborrecimento aos índios ou com seu consentimento), o plano com suas praças, ruas e lotes deve ser traçado no terreno por meio de cordas e piquetes, começando da praça principal de onde as ruas devem correr para as portas e as principais ruas forâneas, e deixando suficiente espaço aberto, de maneira que a cidade, devendo crescer possa estender-se sempre do mesmo modo... O lote edificava ao redor da praça principal não devem ser concedidos a particulares, mas reservados a igreja, os edifícios reais e municipais, as lojas e as moradias dos mercadores, que devem ser construídos em primeiro lugar...”²⁵

Na Lei das Índias de 1573, observa-se a percepção dos colonizadores com respeito ao crescimento e à expansão das cidades, sem deixar de contemplar os espaços públicos urbanos. Segundo Zenkner (2002, p. 32) as obras de fortificações que muitas vezes estavam ligadas à estruturação urbana, ampliou a demanda pelos profissionais que trabalhassem com as fortificações, fazendo surgir escolas especializadas que formariam os engenheiros militares, os responsáveis pelas obras públicas, como pontes, aberturas de ruas, cais, levantamento de cidades e regiões. Na Figura 18 observa-se o traçado urbano de São Luís, cuja malha obedece a um projeto geométrico com quadras e lotes regulares, à esquerda o curso do Rio Anil e à direita o curso do Rio Bacanga.

Figura 18 - Planta de São Luís (1912) com os espaços públicos demarcados na cor verde



Fonte: Ferreira, Justo Jansen, 1912. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/divcartografia/cart536687/cart536687.html>

²⁵ BENÉVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Perspectiva, 1993, p.487.

Burnett (2008, p.78) afirma que a cidade tradicional tem características espaciais específicas quanto ao uso do solo, ao espaço urbano e ao edificado. Quanto ao uso do solo, na sua forma de expansão esta cidade cresce por adição do padrão existente, tem a rua como vetor de crescimento e como elemento balizador do alinhamento das edificações que, no estilo colonial possuem a mesma volumetria, formam uma massa homogênea e são alinhadas com a rua e nas suas laterais, mas apresenta áreas livres no fundo do lote (Figura 19).

Quando ao espaço urbano, subdivido em espaço público, espaços privados e espaços semipúblicos, a cidade tradicional de São Luís apresenta ruas com dimensões reduzidas, que são delimitadas pelas edificações compondo ideia de espaço contido, e as praças e largos como convergências das ruas. Os espaços privados são os pátios de ventilação, os quintais, que eram áreas de serviço e lazer comum e ficavam no interior das edificações. Quanto ao edificado, o autor aponta as edificações públicas, as edificações privadas e as semiprivadas. As edificações públicas costumam ser isoladas do conjunto arquitetônico, em praças ou largo; quando essas edificações estavam inseridas no conjunto, geralmente eram valorizadas com ornamentação e volumetria. Já as edificações privadas faziam alinhamento com a rua e a delimitação eram as fachadas. Os edifícios semiprivados eram alinhados com a rua e tinham diversas aberturas que levavam até a fachada que era o elemento de transição do espaço privado.

Figura 19 – Características espaciais da urbanização tradicional de São Luís

FATORES	CATEGORIAS ESPACIAIS	URBANIZAÇÃO TRADICIONAL
O SOLO URBANO	Forma de Expansão	Por adição do padrão existente, tendo a rua como vetor de crescimento e elemento balizador do alinhamento das edificações.
	Ocupação do Solo	Ocupação do alinhamento e das laterais dos terrenos, com áreas livres nos fundos. Edificações de mesma volumetria, compondo massa homogênea.
	Uso do Solo	Diversificado, conforme o critério da centralidade e hierarquia urbana, com funções públicas no centro, seguidas por áreas comerciais e residenciais.
	Parcelamento do Solo	Lotes diversificados em uma mesma quadra, originados pela ocupação gradativa do espaço urbano e pelo uso diversificado.
O ESPAÇO URBANO	Espaços Públicos	Ruas com dimensões reduzidas, delimitadas pelas edificações compondo ideia de espaço contido. Praças e largos como convergência de ruas.
	Espaços Privados	Localizados no interior das edificações, como quintais e pátios de ventilação, utilizados como áreas de serviço e lazer comum.
	Espaços Semipúblicos	Praticamente inexistentes, as poucas situações representam inserções mais recentes de modelos arquitetônicos com recuos frontais e laterais.
O EDIFICADO	Edificações Públicas	Isoladas do conjunto arquitetônico, em praças ou largos; quando inseridas no conjunto, valorizadas através das grandes dimensões ou ornamentação.
	Edificações Privadas	Alinhados sobre o espaço público, tendo como transição as fachadas; em alguns casos, assegurando privacidade através de desníveis e recuos.
	Edificações Semiprivadas	Alinhados sobre o espaço público, tendo como transição as fachadas assegurando acesso através de várias aberturas que dão diretamente à rua.

Fonte: Burnett (2008, p. 78)

1.1.1.2 Urbanismo moderno

*A arquitetura moderna é o estudo de um modelo novo de cidade, distinto da tradicional, e começa quando os “artistas” e “técnicos” chamados a colaborar na gestão da cidade pós-liberal são capazes de propor um novo método de trabalho, livre das anteriores divisões institucionais (...)*²⁶

O urbanismo moderno chega a São Luís nas décadas de 1930, quando Paulo Martins de Sousa Ramos, o então governador do Estado do Maranhão passa a promover a então denominada “reconstrução do Maranhão” viabilizada por uma conjuntura econômica favorável²⁷, garantindo diversas intervenções urbanísticas. Nesse período, José Otacílio Saboya Ribeiro, um cearense formado engenheiro na Escola Politécnica da cidade do Rio de Janeiro, e onde continuou trabalhando como engenheiro-chefe do 5º trecho da nova adutora do rio das Lages, até 1936 quando se tornou prefeito da cidade de São Luís por aproximadamente dez meses. Neste cargo, José Otacílio Saboya Ribeiro defendeu a remodelação urbana de São Luís com base em três ideias: as representações negativas da cidade antiga, o atraso cultural em que São Luís estava imersa e o alcance parcial das intervenções anteriores sobre a cidade. Entre outras ideias de Saboya estava a de uma estruturação e uma política urbana regional que se baseasse na descentralização político-administrativa (LOPES, 2004, p 97-99).

Em 1936, a partir da criação do Código de Posturas²⁸, um novo Código Tributário²⁹ e a proposição de um Zoneamento³⁰ viria propiciar a remodelação da cidade com a execução de transformações estruturais no espaço urbano e na arquitetura das edificações. Por questões apontadas por sanitaristas foi justificada a demolição de alguns casarões em estado e ruína ou construídos de modo primitivo, para eliminação de focos de proliferação de animais nocivos à saúde e/ou para alargamento de ruas, de forma a adequar a cidade aos princípios de higiene, salubridade, ventilação e iluminação, oriundo do urbanismo moderno. Otacílio Saboya denominou São Luís como “uma cidade em desespero, aguardando a morte próxima” e fazia críticas às condições gerais de conservação da cidade, às fachadas mal cuidadas, aos beirais

²⁶ Leonardo Benévolo, no livro “A história da Arquitetura Moderna”.

²⁷ Pois nas décadas de 1930 e 1940 as bases econômicas e políticas nacionais foram redefinidas através da política de integração nacional, que visava melhorar o transporte rodoviário em todo território nacional de forma que aperfeiçoasse a circulação de mercadorias. (LOPES, 2004, p 123)

²⁸ SÃO LUÍS, Decreto nº 205, de 03 de novembro de 1936. Manda por em execução o novo Código de Posturas do Município e dá outras providências.

²⁹ _____, Decreto nº 207, de 19 de dezembro de 1936. Aprova o Regime tributário: classifica, estabelece e regulamenta a arrecadação das rendas do Município de São Luís do Maranhão.

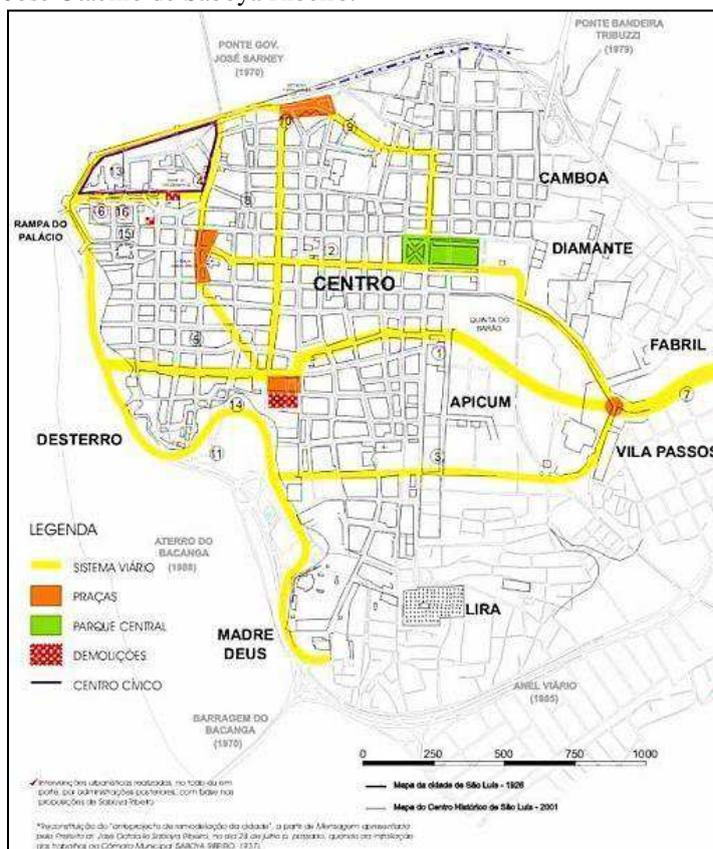
³⁰ _____, Decreto nº 219, de 19 de dezembro de 1936. Faz a divisão do Município de São Luís, para efeito de classificação das diversas zonas.

sujos e cobertos de limo que davam um aspecto fúnebre à cidade. As intervenções urbanísticas realizadas na cidade a partir de 1936 demonstram a visão modernizadora dos governos da ditadura. O governador Paulo Ramos atuou até 1945 com o fim da Era Vargas como interventor do Estado. (Lopes, 2004, p. 97-107).

Guiou-nos a concepção d Política de Aristóteles pela qual a cidade não é apenas a resultante de linhas e figuras geométricas e sim a própria Política no seu conjunto material, social, econômico e moral, onde o homem não apenas deve viver, mas levar uma existência em que todas as suas aspirações – materiais e espirituais – devem ser satisfeitas. (SABOYA RIBEIRO, 1937)

A Gestão de Otacílio Saboya e seu Anteprojeto de Remodelação da Cidade de São Luís oxigenaram as dinâmicas de ação da prefeitura. A nomeação de um engenheiro sem vínculos e que tivesse a capacidade de diagnosticar a ingerência das gestões passadas e descontinuadas e todos os demais entraves para o progresso da cidade, e tirou de um estágio de decadência (Figura 20).

Figura 20 – Intervenções propostas no Anteprojeto de Remodelação da Cidade de São Luís, de 1936, do Eng^o. José Otacílio de Saboya Ribeiro.



Fonte: Lopes, 2004, p.

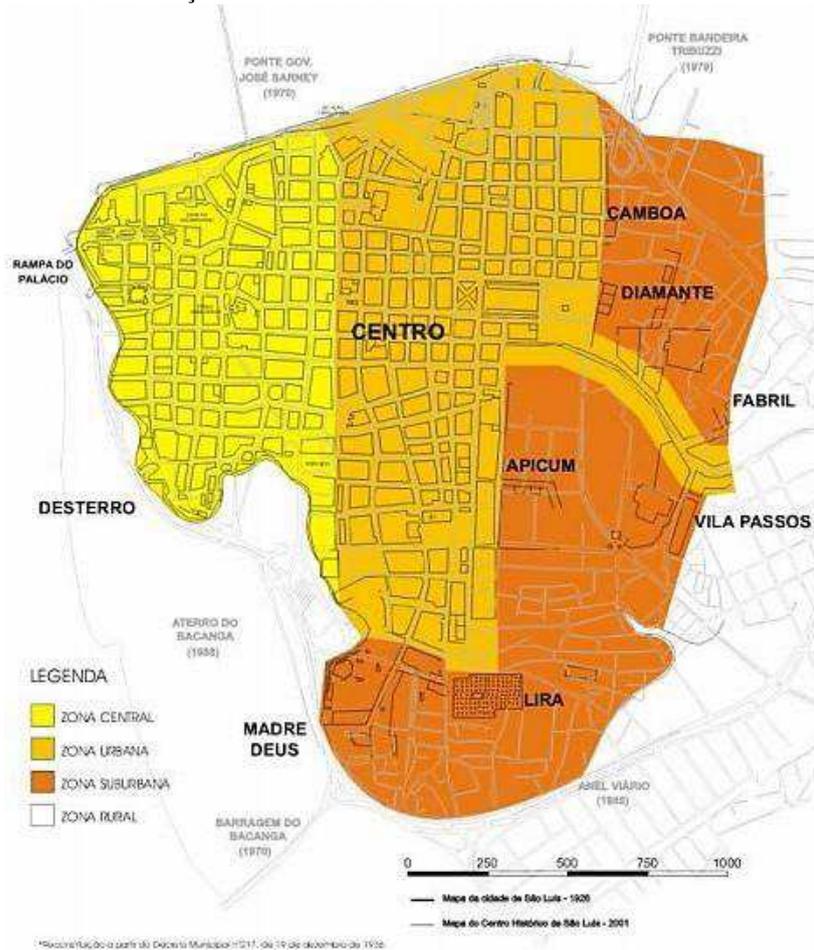
Na Figura 20, veem-se as intervenções propostas para o sistema viário da cidade de São Luís. Nesse projeto está incluída a abertura da Avenida Magalhães de Almeida, das Ruas Jacinto Maia, Rua Belarmino Matos, Rua Sete de Setembro, Rua da Paz e Rua José Barreto, que nas palavras de Lopes (2004) tinham as extremidades “arrematadas por praças que funcionariam como rótulas de organização do tráfego e ponto focal da perspectiva; propunha também a conexão do sistema de avenidas ao sistema ferroviário, em uma preocupação própria do planejamento regional, e a criação de áreas verdes e um grande parque central”.

Uma série de instrumentos foi proposta pelo Código de Posturas de 1936 para o desenvolvimento da cidade. O planejamento urbanístico proposto tanto na escala urbana, como na escala regional, onde os projetos da iniciativa privada estariam subordinados aos instrumentos contidos no Código de Posturas (Figura 21). Nesse código há diretrizes para empreendimentos na área de habitação, sobre a questão de terrenos em quadras e lotes, contempla também as recomendações da hierarquia viária e seus alinhamentos e nivelamentos, o cuidado com os recuos das edificações e a normatização da vegetação em ruas e lotes, tudo isso dentro dos princípios norteadores do desenvolvimento de uma cidade moderna, que são a higiene e a estética. Até medidas e parâmetros para preservação e conservação de áreas de interesse histórico e de valor paisagístico. O engenheiro Otacílio Saboya valorizava a paisagem nas suas intervenções, certamente muito influenciado pelo arquiteto e urbanista Camillo Sitte, que escreveu em 1889 o livro “A construção das cidades segundo seus princípios artísticos” (LOPES, 2004, p.111). O Art. 24, parágrafo 2, diz o seguinte:

“As condições, empresas, sociedades particulares, instituições, firmas ou indivíduos que empreenderem a criação ou o desenvolvimento de grupos de habitações e a divisão de terrenos em quadras e lotes, deverão ter conhecimento das diretrizes do plano de urbanização e plano regional da ilha de São Luiz e conformar-se com ellas na execução de todos os projetos, e na ausência desses planos pedir, mediante requerimento, as directrizes necessárias a Directoria de Serviços Municipais.”³¹

³¹ SÃO LUIS, Decreto nº 205, de 03 de novembro de 1936. Manda por em execução o novo Código de Posturas do Município e dá outras providências.

Figura 21 – Classificação das zonas de São Luís de acordo com o Decreto n° 217 de 19 de dezembro de 1936



Fonte: Lopes (2004, p.108)

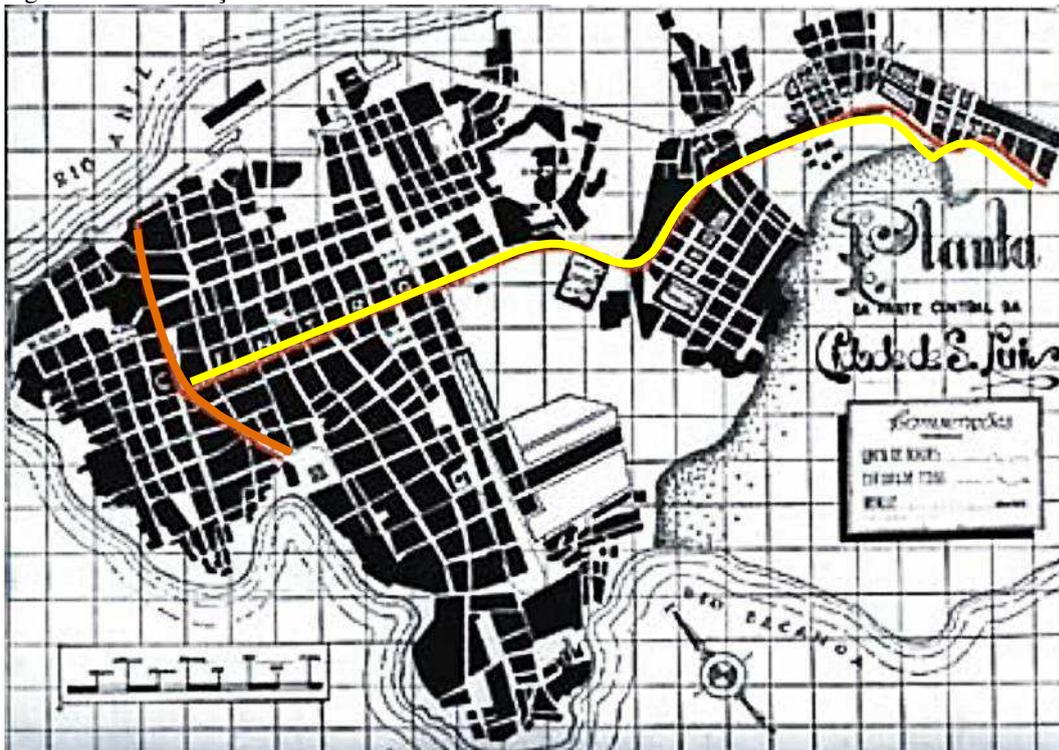
Em seguida, optando pela continuidade do “Anteprojecto de remodelação da cidade”, Pedro Neiva de Santana institui o zoneamento funcional em 1938. Diferentemente de Otacílio de Saboya Ribeiro, que tinha uma visão mais ampla da cidade, contemplando não somente a área central como também, a conexão com o subúrbio, Pedro Neiva opta por focar as intervenções na cidade antiga, incentivando a substituição de construções tradicionais por novos edifícios. Inclusive foi a época que o estilo Art Decó se mesclou ao inventário da arquitetura colonial portuguesa e foram feitos investimentos em arborização das vias e praças de São Luís.

O “Novo Plano da Cidade” e suas inspirações no urbanismo moderno nas décadas de 1940 trouxeram as tentativas de melhoramentos do tráfego, já pensando em um novo elemento do cotidiano urbano – o automóvel -, construção de novos prédios públicos como o Mercado Central (construído em um terreno onde funcionava uma antiga companhia de iluminação a gás), o Palácio do Comércio, erigido sobre a demolição do “palácio dos holandeses” e construído em estilo Art decó. A cidade ganha também alguns prédios públicos

como o Palácio da Justiça em estilo eclético e o Banco do Brasil, feito já no estilo moderno. Também vieram investimentos em prédios para hospitais. Obras em diversas praças (Antônio Lobo, Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Benedito Leite e Praça da Alegria) visando ao aprimoramento, modernização da iluminação e jardinagem (LOPES, 2004, p. 131).

Os melhoramentos na malha viária implicaram na demolição de muitos prédios no estilo colonial. Um desses trechos foi o da Avenida Magalhães de Almeida, tanto que os imóveis construídos após a abertura da avenida, feito em estilo Art Decó encontram-se lá até hoje em razoável estado de preservação e conservação. Abaixo, na Figura 22 as intervenções na Avenida Magalhães de Almeida (linha laranja) e a extensão da Avenida Getúlio Vargas, a avenida moderna da época feita com duas faixas de rolamento, canteiro central e passeios com três metros de cada lado. (LOPES, 2004, p. 131)³².

Figura 22 - Intervenções viárias na cidade de São Luís



Fonte: Autora (2017) adaptado a partir de JORGE, 1950.

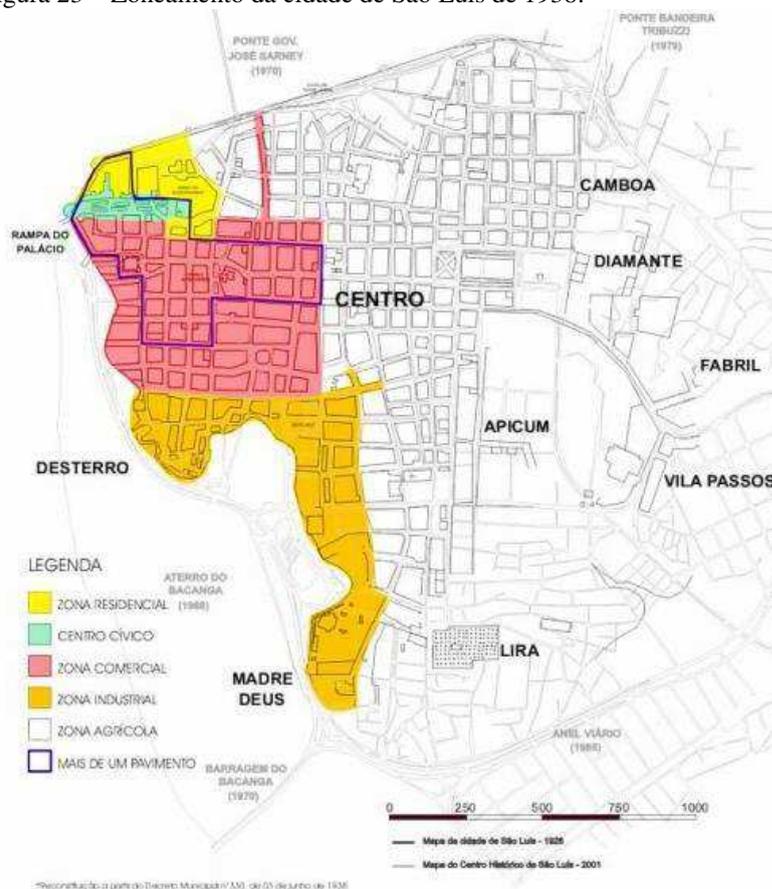
Na Figura 23 observa-se o zoneamento da cidade de São Luís pelo Decreto nº 330, de 03 de junho de 1938, cujas atribuições legais desta Lei era “promover a localização racional dos seus diferentes órgãos, proporcionando a seus moradores vantagens de ordem

³² LOPES, 2004, p. 136.

econômica, sanitária, estética, mediante restrições quanto ao uso e volume das edificações, dividida em um Centro Administrativo ou Centro Cívico e em quatro zonas”.³³

Ainda na Figura 23, conforme o Decreto supracitado, a cor amarela representa a Zona Residencial, que por sua vez foi subdividida em habitações particulares, habitações coletivas, habitações mistas, sendo permitido nesta zona o comércio de gêneros de uso diário, destinado à alimentação das famílias e ao uso doméstico e pequenas oficinas e ateliers. Na cor azul, localiza-se o centro cívico, corresponde à *Plaza Mayor*, onde se encontram os principais edifícios administrativos que são: o Palácio dos Governadores, o Palácio La Ravardiere (Sede da prefeitura) e a Catedral da Sé. Na cor laranja, a Zona Industrial, que conforme o Decreto nº330 agrupariam as diferentes indústrias, pode ser subdividida em subzonas onde está incluído o porto, as Estações da Estrada de Ferro, vilas e casas operárias. Na Figura 24, a Fábrica Santa Isabel ainda em funcionamento, situada dentro dessa zona industrial que está localizada na cor laranja da Figura 23.

Figura 23 – Zoneamento da cidade de São Luís de 1938.



Fonte: Lopes (2004, p.126)

³³ SÃO LUÍS, Decreto nº 330, de 03 de Junho de 1938. Estabelece o Zoneamento da cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão. Estabelece o zoneamento da cidade de São Luís

Figura 24 - A Fábrica Santa Isabel, os operários e o patrão.



Fonte: OLIVEIRA, 2007

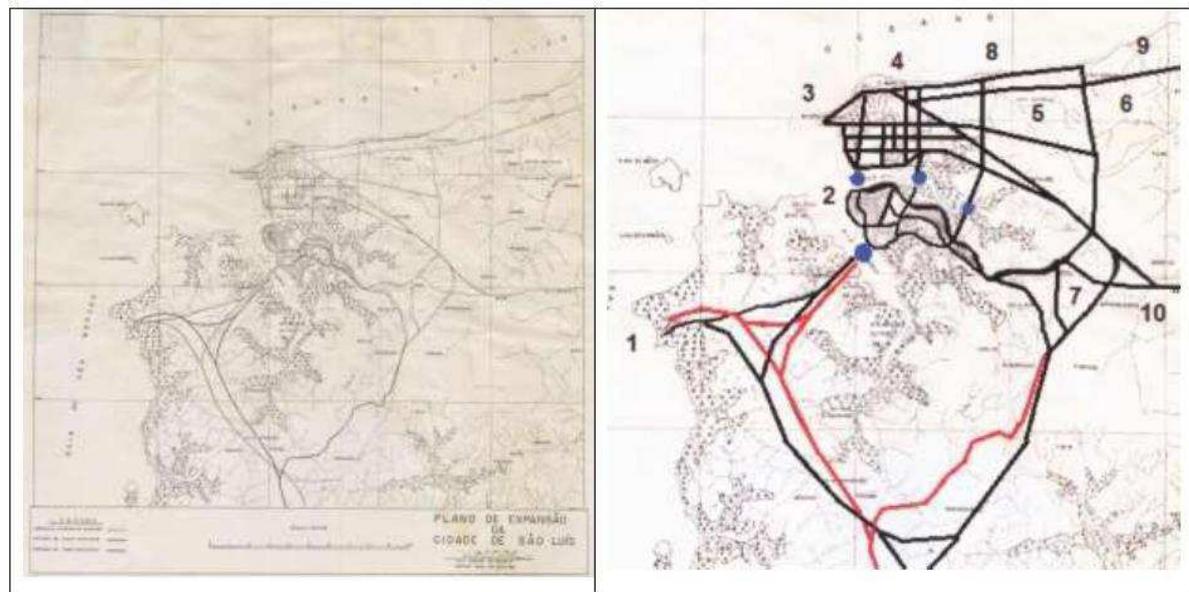
A partir da década de 1950, a cidade de São Luís passa a ser construída sobre a justificativa da modernidade e passa a perder o desenho e o traçado que favorecem as pessoas, priorizam os automóveis e o individualismo. A cidade começa a perder vitalidade nos espaços de vivência por dois motivos: de um lado, a inexistência de espaços públicos, espaços públicos inadequados ou mesmo a falta de manutenção na periferia. Assim se instaura e se reproduz a cidade capitalista, segmentada, fragmentada e sem urbanidade.

A cidade de São Luís rompeu com o passado e com seu Centro histórico - até então o centro econômico, político e administrativo da cidade e do Estado - teve seu o ensaio em 1958, quando o engenheiro Ruy Mesquita cria o Plano de Expansão de São Luís, no qual organizou um Plano Rodoviário em 1950, via a necessidade de criar rodovias, entre elas, a da área do Itaqui –Bacanga, Anil - Ribamar, Anil – Olho d'água, Areal-Tirirical, entre outras, visando ao crescimento, à expansão, e à descentralização da cidade, o que aportando no ideário modernista não significou necessariamente a qualidade de vida da população.

Em São Luís, o processo de urbanização segundo o Plano de Expansão de São Luís (1958)³⁴, como mostra a Figura 25 se deu em três etapas que seriam: a formação do núcleo urbano no século XVII; a constituição do bairro central século XVIII e início do Século XIX; e a formação dos arrabaldes e bairros excêntricos nos séculos XIX e atual .

³⁴ Plano de Expansão de São Luís (1958).

Figura 25 - Plano de expansão da cidade de São Luís de 1958 (à esquerda). Rodovias e Avenidas hoje (à direita).



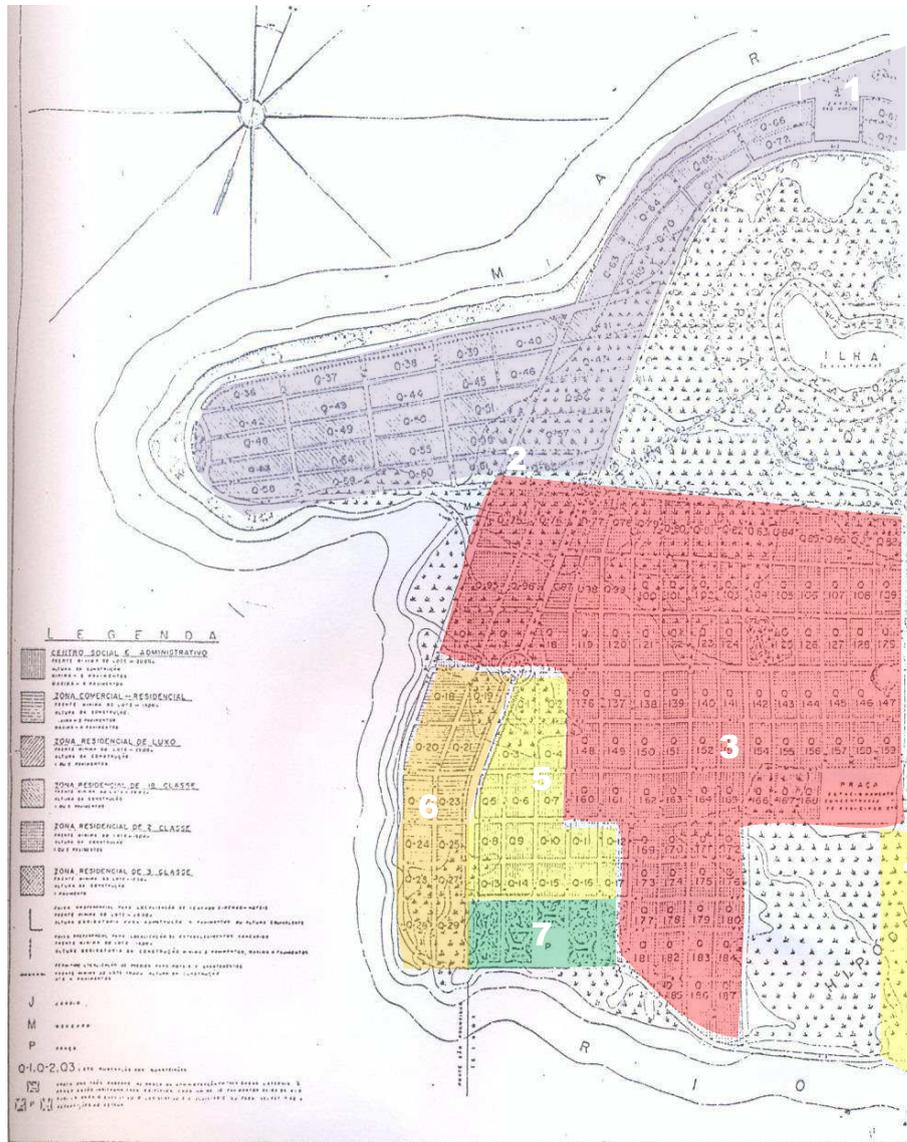
Estradas de rodagem
 Estradas de ferro
 Pontes

(1). Porto do Itaqui. (2). Centro Histórico. (3). Ponta D'areia. (4). São Marcos. (5). Calhau. (6). Olho D'água. (7). Anil. (8). Avenida Litorânea. (9). Acesso ao município da Raposa. (10). Acesso ao município de São José de Ribamar.

Fonte: PEREIRA, 2017, p. 72

A implantação dessas avenidas e rodovias foi importante para a instalação de grandes empreendimentos que estariam por vir nas décadas seguintes e que viriam a ser um dos fatores responsáveis pela nova configuração espacial e morfologia urbana, na paisagem natural da cidade, que entraria em um processo de total sujeição ao capital e total desumanização do espaço citadino. Pois como diz Santos (2006, p.186) não basta, pois, produzir. É indispensável por a produção em movimento.

Figura 26 – Plano de Expansão de Ruy Mesquita, Zona residencial de luxo; 2- Residencial de 1ª classe; 3 – Residencial de 2ª classe; 4 - Residencial de 3ª classe; 5 – Centro sócio e administrativo; 6 – comercial/Residencial; 7 - Praças



Fonte: SÃO LUÍS. Plano de Expansão da Cidade de São Luís. Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Maranhão. Eng. Ruy Ribeiro Mesquita. São Luís: 1958.

O Plano de Expansão (1958) de Ruy Mesquita e o Plano Diretor (1974) de Haroldo Tavares conduziram uma nova dinâmica urbana de São Luís e desencadearam o rompimento da forma de ver e viver a cidade (hábitos de cultura e consumo transformados), que tinha o modelo urbano colonial, no esfacelamento das práticas urbanas, na depreciação econômica e social de áreas por onde o interesse imobiliário já passou e que não correspondem mais aos interesses do capital, deixando um rastro de formas urbanas obsoletas no curso da história da

cidade. As novas áreas de São Luís foram alternando importância de forma simbólica e principalmente, importância econômica à medida que o processo de expansão urbana acontece, gerando novas rotas, novos fluxos, novos núcleos e dinâmicas econômicas e sociais.

A antiga São Luís, situada dentro de um anel viário composto pelas avenidas Beira-mar e Avenida Vitorino Freire, mantém um forma urbana que ainda agrada o pedestre. Simboliza a urbanização dos moldes tradicionais, herança das colonizações. Os novos eixos de crescimento que iam em direção ao mar foram tomados pela classe dominante e os eixos de crescimento Centro-Leste na direção do interior da Ilha do Maranhão foi o local onde o Estado instalou a classe operária. As novas áreas com seus respectivos papéis centrais dentro de seus contextos simbólicos mostram as fragilidades ou inexistência das redes de urbanidade no espaço intra-urbano de São Luís – MA, demonstrando em termos espaciais as formas como a exclusão social é representada na sociedade.

Segundo Fonseca (2002, p.35) a migração intra-urbana, causada pelo processo de ascensão social e a busca de símbolos como status, poder e prestígio, alimentados pela especulação imobiliária, significou a desvalorização do Centro de São Luís, de maneira mais ampla e incluindo as áreas adjacentes, gerando novas centralidades, podendo-se citar os bairros do São Francisco, Renascença e Calhau. O autor intitula essas novas áreas de “periferias dos ricos”, ou seja, áreas residenciais de alto luxo, localizadas nas margens urbanas, próximas a eixos rodoviários, conectados com a área central da cidade.

A setorização da “periferia dos ricos” citada por Fonseca:

(...) o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade legal”. (MAUTNER, 2010, p. 253).

Com a inauguração da Ponte José Sarney em 1970, o fluxo imobiliário se dirigiu para a chamada cidade nova, o bairro do São Francisco surgiu e tornou-se uma nova centralidade residencial, comercial e de prestação de serviços. Um fator adicional para a transformação da paisagem urbana de São Luís foi o Plano diretor de 1992, quando a cidade ganhou novas feições com a permissão de uma maior verticalização em certas áreas, como, por exemplo, o bairro Renascença II, que se viu rapidamente ocupado por edifícios multifamiliares e de serviços, sendo adensado em quatro anos e ocasionando diversos problemas no trânsito local e de bairros adjacentes. Segundo Fonseca (ibid. p.55), “esse bairro funciona como um dos

novos subcentros de São Luís, mais bem equipado e com maior oferta de serviços que o São Francisco”. Na Figura 27, as características da cidade moderna, quanto ao uso do solo, o espaço urbano e o edificado.

Figura 27 – Características espaciais da modernização modernista de São Luís

FATORES	CATEGORIAS ESPACIAIS	URBANIZAÇÃO MODERNISTA
O SOLO URBANO	Forma de Expansão	Pela implantação de novos pólos, desconectados do núcleo urbano original, a eles ligados através de grandes vias de circulação veicular.
	Ocupação do Solo	Ocupação da edificação no centro do lote, com áreas livres em volta. Gabarito diversificado pela variação das exigências municipais, com perfis diferenciados.
	Uso do Solo	Setorizado, conforme o critério da zonificação das funções - moradia, trabalho, lazer - dispersas pelo território segundo suas necessidades.
	Parcelamento do Solo	Lotes pré-dimensionados pelos empreendimentos imobiliários, com mesmo padrão nas quadras de cada zona, para atender as mesmas funções.
O ESPAÇO URBANO	Espaços Públicos	Vias dimensionadas para os veículos, com imagem de espaço aberto. Parques e áreas verdes de grandes dimensões, todos desconectados das edificações.
	Espaços Privados	Localizados na parte posterior dos lotes, conectados aos espaços semipúblicos, utilizados como áreas de lazer de uso coletivo.
	Espaços Semipúblicos	Presença disseminada, pela exigência de recuos e afastamentos. Utilizados como jardins, áreas de estacionamento ou de lazer.
O EDIFICADO	Edificações Públicas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através dos recuos e afastamentos, com o mesmo tratamento das edificações privadas, perdem condição de monumentos.
	Edificações Privadas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através dos recuos e afastamentos. Utilização de pilotis, reforçando a desconexão das vias e aumentando a privacidade.
	Edificações Semiprivadas	Isoladas das vias de circulação e acesso, através de recuos que são usados como estacionamentos. Ocupação de usos comerciais e serviços no térreo.

Fonte: Burnett (2008, p. 92)

A expansão da malha viária urbana a partir da década de 1950 favoreceu uma descontinuidade do tecido urbano, deixando as novas formas urbanas em um isolamento Socioespacial, a partir do qual dinâmicas próprias foram sendo criadas nos bairros para suprir as demandas da população, criando expressões de urbanidade próprias e impactando na urbanidade da “cidade velha”. Foi criada uma rede de inclusão de produção e consumo (gerando forças de atração dentro do território, criando novas centralidades) e uma rede de exclusão (onde o desenho urbano não favorece aos indivíduos experienciar a cidade e as suas relações com os modos de vida da cultura urbana).

A periferia passa a crescer de forma desordenada, juntamente com conjuntos para trabalhadores feitos a partir de políticas habitacionais e o surgimento de loteamentos (geralmente invadidos e clandestinos), multiplicam-se as ocupações irregulares nas encostas dos morros ou às margens de rios, confirmando que tanto com o planejamento, como a

ausência deste, os agentes do espaço urbano imprimem seu modo de vida no território de forma racional ou espontânea. O crescimento urbano de São Luís sempre se deu de forma excludente. Diante de permissões adicionais no P.D de 1992, a cidade referida tem novamente a indução do fluxo imobiliário para ocupação da faixa litorânea pela classe dominante. Na década de 1990, existia grande deficiência dos transportes coletivos para a região Norte da cidade, e a possibilidade de frequentar os novos bairros da cidade nova era para os que possuíam automóvel.

Para Maricato (2011, p.39) o processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente. O número de imóveis ilegais na maior parte das grandes cidades é tão grande que é possível dizer que “a regra tornou-se exceção e a exceção tornou-se regra”. A autora considera que a cidade legal (cuja produção é hegemônica e capitalista) caminha para ser, cada vez mais, espaço da minoria.

“O comportamento do crescimento urbano irá variar de acordo com as características do Sistema de Transportes: novos centros complementares podem-se desenvolver ou amplia-se a acessibilidade central. Normalmente, as duas hipóteses se verificam. Em uma escala metropolitana, as áreas de maior acessibilidade se desenvolvem, em detrimento das demais, que vão, progressivamente, deteriorando-se e desvalorizando-se. A distribuição espacial da população se altera, constatando-se altas densidades demográficas nas áreas de maior acessibilidade”. (BISAGGIO, 1980 apud FONSECA, 2002, p.37.

Burnett (2012, p.119-138) faz um histórico sobre a habitação popular em São Luís onde cita cinco modos de produção de habitação, que acabam por descrever como foram as intervenções, e seu processo de urbanização. São elas: a) A autoconstrução de habitação popular, no período da Colônia e o Império (1617 -1889); b) A produção privada de habitação popular, na República Velha (1889-1930); c) a produção estatal de habitação popular seletiva, na Segunda República (1930-1964); d) a produção estatal de habitação popular em massa, na época da Ditadura Militar (1964-1985). Esta última fase (1964-1985) citada por Burnett (2012, p.134), é o ponto de partida para a análise das novas centralidades: no caso, em estudo está o Conjunto Habitacional da Cidade Operária. Vasconcelos (2007) faz um estudo sobre a produção habitacional a partir da década de 1950, conjuntos que não chegavam a 400 unidades habitacionais, como mostra o Quadro 4.

Quadro 4- Unidades habitacionais criadas pelos IAPs e pelo FCP

ORGÃO	QUANT.	CONJUNTO	IMAGEM
IPASE	14	Conjunto José Bonifácio de Andrada e Silva na Avenida Getúlio Vargas. Primeiro conjunto residencial construído em São Luís.	
			Fonte: JORGE (1950) apud VASCONCELOS (2007)
IPEM	24	Largo de Santiago: formado por dois modelos de bangalôs	
			Fonte: JORGE (1950) apud VASCONCELOS (2007)
FCP	50	“Popularzinha” Localizado na Avenida Getúlio Vargas, no bairro do Monte Castelo.	
			Fonte: Google earth (2017)
IAPC	326	Conjunto do Filipino	
			Fonte: JORGE(1950) apud VASCONCELOS (2007)
IAPC	40	Conjunto Nossa Senhora das Graças, na Rua Riachuelo no Bairro do João Paulo	
			Fonte: VASCONCELOS (2007)

IAPB 48 Conjunto dos Bancários.
Primeiro conjunto de
apartamentos de São Luís.
São oito Prédios de dois
apartamentos por andar. No
Centro de São Luís.



Fonte: VASCONCELOS (2007)

Fonte: Autora (2017) adaptado a partir de VASCONCELOS (2007).

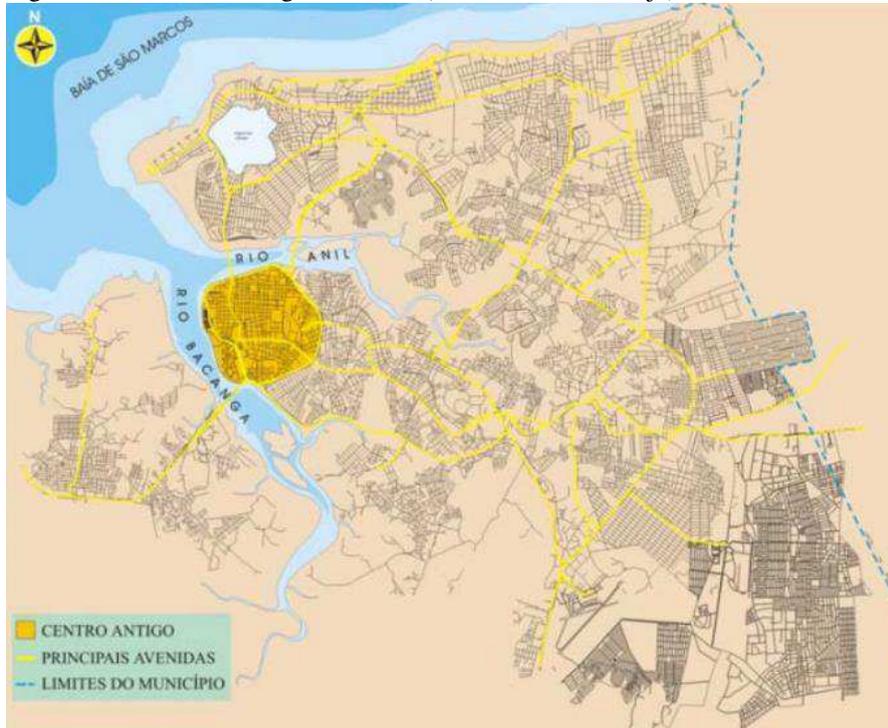
São Luís, até a década de 1970 era uma cidade compacta, onde os serviços de saúde, educação, comércios e bancos se concentravam no Centro Histórico (área destacada de laranja na Figura 28), as distâncias eram facilmente percorridas a pés, onde até então a escala humana favorecia o pedestre. A expansão de São Luís, ao tratar de ocupar terras não urbanizadas, distantes da cidade existente, deu início à construção de uma cidade que se caracterizou pela descontinuidade do tecido construído, gerando uma cidade com novos núcleos habitacionais bastante dispersos, como é representado na Figura 29 o traçado dos bairros construídos pelo BNH que se localizam nos limites municipais de São Luís. Esta é a nova condição urbana. É importante caracterizar que a cidade dispersa, como será visto mais adiante, foi consequência das escolhas do processo de urbanização, mais especificamente as que se expressaram no Plano Diretor de 1974. (VENÂNCIO, 2011, p.34)³⁵

O Plano de Expansão de São Luís, de 1958, traçou novas estradas que conduziram a ocupação do resto do território. A região do conjunto da Cidade Operária, do Cohatrac, Cohab, nos Planos Diretores de 1958 e 1974, não passavam apenas de uma área rural de mata com pequenos povoados e instalação de suas 7500 unidades próxima aos limites do município de São José de Ribamar, criaram um imenso vazio urbano (objeto da especulação imobiliária). Esse espaço de descontinuidade na cidade, entre o centro histórico e os bairros criados nos limites municipais, que levou 30 anos para ser preenchido e ocupado com novos bairros. Na década de 1970 a cidade de São Luís começou a “inflamar” nos bairros mais antigos como Centro, Anil, Liberdade, Monte Castelo. O homem do campo, sem muitas alternativas (ou desempregado ou trabalhando em subempregos) e morando precariamente nas regiões sujeitas

³⁵ VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. Urbanização dispersa em São Luís: tensões entre expansão e centro. 2011. 282f. Dissertação (Doutorado em Urbanismo)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

a alagamentos como as margens do Rio Anil e Rio Bacanga, veem novos horizontes na tentativa de ter “um pedaço de chão”.

Figura 28 – O Centro antigo da cidade (demarcado em laranja)

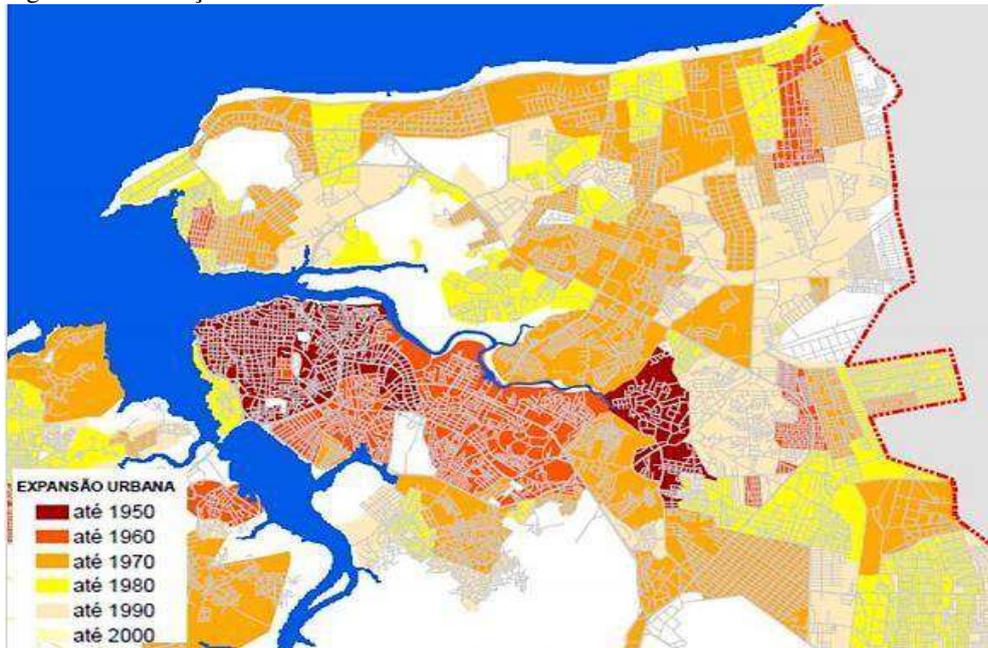


Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município – IPLAM

Alcantara Jr; Selbach (2009) apontam que várias avenidas foram construídas e ao mesmo tempo em que facilitavam o deslocamento para áreas antes pouco ou mesmo não habitadas, acabou por contribuir para uma expansão do perímetro urbano de São Luís. Uma análise da Figura 29 com suas avenidas mostra claramente como a malha viária imbricou-se com o assentamento humano da cidade. Nas palavras de Villaça (1996, p. 2) “o espaço urbano tende então a produzir e a reproduzir a estrutura gerada pelos interesses das burguesias, pois ela, para esse fim, controla o mercado, o Estado e a ideologia. Quanto mais desigual a estrutura socioeconômica de uma sociedade, mais desigual é seu poder político e mais desigual é seu espaço intra-urbano”.

Com as políticas habitacionais do BNH criando conjuntos habitacionais distante do Centro, já nos limites do município para a classe trabalhadora, esta fez o trabalho árduo de por si só de contornar os problemas do início do conjunto: a insuficiência de infraestrutura, da falta de comércio e serviços, a escassez ou falta de transportes públicos, e a morosidade no funcionamento dos equipamentos públicos como as escolas, os postos de saúde e os postos policiais.

Figura 29 - Evolução histórica de São Luís



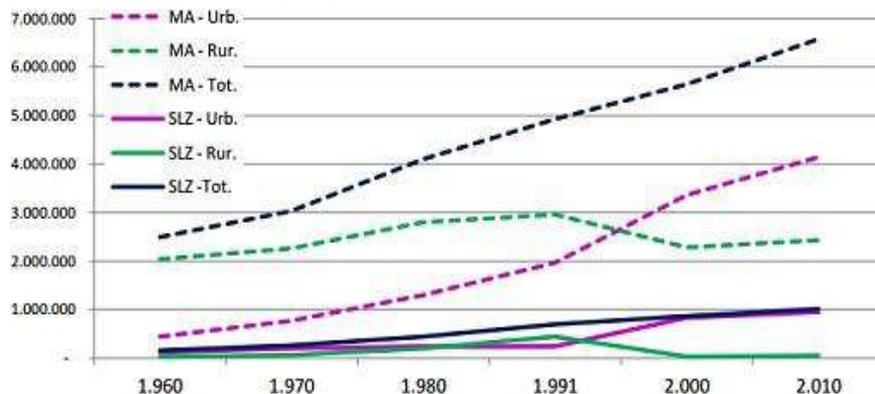
Fonte: SÃO LUÍS, 2006.

Na urbanização moderna (Figura 29), na qual está inserida a construção de conjuntos habitacionais é nítido na forma urbana dos bairros o caráter emergencial, a dinâmica, a construção em grande escala, a preocupação com os processo e métodos de construção visando à rapidez e lucratividade. A retidão da malha ortogonal e a rigidez da forma urbana sinaliza a função principal dos conjuntos: depósitos de pessoas. Durante três décadas foram apenas “bairros dormitórios”, mas num processo paralelo e com uma dinâmica própria, com a resistência social inerente às periferias, criaram meios de humanizar, criando convívio e urbanidade, que comparados aos modos de viver disseminados na contemporaneidade, cumprem mais a função social do que os conjuntos e condomínio fechados atuais. Segawa (1999, p.160) afirma que entre 1968 e 1974, os investimentos internacionais ingressaram no Brasil em grandes fluxos. O capitalismo brasileiro tinha como base de sustentação o Estado, as multinacionais e o grande capital local. Projetos desenvolvimentistas, no ímpeto da modernização e integração nacional, baseados fundamentalmente nas áreas de infraestrutura, transporte, comunicação, estradas e outros.

Em São Luís, os investimentos em infraestrutura atraíram a população rural (Figura 30) para as “oportunidades” de trabalho nas obras do porto do Itaqui, na construção das estradas e pontes, e dos conjuntos construídos pelas companhias de habitação. BURNETT (2012) menciona o fato de que a grande expansão da ocupação na Ilha do Maranhão deu-se na década de 1970-80, devido à instalações portuárias e industriais de grande porte na capital

maranhense. Conforme Correa (2013) a capital do estado do Maranhão, São Luís com 1.412,2 km² ocupa de 59% da Ilha do Maranhão, e possui uma população estimada em 1.014.837 habitantes, cuja densidade demográfica é de aproximadamente 1.215,69 hab./km² (IBGE, 2010).

Figura 30 - Evolução da População do Maranhão e de São Luís, Urbana e Rural



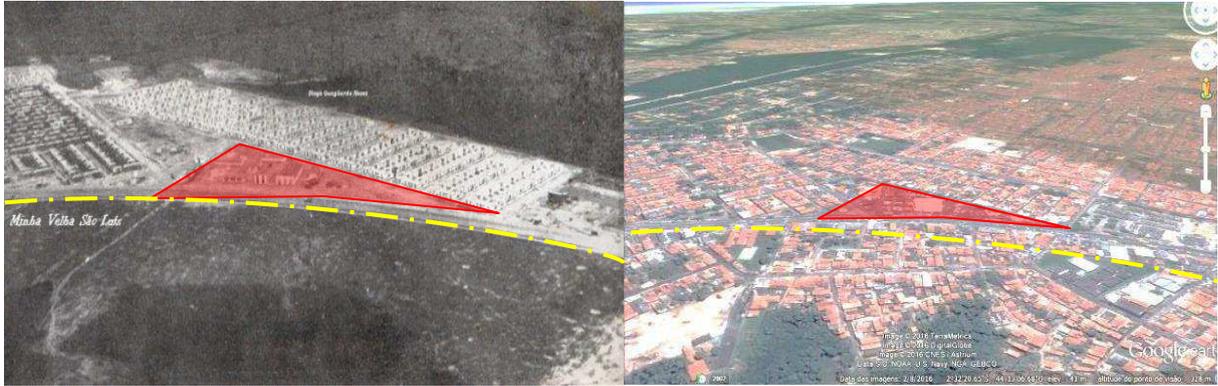
Fonte: Vasconcelos, 2014.

Lopes (2008), afirma que no fim da década de 1960 houve uma grande migração rural, que possivelmente esteve relacionada à demanda de mão de obra na construção civil, tanto na execução de novas vias e ampliação do sistema viário como na construção de novos conjuntos e loteamentos financiados pelas Cooperativas Habitacionais (COHAB). Na Figura 36, as estatísticas a respeito do êxodo rural que ocorreu na ilha referida, sobretudo, após a instalação de grandes empreendimentos. Nas décadas posteriores aos investimentos a situação urbana era degradante, com um grande déficit habitacional, inflação em índices alarmantes, transporte urbano caótico, problemas na educação pública e privada.

Até então, a capital maranhense, nessa época sofre o maior processo de expansão da sua história. Segawa (1999) e Vasconcelos (2007) apontam que mais precisamente em 1964 após o golpe militar, deu-se início à maior iniciativa do governo federal voltada para produção de habitação para a classe trabalhadora já existente até hoje. Sob forte influência desenvolvimentista, o Sistema Financeiro de Habitação foi composto através da criação do Banco Nacional de Habitação que angariava fundos, principalmente através da arrecadação do fundo de garantia por tempo de serviço, o FGTS, dos trabalhadores. Um exemplo dos conjuntos criados pelo BNH é o bairro Conjunto Residencial do Anil com 543 residências, observa-se a Avenida Jerônimo de Albuquerque (tracejada na cor amarela). A área destacada em vermelho na Figura 31 corresponde à área do Mercado Municipal da Cohab, que será tomado como referência na análise da produção do espaço urbano: e as áreas livres e não

edificadas e com cobertura vegetal ao redor na década de 1970, cuja paisagem está bem modificada no cenário atual; e à direita, foto atual do Bairro da Cohab, com a expansão da construção habitacional.

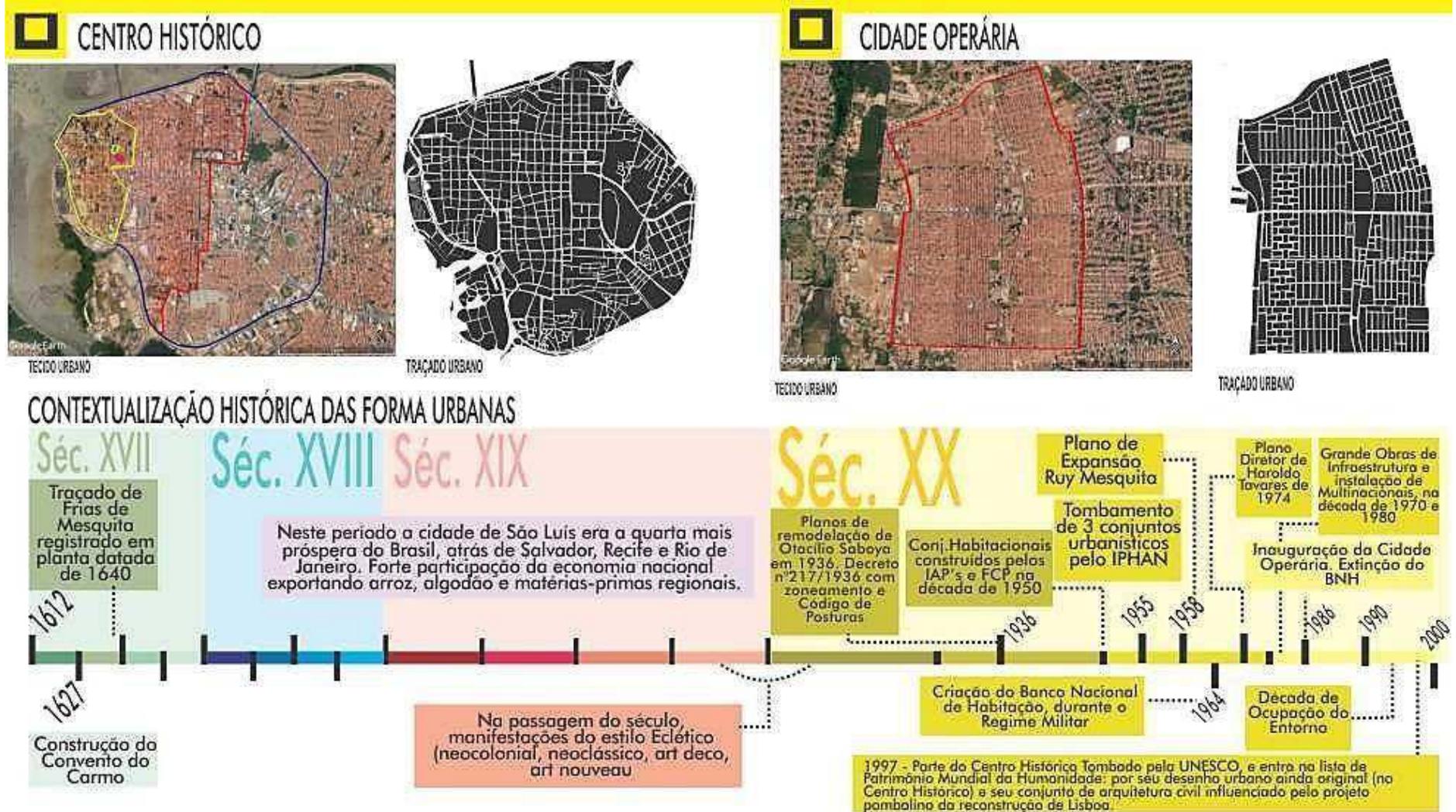
Figura 31 – À esquerda, exemplo de políticas habitacionais do BNH.



Fonte: Revista Desenvolvimento & Investimento", nº 1, ano I, Maio/Junho 1970, Via: Diogo Guagliardo Neves. À direita: Autora (2016) a partir de Googleearth (2016)

A expansão física das cidades é demandada pela expansão da produção econômica. Na figura 32, observa-se na linha do tempo a associação existente entre a produção econômica e a produção do espaço urbano. Na linha do tempo o destaque para o crescimento progressivo da produção habitacional a partir da segunda metade do século XX. O processo de descentralização que foi desencadeado a partir das políticas habitacionais do BNH trouxe uma nova configuração social, econômica e espacial para a cidade de São Luís. Os vazios urbanos existentes entre o Centro da cidade e as futuras centralidades surgiriam, foram preenchidos das mais variadas formas, ordenadas (como os conjuntos projetados) ou desordenadas (como as “invasões”). Na Figura 33, as imagens de satélite, mostram o crescimento do tecido urbano edificado na Ilha do Maranhão. Na imagem de 1984, o círculo azul é o Centro Histórico, o círculo vermelho mostra o Conjunto Habitacional do Cohatrac e o círculo amarelo o Conjunto da Cidade Operária, ambos isolados e com grandes vazios urbanos entre eles e o Centro Histórico. Na imagem de satélite de 2014, o tecido edificado ao redor destes conjuntos habitacionais.

Figura 32 - Linha do tempo com a contextualização histórica do urbanismo em São Luís e das formas urbanas analisadas



Fonte: Autora (2018)

Figura 33 – Produção do espaço urbano: São Luís- MA em 1984 (à esquerda) e São Luís em 2014 (à direita). Nos círculos amarelo e vermelho, os grandes conjuntos habitacionais construídos pelo BNH.



Fonte: (à esquerda) Imagem satélite de 1984 (Google Earth, 2017); (à direita) Imagem satélite de 2014 (Google Earth, 2017).

Burnett (2012, p.42) menciona que houve um baixo desenvolvimento urbano da cidade de São Luís durante os últimos anos do século XX. Entretanto, o autor menciona que a inserção da cidade na economia nacional e mundial, com um papel relevante no desenvolvimento regional, foi decisiva para mudar tanto o ritmo da ocupação das terras ociosas, como o padrão da produção do espaço construído. O autor está se referindo a empreendimentos como, por exemplo, a ampliação da AMBEV, duplicação da refinaria Consórcio ALUMAR, a expansão do Porto do Itaqui, Terminal de Grãos (TEGRAM), entre outros.

A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança de perfil das grandes cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamentos (MARICATO, 2011, p.20). Esse fato citado por Maricato referiu-se ao Rio de Janeiro, mas os investimentos do BNH e do SFH em São Luís também modificaram o perfil da cidade. As reformas urbanas realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases do urbanismo moderno no que ela chamou de “à moda” da periferia. (MARICATO, 2011, p.17). A autora afirma ainda que eram realizadas obras de saneamento básico para eliminação de epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista.

Maricato (1987 apud MARICATO 2012, p.21) aponta uma falha dos governos estaduais e municipais que desviaram sua atenção dos vazios urbanos³⁶ para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura. Também afirma que esse modelo funcionou enquanto o crescimento econômico se manteve acelerado, criando assim uma nova classe média urbana, mas mantendo grandes contingentes sem acesso a direitos sociais e civis básicos como as legislações trabalhistas, previdência social, moradia e saneamento, entre outros.

Este primeiro item buscou esclarecer rapidamente o processo de produção do espaço urbano de São Luís, desde a urbanização tradicional até a construção de grandes conjuntos habitacionais criados na época do BNH.

³⁶ Segundo Maricato (1987) Os vazios urbanos, são espaço que se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores.

1.2 Espaços livres e as áreas verdes públicas urbanas

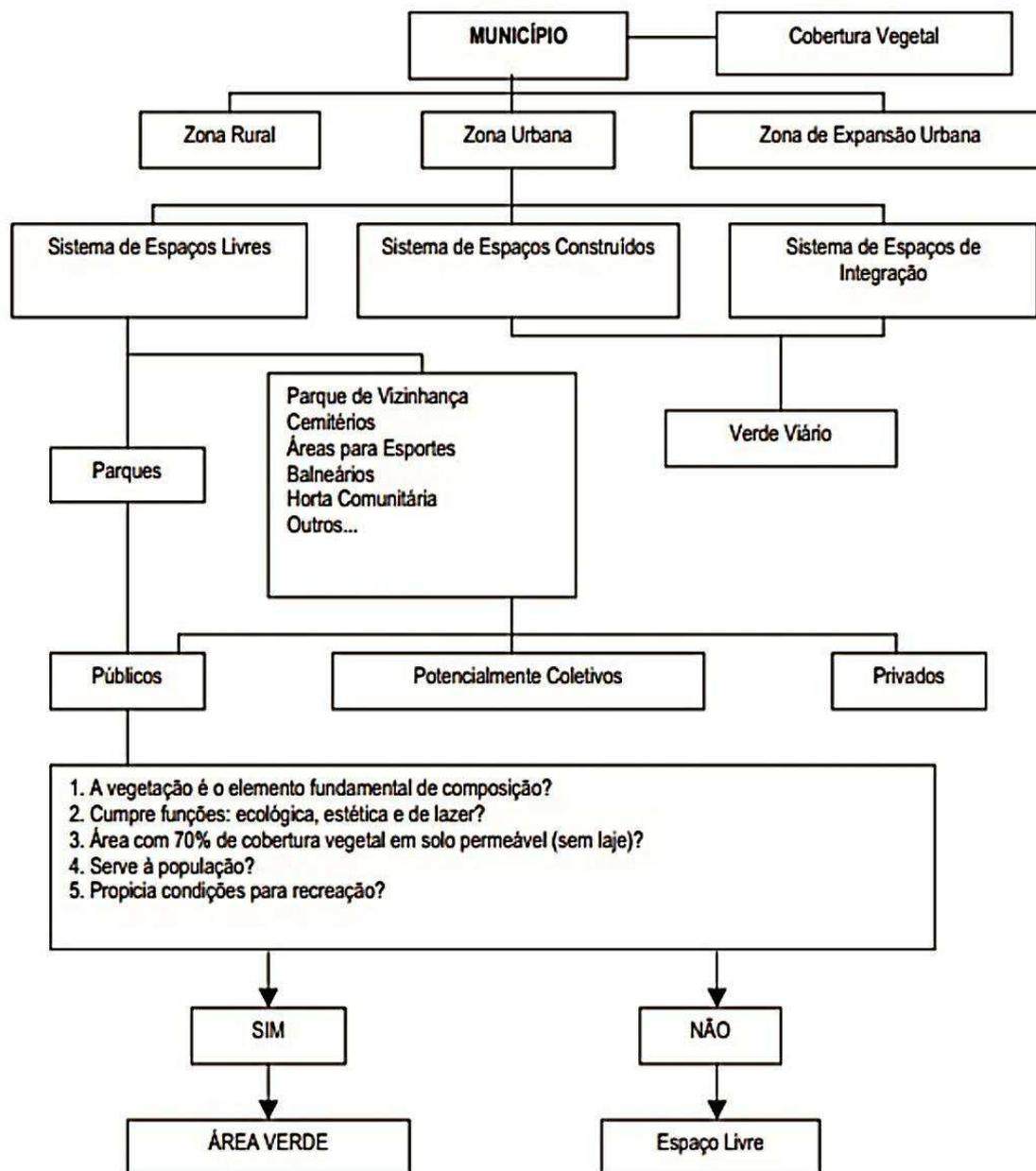
As áreas verdes públicas são espaços de sociabilidade, locais de diversidade, espaços de encontros das mais diversas representações sociais. No percurso histórico das civilizações os espaços públicos foram cenários de encontro de pessoas simples, imperadores, monarcas, soldados, clérigos, locais onde ocorreram missões de paz e missões de guerras, grandes acontecimentos que foram materializados na forma das cidades.

O “verde urbano” já tem sido usado como parâmetro para avaliar a qualidade ambiental na área urbana, na medida em que a quantificação e sua configuração são usadas como instrumento de análise. (NUCCI e CAVALHEIRO, 1999; NUCCI, 2001; FILHO e NUCCI (2006). Diversas cidades no Brasil como São Paulo (SP), Vitória (ES), Maringá (PR) e Goiânia (GO) utilizam a quantificação do verde urbano como referência para estimar a qualidade do ambiente e a qualidade de vida da população urbana. Os índices são obtidos através da relação entre a quantidade de área verde (m²) e o quantitativo populacional na área em estudo. Entretanto, existe muita divergência conceitual com respeito aos conceitos de verde urbano, cobertura vegetal, mancha verde, espaços livres, entre outros correlatos. Para que não haja equívoco aos serem feitas comparações entre os índices de áreas verdes nas cidades é necessário, portanto, maiores definições sobre os termos, como esclarece o fluxograma da Figura 34.

Antes das definições de termos sobre o verde urbano cabe compreender três sistemas propostos por Cavalheiro (1999) que constituem as zonas urbanas, que são: sistemas de espaços com construção (habitações, indústria, comércio, escolas, hospitais, etc.); sistemas de espaços livres de construção (praças, parques, águas superficiais, etc.); Sistemas de espaços de integração urbana (rede rodoviária). O sistema de espaços livres pode ser público, potencialmente coletivo e privado. Entre os tipos de espaços livres estão os parques, parques de vizinhança, áreas para esporte, horta comunitária, cemitérios, entre outros. Conforme Cavalheiro (1999) esses espaços públicos são considerados áreas verdes quando: a) a vegetação é o elemento fundamental da composição; b) quando cumpre função ecológica, estética e de lazer; c) quando a área possui 70% de cobertura vegetal em solo permeável (sem laje); d) quando serve à população; e e) quando propicia condições para recreação.

Figura 34 - Fluxograma de classificação do verde urbano

Revista do Departamento de Geografia, 18 (2006) 48-59.



Fonte: Cavalheiro (1999), João Carlos Nucci (2004) Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123361/119697>> Acesso: 20 Nov 2017.

Outro termo é o de espaço livre de construção, que é definido por Filho e Nucci (2006:50)³⁷ como um espaço urbano ao ar livre, e que tem como função todo tipo de

³⁷ FILHO, Alexandre Theobaldo Buccheri; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Ito da xv, Curitiba/PR. Revista do Departamento de Geografia, 16. P. 48-59. 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47264>> Acesso: 9 Nov 2017.

utilização que se relacione com a “recreação e entretenimento em horas de ócio” e “desempenham funções estéticas, de lazer e ecológico-ambiental, entre outras”. Já a cobertura vegetal é definida por esses autores como a projeção do verde, sendo considerada toda a cobertura vegetal existente nos três sistemas (espaços construídos, espaços livre e espaços de integração) e as encontradas nas Unidades de Conservação, que na sua maioria restringem o acesso ao público, inclusive na zona rural (FILHO e NUCCI, 2006:50).

Nucci e Cavalheiro (1998:280), consideram que quando o elemento fundamental de composição for a vegetação, este poderá ser considerado uma área verde. Portanto, toda área verde é um espaço livre, mas nem todo espaço livre pode ser considerado área verde. Llardent (1982)³⁸ citado por Nucci e Cavalheiro, propõe índices de espaços livres com base em estudos de conjuntos habitacionais e no número de residências. Este autor recomenda que se deva avaliar a demanda considerando as características demográficas, econômicas e sociais da população, indica ainda, que os espaços livres sejam adaptados de acordo com faixas etárias (Figura 35).

Figura 35 - Sugestão de índices urbanísticos para espaços livres

categorias	m ² /hab	área mínima	distância da resid.	propriedade
vizinhança até 6 anos	0,75	150 m ²	até 100 m	públ. ou partic.
6 a 10 anos	0,75	450 m ²	até 500 m	públ. ou partic.
10 a 17 anos	0,75	5.000 m ²	1.000 m	públ. ou partic.
parque de bairro	6,0	10 ha	1.000 m ou 10 min.	público
parque distrital ou setorial	6,0 – 7,0	100 ha	1.200 m ou 30 min/veículo	público
parque regional	s/ ref.	200 ha área com água	qualquer parte da cidade	público
cemitério	4,5	s/ ref.	s/ ref.	públ. ou partic.
área para esporte	5,5	3 – 5 ha 1.500 hab.	perto das escolas	públ. ou partic.
balneário	1,0 1/10	2 ha 0,2 ha	perto das escolas	públ. ou partic.
horta comunitária	12,0	300 m ²	s/ ref.	públ. ou partic.
verde viário	s/ ref.	s/ ref.	junto ao sist. viário	público

Fonte: Jantzen (1973 *apud* NUCCI e CAVALHEIRO, 1998:283)

³⁸ LLARDENT, L. R. Zonas verdes y espacios libres en la ciudad. Madri: Inst. de Estudios de Administración Local, 1982, 538p.

Entre os espaços livres da cidade a praça é o de maior apropriação por parte da população, não é apenas um vazio na estrutura urbana. Segundo Lamas (2000, p.176) a praça é o lugar público que adquire valor funcional e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico, local onde se concentram os edifícios e monumentos, local onde a criatividade, o desenho urbano e arquitetura tem forte expressão dentro do bairro ou da cidade, pois tem um papel cenográfico, embelezador, onde estas podem estar delimitadas por edifícios públicos, sendo suporte e enquadramento de monumentos, sendo lugar de manifestação e vida social e de manifestações de poder. As definições de Lamas (2000) para a praça se assemelham às definições dadas no Fluxograma de Cavalheiro (1999) na Figura 34 (pág. 70), que diz que o elemento fundamental da praça é a vegetação, que ela cumpre função estética, de lazer ou ecológica e que serve à população.

[...] se a rua e o traçado são lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. (LAMAS, 2004, p.102)

Alex (2011, p.10) caracteriza a praça como um espaço que se conforma com várias aberturas no tecido urbano que direcionam naturalmente os demais fluxos em busca dos, também, mais diversos usos, que imprimem a esse espaço o caráter de lugar e ponto central de manifestação da vida pública. Max Weber afirmava que a cidade é local de comércio, enquanto Lamas (2000) e Alex (2011) apontam a praça como o lugar da troca, não apenas comercial, mas, em seu sentido mais amplo. Entretanto, Alex (2011, p.18) aponta problemáticas com respeito a este espaço público, atribuindo o uso seletivo ou desuso intencional das praças aos projetos inadequados, apropriações indevidas por ocupações informais de camelôs ou acampamentos de moradores de rua e estratégias de manutenção que impedem o acesso público.

Brandão (2008) categoriza os espaços públicos de acordo com sua função como mostra a Figura 36. Para o autor os espaços públicos podem ser local de encontro e circulação, existem espaços públicos propiciam experiência emocionais, saudades, memória; espaços públicos como locais de deslocamento, quando servem de paragem, interfaces; espaços paisagem que proporcionam contemplação, etc.

Figura 36 - Tipologias de Espaços públicos

a. Espaços - traçado	Encontro	1 Largos, praças
	Circulação	2 Ruas, avenidas
b. Espaços - 'paisagem'	Lazer - natureza	3 Jardins, parques
	Contemplação	4 Miradouros, panoramas
c. Espaços - deslocação	Transporte	5 Estações, paragens, interfaces
	Canal	6 Vias-férreas, auto-estradas
	Estacionamento	7 'Parking', silos
d. Espaços - memória	Saudade	8 Cemitérios
	Arqueologia	9 Industrial, agrícola, serviços
	Memoriais	10 Espaços monumentais
e. Espaços comerciais	Semi-interiores	11 Mercados, centros comerciais, arcadas
	Semi-exteiores	12 Mercado levante, quiosques, toldos
f. Espaços gerados	Por edifícios	13 Adro, passagem, galeria, pátio
	Por equipamentos	14 Culturais, desportivos, religiosos, infantis
	Por sistemas	15 Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: Brandão (2008, p.19)

Segundo Lamas (2000) os elementos morfológicos do espaço urbano³⁹ - a rua, o traçado, o edifício, a praça, etc. - podem ser elementos que constituem diversas cidades, apesar das cidades terem os mesmos elementos morfológicos, o contexto histórico⁴⁰, econômico, político, socioeconômico e até mesmo aspectos naturais como a topografia, acabam produzindo uma forma urbana singular em cada localidade. Como afirma Alex (2011:61) os espaços livres são o reflexo de um ideal da vida urbana em determinado momento histórico. Afirma ainda que “os espaços livres acompanham a evolução das cidades, e suas delimitações, funções e aparência são muitas vezes indefinidas ou sobrepostas”.

Este item teve por objetivo esclarecer algumas conceituações sobre espaços livres e áreas verdes, fez um breve paralelo entre os espaços verdes e as análises de Lamas sobre os elementos constituintes do espaço urbano, e traz a sugestão de índices urbanísticos para as áreas livres.

1.3 A urbanidade e a vitalidade nos espaços de sociabilidade

Uma vez que a sociedade não funciona de maneira satisfatória, será que não haveria uma patologia do espaço? [...] espaços malsãos e espaços sãos. O urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médio do espaço, ele teria a capacidade de

³⁹ Elementos morfológicos do espaço urbano: Lamas (2000: 79-110)

⁴⁰ Lamas (2000, p.26)

conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante. (LEFEBVRE, 2001:49)

O principal atributo das cidades seria o de ser um local de convívio, de encontro e de integração. Mas, ao contrário, cada vez mais vemos menos pessoas se apropriando dos espaços públicos das cidades e tornando-os privativos, locais onde outrora estavam atribuídas as atividades de lazer e convívio coletivo.

Os modos de vida urbana, os impactos das tecnologias na criação de novos hábitos (geralmente individuais e nada coletivistas) e um planejamento urbano voltado para satisfazer aos anseios de lucro do capital tem formado uma equação complexa quando se fala em criar cidades para pessoas. Como comentou o geógrafo britânico David Harvey⁴¹ as cidades foram transformadas em lugares para investir e não para viver. O autor faz uma citação a respeito da cidade de Londres, mostrando que a delicada questão urbana é uma questão mundial, e não somente uma problemática do Brasil e das demais cidades da América latina:

“Hoje, em Londres, que tem enormes problemas de moradia, há ruas inteiras com condomínios de luxo que estão completamente desabitados, que foram comprados por milionários sauditas, indianos, russos, americanos. O bem estar da população é a última prioridade, quando o lucro é a principal preocupação no desenvolvimento urbano.”

A urbanidade está ligada à vitalidade urbana, à apropriação da população, ao fluxo intermitente de pessoas, ao ambiente da diversidade e da troca, mas, sobretudo à qualidade do espaço urbano. Assim sendo, cabe uma definição pertinente de urbanidade, dada por Figueiredo (2010) ao dizer que:

[...] urbanidade, numa definição mais restrita, acontece quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, e sistemas de transporte, dentre outros, permitem ou mesmo potencializam encontros e a co-presença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos em espaços legitimamente público”.

A compreensão da questão urbana hoje está cada vez mais complexa e desemboca em questionamentos diversos acerca da ineficiência do planejamento urbano mesmo com tantos estudos históricos sobre as cidades, análise de diversos modelos de planejamento, e, contudo continuam perpetuando as mesmas formas de reprodução do espaço ou criam formas

⁴¹ No Seminário Internacional Cidades Rebeldes, em junho de 2015 no SESC Pinheiros, na cidade de São Paulo, Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/10/david-harvey-nos-estamos-construindo-cidades-para-investir-nao-para-viver/>>

de produção de impactos mais drásticos do que os exemplos que já temos nos grandes centros urbanos brasileiros. O Professor José Carlos Mota, da Universidade de Aveiro, em Portugal, aponta o espaço público como elemento fundamental para a qualidade de vida urbana (Figura 37).

Figura 37 - Esquema sobre espaços públicos urbanos



Fonte: MOTA, J. C (2017)

O Dr. Renato T. Saboya⁴², professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC dá sua definição para o termo vitalidade urbana:

“Vitalidade urbana refere-se à vida nas ruas, praças, passeios e demais espaços públicos abertos. Mais especificamente, dizemos que um lugar possui vitalidade quando há pessoas usando seus espaços: caminhando, indo e vindo de seus afazeres diários ou eventuais; interagindo, conversando, encontrando-se; olhando a paisagem e as outras pessoas; divertindo-se das mais variadas maneiras e nos mais diversos locais; brincando, especialmente em parques e praças, mas também na rua; e assistindo apresentações artísticas, especialmente as informais e improvisadas, entre outras manifestações. Inclui também toda uma gama de atividades relacionadas às trocas comerciais, tais como entrar e sair de lojas, perguntar e pesquisar preços, olhar vitrines, comprar, pechinchar, etc”. (Saboya, 2017)

Essa vitalidade é fortemente representada em alguns elementos do espaço urbano nos espaços públicos. Esses espaços de sociabilidade são tão importantes socialmente, além do aspecto turístico (que movimenta a economia das cidades) que várias cidades no mundo estão implantando programas de reabilitação urbana, requalificação urbana ou planos de conservação integrada. Em tempos onde o cotidiano da população urbana é cada vez mais

⁴² Artigo publicado no site do Archdaily no dia 08 de fevereiro de 2017. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2017/02/fatores-morfologicos-da-vitalidade-no-archdaily/>>

acelerado, onde o “valor” e o “querer” individual são cada vez mais valorizados a garantia de espaços de integração, de uma cidade esteticamente e ambientalmente agradável, transformar a cidade moderna que temos em um lugar mais acolhedor e aprazível é o desafio do novo urbanismo.

Segundo De Angelis (2005, p. 630) ⁴³ no decorrer do tempo a função da praça se alterou, pois na antiguidade a sua função simbólica era mais rica, não se limitando somente a ser um lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamento para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias das mais diversas. Afirma ainda, que além de seu significado social, a praça é o espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade. O autor ressalta que a diminuição da importância das praças aconteceu da seguinte forma:

“[...] a partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliadas ao processo de globalização, além do poder, com seus meios e seus símbolos, distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão família, se não, ao seu isolamento, se não, ao seu isolamento individual.”

Os apontamentos de De Angelis são referentes a seus estudos na cidade de Maringá, no estado do Paraná, onde faz menção a respeito da inércia do poder público e o desinteresse da sociedade, o que traz à superfície o fato de que os espaços públicos são negligenciados pelo poder público no Brasil de Norte a Sul, e tanto na metrópole quanto nas cidades interioranas. De Angelis (2005:630)

“Se nos grandes centros habitados outras opções de lazer, ou mesmo outros logradouros públicos fazem-se presente, é nas cidades interioranas e de menor porte que ela, a praça, revela toda a simbologia da centralidade e do espírito comunitário.”

Camilo Sitte define as praças como locais onde se concentravam o movimento, das festas públicas, eram os locais onde se organizavam as exposições, empreendiam-se as

⁴³ DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos. Avaliação das praças de Maringá, Estado do Paraná, Brasil. Maringá, v. 27, n.4, p. 629-638, Oct./Dec., 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciAgron/article/view/1677>> Acesso em: 03 Nov. 2017.

cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes (SITTE, 1992, p.25)⁴⁴.

A urbanidade é plenamente contemplada nas palavras de François Arsher, francês e autor do livro “Os novos princípios do Urbanismo”. Para ele, a dinâmica da urbanização está ligada ao potencial de interação oferecido pelas cidades, à sua “urbanidade”, ou seja, a potencia multiforme que gera o reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar (ARSHER, 2010:21).

Os fatores que são capazes de gerar urbanidade são motivo de discussão entre diversos teóricos. Como vemos no Quadro 5, Borja atribui à urbanidade à densidade populacional e a intensidade de fluxos; Peter Hall faz uma ponderação interessante ao afirmar que a questão da urbanidade é mais uma questão cultural do que territorial, embora as intervenções no território possam diminuir e/ou resolver as tensões.

Quadro 5 - Condicionantes da urbanidade pelos teóricos:

ALEXANDER, 1965⁴⁵; SIEVERTS, 2003⁴⁶; BORJA, 2003⁴⁷; SECCHI, 2003⁴⁸; HALL, 1998⁴⁹.

	URBANIDADE
ALEXANDER	POR 3 VIAS: A PARTIR DA ESCALA DA CIDADE TRADICIONAL DE CAMILLO SITTE; DA DIVERSIDADE ARQUITECTÓNICA; DA DENSIDADE DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
SIEVERTS	DISTINTA DE CONTINUIDADE, TEM COMO CHAVE A INTERACÇÃO SOCIAL; POUCO USADA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA; POTENCIA NOVA RELAÇÃO CONSTRUÍDO / NÃO CONSTRUÍDO
BORJA	SUSTENTA OS PRINCÍPIOS DO NOVO URBANISMO DEIXANDO IMPLÍCITO AO CONCEITO DE URBANIDADE O CONCEITO DE DENSIDADE
SECCHI	ASSOCIADA A FORMA URBANA COM MAIOR EXPRESSÃO DURANTE O SÉCULO XVIII; REPRESENTA A MANIFESTAÇÃO DA MATURIDADE DA CULTURA URBANA EUROPEIA
HALL	MAIS CULTURAL DO QUE TERRITORIAL, EMBORA ESTE POSSA RESOLVER TENSÕES RELATIVAS ÀQUELE

Fonte: SILVA (2010, p.28)

Para intervir na cidade é necessária uma leitura e a compreensão dos acontecimentos anteriores e que tomaram forma concreta na “selva de concreto” que temos hoje em todos os grandes centros urbanos. Lamas (2000, p.76) afirma que a leitura do espaço urbano faz-se em

⁴⁴ SITTE, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.

⁴⁵ ALEXANDER, C., (1965), «A City is not a Tree», Architectural Forum, April-May, Vol. 122, p. 58-62;

⁴⁶ SIEVERTS, T., (2003), Cities Without Cities, (1ª edição inglesa), Londres, Spon Press

⁴⁷ BORJA, J., (2003), La Ciudad Conquistada, Madrid, Alianza Editorial S. A.

⁴⁸ SECCHI, B., (2003), «The form of the city – Diary of a Planner», in www.planum.net, Outubro 2003

⁴⁹ HALL, P., (1996), Urban and Regional Planning, (3ª edição), Londres, Routledge;

nível direto da percepção dos seus elementos morfológicos, organizados em sequências. Diz ainda que, “é através da sucessão e estruturação de formas de dimensões setoriais que compreendemos as formas à dimensão urbana, e pela articulação destas que passamos à dimensão territorial”.

“A forma de um bairro será composta de diferentes unidades espaciais (ruas, praças, pátios, jardins, etc.). E a forma de uma cidade será composta de elementos cuja escala é diferente: bairros, vias, nós viários, parques, etc.” (LAMAS, 2000, p. 76)

Considerando a reflexão sobre a cidade, Netto (2013, p. 233, grifo nosso) observa que urbanidade se trata da “nossa experiência do mundo e do outro é profundamente mediada pela cidade - como uma estrutura do sensorial, como emaranhados da ação e interação ancorados sob a forma de lugares e espacialidades.” E essa questão da espacialidade é também tratada por Jacobs (2000, p. 59) quando esta menciona que se os contatos interessantes, proveitosos e significativos entre os habitantes das cidades se limitassem à convivência privada, a cidade não teria serventia.

Netto (ibid.,p.234) faz reflexões sobre o que é urbanidade:

a) *“experienciar urbanidade significa experienciar o mundo em condições diferentes de outros arranjos espaciais da vida coletiva”;*

b) *conhecer o lugar da cidade na experiência do mundo social implica reconhecer as forças de diferenciação que iniciam na própria diferenciação das identidades e na formação de grupos e campos sociais.*

c) *Explorar a urbanidade, experiência das diferentes identidades na cidade, como um modo de compensação das tensões inerentes de diferenciação interna e desintegração relativa do mundo social.*

d) *o reconhecimento de diferentes urbanidades nos levaria à inclusão de toda e qualquer urbanidade, incluindo socialidades hostis e espaços de repressão, violência e degradação do humano. Tal definição se chocaria com a definição comum da urbanidade como "civilidade do convívio", assim como o potencial emancipatório do conceito.*

e) *Explorar a urbanidade, experiência das diferentes identidades na cidade, como um modo de compensação das tensões inerentes de diferenciação interna e desintegração relativa do mundo social.*

Mesmo diante dos desafios da contemporaneidade, das relações efêmeras “modernidade líquida” descrita pelo sociólogo e filósofo polonês, Zygmunt Bauman (1925-2017), ou pelo desafio descrito por Michael Brill (*apud* Alex, 2011, p.21) que menciona o fato de a “nova vida pública está nas mídias, como os meios de comunicação interativa, e em lugares como shoppings malls, mercados de pulgas, festivais, praias e eventos esportivos”, a

tentativa de criar e requalificar espaços verdes públicos é o desafio do novo urbanismo. Como Jane Jacobs fala no seu livro “A Morte e a vida das grandes cidades”, de 1961, da trágica realidade de cidades sem locais de estímulo à vida social.

Como afirma Netto (2013, p.243) a cidade reflete com exatidão as dinâmicas e formações do mundo social. Nas palavras do autor a integração social, requer a geração de situações onde a existência das diferenças seja reconhecida e naturalizada, no sentido da redução do senso de estranhamento, rejeição e medo; mas, não deve ser naturalizada ao ponto da sensação de indiferença às condições distintas e por vezes que grupos e atores apresentam. O autor faz uma ponderação interessante ao considerar a urbanidade um “contrato social entre os diferentes”, como um momento de coexistência, um modo de reduzir o estranhamento, a transcendência momentânea das diferenças no reconhecimento do outro em sua alteridade e identidade.

Mas o que faz um espaço público urbano ser bem sucedido? Jan Gehl (2007) afirma que a cidade possui três funções centrais: o lugar de encontro, comércio e espaço de conexão. Para o autor, o espaço público deveria ser o local onde essas três funções se realizariam. A importância que deve ser dada aos espaços públicos, e em especial às praças, já não deve ser vista de forma minimalista como se esses espaços tivessem somente a função da qualidade ambiental e do lazer, mas também, como estratégias de valorização na composição da cidade a médias e em longo prazo. Mais uma vez é ressaltado aqui os desafios dos arquitetos e urbanistas para o porvir cidadão, a cidade pensada para o presente e para o futuro, para quem nela habita cotidianamente (permanência) ou para quem nela passa (circulação).

Este capítulo teve por objetivo esclarecer as categorias de análises desta dissertação. Desta forma, em linhas gerais, a forma urbana que pode ser entendida como a espacialização, como a materialidade do que a sociedade produz dentro das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, de forma que os elementos do espaço urbano pela ótica da arquitetura e do urbanismo. Os espaços verdes públicos, que são um dos elementos morfológicos do espaço urbano, e no qual está a ênfase deste trabalho, podem ser espaços de sociabilidade. É a produção do espaço urbano que traz a reflexão da histórica sujeição do desenho urbano às estruturas econômicas políticas e ideológicas. E, por fim, se propôs a conceituar urbanidade, e dialogar com autores que atribuem condicionantes capazes de gerar urbanidade e que contribuem para a manutenção ou criação da identidade e das experiências da vida coletiva nas cidades.

2 FORMA URBANA, ÁREAS VERDES PÚBLICAS E O DIREITO À CIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A PARTILHA DO ESPAÇO URBANO

“A terra é o nó” (Ermínia Maricato)

Este capítulo se propõe a refletir sobre forma urbana, o direito à cidade, sobre a função social da cidade e como os espaços públicos são tratados pelo arcabouço legal, sobre o parcelamento do solo urbano, comentando sobre a legislação Federal e Municipal, considerando este último ponto como determinante para a permanência, mudanças ou criação de novas formas urbanas.

2.1 Forma urbana e áreas verdes públicas na perspectiva do solo como mercadoria de alta rentabilidade

A cidadania e a dignidade da pessoa humana, que são alguns dos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, poderiam ser supridas em parte, por uma cidade menos desigual, onde os direitos sociais contidos no Art. 6º da C.F, a saber, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer (representado nesta pesquisa pelas áreas verdes públicas) a segurança, entre outros, fossem verdadeiramente contemplados como apontam as indicações dos artigos 182 e 183 que trata da política urbana desta mesma constituição. Segundo estes artigos é o Poder Público municipal que está facultado de fixar diretrizes gerais em leis cujo objetivo é *“ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”*.

O Lazer é tratado no Estatuto da cidade⁵⁰ no Art. 2º, inciso I, onde diz que entre os objetivos da política urbana está a garantia a cidade sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao **lazer** (grifo nosso), para as presentes e futuras gerações. E no inciso V, “[...] a oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.”.

⁵⁰ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em: 26 de Ago. de 2015.

Em São Luís, as áreas verdes públicas têm sido preteridas em função da “fome especuladora”⁵¹ do mercado imobiliário que atua consumindo o solo urbano na forma de condomínios fechados. Os condomínios fechados foram regulamentados na Lei N° 4.591 de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Na cidade moderna, e principalmente na cidade contemporânea o desenho urbano está subjugado às leis que regulamentam o parcelamento do solo. Segundo a Lei Federal Lei n° 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano pode ser parcelado de duas formas através do loteamento ou desmembramento. No Art. 2° desta lei, nos parágrafos 1 e 2, as definições para loteamento e desmembramento são as seguintes:

§ 1º - Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º - considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

Aos Estados e municípios ficou facultado o estabelecimento das normas com respeito ao parcelamento visando adequar ao estabelecido pela Lei Lei n° 6.766/79. O uso da Lei N° 4.591/64 e da Lei n° 6.766/79 criam um quadro urbano delicado com respeito aos espaços de sociabilidade. Segundo o Art. 1° da Lei N° 4.591/64, são considerados condomínios “*as edificações ou conjuntos de edificações, de um ou mais pavimentos, construídos sob a forma de unidades isoladas entre si, destinadas a fins residenciais ou não-residenciais, poderão ser alienados, no todo ou em parte, objetivamente considerados, e constituirá, cada unidade, propriedade autônoma sujeita às limitações desta Lei*”. Os condomínios podem ser verticais ou horizontais. A grande questão urbana é que como a cidade está sendo comercializada, e está produzindo e gerando o desejo de consumo (processo que fica se retroalimentando), as grandes construtoras estão criando grandes condomínios e privatizando as vias e os espaços verdes, criando na cidade formas urbanas que não privilegiam a escala do pedestre, cercadas por grandes muros cegos e com perímetro extenso gerando a sensação de insegurança para

⁵¹ Termo utilizado por Barbara Prado em um texto sobre urbanidade em São Luís. PRADO, Bárbara. - Algumas razões da falta de urbanidade em São Luís. Janeiro 01, 2013. Disponível em: < <http://basiaprado.blogspot.com.br/search?q=urbanidade> > Acesso em: 14 Dez 2017.

quem está circulando nas calçadas, e criando uma cidade sem leitura de conjunto. Como afirma o Oliveira (2017)⁵²:

"[...] daí decorre que, em princípio, se não houver consentimento municipal, as ruas não poderiam ser bloqueadas a terceiros. Isso significa que, se não houver um ato administrativo autorizando a instalação de portarias ou de cancelas para restringir ou controlar o trânsito de veículos e de pessoas pelas ruas e pelas calçadas da região loteada, essa prática era ilegal. Afinal de contas, a circulação pelas ruas e pelas calçadas a qualquer pessoa é essencial para a dinâmica da própria cidade por permitir a livre circulação. As cidades não podem ser compostas por vários "feudos murados" que dificultem o trânsito de veículos e de pessoas".

Nas palavras de Burnett (2006, p. 15)

"vale assinalar o surgimento entre nós – logicamente, já experimentado em outras cidades brasileiras – do condomínio horizontal, outra proposta de privatização da cidade, tal qual seu congênere vertical e o shopping center. Disponível para aqueles que não se rendem à praticidade dos apartamentos, o agrupamento de unidades unifamiliares que dividem os gastos com segurança, lazer e manutenção, é o mais novo sucesso empresarial e, do ponto de vista urbano, uma ameaça mais letal que as torres: prescindindo de grandes glebas para se realizar, os condomínios horizontais fechados interferem na estrutura viária dos bairros, nos recursos ambientais coletivos e no próprio poder municipal de controle e fiscalização urbana desta nova tipologia, a "cidade amuralhada" do século XXI.

Área verde de domínio público é considerada pela Resolução CONAMA Nº 369/2006, no o Art. 8º, § 1º, como "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

A Lei Nº 3.252/1992, que dispõe sobre a instituição do plano diretor do município de São Luís, no Art. 43, nos incisos I e II, define como áreas verdes todos os parques públicos, praças, jardins, as áreas remanescentes ligadas ao sistema viário, espaços e áreas livres de arruamentos existentes, bem como áreas livres de projetos a serem aprovados. Juntamente com o conceito de áreas verdes, fala-se também na urbanidade, que na Lei Municipal de São Luís – MA, Nº 4669 de 11 de Outubro de 2006⁵³, é conceituada como o resultado das relações entre os modos de viver na cidade, a cultura urbana e sua materialidade, ou seja, a

⁵² OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. **Novidades da Lei nº 13.465/2017: o condomínio de lotes, o condomínio urbano simples e o loteamento de acesso controlado.** 2017. Disponível em: < <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/478658357/novidades-da-lei-n-13465-2017-o-condominio-de-lotes-o-condominio-urbano-simples-e-o-loteamento-de-acesso-controlado>> Sobre as novas modalidades de condomínio instituídas pela Lei 13.465/2017. Consultor Legislativo do Senado Federal na área de Direito Civil, Processo Civil e Direito Agrário. Advogado. Professor de Direito Civil (IDP-Brasília). Mestre em Direito (UnB). Bacharel em Direito na UnB (1º lugar no vestibular de 2002). E-mail: carlosee@senado.leg.br .

⁵³ SÃO LUÍS, Lei Nº 4.669 de 11 de outubro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de São Luís e dá outras providências. Disponível em: < <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%204669.pdf>> Acesso em: 18 de Mai de 2016.

forma do espaço urbano. Considera-se que as formas que a cidade assume estão vinculadas a diferentes modos de vida.

Analisando os bairros de São Luís, é possível perceber quadros sociais extremos na cidade. Ao Norte da Ilha do Maranhão, terrenos e imóveis supervalorizados, o metro quadrado mais caro da cidade e, segundo dados do IBGE/ SIDRA⁵⁴, em janeiro de 2018, São Luís tinha o terceiro lugar no ranking nacional do metro quadrado mais caro, correspondente a tipologias de prédio residencial de 12 pavimentos⁵⁵ e alto acabamento, cuja construção é permitida pelo Plano Diretor de 2006, nas zonas residenciais (ZR-2, ZR6, ZR8 e ZR9), zonas turísticas (ZT2) e no corredor primário da Avenida dos Holandeses e nos corredores secundário CS6 e CS7, todos no Norte da ilha na faixa litorânea.

No outro extremo, ao Sul da ilha, as tipologias menos valorizadas que são os condomínios horizontais e verticais do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que correspondem a casas populares com áreas entre 44 - 55m², localizados na Zona Rural de São Luís, como o Residencial Ribeira, Residencial Amendoeira, e Residencial Vila Maranhão próximos à BR-135. Com as facilidades propostas por programas de habitação para famílias de baixa renda e a grande oferta de moradias.

2.2 A forma urbana dos bairros de São Luís

Como afirma Lamas em seu livro “Morfologia urbana e o desenho da cidade”⁵⁶, praticamente todas as considerações morfológicas foram anuladas pela organização funcionalista trazida pelo movimento moderno. Segundo o autor, o zoneamento e a atribuição de uma função específica para cada parcela do território tornaram-se métodos universais do urbanismo, o que desencadeou a produção de “*idades monótonas e poucos estimulante*”. Sobre a cidade moderna José Lamas pondera que “*eventualmente com tudo arrumado no seu lugar, mas sem lugar para a surpresa, a complexidade e a emoção*”.

Na verdade, os espaços verdes públicos parecem ser a ponta de um grande sistema onde “a terra é o nó”⁵⁷. As áreas verdes públicas, as praças e os espaços de sociabilidade das cidades estão intimamente ligados à produção habitacional, seja esta produção legal ou ilegal.

⁵⁴A plataforma Sidra categoriza a pesquisa quanto à tipologia de projeto (prédio residencial de 3,6,8, 12 pavimentos, casa popular, prédio comercial, entre outros); e quanto ao padrão de acabamento (alto, normal baixo e mínimo). Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/647#resultado>>

⁵⁵ Prédio residencial om pilotis, com 12 pavimentos tipo, sala, 3 quartos, circulação, banheiro, lavabo, cozinha, área de serviço, quarto e WC de empregada.

⁵⁶ LAMAS (2000:53)

⁵⁷ Termo utilizado por Ermínia Maricato, no capítulo 5 de seu livro “O impasse da política urbana no Brasil.”

No campo da cidade legal (ou formal) as áreas verdes são diminuídas em função do máximo aproveitamento do solo, seguindo a lógica da produção capitalista do espaço, onde “*produção gera consumo e consumo gera produção*”⁵⁸. E na cidade ilegal, como diz Maricato (2017)⁵⁹ “as terras que não interessam ao mercado imobiliário e são ocupadas pela população de baixa renda são exatamente as áreas de ecossistema frágil, sobre as quais incide a legislação de proteção ambiental”.

Maricato (2003:153) diz que a exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência de cidadania. Em São Luís, a cidade moderna e a cidade contemporânea que são “legalizadas” se reproduzem com a única preocupação de utilizar o solo como um produto, como uma mercadoria muito lucrativa. Por outro lado, a cidade moderna e a contemporânea “ilegal” consome o solo a partir da necessidade mais primária de um ser humano, a de abrigo.

São Luís encontra-se em uma situação trágica e praticamente irreversível com respeito aos bairros em áreas de proteção ambiental ou loteamentos invadidos. Segundo dados do Quadro 6 em termos populacionais o Maranhão possui 348.074 pessoas vivendo em aglomerados subnormais. São Luís possui 232.912 pessoas, ou seja, quase 68% da população do estado que se encontra vivendo em aglomerados subnormais⁶⁰ está em São Luís.

Quadro 6 - Domicílios particulares permanentes em aglomerados subnormais, por algumas características dos domicílios segundo IBGE 2010.

Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios	Domicílios particulares ocupados		População residente em domicílios particulares ocupados		Número de Aglomerados Subnormais
	Total	Em Aglomerados Subnormais	Total	Em Aglomerados Subnormais	
Maranhão	1 656 608	91 786	6 568 693	348 074	87
Paço do Lumiar	27 143	3 468	105 099	12 829	7
Raposa	6 555	1 618	26 325	6 411	6
São José de Ribamar	42 592	18 866	163 033	72 987	27
São Luís	277 153	61 845	1 012 856	232 912	39
Timon	40 534	5 989	155 315	22 935	8

Fonte: Burnett (2012:21)

⁵⁸ LEFEBVRE, 2001.

⁵⁹ Contido no livro “O impasse da política urbana”

⁶⁰ O IBGE (Censo, 2010) considera aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 habitações carentes, e que não possuam serviços públicos essenciais, que estejam em situação de ocupação ilegal da terra ou possuírem urbanização com ruas estreitas, sem alinhamentos, lotes de diversos tamanhos e formas.

Conforme Burnett (2012:21) quase metade dos bairros de São Luís se encontram com características de aglomerados subnormais. Segundo o autor são 61.781 domicílios localizados em bairros que não possuem rede geral de abastecimento de água e nem rede geral de esgotamento sanitário, são locais altamente adensados, segregados socialmente e territorialmente, e impedidos de ter acesso às amenidades da vida urbana.

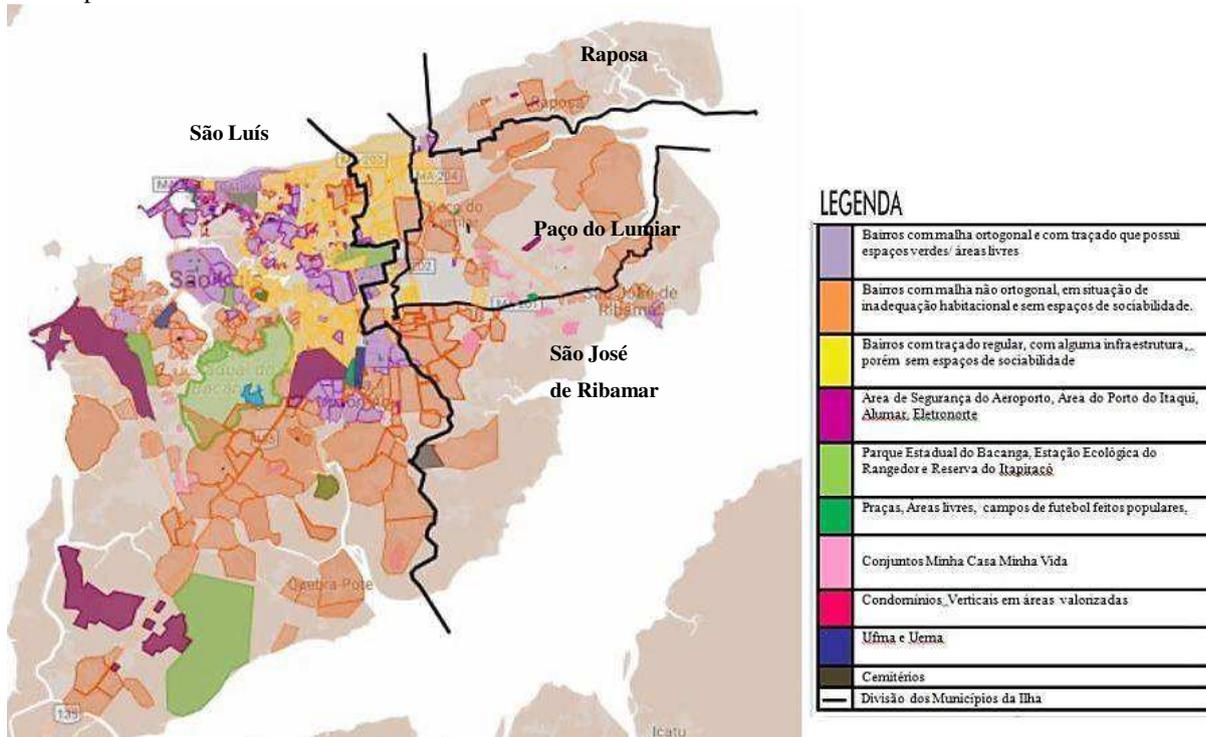
Diante desses dados, concorda-se com Castells (1999:98-99) quando este afirma que *“em geral a exclusão social é expressa em termos espaciais. O confinamento territorial de populações sem valor, do ponto de vista sistêmico, desconectada de redes de funções e pessoas valorizadas, sem dúvida representa uma das características mais importantes da lógica espacial da sociedade em rede.”*

A exclusão social em termos espaciais mencionada acima por Castells se perpetua pela própria forma de atuação do Estado, o que remete ao pensamento de Lênin (1983:16) que afirma que *“como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada”*.

A disparidade socioespacial na cidade de São Luís e nos outros Municípios da Ilha do Maranhão pode ser verificada na Figura 37, onde a classificação dos bairros é feita tendo como critério de análise o desenho do traçado, pela presença ou não de espaços verdes livres, e pela infraestrutura existente no bairro. Na referida figura, toda a área na cor laranja representa as ocupações em loteamentos irregulares ou em área de vulnerabilidade ambiental. Essas áreas possuem traçado urbano orgânico e não possuem áreas reservadas para lazer, no máximo possuem um campo de futebol improvisado em algum terreno vazio. Os bairros que se assemelham a esta forma urbana, representam mais de 50% da mancha urbana de São Luís.

Ainda na Figura 38, temos os bairros destacados na cor lilás, que são bairros planejados, com traçado ortogonal e que contemplam em seu desenho os espaços livres verdes, entretanto alguns desses bairros deixam a desejar no que se refere ao aspecto qualitativo dos mesmos. Os bairros destacados na cor amarela são bairros planejados, geralmente pequenos conjuntos com poucas unidades habitacionais, que por serem pequenos não contemplaram áreas livres verdes, e que feitos sequencialmente, formaram uma mancha edificada sem espaços de sociabilidade.

Figura 38 – Ilustração Esquemática: Bairros de São Luís quanto à presença de espaços de sociabilidade, áreas verdes públicas.



Fonte: Autora (2018) a partir de GoogleEarth..

A reflexão é de que o direito à cidade, por vezes, é ilusório, onde as disparidades sociais e territoriais são atenuadas de forma paliativa e/ou emergencial apenas para diminuição das tensões no tecido social, principalmente em cidades que ainda mantêm forte, porém, mascarada, a ideologia do coronelismo e seu clientelismo.

Nas duas situações de produção habitacional a questão das áreas verdes públicas é um impasse. Uma das justificativas para morar em condomínios é a questão da segurança. E novamente, a cidade capitalista transforma em produto/fetichado a questão da segurança, e vendem os condomínios fechados como a solução para estes problemas. Essas novas tipologias contemporâneas, aumentam a tendência à segregação socioespacial, esses condomínios são locais altamente densos, e com poucas áreas verdes, e que se encontram em estado precário.

Este capítulo se propõe a discorrer sobre a forma como o arcabouço legal que dispõe sobre parcelamento do solo (loteamento e desmembramento) tem impactado na ocupação da terra urbana e no direito à cidade e na sua função social, nem como tem interferido na criação e socialização dos espaços públicos, considerando que o tipo de parcelamento do solo tem sido um ponto determinante para a permanência, mudanças ou criação de novas formas urbanas.

3 A ANÁLISE MORFOLÓGICA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA FORMA URBANA DA CIDADE TRADICIONAL (Praça João Lisboa) E DA CIDADE CONTEMPORÂNEA (Praça do Viva da Cidade Operária).

Este capítulo faz uma análise quantitativa entre as formas urbanas de bairros em São Luís do Maranhão, em três momentos: a cidade histórica, a cidade moderna e a cidade contemporânea. As formas urbanas estão associadas a condições socioeconômicas, políticas e culturais da produção e transformação do espaço, de maneira que a forma e a função dos espaços verdes públicos também é representada diferentemente conforme o contexto. Como afirma Lamas (2000:44) uma forma urbana é definida como um aspecto da realidade, ou modo como se organizam os elementos morfológicos que constituem e definem o espaço urbano, relativamente à materialização dos aspectos de organização funcional e quantitativa e dos aspectos qualitativos e figurativos. O estudo tem ênfase nos espaços verdes públicos, onde verifica os índices de áreas verdes dos locais estudados.

Na análise morfológica de um espaço urbano são abordados os aspectos quantitativos, qualitativos, de organização funcional e figurativos. No caso da Praça João Lisboa, recorte físico-temporal deste estudo, esses aspectos se concentrarão nos espaços públicos verdes, não desconsiderando as demais, pois a forma urbana é constituída das unidades ou partes físicas, ou seja, elementos morfológicos do espaço urbano, identificáveis e que se relacionam entre si compondo a leitura e a análise da cidade.

Metodologicamente, a escolha dos bairros (Figura 39) para este capítulo empírico teve como critério selecionar amostragem da arquitetura colonial tradicional (que herdou princípios formais da racionalidade renascentista e a imponência e a emotividade do barroco), no caso, a Praça João Lisboa no Centro Histórico; e a arquitetura contemporânea do Conjunto Habitacional da Cidade Operária e a Praça do Viva. Para o andamento da pesquisa, optou-se por esses bairros por causa de sua delimitação da área definida e com dados populacionais do censo do IBGE 2010. Pois além da análise da forma de uma das praças do bairro foi feita a análise quantitativa de áreas verdes públicas por bairro, o que gerou um índice chamado IAVT (Índice de Área Verde Total).

Figura 39 – Ilha do Maranhão, à esquerda. Bairros analisados à direita



Fonte: Autora a partir de Google Earth (2018)

Essa metodologia, expressa no Quadro 7, é utilizada por Nucci e Cavalheiro (1999) para quantificação de áreas verdes urbanas, e já foi utilizada em diversas cidades no Brasil como São Paulo (SP), Curitiba (PR), Vitória (ES), Maringá (PR), Goiânia (GO), Santa Cecília (SP), entre outras. Existem índices sugeridos para a quantidade de área verde por habitante, como o da ONU e OMS que sugerem 12m²/habitante. E a sugestão da Sociedade Brasileira de Arborização – SBAU (HARDER; RIBEIRO; TAVARES, 2006, p. 278)⁶¹ é de 15m²/habitante. De qualquer forma, são índices bem acima daquilo que temos em São Luís.

Quadro 7: Fórmulas para quantificação de áreas verdes por habitantes

O Índice de Áreas Livres Totais (IALT)⁶²

$$IAVLVT = \frac{\Sigma \text{ das áreas livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

O Índice de Áreas Livres Verdes Totais (IALT)⁶³

$$IAVLVT = \frac{\Sigma \text{ das áreas livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU)

$$IAVU = \frac{\Sigma \text{ das áreas (m}^2\text{) das praças totalmente utilizáveis}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}}$$

Fonte: NUCCI; FILHO (2016)

⁶¹ HARDER, Isabel. RIBEIRO, Roberval de Cássia; TAVARES, Armando Reis. Índices de área verde e cobertura vegetal para as praças do Município de Vinhedo, SP. Sociedade de Investigações Florestais. R. Árvore, Viçosa-MG, v.30, n.2, p.277-282, 2006.

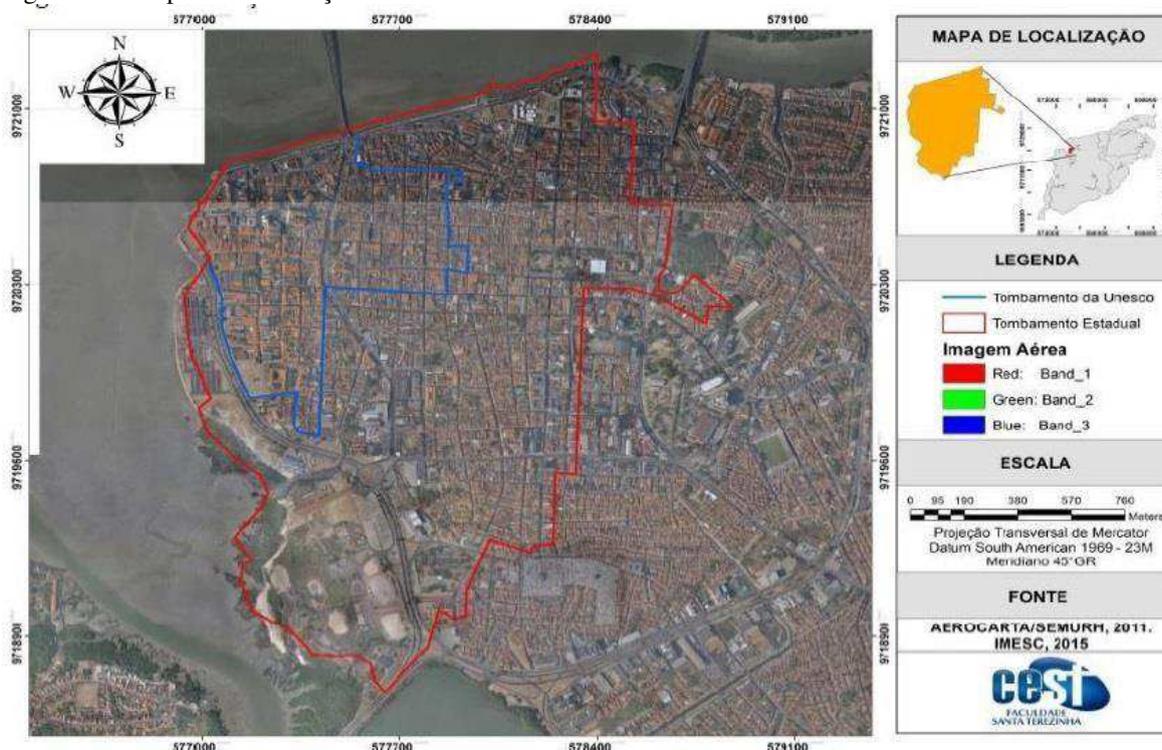
⁶² Incluindo a área de espaço livre do aterro como está no mapa do IPLAM.

⁶³ Somando as áreas utilizadas e as degradadas.

3.1. Morfologia urbana da cidade tradicional: as áreas livres verdes no Centro Histórico de São Luís – MA

Este tópico pretende analisar morfologicamente a praça tradicional do Centro Histórico – a Praça João Lisboa - mais especificamente a área limitada pelo tombamento da UNESCO⁶⁴, por possuir fortemente em seus elementos as características do urbanismo renascentista e barroco e seu trato com os espaços públicos verdes.

Figura 40 – Mapa de Localização do Centro Histórico



Fonte: MASULLO; LOPES (2016, p.3)

Segundo Lopes (2008, p. 47), em seis de dezembro de 1997, parte do Centro Histórico de São Luís, capital do Estado do Maranhão, foi incluída pela Convenção do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) na Lista do Patrimônio Mundial. A justificativa para inserção de São Luís na categoria de Patrimônio Mundial se deu por conta de dois elementos: seu desenho urbano ainda original (no Centro Histórico) e seu conjunto de arquitetura civil influenciado pelo projeto pombalino da reconstrução de Lisboa. A construção teórica sobre forma urbana

⁶⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

tradicional terá como recorte empírico a Praça João Lisboa para o estudo morfológico (quantitativo e qualitativo).

3.1.1 Caracterização socioespacial do Centro Histórico

Segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município - IPLAM, o bairro do Centro, inclui a Zona de Preservação Histórica (Federal, Estadual e Municipal) e a Zona de Interesse Social (Figura 40). A área de tombamento estadual possui 2.141.215m² (214,12 ha), dos quais 234.443m² (23,44ha) são de áreas livres.

A ZPH Possui 3.722 Domicílios particulares permanentes (incluindo os domicílios coletivos)⁶⁵, dos quais 92,23% são casas, 1,62% são de casas de vilas ou condomínios e 3,43% são de apartamentos (Quadro 8) . A área dentro do limite de tombamento Estadual possui um total de 12.371 habitantes, com renda domiciliar entre duas faixas: 3-6 e 6 -10 salários mínimos, conforme dados do censo do IBGE de 2010 (ANEXO 03).

Quadro 8 - Dados do Centro Histórico – Área dentro do limite de tombamento federal e estadual (incluem dentro deste limite os bairros do Desterro e da Madre Deus)

Área analisada	Domicílios Part. Perm. e Coletivo	Habitantes	Espaço livre verde público (m ²)	Área Verde (m ²)/habitante
2.141.215m ²	3722 ⁶⁶	12371	152.723m ²	12,34m ²

Tipos de Domicílios %			Índices Urbanísticos				
Casas	Casas de vila ou Condomínio	Apartamento	Área min. do lote	ATME	ALML	Gabarito	Testada
92,23	1,62	3,43	-	-	-	4 pav.	4m

Fonte: INCID, 2014.

O atual do traçado tem malha urbana densa e tecido construído contínuo (Figura 41) com a presença de diversos usos, predominando dentro da área de proteção a utilização dos casarões para serviços públicos. Na área e proteção estadual predominam os usos residencial e comercial (esta concentrada principalmente na Rua Grande e Rua de Santana).

⁶⁵ Domicílio particular permanente é o domicílio que foi construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. São tipos de domicílio coletivo: asilos, orfanatos, conventos e similares; hotéis, motéis, campings, pensões e similares; alojamento de trabalhadores ou estudantes, república de estudantes (instituição); penitenciária, presídio ou casa de detenção; e outros (quartéis, postos militares, hospitais e clínicas com internação), etc.

⁶⁶ Os dados populacionais, do número de domicílios particulares permanentes e coletivos, áreas e tipos de domicílios correspondem à soma dos dados do Centro, Desterro e Madre Deus, pois todos estão inseridos dentro da área tombada pela UNESCO.

Figura 41 - Mapa da Área de Tombamento Federal e localização do Convento do Carmo em destaque.



Fonte: Autora (2018) a partir de Google Earth, (imagem de satélite de 15 Julho de 2017).

De acordo com Lopes (2008, p. 101) com a constituição da Companhia do Comércio do Maranhão e Grão – Pará, instituída pelo Marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII, abrindo as portas para a participação de São Luís no sistema econômico mundial, que terá o Porto da Praia Grande como receptor e despachante de riquezas, fomentando aquecimento econômico que levou o bairro à urbanização e verticalização com as diversas tipologias de sobrados azulejados, e este novo cenário é o início do recorte temporal da pesquisa, ou seja, a forma urbana de São Luís nos séculos XIX e XX, e que se mantém preservado pelo esforço de instituições na esfera federal e estadual.

A Praça João Lisboa – um dos elementos do Conjunto arquitetônico e paisagístico do Largo do Carmo - foi o local onde se instalou a primeira feira da cidade e o primeiro abrigo público. Também foi o local onde ocorreram as batalhas entre holandeses e portugueses. (IPHAN, 2014). Como afirma Nascimento (2004:139-140) a origem da praça está ligada à construção do Convento do Carmo, em 1627. A descrição da praça no seu registro de tombamento (inscrição n° 431 de 23/12/1955) diz assim:

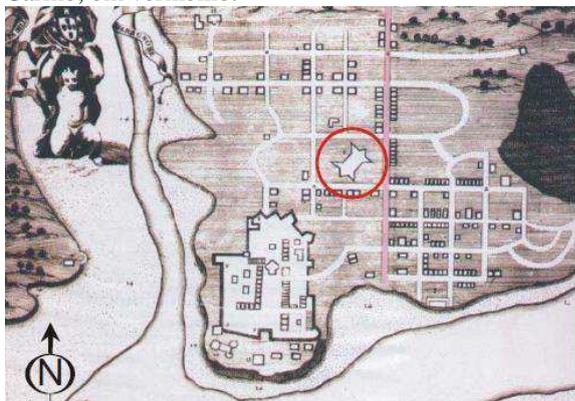
A Praça João Francisco Lisboa está ligada a fatos históricos importantes como a batalha entre holandeses e portugueses, foi o local da primeira feira ou mercado da cidade e do primeiro abrigo público. Existia um pelourinho que foi destruído após a Proclamação da República. No largo ou praça realizava-se a Festa de Santa Filomena, acontecimento de grande importância na vida da cidade. Em 1901,

recebeu a denominação de Praça João Lisboa em homenagem ao escritor e jornalista maranhense que ali residiu. Em 1911, foi instalada no centro da praça a estátua do escritor, de autoria de Jean Magrou, sendo inaugurada em 1918.

O traçado da Praça João Lisboa tal como conhecemos hoje se consolidou por volta dos séculos XVIII e XIX, com seu traçado subordinado ao urbanismo renascentista. Fundada por franceses em 8 de setembro de 1612, São Luís foi retomada pelos portugueses em 1615, que aplicaram os princípios renascentistas no traçado urbano, como mostra a Figura 41 de 1641, já existia o Convento do Carmo (destaque vermelho) e o traçado da rua que hoje corresponde à Rua do Sol e Rua da Paz. Na Figura 42, observam-se poucos lotes/edificações e tecido construído descontínuo. As primeiras ocupações do centro histórico de São Luís eram construídas de maneira extremamente rudimentar e com materiais como palha e barro. O centro histórico teve seu tecido forjado pela dinâmica do mercantilismo, onde a ocupação do solo não impôs restrição ao uso do solo o que resultou na quebra do ritmo dos gabaritos – ainda assim mantendo uma unidade estética e formal.

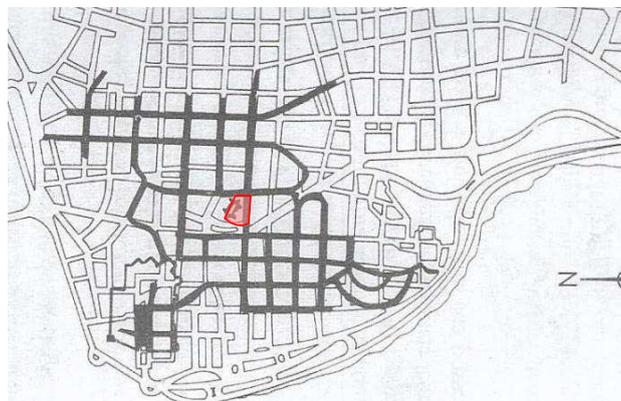
Na Figura 43 observa-se a sobreposição da planta do traçado do engenheiro militar Frias de Mesquita (linha mais cheia e escura) sobre o traçado atual do centro histórico. O destaque em vermelho é a localização do Convento do Carmo. Os quarteirões do centro histórico foram inicialmente definidos pelo traçado ortogonal do projeto do engenheiro Frias de Mesquita que seguiu as recomendações da Lei das Índias, de 1573.

Figura 42 – À esquerda, o mapa da cidade de São Luís, no século XVII, em 1641. O local do Largo do Carmo, em vermelho.



Fonte: SÃO LUÍS, 1992 apud NASCIMENTO, 2004, p.140

Figura 43 - o traçado de São Luís do século XVII sobre a planta atual.



Fonte: Silva Filho (1986, p.22 apud Burnett, 2008, p. 112).

Nos séculos seguintes a cidade se expande utilizando o traçado existente como vetor de crescimento, entretanto, na área de tombamento federal foram criadas novas ruas em

diagonal, criando novos formatos triangulares e trapezoidais, adequando o no sistema viário. O quarteirão do Convento do Carmo que fica entre a Rua do Sol e a Rua da Paz é dividido formando os canteiros que hoje é a Praça João Lisboa. No século XIX, os quarteirões da área de tombamento federal já estão definidos, o tamanho dos lotes é variado e de acordo com as tipologias das casas.

Segundo o IPHAN⁶⁷ (2014)⁶⁸ nos séculos XVIII e XIX o Estado do Maranhão teve forte participação na economia nacional como um dos grandes exportadores de arroz, algodão e matérias-primas regionais. Nesse período, a cidade de São Luís foi considerada a quarta cidade mais próspera do Brasil, atrás de Salvador, Recife e Rio de Janeiro. O acervo arquitetônico da cidade utilizava materiais e desenhos que tinham a máxima adequação ao clima, cujas soluções ambientais aproveitavam a sombra e a ventilação marítima.

“Os mais representativos exemplares da arquitetura de São Luís datam, sobretudo, da segunda metade do século XIX - sobrados, de fachadas revestidas em azulejos portugueses que estão entre os aspectos mais peculiares da expressão civil maranhense”. (IPHAM, 2014)

Figura 44 - Praça João Lisboa, 1904.



Fonte: SERÁPHICO, 1981 *apud* NASCIMENTO, 2004, p.144.

Figura 46 – Praça João Lisboa, 1923.



Fonte: Álbum do Maranhão, 1940 *apud* NASCIMENTO, 2004, p.155.

Figura 45 - Praça João Lisboa, 1950.



Fonte: Miécio Jorge, 1950 *apud* NASCIMENTO, 2004, p.155.

Figura 47 - Praça João Lisboa na década de 1950.



Fonte: JORGE, 1950 *apud* NASCIMENTO, 2004, p.152.

⁶⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

⁶⁸ <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/346/>

Em 1955, três conjuntos arquitetônicos e urbanísticos foram tombados pelo governo federal: os Conjuntos Arquitetônicos e Paisagísticos da Praça João Francisco Lisboa (Figura 44, 45, 46 e 47) e da Praça Benedito Leite (Figura 48); o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Largo do Desterro e o Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias (Figura 49). Em 1974, o conservado tecido urbano e os conjuntos homogêneos remanescentes dos séculos XVIII e XIX, foram tombados pelo IPHAN. Com quase mil edificações, em sua maioria arquitetura civil que sofreu influencia do projeto pombalino da reconstrução de Lisboa (LOPES, 2008:47).

Figura 48 – Conjuntos Arquitetônicos tombados em 1955 pelo governo federal. À esquerda, Praça Benedito Leite, 1957;



Fonte:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>>

Figura 49 - À direita, Acervo Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias.

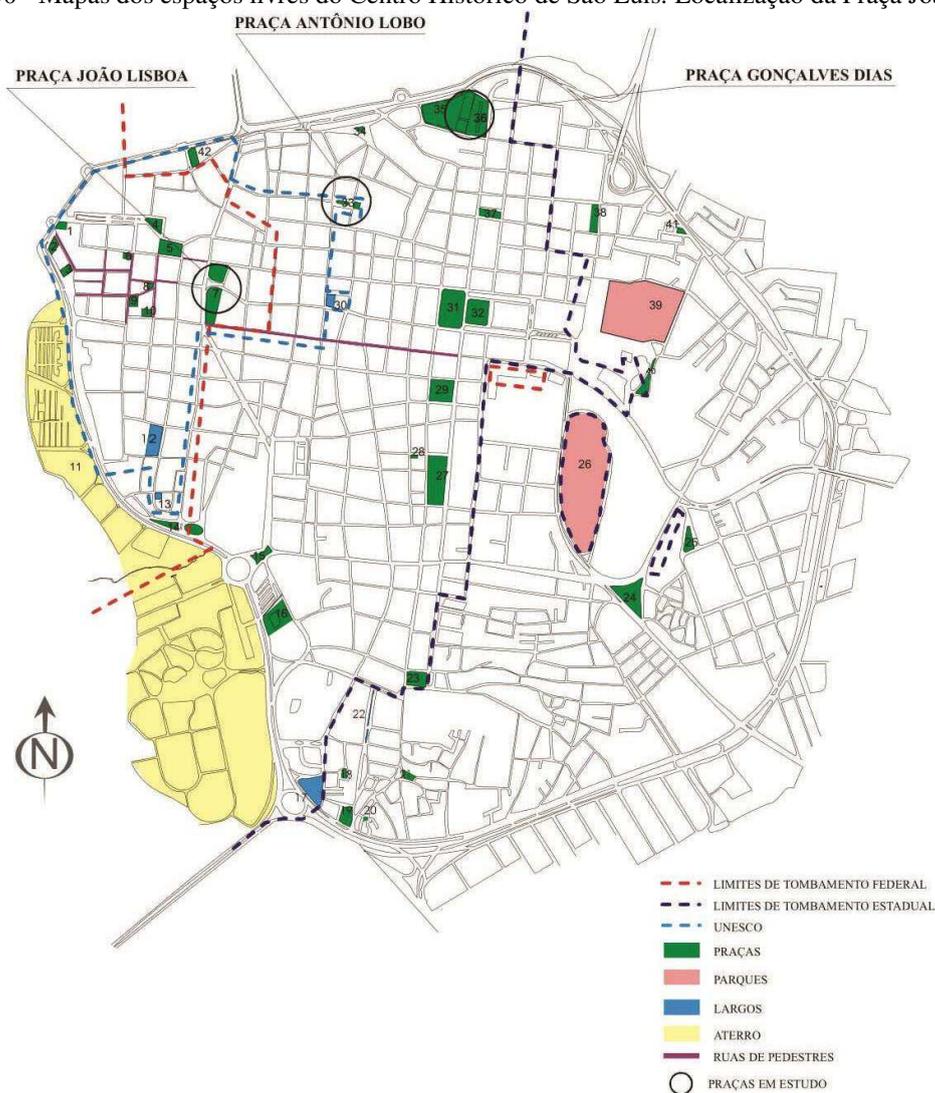


Fonte:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/historico>>

3.1.2 As áreas verdes públicas na Cidade Tradicional

Quanto à existência de espaços de sociabilidade no Centro Histórico, o Instituto Municipal da Paisagem Urbana, a cidade de São Luís possui 518 espaços livres públicos, entre os quais 42 se localizam dentro da área de tombamento federal e estadual (Figura 50). Dentro da delimitação de tombamento federal existem 11 praças e 02 largos; e na área de tombamento estadual possuem 14 praças, dois largos e um parque (NASCIMENTO, 2004, p.105).

Figura 50 - Mapas dos espaços livres do Centro Histórico de São Luís. Localização da Praça João Lisboa.



Fonte: IPLAM (2004) *apud* Nascimento (2004, p.107).

No mapeamento feito através de imagens de satélite e visitas de campo e, visando complementar as informações do IPLAM, que são dos anos de 2004 e 2014, foram identificados dentro da área de tombamento Estadual 152.723m² áreas de praças que para os

12371 moradores residentes (IBGE, 2010) resultam em uma relação de 12,34m² de área verde por habitante (Quadro 9), ou seja, está acima da recomendação sugerida (Ver quadro Jantzen) para praças de bairro que é de 6m² de área verde/habitante.

Quadro 9 - Áreas verdes dentro da área de tombamento estadual (em laranja as áreas que precisam de requalificação urbana e em vermelho, áreas sem condições de uso)

CENTRO - ÁREAS LIVRES VERDES					
	Áreas	m ²		Áreas	m ²
1	Praça da Marinha	553	23	Praça Panteon	13566
2	Praça dos Catraieiros	783	24	Praça Deodoro	8060
3	Praça da Fé	642	25	Praça Antônio Lobo	1541
4	Praça D. Pedro II	1393	26	Praça do DNER - Joãosinho Trinta	1177
5	Praça Benedito Leite	2839	27	Praça Maria Aragão	13986
6	Praça da Criança	636	28	Espaço livre em frente à Delegacia da Criança	3109
7	Praça João Lisboa	4229	29	Área livre ao lado do antigo Espaço cultural	8478
8	Praça da Seresta (Faustina)	162	30	Praça Gonçalves Dias	7566
9	Praça Nauro Machado	1440	31	Praça Odorico Mendes	1620
10	Praça da Pacotilha	925	32	Praça Quinta do Macacão	1885
11	Largo das Mercês	2463	33	Praça 15 de Novembro - Manoel Beckman	2023
12	Largo do Desterro	713	34	Praça Gomes de Sousa - REFESA Posto	1714
13	Praça do Pescador	3581	35	Praça quadra da Rua da Manga	1306
14	Praça Dr. Miguel Veiga	1581	36	Canteiro do Liceu	864
15	Praça do Trabalhador	3494		TOTAL	152.723
16	Largo de São Pedro	4872		HABITANTES	12371
17	Praça da Saudade	2866		A.V (m ²) /HABITANTE	12,34
18	Parque do Bom Menino	45875			
19	Praça da Misericórdia	2514	37	Aterro do Bacanga – Obs: se fosse incluindo a área do aterro do Bacanga, no quantitativo de espaços livres o índice elevaria para 45,67 m ² A.V /habitante.	411.887
20	Praça do Canto da comunicação	207		TOTAL	565.014
21	Praça da Alegria	3619		HABITANTES	12371
22	Largo São João	441		A.V (m ²) /HABITANTE	45,67

Fonte: Autora (2018), IPLAM (2002) complementado por pesquisa de campo.

Categorizando as supracitadas praças do Centro, que estão inseridas dentro dos limites de tombamento Estadual, de acordo com os índices urbanísticos sugeridos por Jantzen (1973 *apud* CAVALHEIRO, 1998:283), temos o conjunto da Praça Panteon com a Praça da Deodoro (considerando a proximidade e continuidade do traçado das duas), a Praça Maria Aragão, a Praça Gonçalves Dias e o Parque do Bom Menino, situados entre as categorias de

praça de vizinhança e praça de bairro por possuírem área maior que 5000m² e inferior a 100.000m² (Quadro 10). Segundo esses autores, os parques de vizinhança são aqueles que distam entre 100 a 500m da residência. Os parques de bairros são aqueles que distam da residência 1000m ou 10min de caminhada. O parque distrital é mais distante e os autores consideram uma distância mínima de 1200m ou 30 minutos de veículo. E o parque regional que pode se localizar em qualquer área da cidade e se distingue dos outros pela grande área.

Quadro 10 - Categorias e sugestões de índices urbanísticos

Legenda	Categoria/ área (m ²)
	Praça/Parque de vizinhança (5000 m ²)
	Praça/Parque de bairro (100.000m ²)
	Praça/Parque Distrital (1.000.000) m ²
	Parque Regional (2.000.000m ² com água)

Fonte: CAVALHEIRO (1998:283)

Incluindo a área do Aterro, como consta no Mapa do IPLAM na Figura 49, o Índice de Áreas livres (IAVT) totais é de 45m² A.V/habitante. Esse índice inclui os espaços livres potencialmente utilizáveis, os espaços livres utilizáveis e os espaços livres degradados.

O Índice de Áreas Livres Verdes Totais (IALVT) é de 12,34m² A.V/habitante, incluindo praças, áreas verdes abandonadas e degradadas. O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU) é de 11,44m² A.V/habitante, e corresponde basicamente às praças e áreas verdes em bom estado de conservação, com mobiliário (postes, lixeiras, bancos, etc.) e vegetação.

O Índice de Áreas Livres Totais (IALT)⁶⁹

$$IAVLT = \frac{\sum \text{das áreas livres totais}}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{565.014\text{m}^2}{12371\text{hab}} = 45,67 \text{ m}^2/\text{habitante}$$

O Índice de Áreas Livres Verdes Totais (IALVT)⁷⁰

$$IAVLVT = \frac{\sum \text{das áreas livres totais}}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{152.723\text{m}^2}{12371\text{hab}} = 12,34\text{m}^2 \text{ A.V/habitante}$$

O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU)

$$IAVU = \frac{\sum \text{das áreas (m}^2\text{) das praças totalmente utilizáveis}}{\text{n}^\circ \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{141.540}{12371} = 11,44\text{m}^2 \text{ A.V/ habitante}$$

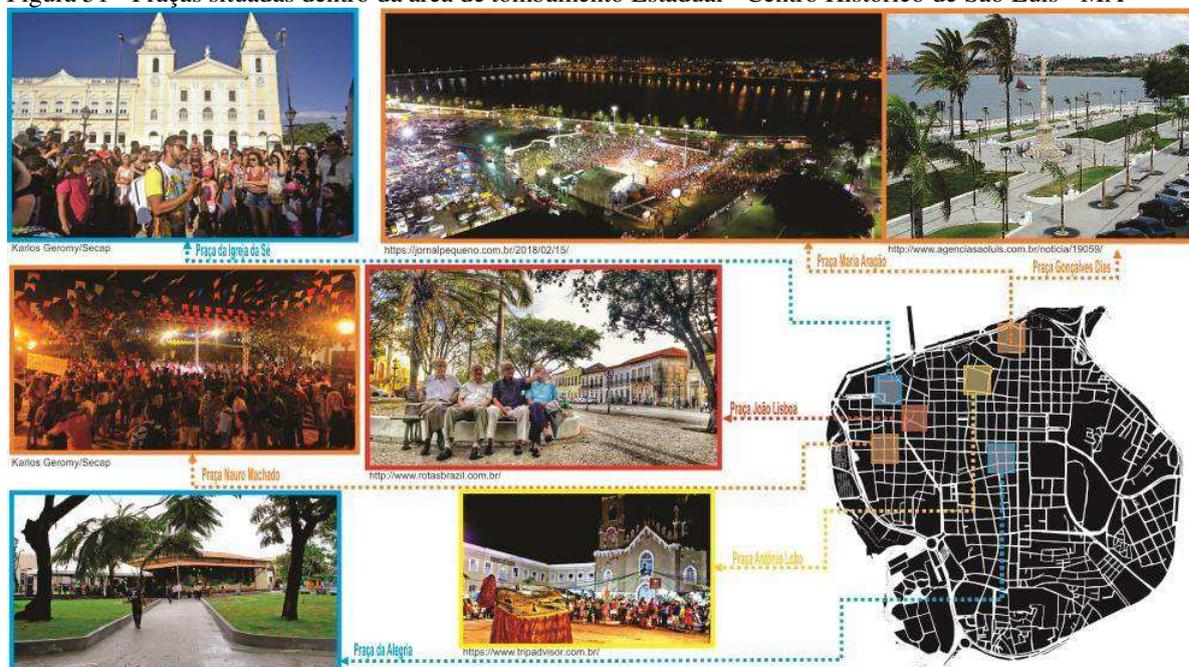
⁶⁹ Incluindo a área de espaço livre do aterro como está no mapa do IPLAM.

⁷⁰ Somando as áreas utilizadas e as degradadas.

Os espaços públicos são os locais de vivência e convivência, são os espaços de socialização e interação, onde a diversidade inerente ao meio urbano tem possibilidade de convergência. A maioria das praças do Centro Histórico por estarem associadas a igrejas e/ou conventos realizam festejos principalmente nos meses das festividades da igreja católica. Assim como, as outras manifestações culturais como o carnaval, o tambor de crioula, tambor de mina e o bumba meu boi, cujas raízes estão associadas a manifestações de matriz africana, e hoje fazem parte do calendário cultural da cidade de São Luís.

A praça como espaço público é o local do encontro, dos acontecimentos excepcionais da cidade que intercalam momentos de festividades e simbologias no calendário urbano. Os espaços livres identificados pelo IPLAM na Figura 50 (pág.96) são palcos de diversos momentos culturais como passeio turístico na Igreja da Sé (acima à esquerda); o carnaval 2018 na Praça Maria Aragão e toda a extensão da Avenida Beira-mar, a paisagem de contemplação na Praça Gonçalves Dias; o cotidiano e a conversa informal nos bancos da Praça João Lisboa; as manifestações culturais do período junino na Praça Nauro Machado; as celebrações religiosas dos santos católicos do mês de junho juntamente com as danças de matriz africana na Igreja Santo Antônio; e a circulação de pessoas na Praça da Alegria (Figura 51).

Figura 51 - Praças situadas dentro da área de tombamento Estadual - Centro Histórico de São Luís - MA

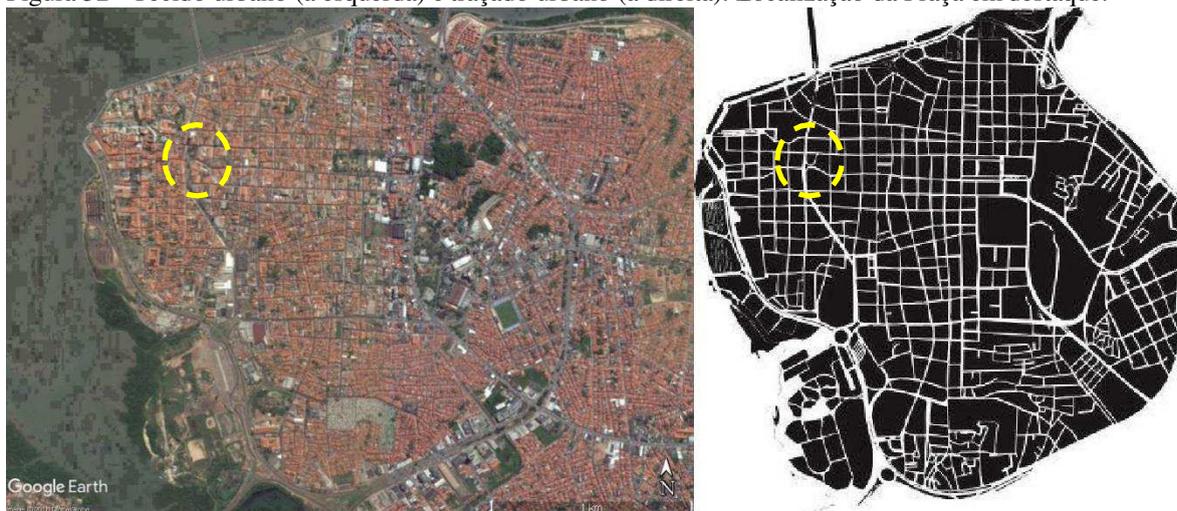


Fonte: Autora (2018)

3.1.3 A morfologia da praça da cidade tradicional de São Luís - a Praça João Lisboa: uma análise quantitativa, funcional e figurativa.

O Centro Histórico possui uma malha urbana densa e tecido construído contínuo (Figura 52), com o traçado do período colonial preservado, apresentando apenas algumas intervenções pontuais, como o caso da Avenida Magalhães de Almeida. Mudanças nos fluxos de veículos (bonde, automóveis e ônibus) alteraram a urbanidade da praça. Segundo Espírito Santo (2006: 89) existem 978 imóveis inseridos na área de proteção federal, de 60 hectares, e 4.629 imóveis na área de proteção estadual, de 160 hectares. Toda área é classificada como Zona de Proteção Histórica – ZPH pela atual Legislação Urbanística Municipal e, legalmente, o tombamento estadual engloba e também protege a área federal de preservação.

Figura 52 - Tecido urbano (à esquerda) e traçado urbano (à direita). Localização da Praça em destaque.



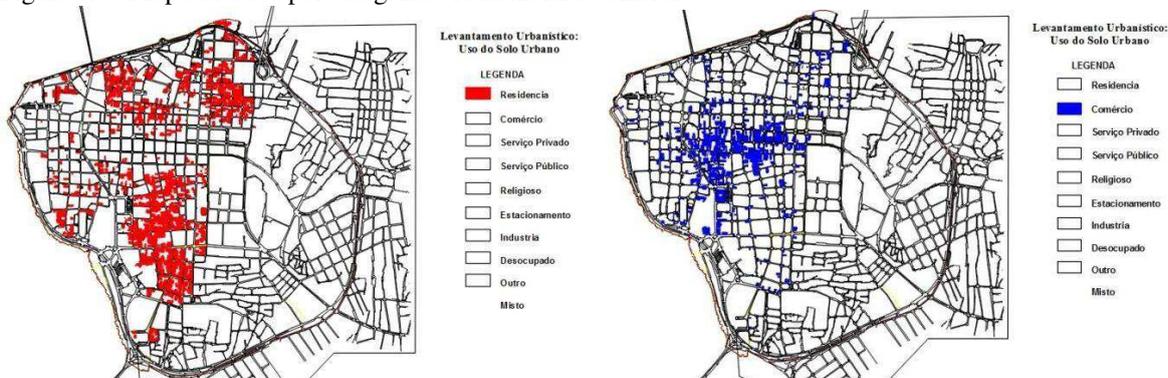
Fonte: GoogleEarth -Imagem Digitalglobe (15/07/2017); Autora (2018)

A diversidade de usos no bairro é um fator importante para a urbanidade e vitalidade. Os locais de convívio, encontro e integração, no caso, as praças, também sofrem os impactos de qualquer mudança nos outros elementos que são componentes do espaço urbano. A relação do “homem-espaço” é uma relação dialética, e a apropriação dos espaços verdes públicos pela população dependerá de fatores sociais, culturais e ambientais.

O mapa de uso (Figura 53, 54 e 55) traz algumas interpretações da área como, por exemplo, compreender os horários que o fluxo de pessoas diminui. As áreas comerciais como o eixo Leste-Oeste da Rua Grande e Rua de Santana (mancha em azul no mapa) e da Rua Magalhães de Almeida, ficam desertos por conta do horário comercial de 8 às 18 horas. Na

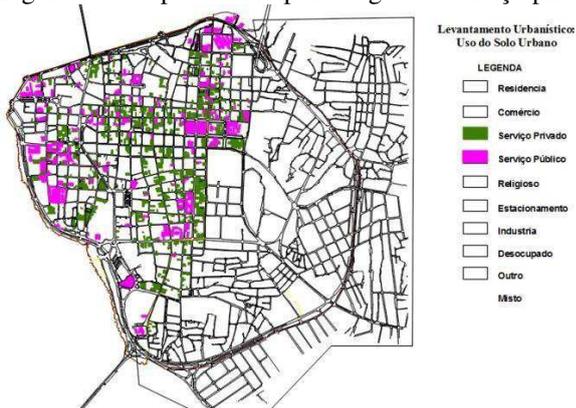
área Praia Grande, por concentrar edifícios de serviços públicos e privados a movimentação de pessoas diminui bastante, tendo vitalidade nas áreas mais próximas aos corredores viários da Beira Mar.

Figura 53 – Mapa de Usos por categorias: residencial e comércio



Fonte: AUTORA (2018) a partir de FAU (2013).

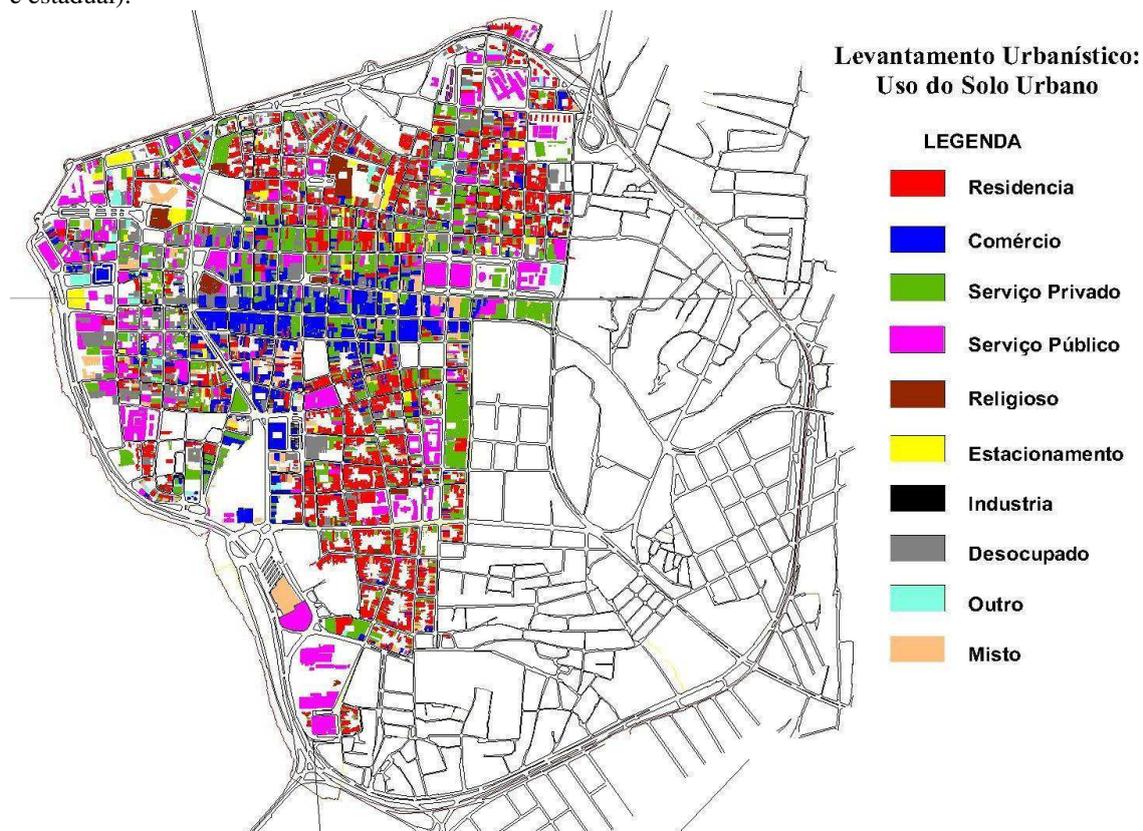
Figura 54 - Mapa de Usos por categorias: serviço privado e público



Fonte: AUTORA (2018) a partir de FAU (2013).

Conforme levantamento urbanístico realizado em 2013 os usos do Centro Histórico continuam diversificados, porém com concentração de usos residenciais na área de tombamento estadual, com concentração de uso de serviço público e privado na área de tombamento federal (Figura 55) e concentração de usos comercial no eixo da Rua Grande e ruas paralelas, como a Rua de Santana e Rua da Paz, e suas transversais.

Figura 55 – Mapa Geral de usos do Centro Histórico em 2013, do Centro Histórico (área de tombamento federal e estadual).



Fonte: AUTORA (2018) a partir de FAU (2013).

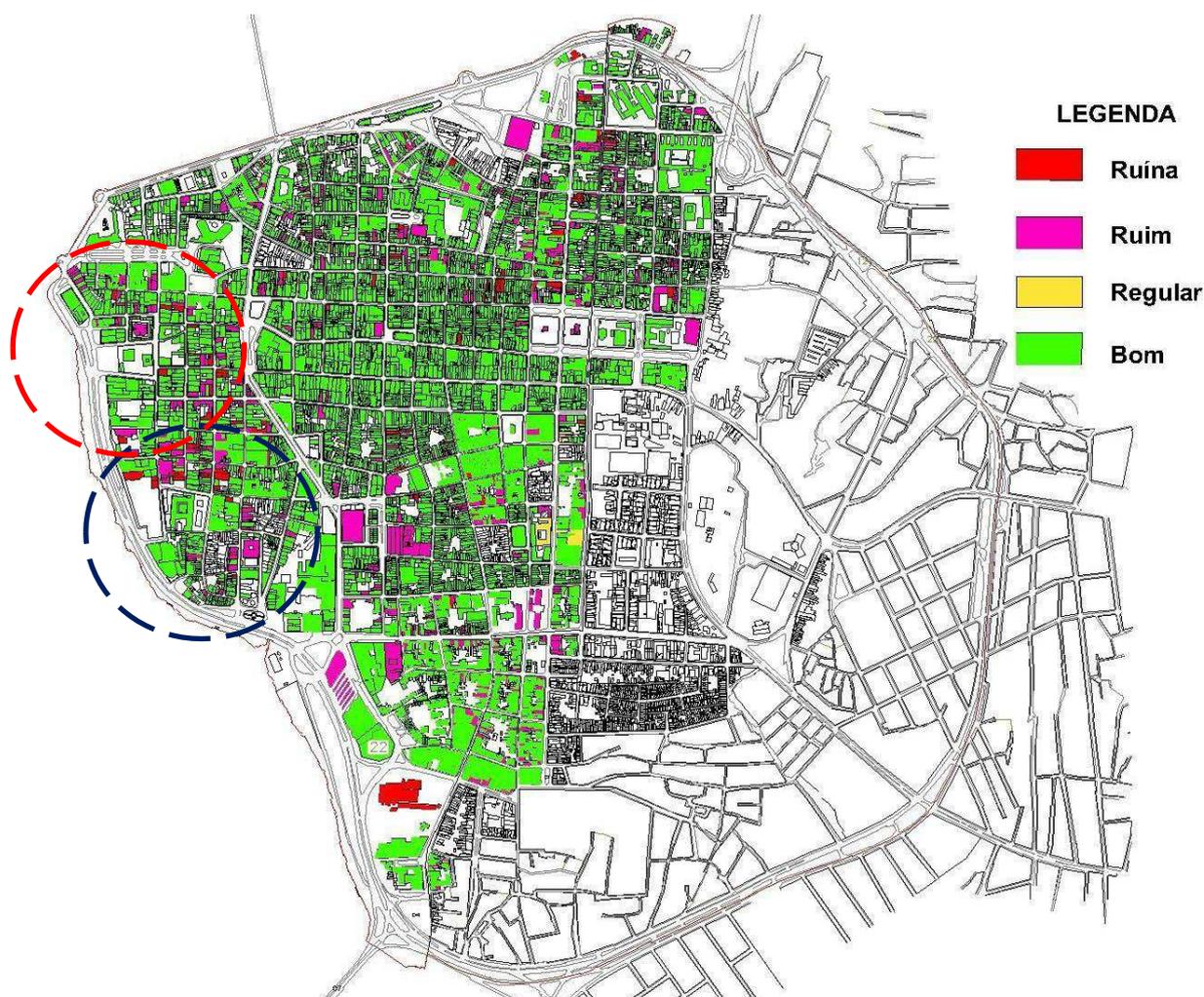
Figura 56 - Características do Entorno da Praça



Fonte: Autora (2018)

O mapa de conservação, por outro lado, oferece outros tipos de leitura, quando confrontados com mapas de renda e escolaridade, pois o grau de conservação dos edifícios pode estar associado à impossibilidade dos moradores de fazerem manutenção preventiva e corretiva em seus edifícios. Na Figura 57, observa-se que na região do Desterro (círculo tracejado azul) existem muitos edifícios com estado de conservação ruim ou em ruína, o bairro está dentro da Área de Preservação Federal e possui uma população com baixa renda e baixo grau de instrução e não tem condições e nem conhecimento de como realizar intervenções em imóveis tão dispendiosos como os do Centro Histórico.

Figura 57 – Mapa de Conservação das edificações do Centro Histórico (área de tombamento federal e estadual)



Fonte: AUTORA (2018) a partir de FAU (2013)

Na quadra da praça passa a Rua do Egito e a Avenida Magalhaes de Almeida, que são classificados no Plano Diretor como vias coletoras principais, a movimentação de automóveis pelas vias da praça e do seu entorno, atraem serviços e comércio para a área. Entretanto, ponto negativo é que a urbanidade local está intimamente ligada ao comércio tendo uma queda brusca durante os finais de semana (Figura 58).

Figura 58 – Malha Viária do entorno da Praça João Lisboa ver Anexo 4.



LEGENDA – INTESIDADE DOS FLUXOS



Fonte: Autora (2018) a partir de IPLAM (2002)

Em uma visão aproximada da praça e seu entorno, um ponto favorável para a urbanidade da praça é a diversidade de usos do seu entorno, com lanchonetes, bancos, correios, cartórios, universidades, teatros, escolas de dança, farmácias, prédio de salas comerciais. Não existem atividades culturais permanentes nos fins de semana nos prédios do entorno. O Teatro Arthur Azevedo (Figura 59) tem espetáculos em alguns dias da semana, mas não possui equipamentos suportes como lanchonetes e restaurantes que propiciem a

continuidade do lazer e a convivência na área, sendo que após o término dos eventos a população se desloca para outros locais da cidade para passear e fazer refeições.

Figura 59 – Teatro Artur Azevedo – e sua fachada de arquitetura neoclássica



Fonte: Autora (2017)

Ao término do expediente comercial no sábado, ao meio dia, a movimentação da Praça João Lisboa diminui, tendo a circulação esporádica de turistas e moradores locais. Na Figura 60, 61 e 62, a movimentação de carros, micro-ônibus, vans, e caminhões com suas atividades de carga e descarga nos correios. A presença de moradores de rua inibe a circulação de pessoas que temem furtos e roubos na área. Aos sábados e domingos movimentação de pedestre quase nula, como se observou em campo (Figura 62).

Figura 60 - Praça João Lisboa em um sábado à tarde



Fonte: Autora (2018). Data de registro: 13/06/2018 (entre as 15 e 16h).

Figura 61 - Praça João Lisboa em um sábado à tarde



Fonte: Autora (2018). Data de registro: 13/06/2018 (entre as 15 e 16h).

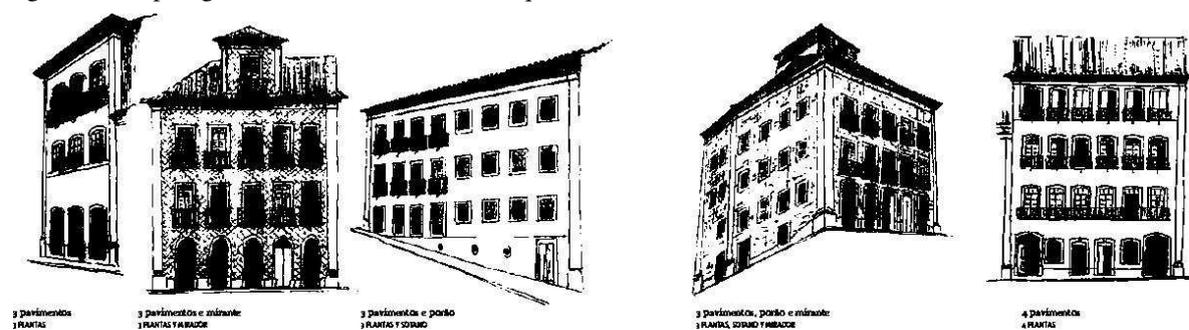
Figura 62 - Praça João Lisboa em um sábado à tarde (Data de registro: 06/05/2017)



Fonte: Autora (2017)

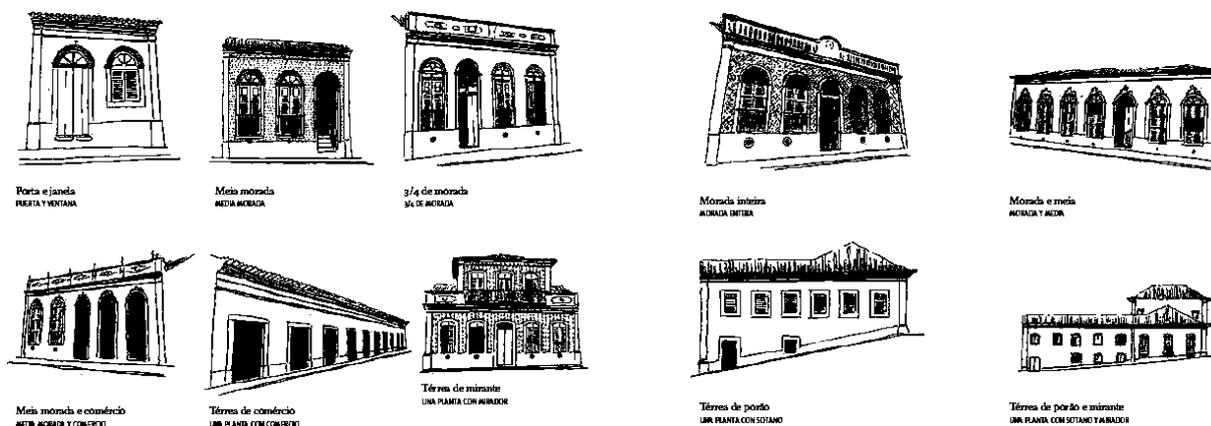
Segundo Lopes (2008, p. 51), as casas e sobrados (Figura 63 e 64), ainda como se faz nos dias de hoje, buscavam transmitir a posição social dos proprietários. As casas eram do tipo porta-e-janela, meia –morada, $\frac{3}{4}$ de morada, morada inteira, morada-e-meia, casa térrea de comércio, casa térrea de porão, casa térrea de mirante, casa térrea de porão e de mirante, sobrados de dois e três andares, com ou sem porão e/ou mirante, sobrados de quatro andares, sendo ao todo, 13 variações. A testada do lote das tipologias porta-e-janela fica entre 5-6 metros, enquanto que os solares com 20-25 metros.

Figura 63 - Tipologias de casas e sobrados de arquitetura colonial



Fonte: São Luís, 2008.

Figura 64 - Tipologias de casas e sobrados de arquitetura colonial



Fonte: São Luís, 2008.

Essas edificações foram construídas no período colonial e imperial e com peculiares soluções arquitetônicas de tipologias, revestimentos e distribuição interna dos compartimentos. Posteriormente, o Centro Histórico foi reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO, em 1997, pela riquíssima e diversa tradição cultural, por ser exemplo de cidade tradicional portuguesa, e por seu traçado e conjuntos arquitetônico conservado⁷¹. Segundo Lopes (2008: 46-47) dentro da área de proteção histórica tombada em nível federal, que corresponde a 60 hectares, na qual se encontra a Praça João Lisboa, existem 978 imóveis.

A distinção entre a área de tombamento federal e a estadual está na ruptura dos estilos arquitetônicos dos edifícios. Na passagem do século XIX para o século XX surgem as manifestações do estilo eclético (neoclássico, neocolonial, neogótico e o Art déco na Figura 65), indicando o rompimento com o estilo colonial e o pombalino. A área de tombamento federal representa um período econômico próspero para a cidade com riquezas e acumulação de capital advinda do ciclo do algodão e do arroz. A elite de São Luís enviava seus filhos para estudarem na Europa, e no retorno traziam grandes contribuições intelectuais em diversas áreas o que destacou São Luís no cenário nacional como a Atenas Brasileira. As técnicas construtivas são as mesmas que datam da reconstrução de Lisboa pelo Marques de Pombal. (LOPES, 2008:124 -125).

⁷¹ IPHAN, 2014.

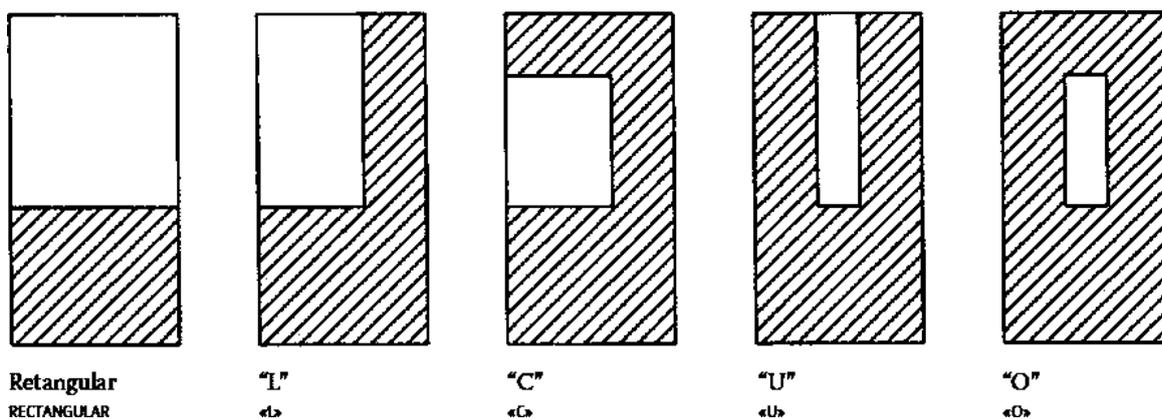
Figura 65 – Tipologias arquitetônicas do entorno da Praça João Lisboa



Fonte: Autora (2018)

Conforme observação nas imagens de satélites e nas plantas a implantação das edificações nos lotes se dá pelo alinhamento das fachadas, e das esquadrias, transmitindo racionalidade e ritmo harmonioso dos vãos das edificações. Os casarões são colados nas duas divisas, e possuem áreas de ventilação e iluminação natural interna que são os pátios (Figura 66).

Figura 66 – Tipologias dos partidos arquitetônicos

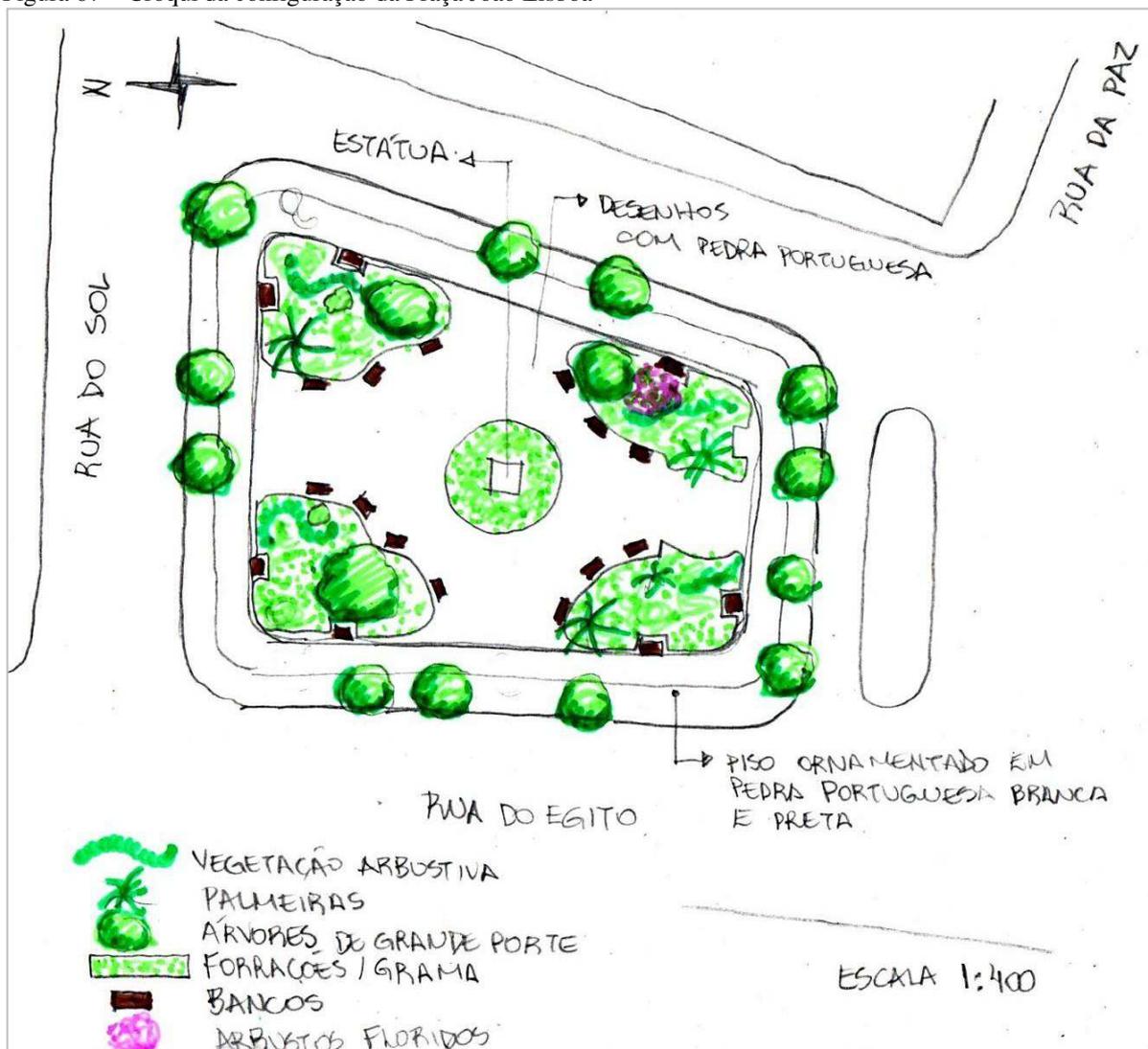


Fonte: Lopes (2008, p.68)

3.1.3.1 Quanto à vegetação, ao mobiliário e o monumento

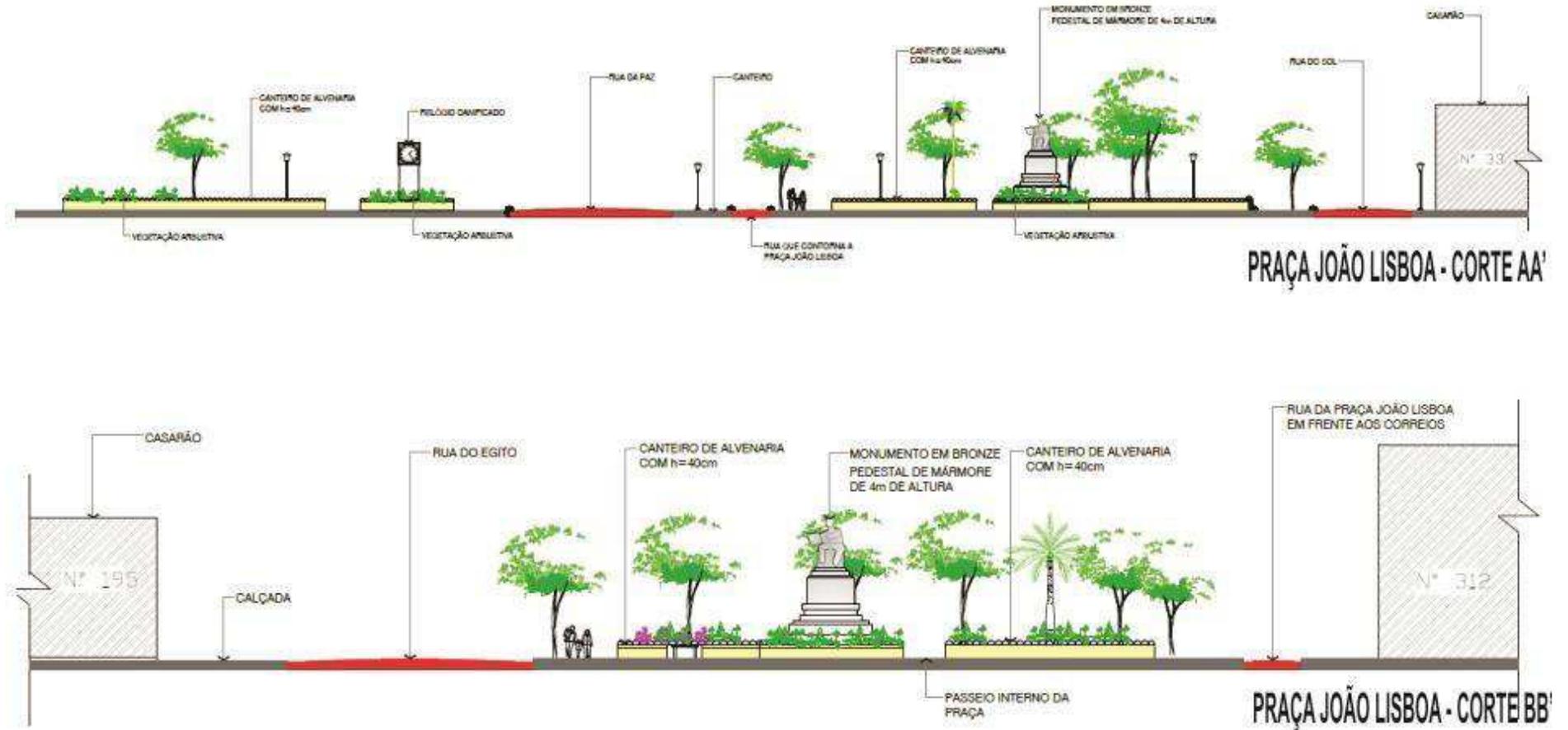
O projeto paisagístico atual da Praça João Lisboa as espécies arbóreas de grande porte como os faveiros, fícus, palmeira imperial, oiti que contornam as calçadas da praça (Figura 67 e 68). Nos canteiros algumas espécies de arbustos como alfinetes, pingo de ouro, bouganville lilás e forragem como clorofitos (Figura 68). A vegetação de grande porte produz um ambiente agradável, de muita sombra e garante conforto térmico aos que passam pela praça e contribuem para composição plástica e dos aspectos figurativos do conjunto arquitetônico da praça favorável para a contemplação. A Praça João Lisboa possui um formato trapezoidal, uma área de 1.592m² e perímetro de 156 metros.

Figura 67 – Croqui da configuração da Praça João Lisboa



Fonte: Autora (2017)

Figura 68 – Detalhamento da Praça João Lisboa - Cortes



Fonte: Autora (2017)

Quanto ao mobiliário a praça possui 8 bancos de cimento armado na face externa dos canteiros (instalados na década de 1940), e na face interna dos canteiros possuem 12 bancos de madeira e ferro (instalados na década de 1970) como mostram as Figuras 69 e 70. Possui quatro lampiões e oito lixeiras. Ainda resistem algumas cadeiras de engraxate na praça e nas calçadas do entorno, que durante as visitas de campo não foram vistas sendo utilizadas, indicando as mudanças de costumes sociais.

Figura 69 – Vegetação da Praça



Fonte: Autora (2017)

Figura 70 – Estátua de João Lisboa



Fonte: Autora (2017)

A Praça possui sinalização de trânsito e um posto de taxi funciona Rua do Sol, na rua da praça em frente aos correios possui um estacionamento dos micro-ônibus que circulam pelo Centro. A estátua do escritor só foi instalada em 1911 (Figura 70). Na verdade, a praça passou a ser chamada Praça João Lisboa em 1901, por meio da Resolução nº 14, de 28 de julho, recebendo esse nome como uma homenagem póstuma ao jornalista João Francisco Lisboa (1822 – 1863), que morou durante muito tempo em um casarão no entorno do Largo do Carmo, de onde tirou inspiração para fazer descrições sobre o cotidiano da cidade.

No Jardim 2 que fica em frente ao Convento do Carmo a vegetação dos canteiros está mal conservada, as árvores com as raízes expostas e danificando o calçamento e os bancos. O

edifício do Convento também está com aspecto de abandono. O mobiliário dos canteiros Relógio implantado desde a década de 1940 está deteriorado (Figura 71), os bancos quebrados, e o calçamento danificado (Figura 72 e 73).

. Figura 71 – Relógio Danificado no canteiro da Igreja do Carmo



Fonte: Autora (2017)

Figura 72 – Fonte, hoje utilizada como reposário de velas



Fonte: Autora (2017)

Figura 73 – Calçadas, árvores, canteiros.



Esta forma urbana possui uma malha urbana densa e tecido construído contínuo, traçado no padrão ortogonal – comum a todas as cidades coloniais portuguesas – com edifício singulares como as igrejas, palácios ou prédios públicos, que acabaram sendo geradores da forma urbana, por sua significação social, política ou religiosa. Como afirma Lamas (2000:179) *“a partir do Renascimento a praça e o traçado irão prover e necessitar de edifícios singulares para o seu desenho, numa configuração recíproca de efeito cênico e monumental”*.

3.2 Morfologia urbana da cidade contemporânea e as áreas livres verdes no bairro da Cidade Operária: a urbanidade em uma das novas centralidades de São Luís

(...) o Estado, com raras exceções, vê o crescimento periférico como um fenômeno “residual” do processo de industrialização e urbanização, sem jamais considerá-lo como parte do processo de produção de espaço, isentando-se assim de apresentar propostas de intervenção para incorporar a “cidade real” na “cidade legal”. (MAUTNER, 2010, p. 253).

Esse bairro, criado para os trabalhadores que podiam adquirir seus imóveis através de financiamentos, cujas condições de inscrição na Cohab para aquisição da casa própria seriam ter até cinco salários mínimo e nenhum outro imóvel registrado no nome do inscrito. Deslocou para o Centro-Leste da Ilha do Maranhão os olhares da população de São Luís, que sonhava com o seu primeiro imóvel e viam como uma nova alternativa de fugir dos altos aluguéis da década de 1980 - a “década perdida” - e acabou atraindo para o seu entorno uma parcela da população que veio do interior na década de 1970.

Conforme pesquisas feitas em jornais⁷² que circulavam na cidade de São Luís naquela época, a ocupação do bairro se deu de forma bem hostil devido aos diversos conflitos entre a própria população. A primeira lista de contemplados saiu no final do ano de 1986 e a segunda e a terceira em janeiro de 1987, com um atraso justificado pelo presidente da COHAB⁷³ por causa principalmente, das mudanças econômicas provocadas pelo Plano Cruzado II que extinguiu o BNH⁷⁴. Com isso, houve uma transferência do acervo para a Caixa Econômica Federal e, de acordo com afirmações do diretor da COHAB na época, Edgar Maranhão, houve todo um processo de renegociação com o novo órgão financiador. O diretor fala que outro fator para o atraso na segunda listagem foi a recuperação das casas, prejudicadas pela falta de material de construção e o período de fim de ano. Outro problema citados nos jornais da época eram os saques de casas que já estavam prontas e roubos de materiais de construção como janelas e portas.

⁷² O Imparcial, 09 de janeiro de 1987, Ano LX.

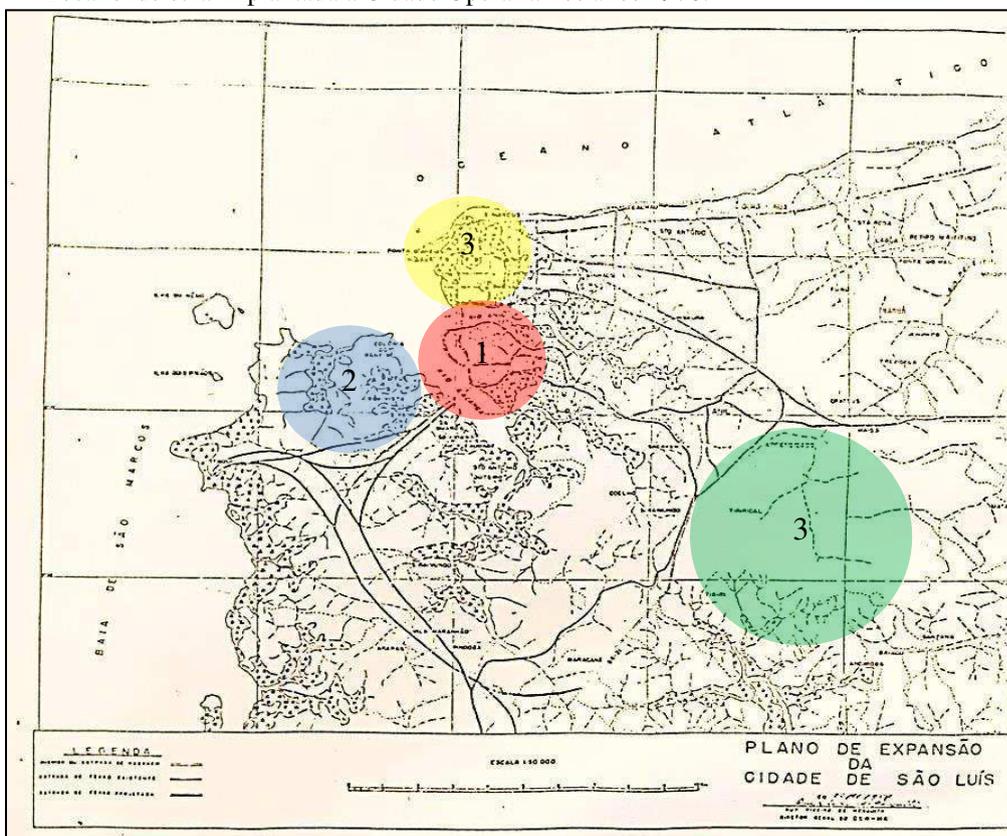
⁷³ Companhia de Habitação Popular do Estado do Maranhão

⁷⁴ Banco Nacional de Habitação

3.2.1 Caracterização socioespacial

A área destacada em verde (Figura 74) corresponde à área onde o conjunto seria implantado em meados da década de 1970, conforme o Plano de Expansão da Cidade de São Luís (1958) era uma zona rural. No Plano Diretor de São Luís (1977) a referida área ainda é tratada como zona rural. Somente no Plano Diretor Municipal de São Luís de 1992 é que o Conjunto da Cidade Operária aparece como uma ZR-4, ou seja, uma zona residencial consolidada.

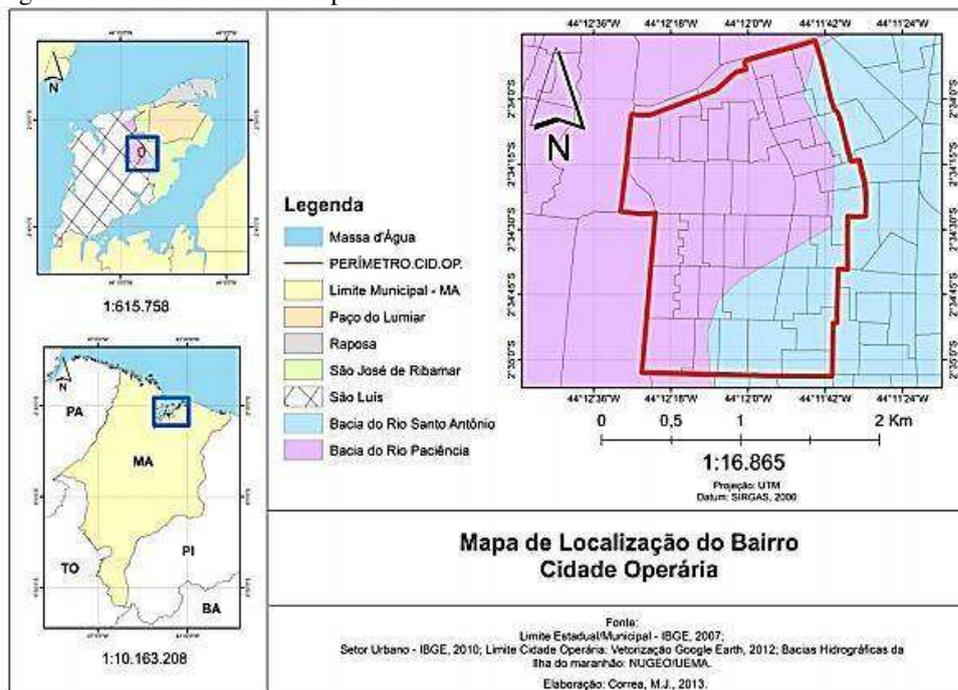
Figura 74 - O desenvolvimento urbano de São Luís. 1 – Centro Histórico; 2 – Itaqui-Bacanga; 3 – Ponta d’Areia; 4 – Local onde será implantada a Cidade Operária nos anos 1970.



Fonte: Autora (2016) a partir do Plano de Expansão da Cidade de São Luís, de 1958.

O bairro da Cidade Operária (Figura 75) constitui um dos novos núcleos de ocupação na cidade de São Luís e assim como os outros conjuntos habitacionais criados na mesma época, surgiu também pelo avanço da infraestrutura viária sobre o lado Oeste e Noroeste do território da Ilha do Maranhão. O Plano de Expansão (1956) e o Plano Diretor (1977) conduziram o novo fluxo de ocupação da cidade. Iniciou-se assim, o processo de “consumo” do solo da cidade.

Figura 75 - Bairro da Cidade Operária



Fonte: CORREA (2013, p.72)

Segundo Burnett (2012) o Conjunto Habitacional da Cidade Operária, foi criado em 1986, e surgiu em pleno regime militar, sob a tutela do Banco Nacional de Habitação (BNH). Era um projeto do Estado que tinha o objetivo de legitimar o governo militar perante as camadas populares. Ribeiro (2001) *apud* Vasconcelos (2007) aponta a Cidade Operária como um conjunto construído através de financiamentos do BNH⁷⁵, inaugurado em 1986, onde foram entregues 7500 unidades habitacionais (Figura 76).

Figura 76 – Quantidade de unidades habitacionais executadas pela Cohab -MA

Conjunto	Ano	Unidades Habit.
Cohab - Anil I	1967	505
Cohab - Anil II	1968	516
Cohab - Anil III	1969	1.417
Coheb - Sacavém	1970	476
Radional	1972	366
Cohab - Anil IV	1975	1.111
Vinhais	1979	1.627
Bequimão	1979	1.190
Turú I	1979	767
Rio Anil	1979	345
Angelim	1980	654
Cidade Operária	1986	7.500

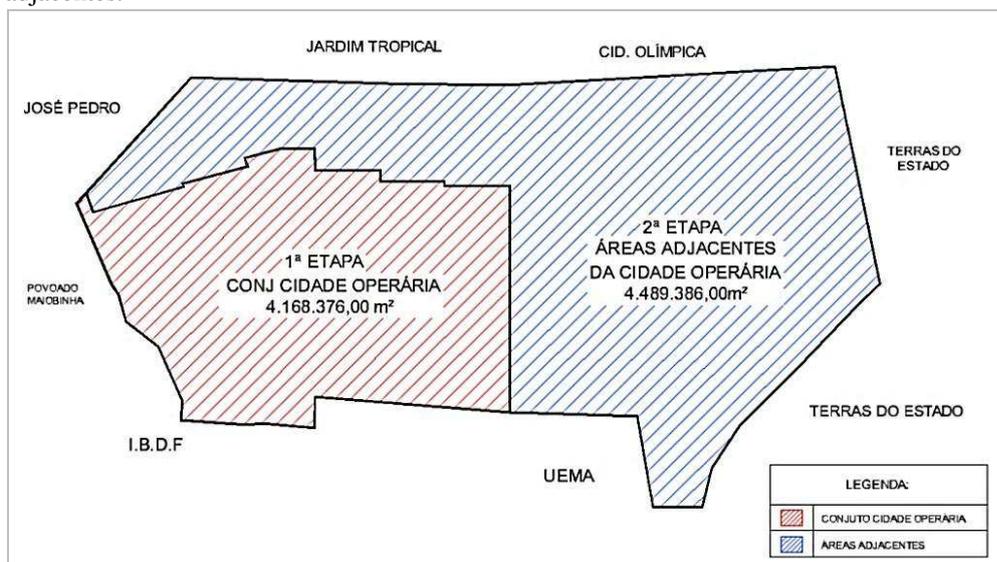
Fonte: Ribeiro Júnior (2001) *apud* Vasconcelos (2014).

⁷⁵ Banco Nacional de Habitação.

Na área onde hoje se localiza o bairro e o território no seu entorno, considera-se que a sua dinâmica espacial pode ser analisada em três fases. Conforme Dias e Ferreira (2004) na primeira fase, de 1976 a 1981, foi quando ocorreu a devastação da cobertura vegetal original em algumas áreas em decorrência do assentamento do povoado Parque Zelândia e a prática da agricultura de subsistência em terraços e encostas fluviais. Os autores afirmam ainda que a ocupação da referida área foi um agravante socioambiental, haja vista ser localizado em áreas de cabeceiras de drenagens das bacias hidrográficas do rio Paciência e do rio Santo Antônio, localizadas no centro da Ilha do Maranhão. Nesta fase as bacias hidrográficas ainda estavam bastante preservadas, entretanto, haviam impactos gerados pelas queimadas, que afetaram, principalmente, os solos.

Dias e Ferreira (2004) afirmam que entre 1981 e 1988 ocorre à segunda fase, é quando se inicia o processo de construção do Conjunto Habitacional Cidade Operária. Nesta etapa foram devastados 860 ha de terras, onde a apropriação dos moradores do Conjunto Habitacional ocasionou a poluição das bacias já mencionadas pelo lançamento de efluentes domésticos. A terceira fase, que se iniciou em 1988 e se estende até hoje, que os agravantes intensificaram-se com a ocupação na área de entorno da Cidade Operária. É nesta fase que os problemas ambientais se intensificam, tornando-se mais perceptíveis, sendo ainda agravados pela ocupação de sua área de entorno sem intervenção por parte do Estado, além de ser tal fato a materialização das demandas populares por moradia.

Figura 77 - Áreas da 1ª etapa do Conjunto da Cidade Operária e da 2ª Etapa que hoje corresponde aos bairros adjacentes.



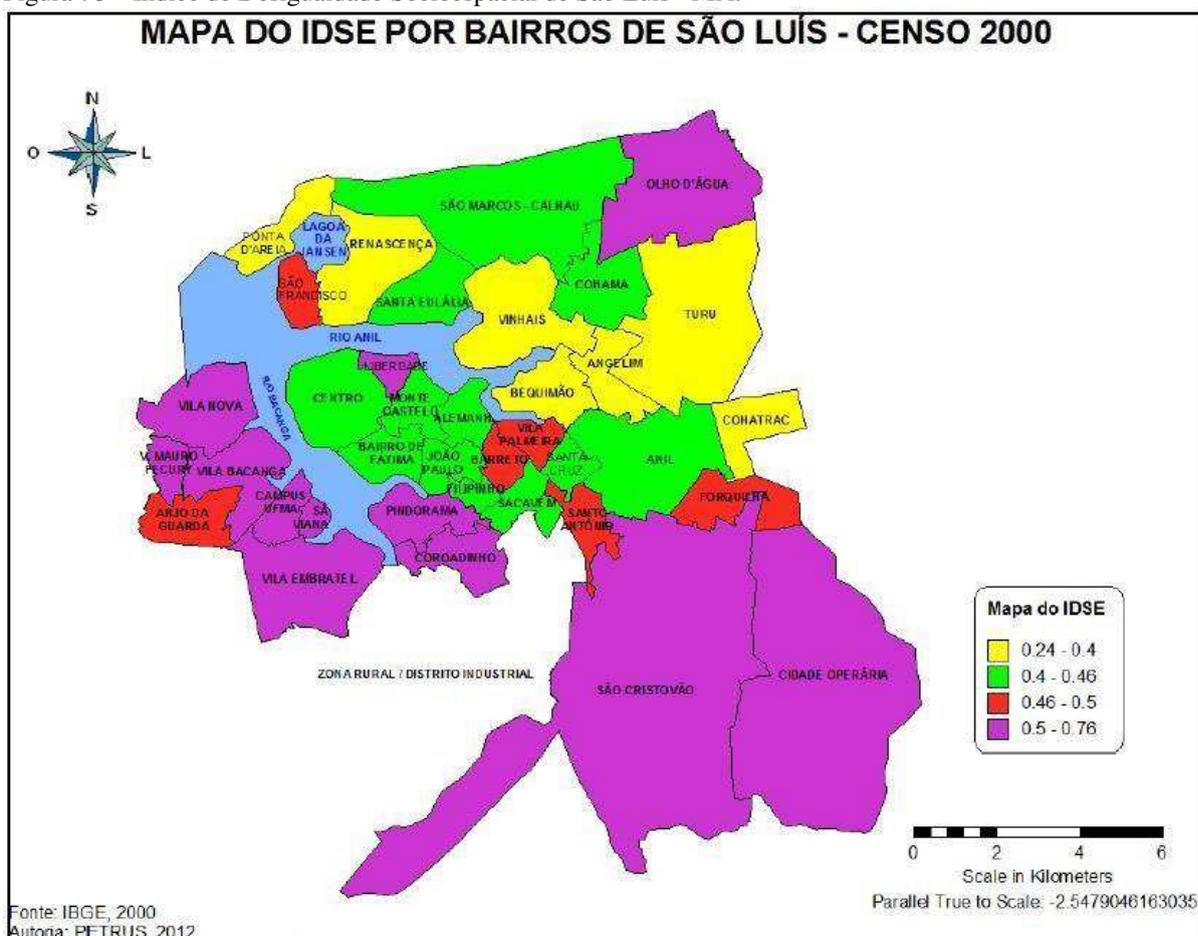
Fonte: EMARHP (2015)

Segundo dados da EMARHP (Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos) obtidos em visita de campo, o bairro seria feito em duas etapas como consta na planta (Figura 77) concedida pela empresa. A entrega da primeira etapa foi em 1986, ano em que o Banco Nacional de Habitação, o BNH foi extinto, o que impossibilitou a construção da segunda etapa e deu margem para novos processos socioespaciais. Muitas das pessoas que hoje ocupam as chamadas “invasões” nas franjas do bairro foram pessoas que invadiram as casas do conjunto e foram expulsas pela polícia para que os mutuários legais tomassem posse das casas, tendo como alternativa criar suas moradias provisórias e que acabaram se tornando moradias fixas. E com essas primeiras pessoas que já estavam fixadas, não demorou até que surgissem mais invasões de terras e surgimento de movimentos populares que inflamaram a ocupação dessas áreas do entorno como mostra a área hachurada em azul na Figura 77. Mesmo ficando durante um bom tempo à espera de melhorias em termos de transporte, comércio e serviços, o bairro deu suporte à instalação das ocupações espontâneas limítrofes ao bairro. A Cidade Operária e seu entorno foram categorizados com os maiores Índice de desigualdade socioespacial (IDSE)⁷⁶ de São Luís (Figura 78). Segundo dados do Instituto da Cidade (2014) a renda média da população do bairro da Cidade Operária é de 3- 6 salários mínimos, e da região do entorno, até 3 salários mínimos (ANEXO 03).

Atualmente, a melhoria nos padrões de vida da população pode ser observado no padrão construtivo das casas, onde as casas do conjunto foram ampliadas e ganharam acabamentos com revestimentos mais caros, e as casas de taipa das ocupações irregulares do entorno foram substituídas gradativamente por construções de alvenaria. A infraestrutura urbana e a oferta de transporte público também melhoraram nos últimos anos.

⁷⁶ Segundo PETRUS; JÚNIOR (2015, p. 175) a construção do Índice de Desigualdade Socioespacial (IDSE) da cidade de São Luís, foi realizada em 37 grandes bairros e utilizando os dados do IBGE (2000). Na elaboração do referido índice os autores usaram as mesmas variáveis aferidas na análise multivariada – técnica de análise de conglomerado, as quais: % 0 a 14 anos; índice de envelhecimento; índice de dependência; % domicílios alugados; % domicílios com água da rede geral; % domicílios sem banheiro; % domicílios sem coleta de lixo; responsáveis não alfabetizados; % responsáveis que ganham até um salário mínimo.

Figura 78 – Índice de Desigualdade Socioespacial de São Luís - MA.



Fonte: PETRUS; JÚNIOR, 2015, p.185.

Segundo dados do INCID (2014) são 10482 domicílios particulares permanentes ou coletivos e 39058 habitantes em uma área de 4,16 km² (Quadro 11), com uma densidade de 9.388hab/km². Possui uma malha urbana densa e tecido construído contínuo conforme mostra a Figura 79.

Quadro 11 - Dados do bairro da Cidade Operária

Área analisada		Domicílios Part. Perm. e Coletivo		Habitantes		Espaço livre verde público (m ²)		Área Verde (m ²)/habitante	
4.168.376m ²		10482		39058		96.850m ²		2,53m ²	
Tipos de Domicílios %				Índices Urbanísticos					
Casas	Casas de vila ou Condomínio	Apart		Área min. do lote	ATME	ALML	Gabarito	Testada	
96,22	2,68	0,32		250m ²	150%	40%	3pav.	10m	

Fonte: INCID, 2014.

Figura 79 – Tecido urbano (à esquerda) e Traçado (à direita)



Fonte: Autora (2017)

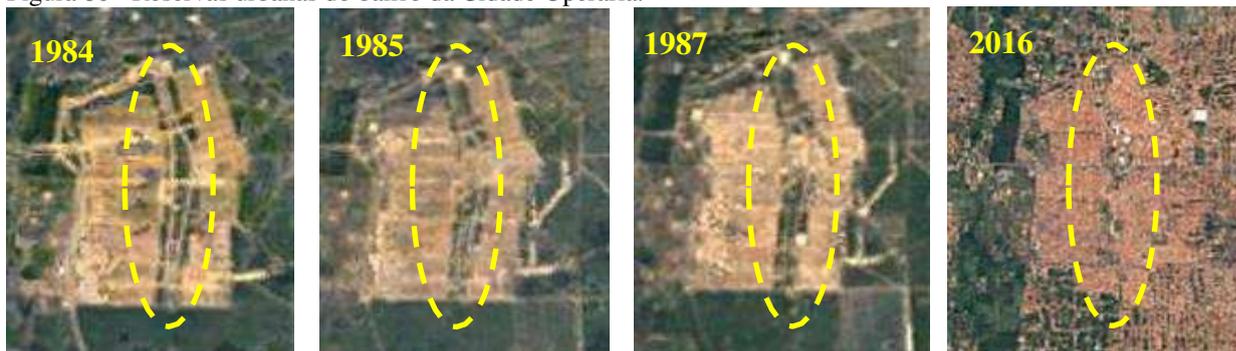
3.2.2 As áreas verdes públicas do bairro da Cidade Operária

O Conjunto Habitacional Cidade Operária possui hoje um percentual de 2,32% de áreas livres verdes e institucionais, entretanto muitas dessas áreas não são apropriadas pela população. E com o agravante de um problema comum nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos que é a depredação dos equipamentos públicos e/ou desvio de suas funções. O bairro possui uma área de 416,83 hectares, dos quais 179.880m² (17,98 ha) são de áreas livres.

Na Figura 80, mostra-se a evolução da ocupação da reserva urbana do bairro, seja com equipamentos públicos de saúde, educação, praças, o mercado público, igrejas, usos institucionais como a delegacia, a companhia de tratamento de água e esgoto, ou mesmo, o (re) loteamento ilegal das áreas livres para construção de habitações⁷⁷. Em 1984 (Figura 80) é possível observar no traçado do bairro as áreas livres, e posteriormente, em 1985, 1987 e 2016, a evolução da mancha de ocupação no entorno e nas áreas livres.

⁷⁷ Prática exercida pela Empresa Maranhense de Administração de Recursos Humanos e Negócios Públicos (EMARHP), cujas ações estão sendo reguladas agora pelo ministério público a fim de coibir a ocupação ilegal das áreas livres dos bairros, entre eles, a Cidade Operária. Fonte: <<https://jornalpequeno.com.br/2017/01/31/justica-determina-que-emarhp-se-abstenha-de-negociar-loteamentos-sem-autorizacao-do-municipio/>>

Figura 80 - Reservas urbanas do bairro da Cidade Operária.



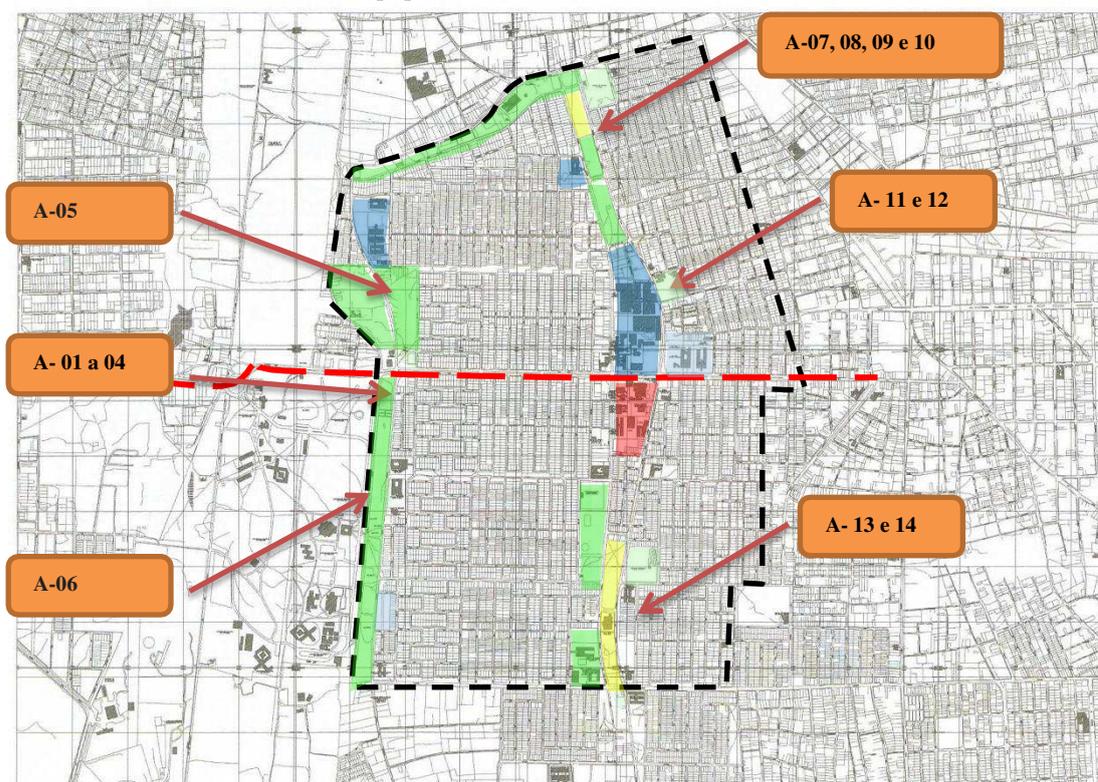
Fonte: Autora (2018 a partir de GoogleEarth, data da captura na foto)

A Lei nº 3.252 de 29 de dezembro de 1992 que trata do Plano Diretor tem em seu artigo 37 menção ao bairro como uma zona residencial - ZR4 e define como reserva urbana as áreas para utilização pública, destinadas à ordenação do território e à implantação de equipamentos sociais e comunitários. Essa Lei define para os novos loteamentos deveriam seguir as seguintes recomendações: Loteamentos de até 3 ha são isentos de reserva urbana; até 15 ha devem possuir 1% de reserva urbana; até 100ha, 2% de reserva urbana; e acima de 100ha devem possuir 3% de reserva urbana.

De acordo com a Legislação Urbanística de São Luís⁷⁸ as áreas institucionais são espaços reservados em um parcelamento de solo para a implantação de equipamentos comunitários. Conforme mostra a Figura 80 sobre alguns dos usos da reserva urbana do bairro, as Áreas 01 a 04, que são localizadas na lateral do muro da UEMA separado pela avenida oeste externa; nestas foi construído o Residencial Luís Rocha na gestão Tadeu Palácio, a sobra em frente ao Supermercado Matheus está sendo construída uma praça; outra parte foi ocupada pelo Presidente da Associação Beneficente Famílias Felizes do Maranhão (ASBAFEM) manifestando o seu uso para projetos da agricultura familiar, e depois tendo as suas funções desviadas para fins comerciais.

⁷⁸ SÃO LUÍS. Legislação Urbanística de São Luís. Lei Nº 3.252, de 29 de Dezembro de 1992. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de São Luís e dá outras providências. Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo. São Luís: Imprensa Universitária, 1997.

Figura 81 – Áreas Institucionais com equipamentos urbanos e áreas não edificadas ainda.



Fonte: Autora (2016) a partir do Mapa Aerofotogramétrico, Prefeitura de São Luís.

Na Figura 81 a área A-05, localizada ao lado da área do IBAMA foi transformada em área comercial e residencial; A-06 possui edificações comerciais: Posto gasolina; a Área 07 são áreas verdes de ocupação da unidade-201. Na Av. Arterial norte externa área verde a área verde 08 confrontando com a Rua 201 SO Cidade Operária. As Áreas verdes 09 e 10 em frente a Maiobinha Unidade 201. As áreas 11 e 12 ficam localizadas em frente à unidade integrada Tancredo Neves e próximo do Horto Mercado. Neste local foi feito um abaixo assinado para pleitear a construção de uma maternidade, um espaço para a Congregação João Calábria, e uma praça. Nas áreas 13 e 14, localizada no entorno da Praça do Viva e U.I Nascimento Morais. Parte dessa área foi destinada para construção da U.I Mata Roma, outra ocupada para atividades comerciais e posteriormente uma Igreja⁷⁹.

⁷⁹ SILVA (2016) a partir EMARPH e dados da Associação de Moradores da Cidade Operária.

local onde a população usa para colocar lixo. São locais potencialmente favoráveis à urbanização, à instalação de equipamentos públicos e praças.

Quadro 12 - Áreas livre e áreas verdes mapeadas no bairro

ESPAÇOS LIVRES					
	Áreas	m ²			
1	Praça VIVA e duas quadras da unidade 205	32714	28	Canteiro II 203 - R18	340
2	Área livre próximo à igreja católica da 205	6649	29	Canteiro I 203 - R23	320
3	Área livre entre a avenida leste cortada pela Av6	11676	30	Canteiro II 203 - R23	270
4	Campo de futebol da unidade 105 Rua 105 NE	14241	31	Canteiro I 203 - R17	290
5	Praça Avenida Oeste externa da 205 em frente ao Mateus	6442	32	Canteiro II 203 - R17	340
6	Área livre campo de futebol próximo à Rua 19 Avenida Estebam 205	5278	33	Canteiro I 203 - R24	340
7	Praça Avenida Oeste da 205 - Circo Escola	2021	34	Canteiro II 203 - R24	310
8	Área livre - reserva - unidade 203 av. oeste externa	23118	35	Canteiro I 203 - R18	300
9	Campo de Futebol - Avenida Oeste Interna Rua 202	6961	36	Canteiro II 203 - R18	320
10	Canteiro R 28 201	1740	37	Canteiro I 203 - R20	280
11	Canteiro RUA 11 201	3090	38	Canteiro II 203 - R20	360
12	Canteiro R 11 -201	1750	39	Canteiro I 203 - R28	320
13	Canteiro R6 - 201	1390	40	Canteiro II 203 - R28	320
14	Canteiro R 4 - 201	790	41	Canteiro III 203 - R28	320
15	Área livre Avenida Norte Interna - Avenida Estebam 103	13362	42	Canteiro III 203 - R22	280
16	Campo do Real	7589	43	Área livre - Rua 15 - 205	1909
17	Praça Canteiro R 27 da und 205	1940	44	Área livre Rua 22 e 28 - 205	1020
18	Praça Canteiro R 21 da und 205	1500	45	Área livre Rua 26 e 28 - 205	1187
19	Praça Canteiro R 11 da und 205	1170	46	Área livre Rua 26 e 2D - 205	1342
20	Praça Canteiro R 7 da und 205	1080	47	Área livre Rua 24 e19- 205	998
21	Praça Canteiro R 5 da und 205	900	48	Área livre Sul Rua 24 e19- 205	1091
22	Pracinhas da Av. Nova Princesa - Entre a unidade 203 e a 205	15000	49	Área livre Rua 17 e 23- 205	1042
23	Canteiro 203 - R27	360	50	Área livre Rua 25 e 23- 205	942
24	Canteiro 203 - R21	360	51	Área livre Rua 25 e 19 - 205	1165
25	Canteiro 203 - R25	360	52	Área livre Rua 25 e 27 - 205	980
26	Canteiro 203 - R18	330	53	Área livre Rua 21e 27 - 205	1343
27	Canteiro 203 - R19	340		TOTAL	179.880
				HABITANTES	39.033
				A.V (m ²)/HABITANTE	4,6084083

Fonte: Autora (2018)

Abaixo, as Equações 1, 2 e 3 mostram como se obtém o cálculo dos índices de áreas verdes por habitante.

Equação 1 - O Índice de Áreas Livres Totais (IALT)

$$IAVLT = \frac{\Sigma \text{ das áreas livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{179.880m^2}{39033hab} = 4,60 m^2 /hab$$

Equação 2 - O Índice de Áreas Livres Verdes Totais (IALVT)

$$IAVLT = \frac{\Sigma \text{ das áreas verdes livres totais}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{105.556m^2}{39033hab} = 2,70m^2 A.V/hab$$

Equação 3 - O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU)

$$IAVU = \frac{\Sigma \text{ das áreas (m}^2\text{) das praças totalmente utilizáveis}}{n^{\circ} \text{ de habitantes da área urbana}} = \frac{41177}{39033} = 1,05m^2 A.V/hab$$

Dentre os espaços livres do bairro existem campos de futebol improvisados, canteiros com árvores, terrenos baldios, e apenas três praças utilizáveis, possuindo arborização, mobiliário (bancos, postes de iluminação, lixeiras). Dos 179.880 m² referentes aos espaços livres, somente 105.556 m², ou seja, 58,68% dos espaços livres atendem à população, possuem a vegetação como elemento fundamental de composição, e que propiciam condições para recreação, de acordo com as definições para espaços livres e áreas verdes dadas por Cavalheiro (1999). De todos os espaços livres do bairro, apenas 22,89% são praças urbanizadas, o índice de praças por habitante é de 1,05m²A.V/habitante.

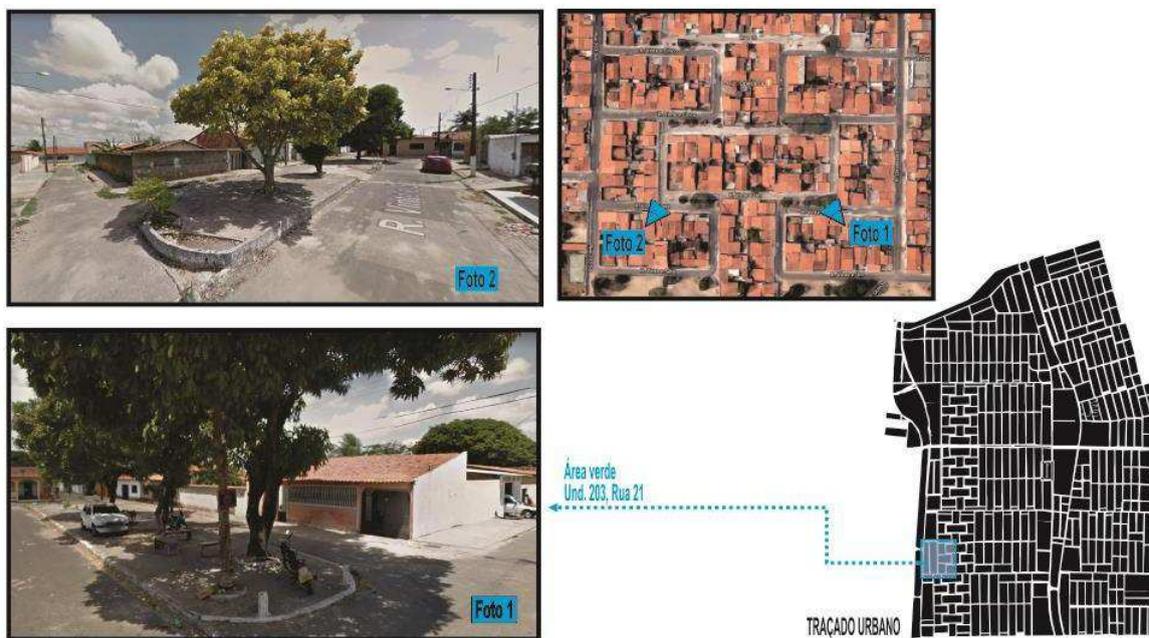
Dos espaços livres, existem 40,32% que não estão em condições de uso: são áreas de solo exposto, terreno irregular que apresentam declividades, existe a presença de lixos favorecendo a presença de focos de doenças, caracterizando abandono do poder público e da população (Figura 83 e 84).

Figura 83- Espaços livres no bairro da Cidade Operária



Fonte: Google Earth (Captura da imagem Digital Globe em: 06/11/2017)

Figura 84 – Pequenas áreas verdes entre as quadras com área entre 280 – 360m²



Fonte: Autora (2018)

3.2.3 A morfologia da Praça do Viva Cidade Operária: uma análise quantitativa, funcional e figurativa

Durante o primeiro mandato do governo de Roseana Sarney (1995-1998) a Praça do Viva Cidade Operária foi implantada na área de reserva institucional do bairro, localizada na Avenida Estebam entre as unidades 105 e 205 (Figura 85). O local é um dos projetos do Governo do Estado do Maranhão que institucionalizou a cultura local, criando espaços padronizados e praças chamados de VIVA, onde manifestações culturais locais ocorriam sob o incentivo do Estado, que promovia o cadastramento de grupos artísticos e folclóricos para pagamento de cachês para as apresentações. (ROCHA, 2008, p.29)

Figura 85 – Área da Praça analisada – a Praça do Viva

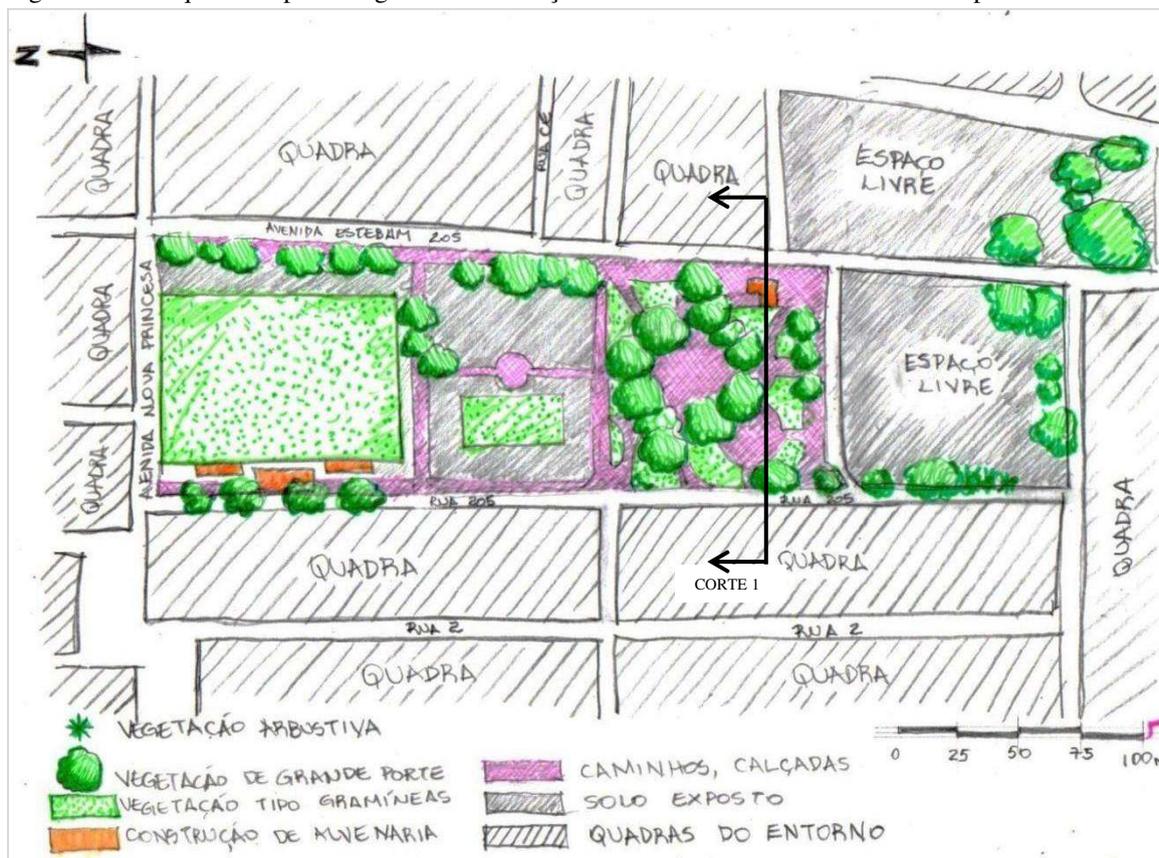


Fonte: Autora (2018)

A Praça possui um formato trapezoidal com área de 8.226m², implantada em uma grande quadra ocupando 32,60% de terreno plano, juntamente com um campo de futebol e uma quadra poliesportiva. A soma da praça, do campo de futebol e da quadra poliesportiva equivale a 25.229m². Dos quatro lados da quadra, três possuem calçadas⁸⁰ largas pavimentadas e com arborização em toda a extensão que valorizam a paisagem das ruas e proporcionam conforto térmico aos pedestres (Figura 86 - 87). Não possui elementos notáveis em sua composição e nem no seu entorno, não possui monumentos e nem mobiliários como chafarizes e nem ajardinamento. Segundo Santos (2014) as últimas reformas e revitalizações foram realizadas pela Secretaria de Infraestrutura do Estado do Maranhão no ano de 2014.

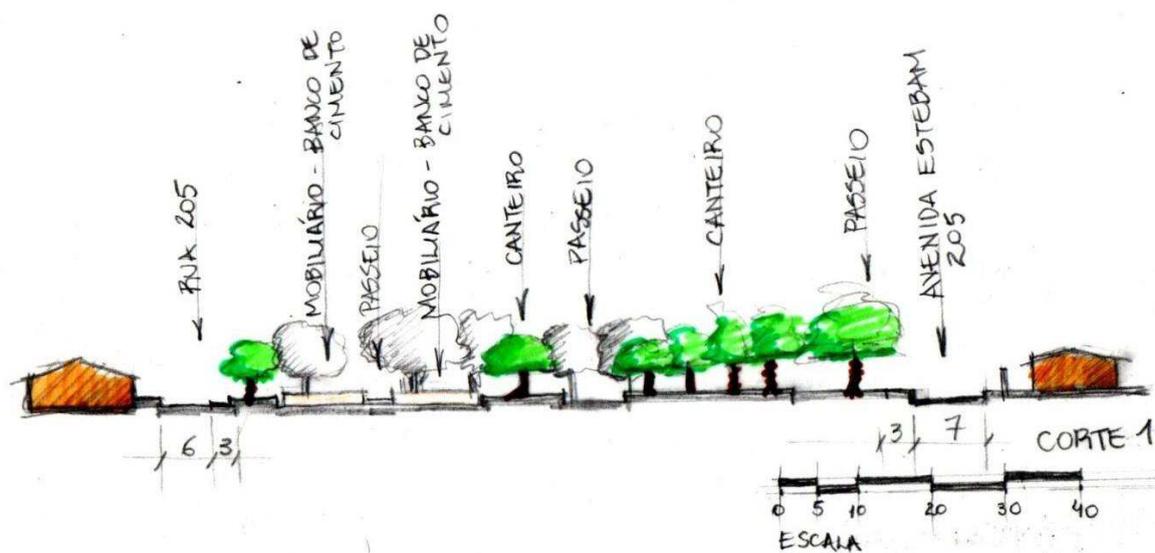
⁸⁰ Segundo a NBR- 9050 a calçada é a parte da via destinada à circulação de pedestres, e quando possível, à implantação de mobiliário, vegetação, placas de sinalização e outros fins.

Figura 86 – Croqui dos aspectos figurativos da Praça do Viva levantados em visita de campo.



Fonte: Autora (2018)

Figura 87 – CORTE 1 da Praça do Viva

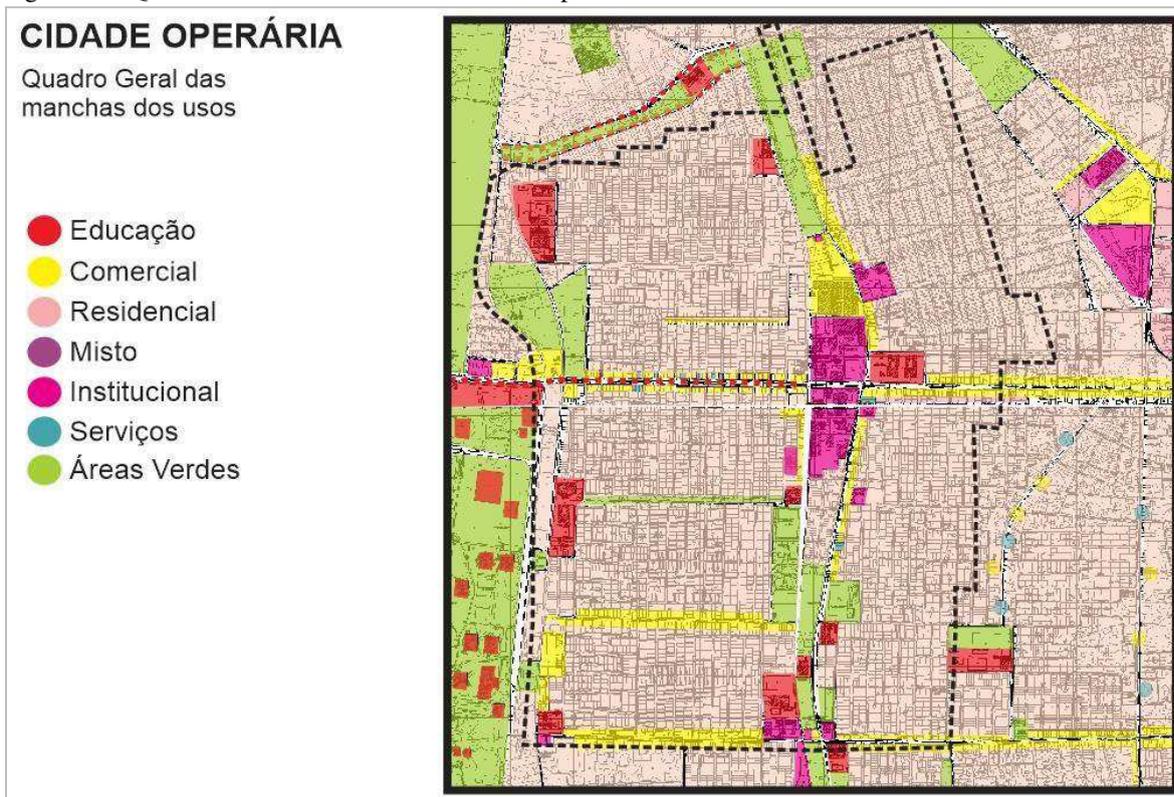


Fonte: Autora (2018)

As conexões, os desenhos, os volumes, espaços, geometrias, planos e cores, juntos definem uma comunicação figurativa de determinada forma urbana e que constitui a arquitetura da cidade. Para Lamas (2000: 44) a forma não está reduzida às características dos objetos perceptíveis e que pode apenas ser compreendida utilizando a arquitetura como disciplina de análise e concepção do espaço.

Segundo dados do Instituto da Cidade (2014, p. 43; 46 e 63) no bairro da Cidade Operária possui 39.033 pessoas e a população dos bairros do seu entorno imediato totalizam 77.063 habitantes. Os bairros do entorno são muito adensados e se originaram de loteamentos clandestinos, e são deficitários em termos de infraestrutura e equipamentos públicos. Em estudo do uso do solo (Figura 88) no bairro da Cidade Operária foi verificada intensa atividade comercial e de serviços nos corredores viários por onde passam as linhas de ônibus (Figura 89).

Figura 88 - Quadro Geral com as manchas dos usos predominantes



Fonte: SILVA (2016)⁸¹

⁸¹ SILVA, Patrícia Rachel Silva. Um olhar sobre centralidade e urbanidade: Bairro da Cidade Operária, São Luís, MA. Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

A diversidade de usos no bairro atrai a população dos bairros adjacentes. No corredor principal do bairro – a Avenida 203, que é a continuação da Avenida Lourenço Vieira da Silva- estão localizados os comércios, lojas de móveis, farmácias, lojas de departamento, clínicas de especialidades, laboratórios, o hospital do bairro, delegacia, entre outros usos.

Figura 89 – Fluxo nas vias do bairro



LEGENDA DA INTENSIDADE DOS FLUXOS



Fonte: Autora (2018) a partir de SILVA (2016);

O fluxo no bairro é intenso nas avenidas principais pelos serviços dos equipamentos de ensino e de saúde, mas principalmente pela intensa atividade comercial alimentado pelas demandas da população do bairro e população do entorno. Em dados fornecidos pela Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) ao Jornal O ESTADO⁸², constava no sistema da JUCEMA 3.523 estabelecimentos na Cidade Operária em 2015, dos quais 1.487 eram microempreendedores individuais.

Segundo dados da SMTT (2013) são 13 linhas de ônibus que percorrem a Avenida 203 - que segundo a Legislação Municipal é o Corredor Secundário CS4 – e outros tipos de transporte alternativos, incluindo veículos não motorizados. O fluxo de transporte público e carros de passeio são intensos, pois a rua onde a praça é localizada é passagem para os bairros

⁸² CARVALHO, Gisele. (11 de outubro de 2015) Mais de 3 mil estabelecimentos comerciais funcionam na Operária. O ESTADO. Disponível em: < <http://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/10/11/mais-de-3-mil-estabelecimentos-comerciais-funcionam-na-operaria.shtml>>

do entorno como Jardim América, Janaína, Cidade Olímpica, Residencial Jeniparana, entre outros.

Como mostra a Figura 88 (p.128), as ocupações do entorno da Praça do Viva são residenciais com poucos pontos de comércio e serviços. Quanto à tipologia e a volumetria dos edifícios do entorno a maioria das casas são térreas ou com 01 pavimento. A legislação⁸³ vigente aponta que o gabarito seja de até 04 pavimentos na ZR-4, na qual o bairro se encontra. As parcelas fundiárias possuem 10x20m e uma área de 200m², a testada dos lotes é de 10m.

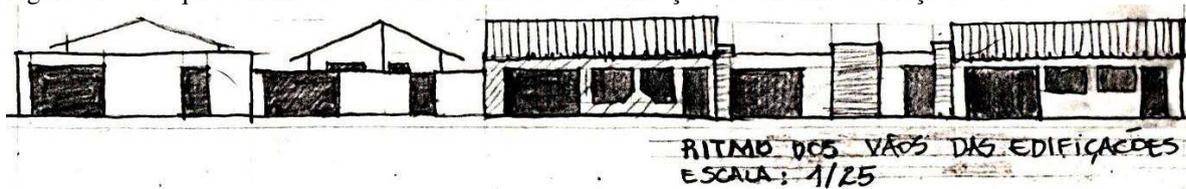
Figura 90 – à esquerda, imagem de jornal da época da inauguração do conjunto. À direita, tipologias remanescentes da época da inauguração do conjunto.



Fonte: Jornal O Imparcial de 06 de janeiro de 1987, p.02. Disponível em: Biblioteca Benedito Leite, São Luís – Maranhão.

Na entrega do conjunto as casas eram casas de centro de lote com 30m² (que posteriormente foram ampliadas pelos próprios moradores), tinham um afastamento frontal de 8m como mostra a Figura 90. A taxa de ocupação de acordo com a legislação municipal é de 60%, ou seja, dos 200m² de área do lote, 120m² podem ser edificados e 80 m² deve ser de área permeável. Na Figura 91 observa-se que a maioria das tipologias mudou após 30 anos de existência. Um exemplo são as edificações da Rua 205, em frente à Praça do Viva. Os proprietários aproveitaram a área do lote expandindo as casas colando nas duas divisas e avançando sobre o recuo frontal e fazendo a cobertura sobre a área permeável frontal.

Figura 91 – Croqui do ritmo dos vãos nas fachadas das edificações do entorno da Praça do Viva.



Fonte: Autora (2018)

⁸³ SÃO LUÍS. Legislação Urbanística de São Luís. Lei N° 3.252, de 29 de Dezembro de 1992. Dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de São Luís e dá outras providências. Secretaria Municipal de Terras, Habitação e Urbanismo. São Luís: Imprensa Universitária, 1997.

A área total máxima da edificação é de 120% da área do terreno, ou seja, 440m² de ATME e com gabarito de até 4 pavimentos permitido pela legislação. Com as imagens de satélite e o percurso exploratório no campo observou-se que os lotes tem uma taxa de ocupação maior que a permitida pelo município. Isso ocorre devido o baixo grau de instrução da população, pelo fato das casas serem construída por pessoas da comunidade e sem projeto arquitetônico, desconhecimento de normas urbanísticas e falta de fiscalização da prefeitura.

Nas Figuras 92,93 e 94 observam-se as modificações feitas pelos moradores 30 anos após a inauguração do conjunto habitacional. As ampliações dos cômodos foram feitas de acordo com as condições financeiras, com a melhoria da renda familiar, pois a geração que chegou ainda criança no bairro hoje já trabalha e contribui com os gastos familiares. Hoje, as casas do bairro têm a característica de fazer uma cobertura da fachada até o muro frontal, incorporando o afastamento frontal como áreas construída e também foram ampliadas de forma a encostar a construção nas duas divisas. Um fato recorrente em bairros da periferia é que às vezes duas ou até três famílias (pais, filhos e netos) moram dentro de um lote e por isso a taxa de ocupação dos terrenos excede a indicada pela legislação.

Figura 92 - Tipologias das habitações térreas



Fonte: Google Streetview (Data de captura 2017).

A baixa renda familiar é fator para as casas serem construídas pela adição dos cômodos à medida que há sobras no orçamento ou à medida que a família vai aumentando. As tipologias arquitetônicas (Figura 91 e 92) são populares, com ampliação modular dos compartimentos, sem a existência de projetos, com revestimentos de baixo custo, formas geométricas simples e acabamentos sem muito detalhamento, pela falta de qualificação da mão de obra.

Figura 93 - Tipologia com térreo mais um pavimento.



Fonte: Google Streetview (Data de captura 2017).

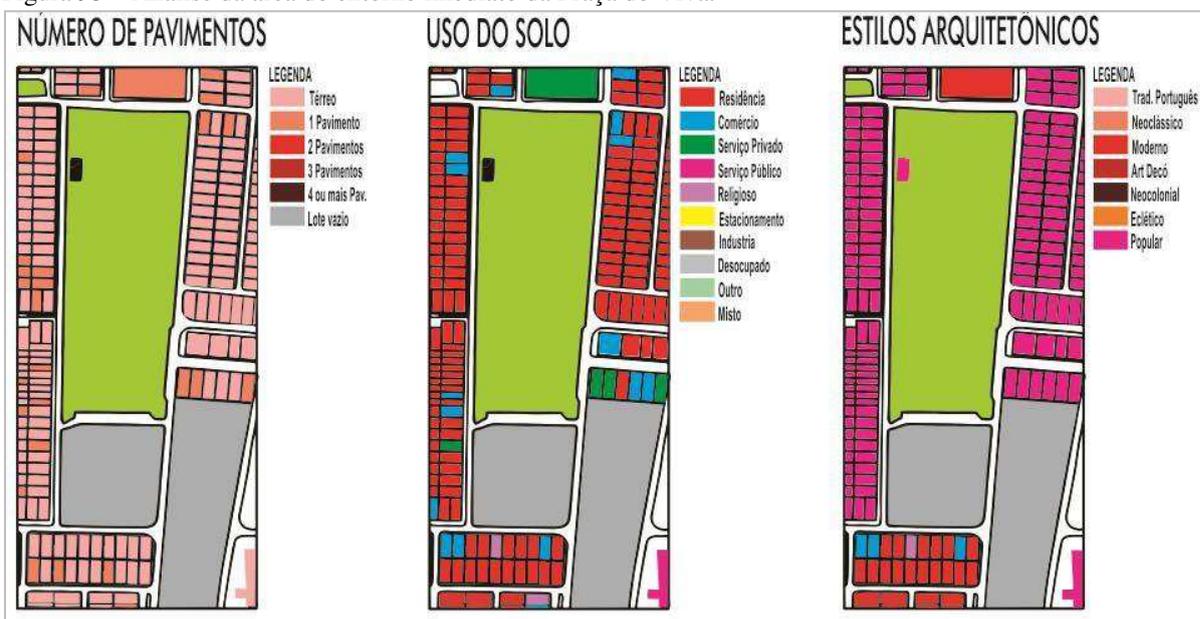
Figura 94 - Tipologia com térreo mais um pavimento.



Fonte: Google Streetview (Data de captura 2017).

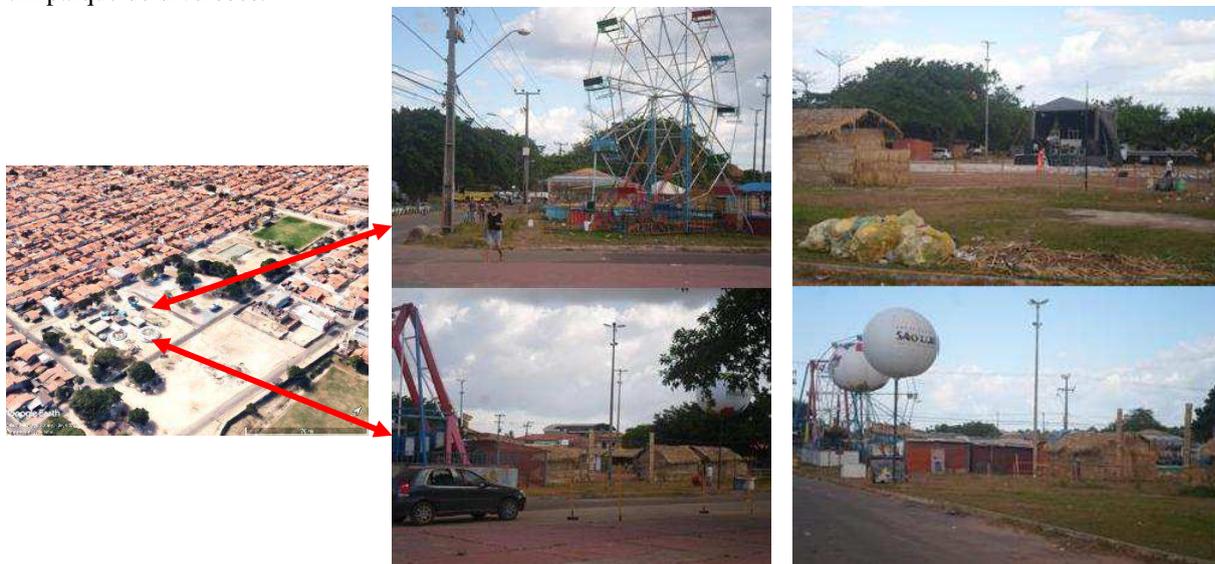
Quanto aos usos há predominância de residências. (Figura 95). As interações entre a Praça do Viva, ela é utilizada pelos moradores para caminhadas, e foi observado a presença de professores e alunos de academias locais utilizando a área pra exercícios e danças ao ar livre. Foi observada na pesquisa de campo feita a partir do dia 28/06/2016 a movimentação de pessoas caminhando, carros e instrutores de autoescola fazendo aulas de baliza, no espaço livre em frente à praça havia um parque instalado e uma arena para as danças folclóricas das Festas Juninas (Figura 96). Sazonalmente órgãos do governo fazem ações sociais no bairro e utilizam a área da praça como, por exemplo, o caminhão do Viva Cidadão (Figura 97) e seus serviços de emissão de documentos, que atende a população do bairro e seu entorno imediato. Quiosques de lanches e caminhões que fazem frete são atividades econômicas que atuam na área da praça. Nas visitas de campo, nos turnos da manhã e da tarde, foram observados os caminhões-baú na praça, o ponto da praça já é referência para quem procura os serviços de frete (Figura 98).

Figura 95 – Análise da área do entorno imediato da Praça do Viva.



Fonte: Autora (2018)

Figura 96 – Usos dos espaços livres do entorno da Praça: instrutores de autoescolas e alunos fazendo baliza; e um parque de diversões.



Fonte: Autora (28/06/2016)

Figura 97 – A praça como local para realização de ações sociais e institucionais



Fonte: ALBERTO, 2012.

Figura 98 – Caminhões que fazem frete utilizando a área da Praça do Viva.



Fonte: Autora (28/06/2016)

Figura 99 – Projeto “Lendo na Praça” com Escolas municipais da área.



Fonte: MATOS, 2013.

Em reportagens verificou-se o uso da praça para atividades escolares de escolas municipais. Como mostra a Figura 99 de projetos sociais e feiras de leitura para as escolas do bairro. Há utilização da Praça como local de prática de atividades físicas nos três turnos pelas academias locais (Figura 100 e 101).

Figura 100 – Atividades físicas realizadas no amanhecer, no entardecer e à noite.



Fonte: Foto cedida pela Academia M7 (2017).

Figura 101 – Frequentadores de todas as faixas etárias



Fonte: Foto cedida pela Academia M7 (2017)

A vegetação da Praça é vasta com árvore de grande porte que proporcionam grandes áreas sombreadas adequadas para realizar recreações. Somente duas espécies arbóreas com floração plantadas isoladamente na área da quadra poliesportiva: uma árvore de acácia (*Acacia parviceps*) que tem floração amarela e árvore de uma flamboyant (*Delonix regia*) que possui floração vermelha. Foram contabilizadas 50 árvores nas visitas de campo. Entre elas a espécie fícus (*Ficus benjamina*), árvores frutíferas da espécie cajueiros (*Anacardium occidentale*), e nas laterais da quadra poliesportiva existem algumas palmeiras de pequeno porte (*Chrysalidocarpus lutescens*).

Na Figura 102, a limpeza dos canteiros foi feita por uma academia do bairro para realização dos treinamentos funcionais. Na área externa do campo de futebol e da quadra poliesportiva a vegetação é similar ao capim (Figura 103-104) aparentam não terem manutenção frequente e uma árvore tombada por ventania ocorrida semanas antes da visita de campo do dia 28/06/2016. Na área interna do campo de futebol e na da Praça foi plantada a grama esmeralda nos canteiros (Figura 105).

Figura 102 – limpeza dos canteiros feito pela comunidade e a sombra da vegetação.



Fonte: Foto cedida pela Academia M7 (2017)

Figura 103 – Quadra poliesportiva



Fonte: Google Street View (Imagem de 03 de junho de 2017).

Figura 104 – Árvore tombada por ventania



Fonte: Autora (data de registro 28/06/2016).

Figura 105 – Campo de Futebol



Fonte: Autora (data de registro 28/06/2016).

3.3 Comparações, discussões: A urbanidade das praças e a percepção dos usuários.

O estudo dessas duas formas urbanas que foram produzidas em contextos econômicos, políticos e ideológicos diferentes, possibilitou identificar a diferença de visão a respeito dos espaços públicos, forma de apropriação pela população e no grau de urbanidade. Ao falar das áreas livres verdes, mais especificamente das praças, falamos praticamente de todos os outros 10 elementos morfológicos do espaço urbano. No Quadro 13 tem-se resumidamente a comparação entre as características das praças em estudo e dados sobre os bairros; e no Quadro 14 mostra-se os dados comparativos entre os parâmetros urbanísticos das duas formas urbanas em estudo.

A praça - objeto de ênfase neste trabalho - é implantada no *solo*, o desenho é delineado pelo *traçado* das ruas e pelas *quadras*, as *fachadas* do entorno a emolduram, a *vegetação*, o *mobiliário* e o *monumento* são componentes dela na maioria das vezes. A herança de manipular a paisagem, a vegetação, os jardins, as alamedas fazem parte do período clássico barroco que utilizava esses elementos na composição urbana. (LAMAS, 2000:194).

A primeira área estudada está dentro da Zona de Preservação Histórica e inclui, além do Centro, o bairro do Desterro e da Madre Deus. A população desses três bairros, segundo

dados do IBGE (2010) é de 12371 habitantes. As tipologias dos domicílios são de 92,23% de casas, 1,62% de casas de vila ou condomínio e 3,43% de apartamentos (Quadro 10). Quanto à tipologia arquitetônica os edifícios do Centro histórico possuem um acervo da arquitetura tradicional luso-brasileira. Observa-se a uniformidade do padrão construtivo, do ritmo dos vãos, a proporção de cheios e vazios, a volumetria, as tipologias das esquadrias, os gradis ornamentados, o alinhamento das fachadas. Quanto aos lotes, estes possuem tamanhos variados, conforme as tipologias das habitações.

Quadro 13 – Quadro comparativo

Forma Características	Centro Histórico	Cidade Operária
Área	2.141.215m ² / 2,141km ²	3.190.900m ² / 3,190km ²
População	12371	39033
Domicílios	3722	10482
Densidade	5780,84 hab./ km ²	12.236,05 hab./km ²
Tipologias/Casas	92,23%	96,22%
Lote	Tamanhos variados	10x20m
Zoneamento	Zona de Proteção Histórica	Zona Residencial 4
Gabarito	4 pavimentos	4 pavimentos
Área Mínima do Lote	-	250m ²
Área Máxima Total edificada	-	120% da área do terreno
Malha urbana	Malha densa/tecido construído contínuo	Malha densa/tecido construído contínuo
Áreas /Espaços Livres (IALT)	565.014m ²	179.880 m ²
Áreas Livres Verdes (IALV)	152.723m ²	105.556 m ²
Áreas Livres Verdes Utilizáveis	141.540m ²	41.177m ²
Índice de Áreas Livres Verdes por habitante	11,44m ² A.V/hab.	1,05m ² A.V/habitante

Fonte: Autora (2018)

Na segunda área estudada - o bairro da Cidade Operária - existe 10.482 domicílios particulares permanentes, 39.033 habitantes, e foram mapeados 105.556 m² de áreas livres verdes, de forma de o índice de área verde (IALV) é de 2,70 m²/habitante (Quadro 10). Na praça analisada existe a presença de vegetação arbórea e arbustiva, porém necessitando de manutenção. Possui um grande campo, uma quadra poliesportiva e espaço demarcado para mais outra quadra. Existe a presença de quiosques de lanche (construção de alvenaria) e quiosques móveis no entorno da praça. Na proximidade do campo de futebol existe um estacionamento de caminhões-baú que fazem frete, durante as visitas de campo a quantidade encontrada variou entre três e seis caminhões. Foram observados os moradores utilizando os passeios da praça para caminhada no horário das 16-17h. Os usos no entorno para a praça são diversificados, uma das ruas da praça é uma avenida de tráfego de transporte coletivo.

Quadro 14 – Quadro comparativo entre as praças com base na visita de campo.

Elemento morfológico	Cidade Tradicional A Praça João Lisboa	Cidade Contemporânea A Praça do Viva
1 - Praça	<ul style="list-style-type: none"> A Praça possui 1.592m² e perímetro de 156m. O outro canteiro e o calçadão em frente à Igreja do Carmo possui uma área de passeio de 2.539m². São jardins descontínuos cortados por uma via coletora de intenso fluxo de veículos durante a semana (Rua da Paz). Elemento fundamental da composição urbana do bairro. Usado como espaço de circulação, espaço de memória. Marco referencial: é ponto de trabalho de taxistas. 	<ul style="list-style-type: none"> A grande quadra possui três áreas verdes: a área do campo de futebol de 9.223m²; possui em continuidade uma área de quadra poliesportiva de 7.780m² e a Praça possui 8.226m² e perímetro de 366m. Elemento residual da composição urbana do bairro. Espaço usado para atividades físicas
2 - Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> Árvores de grande porte como palmeiras, oitis, faveiros. E espécie arbustivas como alfinetes, pingo de ouro, bougainville; e forragens como os clorofitos. 	<ul style="list-style-type: none"> Árvores de grande porte: fícus na área da praça, acácia e flamboyante isoladas na área da quadra e do campo e cajueiros. Nos canteiros da praça há somente gramíneas não foram observados arbustos.
3 - Mobiliário	<ul style="list-style-type: none"> Os bancos da praça foram instalados em dois momentos: 8 de cimento armado (da década de 1940) e 12 de madeira da década de 1970. Foram observados 7 cadeiras de engraxar sapatos instaladas na década de 1970. Possui uma estátua instalada em 1911, em homenagem ao ilustre jornalista João Lisboa. Não há presença de banheiros públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> Foram encontrados 16 bancos de madeira na Praça, e um grande banco em formato octogonal de concreto onde cada lado possui 10m e altura de 0,50m. Dentro da Praça foram contados somente 6 postes de iluminação no perímetro da praça a iluminação é dos postes das ruas. Como a copa das árvores é densa a iluminação fica comprometida no interior da praça. Um quiosque de lanche feito de alvenaria. Não há banheiros públicos.
4 - Monumento	<ul style="list-style-type: none"> A Praça se origina tendo como referência um edifício compondo juntamente com os casarões suntuosos a simbologia do poder; 	<ul style="list-style-type: none"> Não existem edifícios notáveis. Existem equipamentos de ensino. Nenhum tipo de arquitetura simbólica
5 - Edifício	<ul style="list-style-type: none"> Observa-se a uniformidade do padrão construtivo, do ritmo dos vãos, a proporção de cheios e vazios, a volumetria, as tipologias das esquadrias, os gradis ornamentados, o alinhamento das fachadas; fachadas alinhadas paralelamente à rua. 	<ul style="list-style-type: none"> As fachadas são compostas pelos muros que fazem a separação entre o espaço privado e o espaço público.
6 - Fachada	<ul style="list-style-type: none"> Quanto aos lotes do entorno, estes possuem tamanhos variados, conforme as tipologias das habitações; 	<ul style="list-style-type: none"> Os lotes possuem tamanho de 10x20m.
7 - Lotes	<ul style="list-style-type: none"> Quarteirões de tamanho variados: alguns de 60x65m outros 115x70m. Muitos quarteirões são irregulares e tem formato trapezoidal. 	<ul style="list-style-type: none"> Quarteirões de 45x180m, com área de 8100m². Quarteirões de 115x45m, com área de 5175m². Somente os quarteirões cortados pela Avenida Estebam que é diagonal e que altera o padrão retangular dos quarteirões. Os lotes próximos e os espaços livres são em formato trapezoidal.
8 - Quarteirão	<ul style="list-style-type: none"> A malha do Centro é ortogonal (Figura 106), mas na região da Praça a Rua da Paz faz uma diagonal mudando o padrão do 	<ul style="list-style-type: none"> A malha do bairro é um traçado ortogonal (Figura 107). Os grandes espaços livres foram posicionados nas extremidades do bairro. Tecido
9 - Traçado		

10 - Solo	<p>traçado. O pedestre ou motorista que sai da Rua do Sol ou da Rua da Paz sai do paredão dos casarões e encontra uma área aberta, com ruas mais alargadas e maior sensação de amplitude, que é a praça; Tecido Construído contínuo como mostra a Figura 108.</p>	<p>Construído contínuo como mostra a Figura 109.</p>
11- Logradouro	<ul style="list-style-type: none"> • Relevo acidentado, muitas ladeiras. A Praça encontra a 27m acima do nível do mar. A ocupação da área precede os índices urbanísticos estabelecidos pela legislação municipal. O índice de aproveitamento do solo é bem diversificado por causa das tipologias das edificações, entretanto o gabarito dos sobrados não excede 4 pavimentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relevo Plano com leve inclinação ao norte do bairro onde existe uma calha que capta as águas pluviais que corre para o Rio Paciência. De acordo com a legislação vigente o lote com 200m², deveria ter 80m² de área permeável, entretanto as edificações do entorno da praça e do bairro em geral possuem os afastamentos frontais e laterais cobertos, deixando pouca área permeável no lote.

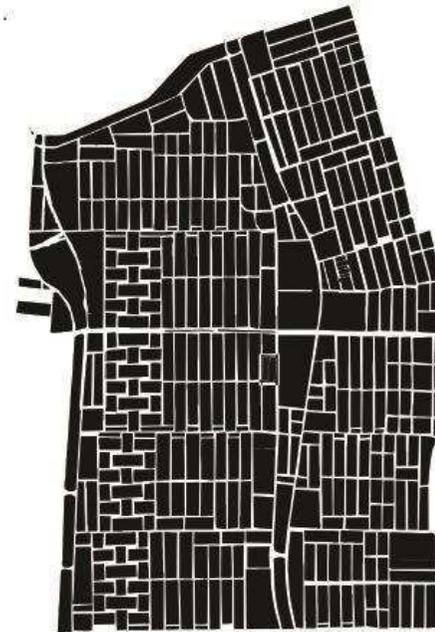
Fonte: Autora (2018)

Figura 106 - Traçado do Centro



Fonte: Autora (2017)

Figura 107 - Traçado da Cidade Operária



Fonte: Autora (2017)

Figura 108 – Tecido Urbano do Centro.



Fonte: Google Earth Capturada em 06/11/2017

Figura 109 - Tecido Urbano da Cidade Operária.



Fonte: Google Earth Capturada em 06/11/2017

3.3.1 Percepção dos usuários

Durante as visitas de campo foram feitas entrevistas abertas e aplicados alguns questionários para avaliar a percepção dos usuários com respeito aos aspectos qualitativos da Praça do Viva, entre os períodos de 06/2016 a 08/2018.

Na Praça João Lisboa do Século XIX os usos eram predominantemente comerciais. O comércio atacadista fica na área da Praia Grande, mais próximo ao cais, e o comércio varejista ficava na Praça João Lisboa gerando grande movimentação de pessoas. As classes mais abastadas enviavam seus filhos para estudar na Europa e isso influenciava os costumes, na arquitetura dos casarões e seu estilo tradicional luso-brasileira e na forma de perceber e conceber os espaços públicos.

Hoje, a Praça João Lisboa possui esse substrato histórico do mercantilismo século XIX materializado em seu conjunto arquitetônico, e tendo que comportar as novas demandas, costumes e a dinâmica capitalista da sociedade do século XXI. As adaptações de usos e costumes dos espaços públicos são visíveis e percebidas pela população. Os entrevistados foram perguntados sobre o principal uso da Praça João Lisboa, 38% das pessoas afirmaram perceber a praça como um local turístico; 28% percebem a praça como um local de trabalho; 20% veem como um local de contemplação, de descanso, uma pausa durante a correria do Centro (Gráfico 1). Na Praça do Viva da Cidade Operária, as caminhadas e as atividades físicas praticadas nas quadras e no campo totalizam 50% do uso do local (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Usos da Praça - Centro

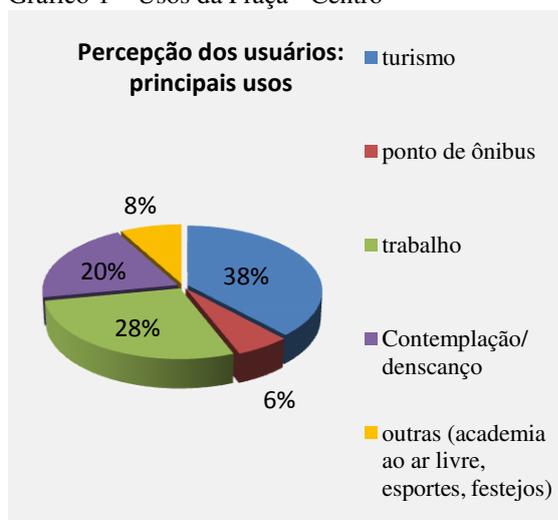
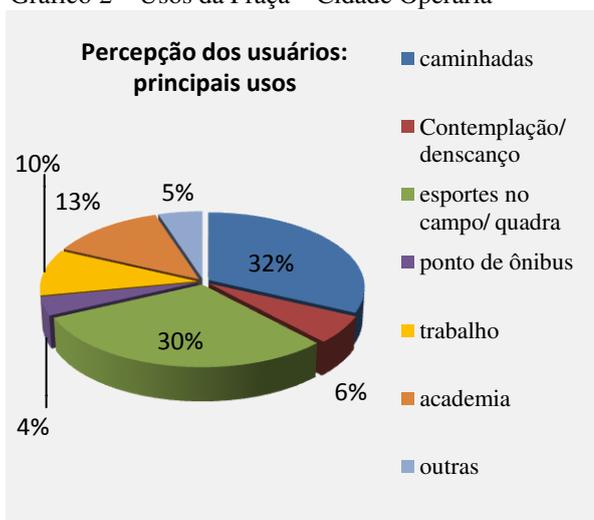


Gráfico 2 – Usos da Praça – Cidade Operária



Fonte: Autora (2018)

A questão de a Praça João Lisboa ser “local de trabalho” (como apontou 28% dos entrevistados) pode ser analisada pelo fato da diversidade de usos dos casarões do entorno como instituições financeiras, correios, universidade, teatro, escola de dança, o comércio da Rua Grande, escritório de profissionais liberais, que faz com que outras atividades secundárias se desenvolvam na praça como taxistas, motoristas de vans, engraxates, vendedores de apostilas e o comércio informal, que tiram partido da intensa circulação de pessoas e veículos. São três ruas que dão acesso à Praça: a Rua do Egito (considerada uma via coletora principal na Legislação Municipal) e a Rua do Sol e a Rua da Paz (consideradas vias coletoras secundárias).

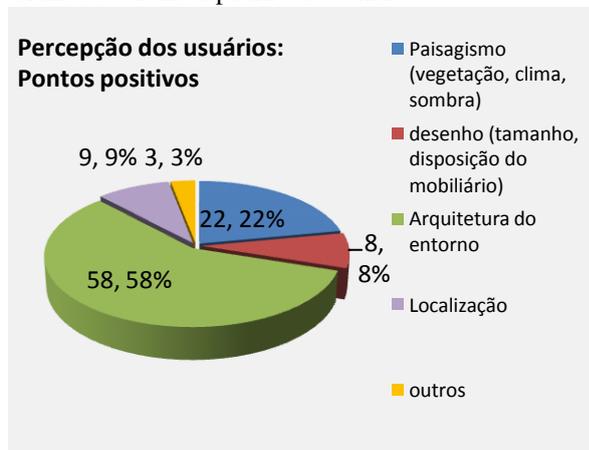
Na Praça do Viva, na Cidade Operária, o entorno é de uso residencial, e durante as visitas de campo a região da praça estava muito pacata, apenas com um fluxo intenso de ônibus e de veículo em umas das vias do lado da praça (Avenida Estebam 205). Os outros três lados da praça são compostos por residências com muros cegos marcando fortemente a delimitação entre o espaço público e o espaço privado, diferentemente do centro cujas fachadas e janelas estão diretamente ligadas ao espaço público, passando a sensação de que a praça está sendo olhada. Fora os questionários outras visitas foram feitas para observação e registro fotográfico. No turno da 9:00h da manhã foi observada a presença dos motoristas que fazem frete e estacionam seus caminhões em uma das laterais da praça. A maior movimentação é no período do final da tarde com adolescentes nas quadras de esportes e jovens e adultos em atividades físicas.

No Centro Histórico, por sua multiplicidade de usos, pessoas de diversos bairros, diversas faixa econômicas, grau de escolaridade, idade, e por seu aspecto histórico, pessoas do mundo estão circulando pelo Centro e suas praças. No conjunto Habitacional da Cidade Operária, que foi construído para um determinado segmento social, tem pouca diversidade social e por ser bairro periférico, onde há somente a paisagem construída.

Com relação à percepção dos usuários, das características apontadas no questionário para os pontos positivos, na Praça João Lisboa, 58,58% dos entrevistados (Gráfico 3), pontuou sobre os aspectos figurativos da praça e seu entorno o conjunto arquitetônico do entorno foi considerado o fator de atração mais importante da praça. Enquanto que no bairro da Cidade Operária nenhum dos entrevistados considerou paisagem do entorno. Nas duas Praças o conforto térmico proporcionado pela vegetação foi considerado satisfatório para os usuários. Na Praça João Lisboa, 22,22% evidenciou o paisagismo como fator positivo,

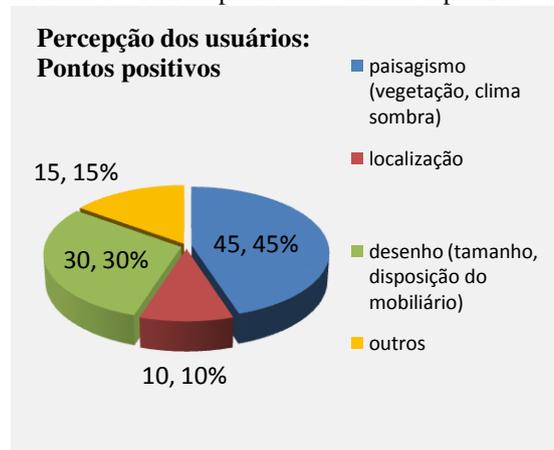
enquanto que na Praça do Viva, 45,45% falaram o paisagismo (vegetação, clima, sombras) como fator positivo (Gráfico 4).

Gráfico 3 – Pontos positivos - Centro



Fonte: Autora (2018)

Gráfico 4 – Pontos positivos – Cidade Operária



A entrevistada Solange Andrade (faixa 30-35 anos), designer, relatou que foi moradora do Centro desde criança, morou cinco anos em outro bairro, e agora está retornando para o Centro. Ela afirma sobre a praça:

“Eu frequentava mais “de passagem” quando ia a algum lugar próximo tipo banco ou correios. Espero que a prefeitura tome alguma providência para deixá-la mais acolhedora, mais bonita. A praça e a igreja próxima anda abandonada, feia, sem infraestrutura para receber um turista ... buracos e pedras soltas, esgoto ao céu aberto, urina e muita sujeira. Espero que depois dessas reformas nas praças, elas esteja na lista também, pois está precisando urgente de uma reforma. A população agradece e os turistas também.”

As fachadas uniformemente alinhadas, o ritmo dos vãos dos casarões do entorno da Praça João Lisboa, confirmam o que Lamas (2000: 172), afirma sobre as classes mais abastadas: o autor afirma que estas irão encontrar na rua “o suporte do sistema social que se serve da arquitetura como meio de ostentação”. A forma de exibir suas posses, evidenciar e confirmar seu poder e magnificência nas fachadas de seus edifícios.

O traçado feito pelo Engenheiro Frias de Mesquita para São Luís seguindo os princípios urbanísticos do renascimento é basicamente composta por três elementos: o traçado retilíneo, a praça e a quadrícula. A urbanística do renascimento entendia que a quadrícula geométrica por toda a área implicaria na monotonia da paisagem, de maneira que utilizavam traçados diagonais de onde surgiam as praças e os largos. Tendo como elemento de destaque na forma urbana, o monumento. A função do monumento por vezes era carregada de

simbologia e significações religiosas, sociais, políticas e culturais; outras vezes, utilitária - como chafarizes e fontes (LAMAS, 2000:184).

Assim como nas cidades renascentistas da Europa, a racionalidade do traçado de São Luís e seus espaços públicos aconteceu em função de um edifício notável e singular como uma peça chave do espaço urbano e até mesmo ser o gerador da forma urbana. Em contraponto à simbologia, à grandiosidade dos edifícios, o rebuscamento das construções, dos materiais sofisticados que vinham de Portugal nos navio com as pedras lióz, com os azulejos, que faziam das habitações do Centro Histórico verdadeiras obras de arte, a Praça da Cidade Operária apresenta uma arquitetura que é reflexo da sociedade industrial: com seus modelos padronizados, de rápida execução, com materiais regionais e feitos em larga escala. O embelezamento das moradias se deu pela subjetividade de cada morador.

Com relação à percepção dos usuários, das características apontadas no questionário para os pontos negativos das praça 54,54% da pessoas relataram como um ponto crucial a falta de segurança na Praça João Lisboa, e na Praça do Viva 56,56 % (Gráfico 5). Em segundo lugar o fator da falta de manutenção (Gráfico 6).

Gráfico 5 – Pontos negativos - Centro

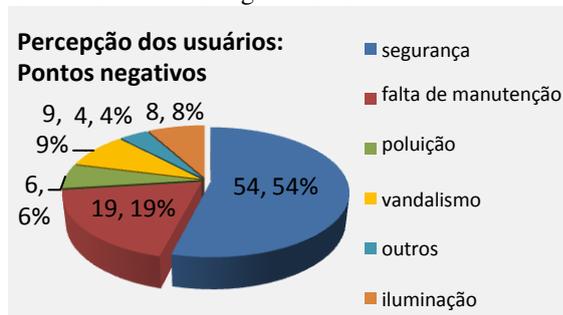
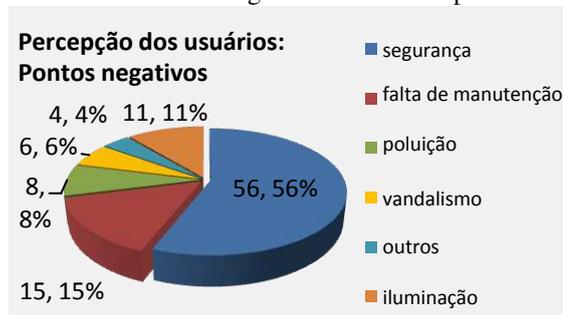


Gráfico 6 – Pontos Negativos – Cidade Operária



Fonte: Autora (2018)

O entrevistado Valter Soares, morador do Residencial Olímpico (bairro do entorno) visita a Praça do Viva somente quando tem show e comenta o abandono de áreas da praça e critica o poder público pelo descaso e a comunidade pela poluição no chão.

Um dos coordenadores da Academia M7, que fica próxima à Praça do Viva relatou que deixou de levar as turmas para se exercitarem na praça por falta de segurança. Júlio Vinícius disse:

“Nunca tivemos problemas diretos, mas, não era o local mais seguro. Ponto de venda de drogas, motos e carros passando pelo local, brigas ao redor, consumo de drogas, em determinados horários era muito deserto. Também tive uma lanchonete lá e tirei por esses motivos. Não sei se você é do bairro, mas praticamente todo local aqui é propício pra prática de atividade física também é ponto de venda de droga: praças campos, quadras...Nós utilizávamos [...a praça]. Saímos de lá tem

uns seis meses. Os horários dos treinos era das seis e trinta às oito e trinta, e das dezesseis e trinta às vinte e trinta”

Esses espaços públicos – a Praça João Lisboa, no Centro e a Praça do Viva, na Cidade Operária- se diferenciam por seus contextos de criação e pelas formas de apropriação por parte da população. O Centro Histórico, seu traçado e seu conjunto arquitetônico do urbanismo tradicional português do final do século XVIII e XIX, desenhado para atender às necessidades do mercantilismo e dos vestígios do sistema escravocrata, tem tentado resistir a mudanças mediante as políticas de preservação do IPHAN.

O Centro Histórico até a primeira metade do século XX era o núcleo da cidade de São Luís, local para onde convergiam os olhares, o local da riqueza e da beleza. E o bairro da Cidade Operária, uma nova ocupação nos limites da capital maranhense, financiado pelo Banco Nacional de Habitação, e criado para acomodar um exército de operários bem mais perto da recém-criada Zona Industrial do município, que surge no final do século XX. E que hoje possui uma dinâmica própria, cuja população local e do entorno gira em torno de 100mil pessoas⁸⁴ tornando-a uma nova centralidade, da cidade de São Luís.

3.4 Proposições para as áreas verdes públicas

Durante a visita de campo foram observadas algumas desconformidades com respeito ao quantitativo de áreas verdes utilizáveis, à infraestrutura das calçadas, ao estado de conservação do mobiliário (bancos, postes de iluminação, lixeiras) e com respeito à manutenção da vegetação nas duas formas urbanas estudadas. Outras desconformidades foram apontadas pelos usuários durante aplicação dos questionários, como o caso da falta de segurança e a utilização da praça como ponto de venda de drogas, que foi mencionado com ênfase nas duas praças como fator negativo que inibe a apropriação do espaço público verde.

É no espaço urbano que as contradições sociais se materializam. É nos espaços públicos que a desigualdade social é refletida e percebida com maior ênfase: nas ruas, calçadas e praças. A questão da segurança pública e da violência urbana tem sido recorrentes nos grandes centros urbanos, se trata de uma temática dramática e que está diretamente associada aos desarranjos socioeconômicos, e que exigem políticas públicas urbanas mais

⁸⁴ Dados do IBGE, 2010 *apud* INCID, 2014.

efetivas. Moradores de ruas, prédios para alugar, prédios vazios são os desafios a serem resolvidos no Centro Histórico.

O Estatuto da Cidade dispõe de diversos instrumentos para minimizar a problemática de áreas centrais degradadas como a do Centro Histórico e do Bairro da Cidade Operária. No caso do Centro existem instrumentos sugeridos pelo Estatuto da Cidade que visam incentivar a ocupação dos casarões abandonados - que são considerados vazios urbanos por serem espaços urbanos subaproveitados. Instrumentos como as **ZEIS (Zonas especiais de interesse social)** que permite que áreas de vazios mal aproveitados possam ser destinadas a projetos de Habitação de interesse social. A **Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)** que se trata da concessão do proprietário público de conceder de forma remunerada ou gratuita, legalizando a situação do imóvel para finalidades urbanísticas. Já o Usucapião especial de imóvel urbano se trata do instrumento que regulariza m imóvel de propriedade privada, ocupado pelo menos 5 anos, sem que haja reclamação do proprietário. Ainda nas medidas e instrumentos que regulem o espaço urbano e faça com que as propriedades cumpram as sua função social.

O Estatuto da Cidade recomenda o **Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC**, através do qual a prefeitura obriga o proprietário a fazer uso do seu imóvel vazio ou subutilizado dentro do perímetro urbano. O IPTU Progressivo consiste em penalizar o proprietário do terreno urbano após a não adequação estipulada pela PEUC. A penalidade é o aumento progressivo da alíquota, aumentada durante cinco anos consecutivos. E se ainda assim o proprietário não der função ao imóvel a gestão municipal deve fazer a desapropriação com títulos da dívida pública, incorporando o imóvel ao patrimônio público (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015)⁸⁵.

Outro instrumento, a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia – CUEM, se trata de regularizar imóveis de até 250m² que estejam sendo utilizadas por uma pessoa, família ou grupo de pessoas, que estejam usando o imóvel público a mais de 5 anos sem que o poder público reclame a área. O favorecido não pode vender a área ou fazer outros usos que não sejam o uso habitacional. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2015)⁸⁶.

As diretrizes existentes no arcabouço legal (O Estatuto da Cidade, O Plano Diretor Municipal de São Luís, as portarias do IPHAN n°420/2010⁸⁷ e a n° 137/016⁸⁸) necessitam de efetivação por parte do poder público, como também, de ações com base nos princípios da

⁸⁵ BRASIL. Curso de Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Ministério das Cidades. 2015. Disponível em: < <http://www.capacidades.gov.br/>> Acesso em: 12 Fev. 2018.

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Que trata de projetos e obras em bens culturais tombados.

⁸⁸ Que trata de diretrizes para a educação patrimonial.

Conservação Urbana Integrada que foram sistematizados pela Declaração de Amsterdã (1975)⁸⁹ é pertinente para estas áreas degradadas centrais e periféricas.

A Conservação Urbana Integrada (CI) se originou na década de 1970, com o urbanismo progressista italiano, cujos princípios foram empregados para a reabilitação do centro histórico de Bolonha no final da década de 1960. As atuações da CI atingiram áreas residenciais das periferias dos centros históricos e trabalhavam na recuperação da estrutura física, econômica e social. Conjuntos habitacionais construídos entre 1950 e 1960 nas periferias europeias foram contemplados pelas políticas de conservação integrada que deram ênfase aos espaços públicos, áreas verdes e de recreação e conversão de prédios públicos como quartéis, conventos em equipamentos sociais de uso coletivo. E que buscavam a integração das periferias às áreas centrais através de políticas de mobilidade urbana, com ênfase no transporte coletivo de massa. (LACERDA; ZANCHETTI, 2012, p.19)

No Art2º, da Lei N° 10.257⁹⁰, de 10 de Julho de 2001, aponta entre os objetivos da política urbana, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados em relação à infraestrutura urbana; d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a previsão da infraestrutura correspondente; e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização; f) a deterioração das áreas urbanizadas; g) a poluição e a degradação ambiental;

⁸⁹ IPHAN. Declaração de Amsterdã, de Outubro de 1975, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, Conselho da Europa. Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>> Acesso em: 30 Set 2016.

⁹⁰ O Estatuto da Cidade, 2001.

Como proposição para as, Praça João Lisboa e Praça do Viva, sugere-se políticas de Conservação Urbana Integrada (CI). Para a Praça João Lisboa, recorre-se também às recomendações da Declaração de Amsterdã (1975) e à Carta de Naorobi, de 1976, que discorre sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos onde a UNESCO fala sobre a função desses conjuntos na vida contemporânea. A Carta de Nairobi comenta sobre os danos do urbanismo contemporâneo por sua “*uniformização e despersonalização das cidades*” e que é de grande importância a conservação dos conjuntos históricos, pois é neles que se encontram “*a verdadeira dimensão cultural e a identidade da população*”. Esta carta estabelece ainda medidas que devem ser tomadas em três níveis: o legal, o técnico e o social.

Dos exemplos de Conservação urbana integrada mais inspiradora observou-se a conservação aplicada em Lisboa - Portugal, que aplicou uma estratégia múltipla de atuação onde os bairros históricos da Baixa, do Chiado, a Avenida da Liberdade, Castelo, Alfama, Bairro Alto e Madragoa receberam um tratamento mais conservador e teve seus edifícios renovados e recuperados para o uso de comércio e serviços. A Câmara Municipal de Lisboa criou os escritórios de reabilitação urbana, onde a participação popular é o principal esteio da ação administrativa, se tratando de uma frente paralela que atuava com estudos, elaboração de projetos e que tinham autonomia de atuação para implantação de projetos centrados nos atores principais e nas resoluções existentes para acomodar os interesses conflitantes. Segundo Lacerda; Zancheti (2012, p.24):

“O ponto forte do processo de conservação e revitalização de Lisboa residiu na forma institucional e nos instrumentos urbanísticos utilizados. A municipalidade produziu um plano diretor e um plano estratégico. O primeiro regulou a forma geral de ocupação do solo em toda a cidade. O segundo identificou os projetos em que poderiam formalizar pactos com a iniciativa privada e com a comunidade dos bairros.”

Transferindo as medidas para o Centro Histórico de São Luís sobre ponto de vista legal, em curto prazo, há de se efetivar a Legislação Urbanística Municipal vigente, que mesmo necessitando ser atualizada (pois está em processo de audiências públicas) e juntamente como as normas definidas pelo Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN possuem diretrizes para minimizar problemáticas como obras clandestinas nos imóveis históricos que descaracterizam os imóveis alterando a proporção de cheios e vazios dos vãos, demolições, sobre punições aos proprietários de edificações em risco eminente de ruir e que estejam oferecendo risco à segurança coletiva. A médio e longo prazo aguarda-se a atualização do Plano Diretor Municipal e medidas que contemplem o estímulo

do fluxo dentro do Centro Histórico, incentivando o usos de transporte sustentável, reimplantação do bonde para trajetos de pequena e média distância.

Proposições para o Centro Histórico e a Praça João Lisboa

- Promover aumento do fluxo de pessoas através de ações que dinamizem o centro econômica e socialmente, a fim de diminuir o número de casarões degradados;
- Regularização fundiária urbana, para sanar questões de posse e propriedade dos prédios históricos, que estão em delicadas disputas judiciais que se entendem por anos enquanto os casarões sofrem as ações de intempéries;
- Fiscalização nos casarões abandonados que foram invadidos por usuários de drogas e ambulantes;
- Utilização dos instrumentos urbanísticos como o IPTU progressivo para resolver a questão dos imóveis endividados com taxas de iluminação pública, água e saneamento, pois estas dívidas são fatores que dificultam a venda dos casarões e fazem seus donos postergarem soluções para os edifícios;
- Promover projetos de habitação social nos edifícios do Estado;
- Promover a educação patrimonial da população residente e dos visitantes (cujas diretrizes estão na Portaria nº137/2016 do IPHAN);
- Projetos de requalificação para as áreas verdes degradadas e projetos com equipamentos de uso coletivos nos espaços livres e vazios urbanos;
- Propõe-se a adequação das calçadas permitindo maior acessibilidade, com estações multimodais para percursos para ciclistas;
- Engajamento da comunidade nas intervenções;
- Atuação da Segurança pública de forma ostensiva e preventiva;
- Wi-fi, espaços de trabalho ao ar livre com tomadas;
- Banheiros públicos móveis;
- a implementação de projetos luminotécnicos para questões funcionais e estéticas: para aumento da luminância, garantido maior sensação segurança e para embelezamento da área dos passeios.
- Requalificação paisagística dos canteiros, a iluminação destes também propicia valorização da praça; padrões luminosos no piso.

Proposições para a Cidade Operária e Praça do Viva e demais áreas verdes

- Projetos de requalificação para as áreas verdes degradadas e projetos com equipamentos de uso coletivos nos espaços livres e vazios urbanos;
- Balizadores que impeçam a entrada de veículos sobre os canteiros (na Praça do Viva);
- Criação de bancos modulares dentro das normas NBR-9050;
- Propõe-se a adequação das calçadas permitindo maior acessibilidade estações multimodais para percursos para ciclistas;
- Engajamento da comunidade nas intervenções;
- Wi-fi, espaços de trabalho ao ar livre com tomadas;
- Banheiros públicos móveis;
- a implementação de projetos luminotécnicos para questões funcionais e estéticas: para aumento da luminância, garantido maior sensação segurança e para embelezamento da área dos passeios.
- Requalificação paisagística dos canteiros, a iluminação destes também propicia valorização da praça; padrões luminosos no piso;

Este capítulo se propôs a fazer a análise morfológica de dois bairros criados em momentos históricos e socioeconômicos distintos. Primeiro, o Centro Histórico e todas as suas características estéticas e demais aspectos figurativos da arquitetura colonial portuguesa e seu conjunto de arquitetura civil influenciado pelo projeto pombalino da reconstrução de Lisboa. As análises utilizaram o método morfológico de José Lamas, que estuda os elementos morfológicos do espaço urbano, a saber: o solo, o lote, o edifício, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado, a praça, o monumento, a vegetação e o mobiliário. A ênfase do estudo é nas áreas verdes e na urbanidade referente a cada uma das formas urbanas e seus respectivos contextos. Os aspectos quantitativos das áreas verdes e os aspectos qualitativos desses espaços também foram abordados, de maneira que as proposições sugeridas, a partir do diagnóstico das praças, são inspiradas nas diretrizes da Conservação Urbana Integrada, originada na Europa na década de 1970 e empregada em cidades históricas como Bolonha, na Itália, e em conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 1950 e 1960 nas periferias de cidades europeias. Juntamente com as indicações de implementação das diretrizes do Estatuto da Cidade e o arcabouço legal do município.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação central da dissertação foi a importância, ou pouca importância que a população e as sucessivas gestões de São Luís dão aos espaços verdes públicos. A cidade tradicional, representada pelo Centro Histórico, tinha em seus espaços públicos não somente as funções de embelezamento da cidade, mas estes funcionavam como uma espécie de guarnição para edifícios singulares, como prédios religiosos e prédios públicos. Toda a simbologia do poder era representada no desenho compacto da cidade colonial. Em contraponto, na cidade moderna e a cidade contemporânea, em concordância com Lamas, observou-se que houve uma mudança não só ideológica, mas uma grande mudança na escala da cidade, de maneira que as diferenciações de classe social já não são mais feitas através das “eiras, beiras e tribeiras” existentes nas fachadas das casas como ocorria no período colonial, mas no distanciamento das classes populares do centro e seus serviços e equipamentos públicos.

Através da análise dos elementos morfológicos do espaço urbano foi possível compreender as complexidades socioterritoriais da forma urbana do Centro Histórico e do bairro da Cidade Operária. A produção do espaço, os arranjos urbanos, as adaptações, as mutações que a população provocou no tecido urbano, a setorização da economia, os usos e os fluxos desenharam parte dessa dinâmica particular dos bairros analisados. Como mostra a abordagem de Villaça (2001, p. 46-47), há uma inter-relação entre o espaço e o social, e que existem efeitos do espaço sobre o social. Para Henry Lefebvre e Mark Gottdiener citados por Villaça (2001, p. 47) o espaço “reage de volta” sobre as relações sociais.

A forma urbana que pode ser entendida como a espacialização, como a materialidade do que a sociedade produz dentro das estruturas econômicas, políticas e ideológicas, e são os elementos morfológicos do espaço urbano, que, quando vistos pela ótica da arquitetura e do urbanismo apresentam aspectos socioculturais tangíveis e intangíveis através de suas diversas combinações, configurando assim as diversas identidades, representações e urbanidades. As áreas verdes públicas - que estão incluídas na categoria de vegetação (um dos elementos morfológicos do espaço urbano) - são a ênfase deste trabalho por serem espaços de sociabilidade, nos quais a urbanidade dos bairros pode ser averiguada. Existem várias cidades invisíveis que se movem, se debatem e que criam suas alternativas, se transformam por conta própria e se reinventam para resistirem ao esquecimento e que buscam permanecer. E é nos

espaços públicos (praças e áreas verdes) que o cotidiano é expresso e é onde a urbanidade é mais facilmente observada.

A análise da produção do espaço urbano e suas formas traz a reflexão da histórica sujeição do desenho urbano às estruturas econômicas políticas e ideológicas. As relações sociais, culturais ou econômicas que ocorrem sobre o território, o espaço produzido, configuram a urbanidade de cada local. Numa mesma cidade ou dentro de um mesmo bairro pode haver diversas representações de urbanidades onde o homem e o ambiente interagem entre si, se modificando mutuamente, pois o homem muda o ambiente e o ambiente, muda o homem.

Em São Luís, as áreas verdes públicas têm sido preteridas em função da “fome especuladora” do mercado imobiliário que atua consumindo o solo urbano na forma de condomínios fechados. A reflexão é de que o direito à cidade, por vezes, é ilusório, onde as disparidades sociais e territoriais são atenuadas para diminuição das tensões no tecido social, principalmente em cidades que ainda mantém forte, porém, mascarada, a ideologia do coronelismo e seu clientelismo. Na análise sobre as formas urbanas e sobre a legislação vigente na cidade de São Luís observou-se que a maneira como o arcabouço legal que dispõe sobre parcelamento do solo (loteamento e desmembramento) tem impactado na ocupação da terra urbana e no direito à cidade e na sua função social, e tem interferido na criação e socialização dos espaços públicos, considerando que as formas de parcelamento do solo têm sido um ponto determinante para a permanência, mudanças ou criação de novas formas urbanas. O uso da Lei N° 4.591/64 e da Lei n° 6.766/79 criam um quadro urbano delicado com despeito aos espaços de sociabilidade. Na cidade moderna, e principalmente na cidade contemporânea o desenho urbano está subjugado às leis que regulamentam o parcelamento do solo.

A modernidade e seus apelos fizeram com que as classes sociais fossem distribuídas além dos limites do Centro, a própria localização já carrega toda a ideologia da produção do espaço capitalista. São Luís ainda se expandiu e ainda se de forma fragmentada, e está absorvendo sem resistência a uma nova ideia do que é viver bem. Mas tanto a cidade formal quanto a cidade informal, crescem sem considerar a relevância dos espaços públicos para a sociedade. Na cidade moderna e na contemporânea, os espaços verdes são as sobras do traçado urbano, às vezes são chamadas de “áreas verdes” as pequenas quadras com solo exposto, que são áreas residuais do projeto arquitetônico e urbanístico, deixados apenas para cumprir alguns critérios da legislação urbanística. Diferentemente da cidade colonial, que tem

heranças renascentistas e barrocas, onde a cidade era construída a partir do espaço público, ao redor de uma praça ou então estas eram guarnição de edifícios singulares.

As novas partes da cidade que surgiram após o Plano de Expansão e o Plano Diretor de 1974 apresentam em sua maioria, um traçado urbano monótono e sem espaços de sociabilidade de qualidade, formando redes de exclusão na cidade. Observou-se auto sabotagem do mercado imobiliário ao (re) produzir espaços sem atratividade, sem urbanidade, sem espaços de co-presença. Assim sendo, conclui-se ainda que o espaço urbano revela-se múltiplo, adaptável, capaz de se reinventar dentro de sua micro lógica, dentro da sua micro escala, ou seja, na escala intra-urbana. Um processo que caminha em paralelo à ordem estabelecida, mesmo sendo submetido constantemente à lógica do capital que impera e que norteia os processos de reprodução do espaço. A produção do espaço, vista pela ótica da acumulação do capital explicada na teoria de Marx, seria a manifestação do “reflexo” das relações de produção e das lutas das classes sociais. O modo de reprodução da cidade capitalista prioriza o individualismo e a exacerbação da estratificação social, onde compensações das tensões inerentes ao caos gerados por um planejamento induzido pelo, e para o capital imobiliário, só aumentam a desintegração da experiência de mundo de cada cidadão.

O objeto da análise no Centro Histórico se ateve à área de delimitação de tombamento em nível Federal, por constituir a parte do bairro com o traçado urbano original do Engenheiro Militar Frias de Mesquita, e as tipologias arquitetônicas do final do século XVIII e XIX. O recorte da Praça João Lisboa para detalhamento morfológico se deu por ser o primeiro passeio público, cujo conjunto arquitetônico da praça e todos os casarões do entorno foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN em 23 dezembro de 1955. Apesar de algumas alterações, acréscimos e retiradas de mobiliário (estátuas, abrigos) e do paisagismo da vegetação, a praça, seu traçado e seus casarões tem resistido às mudanças socioeconômicas, graças à ação fiscalizadora do Iphan. As características destacadas nesta forma urbana são os aspectos figurativos do relevante conjunto arquitetônico, a diversidade de usos do entorno e a escala humana.

O outro objeto de análise é um bairro popular criado na década de 1980, a Cidade Operária, criado formalmente na influência de um novo contexto político, econômico e social que surgiu com o movimento moderno. Um bairro construído para operários, com casas padronizadas, um traçado urbano retilíneo e distante 20km do centro histórico. O recorte da Praça do Viva no bairro da Cidade Operária foi escolhido por ser maior praça utilizável do

bairro, sendo que este possui mais duas praças de menor tamanho, e muitos espaços verdes e espaços livres que necessitam de requalificação urbana para serem adequados para a população.

Os diversos tipos de urbanidade e apropriação dos espaços públicos estão relacionados com as formas urbanas, pela forma como a cidade é desenhada. A comparação entre o desenho urbano, do traçado e toda a composição da cidade tradicional em contraponto com a cidade contemporânea mostram a mudança de mentalidade de como as unidades espaciais (ruas, praças, jardins, etc.) são representados no território e como estes compõem assim a leitura do espaço urbano. A urbanidade está ligada à vitalidade urbana, à apropriação da população, ao fluxo intermitente de pessoas, ao ambiente da diversidade e da troca, mas, sobretudo à qualidade do espaço urbano. Como aponta Figueiredo (2010) de forma resumida, a urbanidade, ocorre quando o ambiente construído e suas estruturas auxiliares, e sistemas de transporte, dentre outros, permitem ou mesmo potencializam encontros e a co-presença entre pessoas de classes ou estilos de vida distintos em espaços legitimamente público.

A diversidade de usos no bairro é um fator importante para a urbanidade e vitalidade. Os locais de convívio, encontro e integração - no caso, as praças - também sofrem os impactos de qualquer mudança nos outros elementos que são componentes do espaço urbano. A relação do “homem-espaço” é uma relação dialética, e a apropriação dos espaços verdes públicos pela população dependerá de fatores sociais, culturais e ambientais. A interpretação da forma urbana através de mapas auxiliares como o de uso e o de conservação é necessária, pois estes fatores também são fatores condicionantes da urbanidade nos bairros.

Para melhorar as condições de urbanidade nesses bairros diversas políticas integradas devem atuar para minimizar a decadência dessas áreas. A questão da urbanidade, da circulação e do lazer nos espaços públicos, depende sim de fatores urbanísticos e arquitetônicos, mas também envolvem questões socioeconômicas mais profundas e enraizadas na sociedade. Diante dos dados levantados concorda-se com os autores Christopher Alexander (*A city is not a tree*, 1965) que atribui urbanidade à densidade urbana; Peter Hall (*Urban and Regional Planning*, 1996) que atribui urbanidade a fatores culturais; Jordi Borja (*La ciudad conquistada*, 2003) também atribui urbanidade ao conceito de densidade; e Bernardo Secchi (*The form of the city*, 2003) acredita que a forma urbana do século XVIII é a forma que mais manifesta a maturidade urbana europeia, para ele o traçado urbano da cidade tradicional por sua escala de projeto e por seu apelo estético fundamentado na racionalidade criou um ambiente favorável ao convívio urbano.

Existem formas urbanas que surgem do planejamento - que seria a cidade legal, formal, a cidade “visível” - bem como se identificam também as formas urbanas que surgem da falta de planejamento - a cidade ilegal, informal e “invisível”. As cidades vivem tempos de mercantilização do solo, o território é consumido de forma progressiva e ostensiva. Os agentes da produção do espaço urbano atuam indiscriminadamente quando relegam e desmerecem a importância das áreas verdes públicas e não inclui estes elementos na composição do desenho urbano da cidade. Os assentamentos precários – uma realidade nos grandes centros urbanos - oriundos do desarranjo econômico e social do país, e cuja segregação é expressa em termos espaciais, é um dos fatores de degradação da paisagem. E isso não é somente visto na produção do espaço na “cidade informal”⁹¹ ou ilegal, mas também na produção do espaço da cidade formal ou legal (nas classes média e alta), grandes condomínios murados produzidos pelo Estado ou pelo setor privado.

Da análise entre o quantitativo de áreas verdes por bairro, o Centro Histórico (Área de tombamento Estadual) possui 42 áreas livres e essas áreas totalizam 565.014m². O Índice de Áreas Livres Totais (IALT) por habitante é 45,67m² A.V/hab. Dessas áreas livres levantadas existem 152.723m² de áreas verdes tendo como Índice de Áreas Livres Verdes (IALV) 12,34m² A.V/hab. Desse total, apenas 141.540 são totalmente utilizáveis O Índice de Áreas Verdes Utilizáveis (IAVU) por habitante reduz e fica em 11,44m²/hab. Conclui-se, portanto, que o Centro histórico possui um índice de áreas verdes acima do recomendável – que é de 6m²/hab (índice recomendado para áreas verdes na escala do bairro). Entretanto, um grande percentual das áreas livres não está utilizável, são áreas degradadas, potencialmente capazes de receberem projetos urbanísticos e projetos de requalificação urbanística.

As formas urbanas da cidade colonial permitiram e ainda permitem que as pessoas conheçam a escala humana da vivência e a riqueza dos ideários urbanos. A urbanização tradicional possui apelos que facilitam a apropriação dos espaços públicos pelas pessoas. A unidade formal referente aos alinhamentos das edificações sobre a testada dos lotes é o que materializa a proximidade física e visual entre a construção e o espaço público. Os espaços públicos da cidade tradicional a fazem uma “cidade caminhável”, pela valorização da escala humana. Entretanto, observou-se que problemáticas sociais mais densas que culminam na violência urbana necessitam ser consideradas na reabilitação de áreas degradadas.

Do quantitativo do bairro Cidade Operária foi contatado nos levantamentos das áreas livres totais (somando as áreas utilizáveis e áreas não utilizáveis) um total de 179.880m². Para

⁹¹ Ermínia Maricato utiliza este termo no texto “O lugar fora das ideias, a ideias fora do lugar” contido no livro “A cidade do pensamento único”.

a população de 39033 o índice de áreas livres é de 4,60m² de A.V/habitante. Do total de área de espaços livres, 105.556m² são áreas verdes, ou seja, 58,68%, (canteiros, pequenas praças, praças, campos de futebol). Dos espaços livres, 41,32% são áreas de solo exposto, com aspecto abandonado, ou local onde a população usa para colocar lixo. São locais potencialmente favoráveis à urbanização, à instalação de equipamentos públicos e praças. As áreas livres na maior parte do traçado é residual e não são apropriados pela população.

O principal debate desta dissertação girou em torno de refletir como o ordenamento territorial inspirado no urbanismo moderno impactou na forma urbana de São Luís e quais as mudanças na configuração dos espaços verdes públicos e da urbanidade. Os resultados obtidos mostram que a cidade contemporânea, no caso o bairro da Cidade Operária, reproduziu - em sua concepção - a continuidade do urbanismo moderno e suas formas de configuração dos espaços. As influencias do urbanismo moderno, diferentemente do urbanismo tradicional - que era elaborado e projetado através de princípios estéticos - foi um urbanismo extremamente preocupado com a questão habitacional basicamente por dois motivos: primeiro que o urbanismo moderno surge a partir da necessidade de ofertar habitações com salubridade e boas condições de higiene a todos nos centros urbanos que estavam aumentando seu contingente populacional por causa do processo de industrialização; o segundo motivo o surgimento de novas tipologias como conjuntos, torres, blocos de apartamentos, que propiciaram o maior aproveitamento do solo, maior adensamento e ao mesmo tempo otimizavam a produção e aumentando a lucratividade do solo.

As áreas verdes nos conjuntos habitacionais são áreas residuais e grande parte delas não está em condições de uso pela população. Diferentemente da forma urbana da cidade tradicional o Centro Histórico onde as áreas verdes públicas são de grande relevância na composição urbana e estão sempre ligadas a edifícios notáveis e de grande poder simbólico religioso ou de poder. Do desarranjo econômico surge o arranjo ou desarranjo social e as segregações socioespaciais. E nesse aspecto vê-se similaridade entre a fala de Pierre Bourdieu e José Lamas. Para o primeiro autor as estruturas estruturantes impregnam as relações de comunicação, carregadas de relações de poder e intrinsecamente ligadas ao capital material ou ao capital simbólico que os agentes acumulam. Essas estruturas estruturantes acabam por legitimar a dominação de classes por meio da própria produção simbólica, cumprindo assim a sua função política. (BOURDIEU, 2004, p.11) por sua vez José Lamas afirma que o espaço urbano é a composição de uma estrutura econômica, política e ideológica. Bem como Serra (1987:165) que também afirma que a produção do espaço se dá na esfera econômica e seus

elementos de produção, consumo e troca, na esfera política no que diz respeito à gestão e na esfera ideológica e seus elementos simbólicos, que são as estruturas EPI às quais Castells (1977) se refere.

Conclui-se que as complexidades socioterritoriais dos grandes centros urbanos, transcendem as questões da urbanística. Uma forma urbana é o produto de fatores ideológico, econômicos e políticos, assim sendo, nas áreas públicas a diligência ou negligência do poder público implicam na organização funcional da cidade, nas formas de circulação das pessoas, na capacidade de atração das centralidades da cidade, e na forma de apropriação da população dos espaços públicos (dentre eles, as áreas verdes). Os arranjos decorrentes de fatores econômicos, políticos e ideológicos, produzem determinadas formas espaciais, onde estas formas podem ser localidades dispersas, com poucos fluxos de capital e pessoas, ou centralidades, onde a concentração de serviços e comércios, cultura e as movimentações inerentes ao cotidiano urbano das cidades gera uma relação dialética onde o fluxo intenso dessas atividades gera adensamento, e o adensamento alimenta a permanência e a criação dessas atividades.

Em concordância com Fröhlich (2015) acredita-se que o planejamento espacial da cidade tem promovido muito além do que o distanciamento social entre as classes: ele tem fomentado a crise de identidade, a violência e tem fragilizado as garantias de qualidade de vida no espaço urbano. Isso porque ao estimular o desenvolvimento da indústria imobiliária, o Estado tem regulado o uso do solo urbano para a sua máxima ocupação, entendendo a destinação e implantação das áreas livres verdes como um desperdício de uso do espaço urbano.

Desta forma, percebe-se que o planejamento urbano é um instrumento do Estado para ordenar a cidade da forma mais conveniente para os interesses das classes que tentam manter e perpetuar suas condições de poder e riqueza. Essas relações de poder, a economia e a ideologia são representadas formalmente nas tipologias de espaços públicos urbanos. Através da pesquisa, constatou-se que o espaço urbano está saturado de simbologias e que existe uma dualidade no planejamento urbano: o impasse de ora trabalhar para garantir o direito à cidade e ora ser um instrumento que legitima a segregação socioespacial. É possível depreender, portanto, que o modo de reprodução da cidade capitalista prioriza o individualismo e a exacerbção da estratificação social. As tensões inerentes ao caos gerados por um planejamento induzido, pelo e para o capital imobiliário, só aumentam e desintegram a experiência de mundo de cada cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEX, Sun. **Projeto de Praça: Convívio e exclusão no espaço público**. 2ª ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

ANDRÈS, Luís Phelipe de Carvalho Castro. (Coord) **Centro Histórico de São Luís – Maranhão – Brasil – Patrimônio da Humanidade**. São Paulo: Audichromo Editora, 1998.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. Trad. Nadia Somekh. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.

BRASIL. **Lei de nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm Acesso em: 30 setembro de 2016.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 4.ed. São Paulo : Editora Perspectiva, 2005.

BESSA, Kelly. **Estudos sobre a rede urbana: os precursores da teoria das localidades centrais**. GeoTextos, vol. 8, n. 1, p. 147-165, jul. 2012. kellybessa@uft.edu.br. Acesso em: 14 de Mai de 2016. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/6222/4382>>

_____. **A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo**. In: _____. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a. p.59-73.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos. **Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar** In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (Orgs.) (2008). “Compreendendo a complexidade Socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar”. Salvador, Editora da UFBA. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper42.pdf>> Acesso em: 10 de Mai. de 2016

BRANDÃO, Carlos. **Território & desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos. **Territórios com Classes Sociais, Conflitos, Decisão e Poder**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA F., N. A. (Orgs.) (2007). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas, Editora Alínea, 2007. (ISBN 85-75161920). Disponível em:< <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper37.pdf>> Acesso em: 10 de Mai. de 2016.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **Da Cidade Unitária à MetrÓpole Fragmentada: Crítica à Constituição da São Luís Moderna**; In: JESUÍTA, Antônia; **Cidades Brasileiras: Atores, Processos e Gestão Pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 5ª ed. São Paulo. Editora Perspectiva S.A, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente**. Grupo de estudos urbanos, Cidades, Volume 9, número 16, páginas 119-218, 2011. Disponível em: < [http://colegiomilitarpmvr.com.br/Documentos/Redes% 20Geograficas.pdf](http://colegiomilitarpmvr.com.br/Documentos/Redes%20Geograficas.pdf)> Acesso em: 15 mai 2017.

DAMIANI, Amélia Luísa. **As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço**. In: CARLOS, A. F. A.; DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. C. L. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 2001a. p. 48-61.

DINIZ, C. R. **Metodologia científica: O método dialético e suas possibilidades reflexivas**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008. Disponível em: http://www.ead.uepb.edu.br/ava/arquivos/cursos/geografia/metodologia_cientifica/Mez_Cie_A05_M_WEB_310708.pdf. Acesso em 13/12/2014.

FARIA, Rodrigo Santos. **O Departamento Nacional de Urbanismo e a Institucionalização do setor de Urbanismo no Governo Federal Brasileiro: um Contínuo Processo Histórico**. *Oculum ensaios*, vol. 12, núm.2, julho-diciembre, 2015, pp.311-333. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil.

FIGARO, Roseli. **A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho**. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos* 16(2): 124-131 maio/agosto 2014 © 2014 by Unisinos – doi: 10.4013/fem.2014.162.06 1. Disponível em: < [http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/ fem.2014.162.06/4196](http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/viewFile/fem.2014.162.06/4196)> Acesso em: 10 set 2016.

FONSECA Neto, Hermes da. **Potencial de integração de uma área periférica ao centro histórico: o caso do Aterro do Bacanga em São Luís-MA**. Dissertação/Mestrado em Desenvolvimento Urbano – UFPE. 162 p. il. São Luís-MA, 2002.

FRÖHLICH, Camila Pohl. **Loteamentos e condomínios fechados na cidade média de Santa Cruz do Sul - RS: uma análise sobre a constituição das áreas verdes**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2015.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson dos Santos São Paulo: Edusp, 1993.

HARRIS, Elizabeth D. **Le Corbusier: Riscos Brasileiros**. São Paulo: Livraria Nobel, 1987.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

LACAZE, Jean Paul. **Os métodos do urbanismo**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. **Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos / e /** Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. 304 p.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade.** sl: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2000.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LYNCH, Kevin. **A boa forma da cidade.** Lisboa: Edições 70, c1981. 2015 446 p.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís: história urbana. . São Luís: ilha do Maranhão e Alcântara. Guia de arquitetura e paisagem.** Organização geral: José Antônio Vieira Lopes. Sevilha: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, José Antônio Viana. **Capital moderna e cidade colonial: o pensamento preservacionista na história no urbanismo ludovicense.** Dissertação defendida em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. 192p. Recife, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica: Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Teoria, hipóteses e variáveis.** Metodologia jurídica. São Paulo. Editora: Atlas 6ª ed. 2007.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MAUTNER, Yvonne. **A periferia como fronteira de expansão do capital.** In: DEAK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EDUSP, 2010.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.** 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, Antônio Guimarães de. **Algodão: ouro branco (tempo e espaço).** São Luís: [s.n], 2007.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação.** 2ª Ed. Editora Campus, 2000.

PERES, Thiago Brandão. BECKER, Howard. **Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009. Cadernos de campo, São Paulo, n. 20, p. 1-360, 2011. 308p. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/36815/39537>> Acesso em: 10 Set. 2016.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A Cidade como um Jogo de Cartas.** Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto editores, 1988.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, M. **Território e Dinheiro**. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002. p.17 – 38.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1993.

SÃO LUÍS. **Leitura Urbana: São Luís**. Trinta, Patrícia (Org); BARBOSA, Érica Garreto Ramos; ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. Prefeitura de São Luís/ Instituto da Cidade, 2014.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O ABC do urbanismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento** (pág. 77 – 116) In CASTRO, Iná et al (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e Industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol.8, nº4, outubro-dezembro/1988. Acesso em: 12 de Abr. 2016. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/32-1.pdf>>

VASCONCELLOS, Lélia Mendes de. **Mutações urbanas: construindo e reconstruindo centralidades: um olhar sobre a cidade do Rio de Janeiro**. In: OLIVEIRA, L. A. de; SILVA, G. P. A. e; ROSSETTO, A. M. (Orgs.) **Arquitetura da cidade contemporânea: centralidade, estrutura e políticas públicas**. Itajaí: UNIVALI, 2011. p. 47-69

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Habitação Social em São Luís do Maranhão: um estudo sobre a produção de habitação dos institutos de previdência e do banco nacional da habitação**. 2007. 107f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo Bacharelado). Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2014.

_____. **“Conceito e categorias de cidade”**. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). **O fenômeno urbano**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. Disponível em: <http://www.marcoareliossc.com.br/03velho_completo.pdf>

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001.

VENANCIO, Marluce Wall de Carvalho. **Urbanização dispersa em São Luís: tensões entre expansão e centro.** 2011. 282f. Dissertação (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

TESES, DISSERAÇÕES, ARTIGOS – MÍDIAS DIGITAIS

ALBERTO, Carlos. **Caminhão do Viva está na Cidade Operária.** Blog da Cidade Operária. 2012. Disponível em: <http://blogdacidadeoperaria.blogspot.com/2012/05/caminha-do-viva-cidadao-esta-na-cidade.html> Acesso em: 12 Fev 2018.

AMORIM, Flávia Pereira; TANGARI, Vera. **Estudo tipológico sobre a forma urbana: conceitos e aplicações.** Paisagem Ambiente: ensaios - n. 22 - São Paulo - p. 61 - 73 – 2006. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/viewFile/89805/92605>> Acesso em: 10 Abr 2017.

ANDRADE, Beatriz Rodrigues. **Urbanidade: o uso do código da forma como alternativa para o Centro de Fortaleza.** Universidade Federal do Ceará. Curso de Arquitetura e urbanismo, 2013. Disponível em: < https://issuu.com/beatriz.arq.urb/docs/tfg_urbanidade> Acesso em: 20 Mar 2017

ARAGÃO, Solange. **O estudo dos tipos-interfaces entre tipologia e morfologia urbana e contribuições para o entendimento da paisagem.** Geosul, Florianópolis, v. 21, n. 42, p 29-43, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12811/11994> Acesso em: 12 Abri 2017.

BARGOS, Danúbia Caporusso; MATIAS, Lindon Fonseca. **Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual.** RVSBAU, Piracicaba – SP, n.6, n.3, p. 172-188, 2011. Disponível em: < http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo_169-publicacao.pdf> Acesso em: 14 Dez 2017.

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. **Decifrando as áreas verdes públicas.** Revista Fromação, n.17, volume 2 – p.63-80. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/455/489>> Acesso em: 14 Dez 2017.

BRANDÃO, Pedro. **A identidade dos lugares e a sua representação colectiva: Base de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público.** Política de Cidades POLIS XXI, DGOTDU. 2008. Disponível em: <http://www.forumdascidades.pt/sites/default/files/serie_politica_de_cidades-3.pdf>

CIDADE, Daniela Mendes. **Um olhar sobre a cidade.** I Seminário Arte e Cidade, 23-26 de maio de 2006, Salvador: EDUFBA, 2006. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2009/09/um-olhar-sobre-a-cidade.pdf> Acesso em: 22 Nov. 2017.

CORREA, Marcele de Jesus. **Análise geoespacial da Cidade Operária: a dinâmica de ocupação como um dos eixos de expansão urbana do município de São Luís – MA.** RBPD – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 2, n. 2, p. 69-79, jul./dez. 2013.

FIGUEIREDO, Lucas. **Desurbanismo: Um manual rápido de destruição de cidades.** In: I ENANPARQ – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro, 2010. 22 p.

FILHO, Alexandre Theobaldo Buccheri; NUCCI, João Carlos. **Espaços livre, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro alto da xv, Curitiba/PR.** Revista do Departamento de Geografia, 16. P. 48-59. 2006. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47264>> Acesso: 9 Nov 2017.

LLARDENT, L. R. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad.** Madri: Inst. de Estudios de Administración Local, 1982, 538p.

LOPES, Letícia Maria Duarte. **Requalificação do Espaço Público: Critério para avaliação da qualidade do espaço público. Caso de estudo: Picos e Praça Duque de Saldanha,** 2016. Dissertação de Mestrado, do curso de Urbanismo Sustentável e Ordenamento do Território, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: < https://run.unl.pt/bitstream/10362/19733/1/Dissertacao_Leticia_Lopes.pdf> Acesso em: 8 Jan 2018.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileira.** São Paulo em Perspectiva. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n4/9749.pdf> Acesso em: 06 Ago 2017.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados 17 (48), 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/0D/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>> Acesso em: 14 Dez 2017

MASULLO, Yata Anderson Gonzaga; LOPES, José Antônio Viana. **Efeitos da Urbanização na dinâmica socioeconômica do Centro Histórico de São Luís – MA.** VII Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Campina Grande/PB – 21 a 24/11/2016. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2016/XI-014.pdf>> Acesso em: 28 Fev 2018.

MATOS, Heider. **“Lendo na Praça” leva milhares de crianças ao viva da Cidade Operária.** Imirante, 25/10/2013. Disponível em: <http://imirante.com/sao-luis/noticias/2013/10/25/lendo-na-praca-leva-milhares-de-criancas-ao-viva-cidade-operaria.shtml> Acesso em: 12 Nov 2017.

MENDONÇA , Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos.** Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, RJ, ANO 7, N. 2, 2ª Semestre de 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v7n2/v7n2a13.pdf> Acesso em: 12 Set 2017.

MORA, M. A. (Julho de 2009). **Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la Vida Ciudadana, en Ciudades Intermedias,** 53º Congresso Internacional de Americanistas. Obtido de http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/33817/1/indicadores_calidadespacio.pdf

NASCIMENTO, Lúcia Moreira do. **As alterações no projeto de Praças para conservação de Centros Históricos. O Caso de São Luís do Maranhão.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 2004. 216p.

NEVES, Luiz Eduardo dos Santos; TAVARES, João Claudino. **A produção do espaço urbano e o cotidiano: reflexões para o município de São Luís, Ma.** Cad. Pesq., São Luís, v. 18, n. especial, dez. 2011. Disponível em: < [http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo %201\(32\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo %201(32).pdf) >

NUCCI, J,C; CAVALHEIRO,F. **Espaços livres e Qualidade de Vida Urbana. Paisagem Ambiente Ensaios** 11. Sao Paulo n . 11 p. 277 288 - dez. 1998. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/135315/131186>> Acesso em: 6 Nov 2017.

OLIVEIRA, Luciana Monzillo de. **Espaços públicos e privados das centralidades urbanas: Park Avenue, Avenida Paulista e Avenida Doutor Chucri Zaidan.** Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Vitor. SILVA, Mafalda. **Morpho: investigação morfológica e prática de planeamento.** Revista de Morfologia Urbana (2013) 1, 31-44 Rede Portuguesa de Morfologia Urbana ISSN 2182-7214. Disponível em: <<http://pnum.fe.up.pt/pt/files/2213/8418/5598/Oliveira%20e%20Silva%202013.pdf>< Acesso em: 20 Mar 2017.

PEREIRA, Marcio Rodrigo da Silva. **A organização social do espaço urbano de São Luís – MA .** Dissertação de Mestrado - Área de Concentração: Planejamento Urbano e Regional – FAUUSP. Orientador: Nuno Azevedo Fônseca -- São Paulo, 2017.

PINTO. Sandra M. G. **Regular = planeado versus irregular = espontâneo: nascimento e morte de uma relação dicotômica nos estudos históricos da forma urbana.** Revista de Morfologia Urbana (2013) 1, 5-16 Rede Portuguesa de Morfologia Urbana ISSN 2182-7214. Disponível em: < <http://pnum.fe.up.p t/pt/files/8713/8418/ 4132/Pinto%202013. pdf>> Acesso em: 20 Mar 2017.

Rocha, Luis Guilherme de Melo Brito. **Política cultural ou marketing pessoal: o mecenato de Estado no Maranhão (1995-2002).** Monografia (Graduação) – Curso de Historia, Universidade Estadual do Maranhão, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Adriana Maria Zierer de Sousa. São Luís - MA // . – São Luís, 2009. Disponível em: < <http://www.outrostempos.uema.br/curso/monopdf2008.2/LUIS%20GUILHERME%20DE%20MELO%20BRITO%20ROCHA.pdf>> Acesso em: 05 Fev 2018

SABOYA, Renato t. de. **Fatores morfológicos da vitalidade urbana – Parte 1: Densidade de usos e pessoas.** Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/ 798436/fatores-morfologicos-da-vitalidade-urbana-nil-parte-1-densidade-de-usos-e-pessoas-renato-t-de-saboya>> Acesso em: 30 Mai 2017.

SANTOS, Renato. **Governo recupera Vivas e revitaliza espaços públicos em bairros de São Luís.** Matéria divulgada em 10 de agosto de 2014. Disponível em: < <http://www2.ma.gov.br/index. php/tag/infraestrutura/page/2/>> Acesso em: 12 Fev 2018.

SILVA, Geovany J. A. da; FRANCA Soad F.; ROMERO Marta A. B.; SILVA Caio F. e; MACHADO, Andriara C. **A aplicação de indicadores de avaliação da qualidade do espaço urbano no distrito federal do Brasil: conceitos e métodos para o planejamento sustentável das cidades.** Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da FAU-UnB Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e ao Urbanismo - LaSUS , 2010. Disponível em: < https://www.usp.br/nutau/sem_nutau_2010/ perspectivas /franca_soad.pdf>

SILVA, Paulo António dos Santos. **Área Metropolitana de Lisboa: descontinuidades, desenho e planeamento.** Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências Aplicadas ao Ambiente. 2010. Disponível: < <http://ria.ua.pt/handle/10773/3772>> Acesso: 18 Mar 2017.

SILVA, Paulo António dos Santos. **Formas Urbana.** Material do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro, Aveiro, 2016.

SILVA, Patrícia Rachel Silva. **Um olhar sobre centralidade e urbanidade: Bairro da Cidade Operária, São Luís, MA.** Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão como requisito para obtenção de título de bacharel em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

SILVEIRA, José Augusto Ribeiro da; Costa, Angelina Dias Leão Costa; Milena Dutra da Silva. **Espaços livres públicos: lugares e suas interfaces intraurbanas** [recurso eletrônico] (Org) João Pessoa: AB Editora, 2016. Disponível em: https://issuu.com/laurbeufpb/docs/espac_os_livres_pu_blicos_e-book Acesso em> 14 Dez 2014.

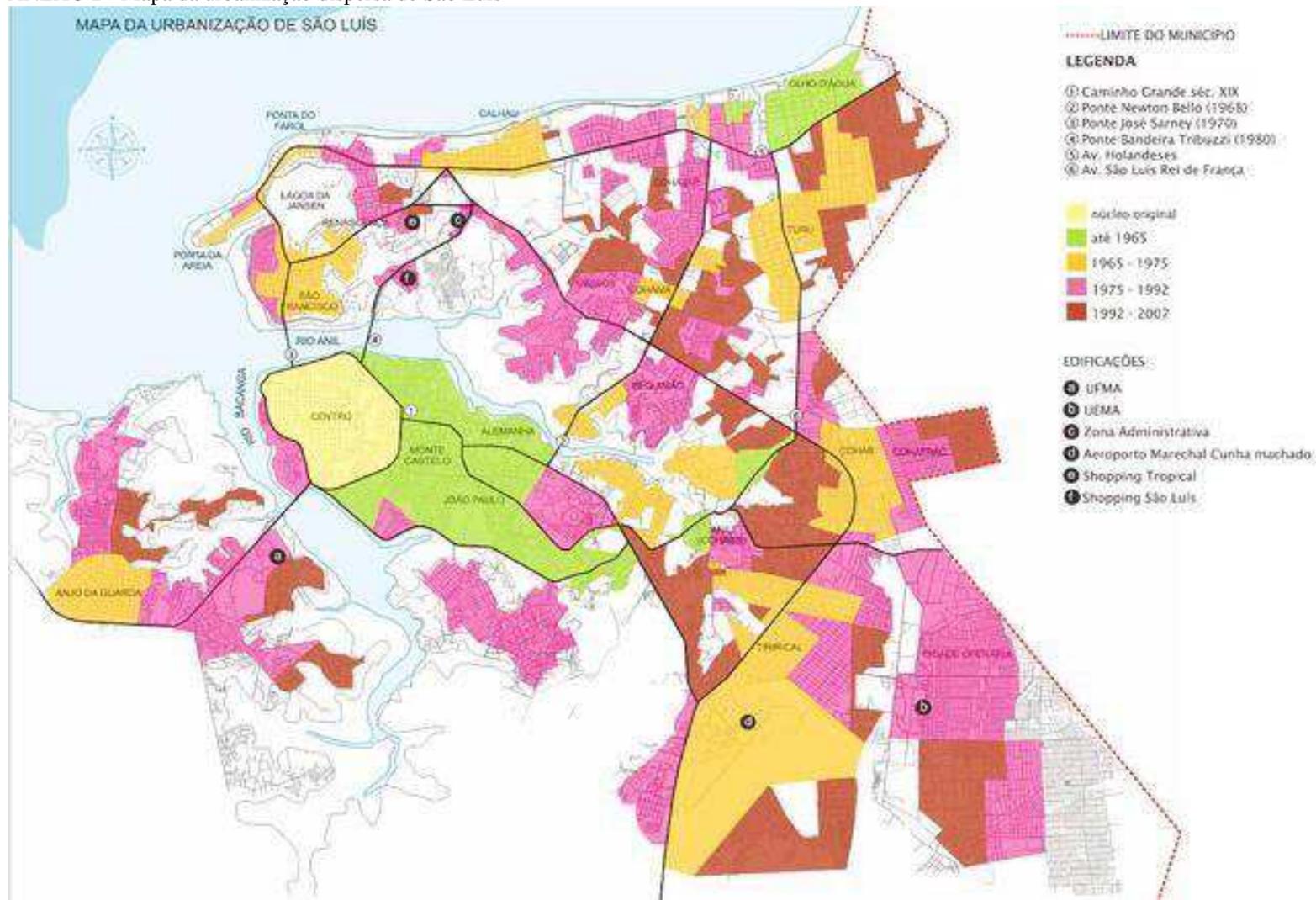
ANEXOS

ANEXO 1 – Lei das Índias - *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Indias*, de 1573

CATEGORIAS ANALÍTICAS								
Sítio	Edificações Marcantes ou Notáveis	Malha	Praça	Ruas	Quadras	Lotes	Alinhamentos	Usos
<ul style="list-style-type: none"> • Preocupação com os sistemas defensivos e económicos • Fundação de Fortificações 	<ul style="list-style-type: none"> • Igrejas ocupam um local de destaque na cidade assim como palácios, casa de câmara e os fortes 	<ul style="list-style-type: none"> • Traçado ortogonal dos arruamentos • Largura constante das ruas sem distinção de categorias primárias e secundárias • Orientação de acordo com os pontos cardeais • Simetria • Regularidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Traçada por meios de cordas e piquetes • Deve estar no centro da cidade, de forma oblonga, com comprimento igual, ao menos, uma vez e meia a largura • Tamanho proporcional ao número de habitantes • Uma praça bem proporcionada deve ter 600 pés de comprimento e 400 de largura • Geometricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Traçadas por meios de cordas e piquetes • 4 ruas principais levam para fora da praça • 8 ruas convergem para praça; nos quatro ângulos devem desembocar sem serem obstruídas pelos pórticos das praças • Ruas estreitas nas regiões quentes e largas nas frias • Regularidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Regularidade cartesiana privilegiando quarteirões quadrados 	<ul style="list-style-type: none"> • Traçados por meios de cordas e piquetes • Os lotes ao redor da praça principal devem ser reservados à Igreja aos edifícios reais e municipais, lojas e moradias dos mercadores, o restante reservado aos colonos que tenham condições de construir • Formatos uniformes 	<ul style="list-style-type: none"> • Por meios de cordas e piquetes no sentido de proporcionar cidades de traçado regular • Regularidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Militar mediante povoação • Cidade-fortaleza

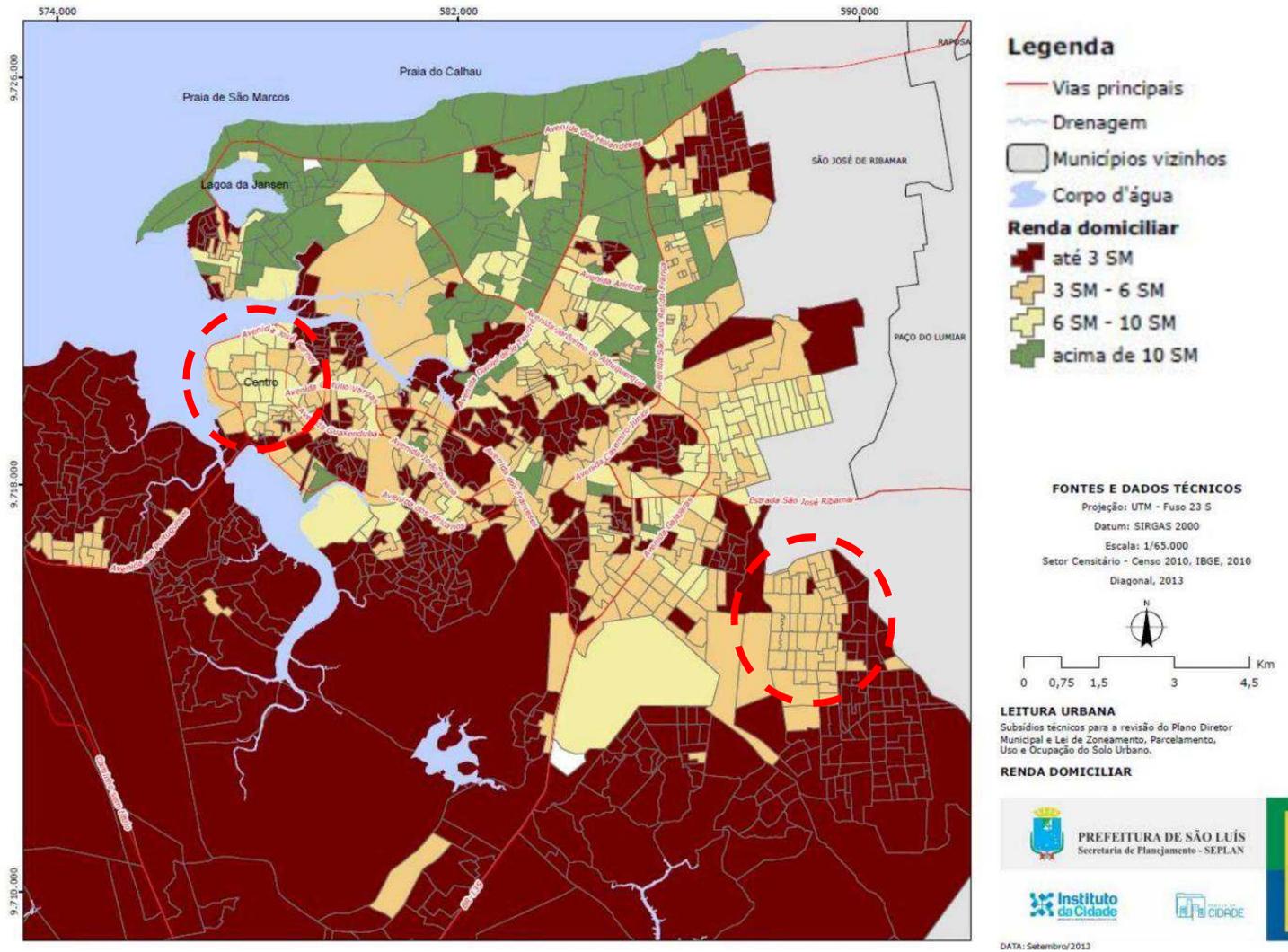
Fonte: Zenkner (2004, p.33)

ANEXO 2 - Mapa da urbanização dispersa de São Luís



Fonte: Wall (2011, p.122)

ANEXO 3 - Mapa de Renda Domiciliar – Bairro do Centro em destaque.



Fonte: Autora (2018) a partir de INCID, 2014.

